

REVISTA DO GEL

Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

REVISTA DO GEL

ISSN 1984-591X

Revista do GEL	São Paulo	v. 7	n. 2	p. 253	2010
----------------	-----------	------	------	--------	------

Diretoria do GEL / 2009-2011

Universidade Federal de São Carlos
Presidente: Gladis Maria de Barcellos Almeida
Vice-Presidente: Roberto Leiser Baronas
Tesoureira: Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale
Secretária: Mônica Baltazar Diniz Signori

Revista do GEL

revistadogel@gel.org.br
<http://www.gel.org.br/revistadogel>

Comissão Editorial Executiva

Alessandra Del Ré
Cristina Carneiro Rodrigues
Flávia B. M. Hirata-Vale
Gisele Cristina de Sousa
Luciana Gimenes
Olga Ferreira Coelho
Ruth Lopes

Editora Responsável
Olga Ferreira Coelho

Revisão e Normatização
Adélia Maria Mariano da S. Ferreira

Diagramação
Editora Paulistana

Conselho Editorial

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (Unicamp), Carlos Subirats Rüggeberg (Universidade de Barcelona), Clélia Cândida Abreu Spinardi Tubran (Unesp-Assis), Danilo Marcondes Souza Filho (PUC-RJ), Evani de Carvalho Viotti (USP), Helena Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Jacques Fontanille (Universidade de Limoges), José Borges Neto (UFRJ), Kanavilil Rajagopalan (Unicamp), Lourenço Chacon (Unesp-Marília), Marco Antônio de Oliveira (UFMG), Maria Célia de Moraes Leonel (Unesp-Araraquara), Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora), Maria Irma Hadler Coudry (Unicamp), Marta Luján (Universidade do Texas-Austin), Mirta Groppi A. de Varella (USP), Otto Zwartjes (Universidade de Amsterdã), Pierre Swiggers (Universidade Católica Louvain), Raquel Santana dos Santos (USP), Renata Maria Faccuri Coelho Marquezan (Unesp-Araraquara), Roberto Gomes Camacho (Unesp-SJRP), Wilmar da Rocha D'Angelis (Unicamp).

Publicação semestral
Solicita-se permuta/Exchange desired

Revista do GEL / Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Vol. 1 (2004).
São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 2004-

Semestral
ISSN 1984-591X

SUMÁRIO/CONTENTS

EDITORIAL7

ARTIGOS/ARTICLES

LE MÉTALANGAGE DE LA LINGUISTIQUE: RÉFLEXIONS À PROPOS DE LA TERMINOLOGIE ET DE LA TERMINOGRAPHIE LINGUISTIQUES

THE METALANGUAGE OF LINGUISTICS: REFLECTIONS ON LINGUISTIC TERMINOLOGY AND TERMINOGRAPHY

Pierre SWIGGERS 9

O TRATAMENTO DA DECLINAÇÃO NOMINAL EM QUÉCHUA. ESTUDO HISTORIOGRÁFICO A PARTIR DA METALINGUAGEM (SÉCULOS XVI-XVII)

THE TREATMENT OF NOMINAL DECLINATION IN QUECHUA. HISTORIOGRAPHY STUDY BASED ON METALANGUAGE (XVI-XVII CENTURIES)

Roberta RAGI 30

A ANTINOMIA SINCRONIA/DIACRONIA: FORMULAÇÃO, RECEPÇÃO E ATUALIDADE

THE ANTINOMY SYNCHRONY/DIACHRONY: DEFINITION, VALUATION AND CONTEMPORANEITY

Lorenzo VITRAL 53

A SEMÂNTICA DA DUPLA REALIZAÇÃO ARGUMENTAL DOS VERBOS RECÍPROCOS

SEMANTICS OF THE DOUBLE ARGUMENT REALIZATION OF RECIPROCAL VERBS

Luisa GODOY 95

SEMELFACTIVOS E OS DADOS DO PB

SEMELFACTIVES AND BRAZILIAN PORTUGUESE DATA

Andrea KNÖPFLE e Giovanna Mazzaro VALENZA 116

O DOMÍNIO FUNCIONAL TEMPO-ASPECTO-MODALIDADE NA EXPRESSÃO
DO PASSADO IMPERFECTIVO NO PORTUGUÊS FALADO NO BRASIL

*THE FUNCTIONAL DOMAIN TENSE-ASPECT-MODALITY OF THE IMPERFECTIVE PAST
IN SPOKEN BRAZILIAN PORTUGUESE*

Raquel Meister Ko. FREITAG 139

AS INTERROGATIVAS DE CONTEÚDO NAS VARIEDADES
DO PORTUGUÊS FALADO

THE CONTENT INTERROGATIVES IN THE VARIETIES OF SPOKEN PORTUGUESE

Erotilde Goreti PEZATTI e Michel Gustavo FONTES 171

DISCURSO DA AUTOAJUDA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA

SELF-IMPROVEMENT DISCOURSE IN THE LANGUAGE TEACHER EDUCATION

Wagner Rodrigues SILVA e Livia Chaves de MELO 198

UM NOVO OLHAR SOBRE A FISSURA PALATINA

A NEW APPROACH TO CLEFT PALATE SPEECH DATA

Rita TONOCCHI, Gustavo NISHIDA e Adelaide H. P. SILVA 227

RESENHA / REVIEW

MISSIONARY LINGUISTICS IV/ LINGÜÍSTICA MISIONERA IV

Cristina ALTMAN 244

ÍNDICE DE ASSUNTOS 251

SUBJECT INDEX 252

ÍNDICE DE AUTORES / AUTHORS INDEX 253

EDITORIAL

Este volume da Revista do GEL traz um conjunto de textos dedicados à Historiografia Linguística, composto de três artigos e uma resenha. É com grata satisfação que, entre eles, acolhemos contribuições de duas das maiores autoridades na área, Pierre Swiggers e Cristina Altman, e dois estudos bastante consistentes, realizados por Vitral e por Ragi. O texto de Swiggers reúne considerações teórico-epistemológicas e diretrizes metodológicas para o tratamento da metalinguagem da Linguística em perspectiva historiográfica. Ragi analisa formas de descrição da declinação casual nos nomes substantivos em quéchua durante os séculos XVI e XVII. Vitral discute a formulação da antinomia saussuriana sincronia/diacronia e algumas de suas revisões, defendendo a hipótese de que essas intérpreções de Saussure partem de um ponto de vista realista. Altman apresenta e avalia a coletânea de 12 trabalhos reunidas em *Missionary Linguistics IV/ Lingüística Misionera IV*, tecendo, a partir desses textos, comentários sobre o próprio percurso da área de investigação.

Um segundo conjunto de trabalhos descreve e interpreta aspectos semânticos e gramaticais, dando destaque ao Português do Brasil. Godoy analisa a alternância de diátese apresentada por verbos lexicalmente recíprocos, argumentando contra uma possível sinonímia entre as formas simples e descontínua desses verbos e propondo uma distinção entre as noções de reciprocidade e simetria. Knöpfle e Valenza comparam e discutem o comportamento dos verbos semelfactivos do inglês com os do PB. Em perspectiva funcional, Ko. Freitag discute noções semântico-discursivas envolvidas no passado imperfectivo, e Pezzatti e Fontes tratam das chamadas interrogativas-Q.

Por fim, o terceiro conjunto de investigações investe em zonas interdisciplinares em que a Linguística desempenha papel de destaque. O trabalho de Silva e Melo investiga a interferência do discurso de autoajuda nas representações de professor de língua, enquanto o de Tonocchi, Nishida e Silva propõe, a partir de experimento, que, ao contrário do que tem afirmado certa literatura médica, a característica patológica da fala de sujeito portador de fissura palatina não é a “troca” de um som por outro, mas a organização temporal da cadeia da fala.

Trata-se de, pois, de um número que, ao lado de práticas de descrição e análise linguística, propõe reflexões sobre a história e diálogos enriquecedores para nossa área de estudos.

Em mais esta oportunidade, agradeço aos colegas que nos enviaram essas boas contribuições, à equipe de pareceristas, às comissões editorial e executiva, às equipes de revisão e de editoração e à Diretoria do GEL. Ao esforço de todos eles deve-se a publicação de mais este bom número da Revista.

Olga Ferreira Coelho
Editora Responsável

LE MÉTALANGAGE DE LA LINGUISTIQUE: RÉFLEXIONS À PROPOS DE LA TERMINOLOGIE ET DE LA TERMINOGRAPHIE LINGUISTIQUES

Pierre SWIGGERS¹

RESUMO: Le but de ce texte est de proposer un cadre de réflexion, articulé autour du problème de la terminologie et de la terminographie linguistiques, en rapport avec la question du métalangage de la linguistique. Après avoir défini quelques notions de base (terminologie, vocabulaire, métalangage et métasémiotique) et après avoir circonscrit les contours d'une démarche méthodique, les aspects problématiques affectant la question de la définition des termes sont examinés. La dernière partie est consacrée au calibrage de termes techniques.

PALAVRAS-CHAVE: Métalangage Linguistique. Terminologie Linguistique. Terminographie Linguistique.

Introduction: les contours d'un champ complexe; objectifs

La complexité de la problématique

Le champ de la terminologie — et de son pendant *-graphie* — linguistique(s) est un terrain d'une complexité théorique et méthodologique redoutable, et cela pour au moins trois raisons:

(a) on est entraîné dans la cascade sémiotique² de «*méta-niveaux*», vu qu'on traite d'un métalangage (construit), qui ne peut être décrit qu'en fonction

¹ Faculdade de Artes da Universidade Católica de Leuven. pierre.swiggers@arts.kuleuven.be

² Cf. Greimas (1966, p. 14-15). «Mais l'existence d'un corps de définitions ne peut signifier qu'une

d'un méta-métalangage (superposé), qui lui-même présuppose un (des) méta-méta-métalangage(s) (qui sert de cadre constructif/évaluatif/translatif, etc.);

- (b) on se meut dans le champ d'une science humaine — la linguistique — qui (qu'on le regrette ou qu'on s'en réjouisse) est caractérisée par un certain «flou matériel»,³ par une historicité sédimentaire et inégalement incrustée,⁴ enfin par l'existence de latitudes interprétatives (justifiant des prises de position radicalement opposées en face des «mêmes données»);⁵
- (c) ce champ s'est fait, et se fait toujours — comme d'autres champs —, par un jeu subtil de partages, de transgressions et d'intersections disciplinaires;⁶ il s'agit là de processus conceptuels et sociologiques qui se manifestent dans des «actes» de nature très diverse: transpositions («transvasements

chose, à savoir que le métalangage lui-même a été préalablement posé comme langue-objet et étudié à un niveau hiérarchique supérieur. Ainsi, pour que le métalangage sémantique [...] puisse être considéré comme «scientifique», il faut que les termes qui le constituent soient préalablement définis et confrontés. La définition d'un métalangage scientifique pose donc comme condition, et présuppose, par conséquent, l'existence d'un *méta-métalangage*, ou langage tertiaire; mais on s'aperçoit vite que celui-ci n'aura pas de raison d'être s'il n'est pas destiné à analyser le métalangage déjà donné» (p. 15). L'intérêt de l'observation de Greimas réside dans le fait qu'elle permet de relativiser la distinction absolue entre langages du premier et langages du second ordre (*first and second order languages*); cf. Morris (1960, p. 22) et Strawson (1969, p. 611). Voir aussi les considérations de Kubczak (1975).

3 Qu'on pense à l'importance de catégories cryptiques/latentes (*covert categories*) ou au statut de «catégories floues» dans l'organisation (profonde) des langues. Rappelons aussi que les langues naturelles possèdent des structures de quantification qui sont plus riches, mais aussi plus variables et plus «flexibles» que l'organisation des quantifieurs en logique formelle.

4 Cette sédimentation se prête à une analyse en termes historicisants (comme les trois «durées» de Braudel) et à une analyse alliant les perspectives de l'histoire des sciences et de l'épistémologie des théories scientifiques (cf. SWIGGERS, 2004 et 2006, avec des renvois à la théorie de F. Braudel et aux travaux de P. Galison; par ex. Braudel 1967-70 et Galison, 1997).

5 Voir à ce propos les remarques de Bunge (1984) et de Lazard (1999).

6 Et il faut y ajouter que l'inter- et transdisciplinarité ont eu lieu dans des contextes bilingues et multiculturels; voir à ce propos les diverses contributions dans Basset et al. (2007).

métaphoriques»)),⁷ phénomènes de canonisation,⁸ irruptions iconoclastes. À chaque fois, il importe de prendre ses distances par rapport à ces actes manifestes et de lire en filigrane les motivations et les présupposés.

Objectifs

La terminologie linguistique ne constitue plus un terrain à défricher: on dispose de nombreux ouvrages de terminologie linguistique et de plusieurs études consacrées à l'histoire, l'organisation, l'évolution et la justification de termes linguistiques, ou aux conditions censées régir la construction et le fonctionnement d'une terminologie linguistique.⁹

Ce texte a pour but d'articuler un cadre de réflexion autour du problème de la terminologie/terminographie linguistique(s), avec une attention spéciale pour deux questions: le statut définitionnel et le calibrage de termes.

Une grille d'approche

Quelques définitions stipulatives

Une *première distinction* est celle entre «terminologie» et «terminographie». Par «terminologie», nous renvoyons à l'ensemble des «entités»

7 Sur le rôle fondateur de ces transvasements métaphoriques dans le travail scientifique, voir Schon (1963). Dans une application à la terminologie linguistique, nous avons montré (SWIGGERS, 1991a) qu'il convient de faire la distinction entre (a) métaphorisation «plate» (transposition d'un concept/terme par simple association avec un domaine qui ne possède pas la même structure que le domaine-cible); (b) transposition *ex adiecto* (métaphorisation de termes à partir d'un autre domaine, mais par une étroite association de champs: cf. le cas des métaphores spatiales appliquées au domaine sémantique); (c) métaphorisation «interne», c'est-à-dire une conceptualisation terminologique qui a son origine dans une schématisation de structures grammaticales ou dans une modélisation linguistique au départ; cf. la métaphorisation interne dans la typologie linguistique de Seiler (voir par ex. SEILER, 1983, 2000, 2007) basée sur l'idée que les langues mettent en œuvre une série de stratégies pour «résoudre des problèmes (expressifs)» (comme par ex. l'expression de la possession, de la détermination, etc.).

8 Voir les études dans Dahmen et al. (2000).

9 Voir pour des renseignements bibliographiques, Janse et Swiggers (1997); pour des considérations méthodologiques (et éléments de bibliographie), Swiggers (1998) et Pottier (2001); on trouve de nombreuses études, de nature historiographique, méthodologique, épistémologique, dans Colombat et Savelli (2000). Il n'existe toutefois pas d'étude systématique et globale sur la terminologie linguistique. Dans les ouvrages de Jacobsson (1980) et de Vasenco (1975), il s'agit surtout du problème de la construction d'une terminologie linguistique et de celui de l'amélioration de terminologies existantes. L'article d'Ogrin (1993) concerne surtout le problème des équivalences interlinguistiques.

lexicales (au sens large: items sub-lexicaux, termes lexicaux et constructions complexes) qui sont en usage en tant que «formes/formules désignatives», à usage technique, en référence à un *champ d'objets* (entités/faits constituant un champ d'étude). Par «terminographie», nous entendons l'ensemble des «activités» et, plus particulièrement, leurs concrétisations sous une forme langagière écrite, qui prennent comme objet la/une/des terminologie(s):¹⁰ l'activité terminographique est un travail réflexif, de nature systématisante (et portant sur un corpus), qui implique (a) la compilation et une lecture (critique) de terminologies, et (b) une analyse historiographique et/ou méthodologico-épistémologique (cette dernière passant obligatoirement par une comparaison de terminologies).

Une *seconde opération* qui s'impose est celle de préciser le contenu des notions¹¹ «terminologie», «vocabulaire», «métalangage» et «métasémiotique»; nous proposons d'appeler

terminologie: l'ensemble des termes techniques faisant partie d'un vocabulaire «théorique» (circonscrit par rapport à un auteur, une école, une (sous-)discipline, etc.);¹²

vocabulaire: l'ensemble des termes, des procédures et des définitions qui représentent le cadre théorique (conceptuel, méthodologique et «instrumental») d'une approche (scientifique ou «phénoménologique») particulière (à un auteur, à une école, à une (sous-)discipline, etc.);

métalangage: la terminologie et le vocabulaire, étudiés en rapport avec leur champ d'applicabilité et leur fonctionnement syntaxique, qui sont mis en

10 Voir Rey (1979, p. 77-78): «L'objectif premier de la terminographie est la description d'un objet. Celui-ci est, soit une terminologie (au sens objectif: «ensemble de termes»), soit une nomenclature, soit un complexe formé par les systèmes et sous-systèmes de termes et de notions articulés en domaine. Quels que soient le support et le format de la description, il s'agit d'aboutir à un ensemble lexicographique cohérent où un ensemble d'*entrées* ou *vedettes*, correspondant chacune à une *unité terminologique* ou *terme*, est organisé selon un ordre qui en permet la consultation, et présente de manière systématique un *programme d'information* correspondant à un objectif variable, mais toujours axé sur la maîtrise de l'ensemble notionnel auquel renvoie la terminologie-objet».

11 Voir aussi Rey-Debove (1978).

12 Étant donné qu'une terminologie linguistique est un objet construit (et reposant sur des définitions explicites ou sur une conceptualisation différenciatrice plus ou moins explicite), il est sans doute superflu de faire la distinction entre «terminologie» et «nomenclature» (la terminologie linguistique est en fait une nomenclature scientifique). Dans l'histoire des pratiques terminologiques (et terminographiques), la distinction conserve tout son sens; cf. Rey (1979, p. 7): «Le remplacement partiel et progressif de *nomenclature* par *terminologie* implique un changement de point de vue, par le passage de *nom*, *nomen*, à *terme*, *terminus* «borne, limite», puis – depuis Oresme – «ce qui limite et définit le sens». On passe de l'idée d'une série de noms, liée à la classification taxinomique, à celle de «système de valeurs réciproquement définies»».

œuvre, dans l'étude d'un champ d'objets spécifiques, par un auteur, par une école, par une (sous-)discipline, etc.;¹³

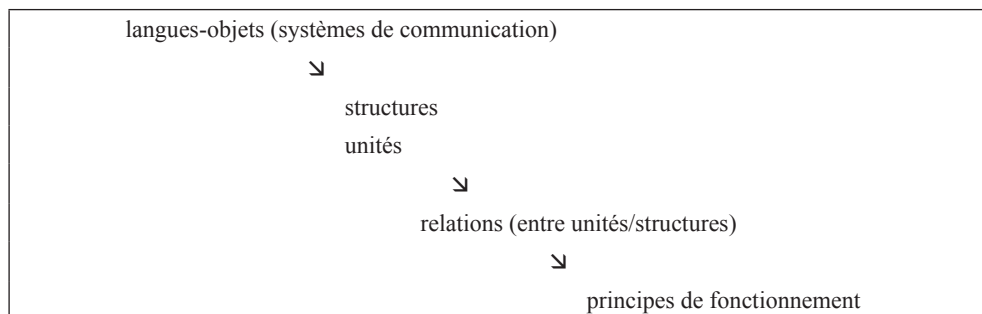
métasémiotique: le métalangage, enrichi de son fonctionnement pragmatique et de ses exploitations contextuelles (d'où l'importance d'un examen des activités «déictiques» ou «praxémiques» accompagnant l'utilisation d'un métalangage), mais aussi en tant que porteur de choix axiomatiques et de présupposés, c'est-à-dire l'ensemble du méta-langage, de son fonctionnement et de ses effets, qu'on peut identifier avec le «contenu» (interactif) d'une approche (celle d'un auteur, d'une école, d'une (sous-)discipline, etc.).¹⁴

Dimensions de la problématique terminologique

C'est sur trois axes qu'il convient de situer les divers aspects de la problématique terminologique: l'axe de la constitution et de la nature d'une terminologie, l'axe de la construction (explicite) d'une terminologie, l'axe du «maniement» d'une terminologie.

Du point de vue de la constitution, une terminologie (technique) peut être le résultat d'une évolution «spontanée» — elle le sera alors par transposition et par spécialisation — ou le résultat d'un processus (ou d'une

13 Comme on l'a fait remarquer déjà, le problème essentiel d'un métalangage est celui de sa «situation méta-»: on est tout de suite entraîné dans une chaîne de «méta-langages». La complication qui s'y ajoute est celle de l'ancrage référentiel; ainsi, dans le cas de la terminologie linguistique, on a une «visibilité» décroissante selon l'échelle suivante de niveaux:



14 Nous donnons ainsi à «métasémiotique» une charge plus concrète (parce que ciblée sur des objets terminologiques, répondant en l'occurrence à une organisation «scientifique») que ce n'est le cas chez Hjelmslev (1943), chez qui la métasémiotique est la (méta)science prenant comme objet des ensembles sémiotiques scientifiques et des ensembles sémiotiques non scientifiques.

suite de processus) d'interférence.¹⁵ Dans ce dernier cas, il faut encore apporter les distinctions suivantes:

- terminologies d'emprunt unilatéral: qu'on pense à la terminologie grammaticale latine, calquée sur la terminologie grecque (situation qui se répétera lors du transfert du modèle latin à la description des vernaculaires européens);
- terminologies à recouvrement/intersection;
- terminologies «symbiotiques», «synergiques».

Les terminologies à recouvrement sont des terminologies qui incorporent des transferts unilatéraux (ce qui explique l'intersection avec la langue prêteuse), mais contiennent aussi des créations autonomes; les terminologies symbiotiques sont des terminologies marquées par une synergie productrice de termes (action et rétroaction entre langue prêteuse et langue emprunteuse).

Il importe d'utiliser cette typologie sous deux conditions restrictives:

- (a) d'une part, elle n'est opératoire que dans une perspective dynamique: les terminologies grammaticales sont des entités qui diffèrent par leur date de naissance, par leur rythme d'élaboration, de révision et de diffusion, par le dégagement de couches terminologiques en dehors de leur «territoire de naissance et d'élaboration», et par leur application/applicabilité (à des domaines linguistiques et à diverses langues);
- (b) d'autre part, elle est surtout opératoire si on l'applique à des secteurs, des sous-ensembles (par ex. la terminologie des relations syntaxiques, de l'ordre des mots, des figures, etc.).

Du point de vue de la construction explicite d'une terminologie, on doit reconnaître deux sous-dimensions: (a) celle des «contraintes méthodiques» régissant la construction, et (b) celle de la «substance linguistique», base matérielle de la terminologie.

Les contraintes méthodiques qui, en tant que principes formels, commandent la construction et l'organisation d'une terminologie technique sont, selon une échelle hiérarchique:¹⁶

¹⁵ Cf. Swiggers-Wouters (2007).

¹⁶ Pour plus de détails, voir Swiggers (1998).

- la systématique: principe «holiste» s’appliquant globalement à toute construction à prétention scientifique;
- l’économie: principe «holiste» qui gouverne le rapport entre la construction terminologique et le domaine couvert par la terminologie technique (ce principe joue un rôle important dans l’évaluation de terminologies concurrentes);
- les contraintes qui affectent, de façon plus locale, les composantes d’une terminologie technique, à savoir: la transparence, l’adéquation et la cohérence.

Les problèmes qui relèvent de la substance linguistique sous-tendant la construction d’une terminologie concernent les options prises quant à l’emploi de termes, synthèmes («terme composé/construit») et syntagmes qui doivent former la terminologie et le métalangage techniques. Quant à ces termes, synthèmes et syntagmes, deux types de problèmes sont à traiter: les problèmes formels (créations nouvelles vs calques ou emprunts; processus de formation des termes/synthèmes/syntagmes) et les problèmes sémantico-pragmatiques (comment le sens «technique» est-il présenté/communiqué à l’utilisateur ?).

Le «maniement» d’une terminologie technique implique, et cela est particulièrement vrai dans le cas des terminologies linguistiques, un problème de *gestion*, à savoir la gestion de la diversité terminologique (s’expliquant par l’existence de diverses traditions — géographiques/nationales — de terminologie et par la corrélation très forte entre modèle et terminologie), un problème de *traduction* (la traduction de termes techniques appartenant à diverses époques et/ou corrélés avec des langues différentes), et un problème de *calibrage*, c’est-à-dire de «traduction/transposition» de termes, à travers des modèles différents, vers des entités théoriques *typisées* (dégagées de leur gangue intra-théorique).

La définition des termes

La problématique de la définition des termes¹⁷ — termes reçus/hérités ou termes créés/à créer — faisant partie d’une terminologie (technique)

¹⁷ Sur ce problème, voir les études fondamentales de Robinson (1954 [1962²]) et Pawłowski (1980); sur la construction de définitions, voir Savigny (1970 [1971²]). Comme l’a bien souligné Rey (1979,

englobe différents aspects. Nous nous limiterons ici à relever ces aspects et à les commenter sommairement.

La détermination «ontico-épistémique»: il s'agit d'un aspect particulièrement important dans le cas de termes ayant fait l'objet d'une transposition ancrée dans un contexte «factuel» (comme celui de la pédagogie dans l'Antiquité) et/ou d'une transposition d'un champ disciplinaire à un autre (par ex. de la rhétorique à la grammaire; de la médecine/l'anatomie à la grammaire; de la botanique à la linguistique et, plus récemment, de l'informatique et des sciences cognitives à la linguistique); ainsi, le terme grammatical grec *hyptios*, *-n* (calque latin: *supinus/-m*) a son origine dans la désignation du lutteur vaincu, retourné sur le dos (et par là rendu «immobile», incapable de «mouvement/variation») — une transposition à base «ontique» tout à fait compréhensible dans le contexte d'une éducation physique et intellectuelle qui garantit un passage «naturel» de la salle de l'instructeur des athlètes à celle du grammairien.¹⁸

La soumission aux conditions du public visé: il s'agit d'un aspect pragmatique de la problématique, à savoir la quantité/le degré de concessions faites au niveau de formation intellectuelle, au degré de spécialisation, aux connaissances langagières et linguistiques du groupe des allocutaires/récepteurs du message. Cet aspect joue à la fois dans le cas de termes reçus/transmis et dans celui de termes nouvellement créés: dans le premier cas, il a en général pour conséquence un effet de filtrage (en aval) ou un effet de substitution/paraphrase explicative (en amont); dans le second, il a en général pour conséquence un effet de blocage néologique (en aval) et un effet de redéfinition de termes existants/de reconsidération de termes nouveaux (en amont).

Un troisième aspect est constitué par une option de base (option qui en fait repose sur plusieurs décisions: par rapport à l'objectif — étude immanente vs étude «ouverte», transcendantale ou comparative —, par rapport à l'attente du

p. 39-40), la définition de termes, qui est au centre du problème terminologique, se caractérise par plusieurs ambiguïtés: clivage malaisé entre langue naturelle et métalangue/métalangage; difficulté de distinctions réciproques entre termes; enfin, ambiguïté du terme *définition* lui-même: «le terme désigne à la fois une «opération logique» et la «production d'une séquence en langue naturelle»; il désigne à la fois ces «opérations» et leurs «résultats» [...] Enfin, ces ambiguïtés étant levées, il reste qu'on nomme couramment *définition* des objets qui n'en sont pas, comme des descriptions ou encore des syntagmes destinés à «évoquer», à «faire deviner» un mot» (p. 40).

18 Sur les types de transposition qu'on peut distinguer par rapport aux termes de grammaire/linguistique, voir Swiggers (1991a).

public, par rapport à l'état d'avancement de la [sous-]discipline): l'opposition fondamentale est celle entre la recherche d'une adéquation maximale interne à l'objet de description «en situation» et la recherche d'une validité universelle des termes descriptifs (et des opérations qu'ils supposent) pour tous les objets à décrire dans le domaine en question. Ces deux options fondamentales — privilégiant, d'un côté, la relation interne avec l'objet précis de la description et favorisant, de l'autre, l'applicabilité généralisée des termes descriptifs — peuvent être désignées respectivement par les termes *émique* (angl. *emic*) et *étique* (angl. *etic*): dans le cas d'une approche émique, on mène une analyse interne, où les énoncés descriptifs sont déterminés (ou «contrôlés») par le système de fonctionnalité(s) défini à l'intérieur de la communauté observée; dans le cas d'une approche étique, on a en vue une description qui se sert de termes (non déterminés par l'analyse interne en question) dont l'application se superpose au(x) cas concret(s) qu'on étudie.¹⁹

La définition des termes ne saurait se soustraire à une loi générale de la logique: le rapport inverse entre «intension» et «extension» (ou, plutôt, «applicabilité»). Dans le cas de termes liés à des approches théoriques, on peut parler d'un rapport inverse entre le degré d'intrathéor(ét)icité et le degré de «convertibilité» (ou «traductibilité»); en se référant à l'héritage historique véhiculé par les termes (techniques) de la linguistique, on peut parler d'un rapport inverse entre le poids de l'héritage et le degré d'univocité (tout en admettant que ce rapport inverse n'a pas le statut de «loi» comme celui du rapport inverse entre intension et extension).

La définition des termes, en linguistique, s'inscrit dans la démarche générale des procédés définitoires, c'est-à-dire qu'elle doit

- (a) prendre des options quant au type de définition à manier: définition de la chose (ou plutôt: à partir de la chose), définition du mot (ou plutôt: en partant de la forme du mot et de son insertion systémique) ou définition de la procédure (qui mène à la constitution des «objets» théoriques),²⁰

19 Le rapport entre les deux approches (en anthropologie culturelle) a été défini judicieusement par Goodenough (1968, p. 108-109, 112, 129-130). La distinction entre les deux perspectives, émique et étique, remonte à K.L. Pike; voir les textes dans Headland, Pike et Harris (1990).

20 Il s'agit de trois (types de) définitions qui requièrent trois types d'expression distincts: «X est ...»; «X est le terme utilisé pour désigner ...»; «X est l'unité définie comme .../est l'unité qui correspond à [telle procédure]».

(b) corrélativement aux options prises en (a), opérer un choix parmi les formes de définition²¹ qui constituent le formulaire définitionnel.

La définition des termes doit s'effectuer par rapport à un certain nombre de critères, qui peuvent être considérés comme des paramètres «*classémiques*»²² dans le cadre d'une étude sémantique et épistémologique des termes. Il nous semble qu'il faut compter avec au moins sept paramètres classémiques:

1. Le contenu des termes: une distinction s'impose ici entre le contenu «focal» d'un terme (rapport bilatéral entre un terme et ce qu'il signifie) et le contenu «contrastif» d'un terme (le réseau, implicite ou explicite, de contenus à l'intérieur duquel un terme assume son contenu dynamique).
2. L'incidence des termes: il s'agit de ce qu'on peut appeler «l'actualisation» d'un terme, à savoir l'application qui en est faite par rapport à un niveau (de description/de théorisation).
3. L'empreinte «heuristique» des termes: le rattachement d'un terme à la procédure/manipulation qui sous-tend son emploi non seulement permet de comprendre le sens *in situ* d'un terme, mais permet aussi, en rétrospective, de différencier des contenus divergents d'un même terme (qu'on pense aux aléas du terme *transformation*).
4. L'empreinte théorique des termes: les terminologies en linguistique sont essentiellement des terminologies T-théor(ét)iques²³ (la «charge» T-théorique peut être faible ou forte): leur signification est «contrôlée» par la référence globale du modèle auquel elles s'intègrent.²⁴

21 Pour cet aspect, voir Rey-Debove (1971).

22 Cf. la notion de «classème» en sémantique structurale.

23 En anglais: *T-theoretical*. Nous adhérons à ce propos aux conceptions de Sneed (1971, 1976) et de Stegmüller (1976, 1979), qui insistent sur le fait que les théories scientifiques ne peuvent être réduites à des ensembles d'énoncés et qu'il faut en analyser la conceptualisation (parfois peu explicite) englobante.

24 L'existence de diverses terminologies pour décrire les phénomènes linguistiques et pour articuler l'approche réflexive des linguistes pose le problème de la correspondance interthéorique (ou suprathéorique) des termes. Ce problème est lourd d'implications, qui touchent à des conceptions (et présuppositions) de base à propos du statut des sciences, de leur éventuelle unité et de la «commensurabilité» de théories.

5. L'empreinte disciplinaire des termes: il s'agit des attaches que présente un terme (ou un ensemble de termes) avec tel ou tel domaine disciplinaire, à partir duquel il a été transféré en linguistique (cf. les liens de la grammaire avec la rhétorique et la logique dans l'Antiquité et au Moyen Âge; qu'on pense aussi à l'introduction de termes dans le distributionnalisme américain à partir de la psychologie béhavioriste).
6. L'empreinte macro-scientifique des termes: il s'agit de l'insertion de termes (généraux) de la linguistique dans le contexte général des sciences; qu'on pense au terme *loi* (all. *Gesetz*, angl. *law*), terme-phare de la linguistique (diachronique) de la seconde moitié du XIX^e siècle, dont le contenu doit être compris en fonction du contexte scientifique de l'époque.
7. L'empreinte culturelle des termes: au niveau le plus englobant, la terminologie de la linguistique véhicule un certain nombre de valeurs et de présuppositions culturelles (qui, elles-mêmes, peuvent à leur tour être nourries par des données linguistiques). À ce niveau, l'examen de la terminologie linguistique débouche sur une ethnographie du discours et de la pratique linguistiques: rapports de la grammaire/linguistique avec une religion (ou: une théologie) et/ou une idéologie,²⁵ avec des échelles hiérarchiques dans la société (cf. la grammaire indienne), avec le rôle accordé au droit et à la législation (cf. la grammaire arabe), avec la distribution des rôles (socio-professionnels) entre hommes et femmes, etc.

Un aspect important dans la construction de définitions de termes et dans l'analyse épistémologique de terminologies diverses est celui des

²⁵ Aussi longtemps que les soubassements idéologiques ne prennent pas un tour «fanatique», leur influence (quasi incontournable et, en tout cas, irréversible) ne devrait pas nous surprendre, ni trop nous inquiéter. L'idéologie devient nocive dès que la terminologie qu'elle met en œuvre sert à cacher certaines dettes ou à ériger une façade de pseudo-originalité, et quand le revêtement terminologique devient un lieu de bataille, quand il n'y a en fait pas de divergence d'opinions fondamentale, ou, cas inverse, quand il n'y a pas de fond commun sur lequel deux modèles peuvent se faire concurrence. Si les théories linguistiques ne sont pas innocentes, les terminologies ne le sont guère moins, et les débats roulent souvent sur des termes (et non sur des principes et des théorèmes). Voir à ce propos Stéfani (1980, p. 4): «On ne trouve dans un texte que ce que l'on y cherche; beaucoup de critiques s'écrouleraient à tenter de comprendre ce qu'elles veulent seulement réfuter: le jeu universitaire se joue souvent à ce prix. Un véritable historien aurait ici, avant tout, constaté comment chaque génération laisse perdre quelques-unes des évidences les plus fortes de la précédente et recrée le passé sur ses préjugés présents».

rapports qu’entretiennent les termes, à l’intérieur d’une théorie ou dans la mise en comparaison de différentes théories. Indépendamment des vicissitudes historiques qu’il faudrait faire intervenir dans l’étude de ces rapports, les possibilités logiques²⁶ qui se présentent peuvent être captées dans le schéma suivant, qui résume les différentes configurations de rapports:

subordination	non-intersection	intersection	contradiction	contrariété
subsumption	juxtaposition	recouvrement	exclusion	opposition

Le dernier aspect concerne le passage d’une terminologie (ensemble de termes définis) à un métalangage. De fait, cet aspect revêt une triple dimension: l’intégration doit se faire au plan

- *syntaxique*, ce qui requiert des règles de fonctionnement (syntaxe catégorielle et syntaxe combinatoire), sous une portée modale (modalités épistémique, déontique, etc.), et au-delà de cette syntaxe du métalangage, il y a «l’accommodation» à la syntaxe de la langue superordonnée (le métalangage fonctionne nécessairement — ne fût-ce qu’à cause de contraintes didactiques — à l’intérieur d’une langue «naturelle»);
- *sémantique*, ce qui débouche sur le problème fondamental de la justification «ontique» (par rapport à l’ontologie impliquée par telle ou telle discipline/théorie) des termes et une réflexion/des instructions en ce qui concerne le rapport sémantique entre les termes techniques et les termes non techniques (une même forme langagière peut être à la fois terme technique et terme non technique);
- *pragmatique*, ce qui implique des décisions (affectant la forme et le contenu des termes) en rapport avec l’auto-positionnement de l’émetteur (-terminologie) et avec l’attitude prise à l’égard du récepteur (et des latitudes interprétatives laissées à celui-ci).²⁷

26 Dans le schéma, les termes sur la première ligne correspondent à des rapports «intensionnels», ceux sur la seconde ligne à des rapports «extensionnels».

27 Dans cette perspective, la construction d’un métalangage (terminologique et/ou terminographique) doit respecter les exigences «normales» d’échanges communicatifs, conformément à la formalisation proposée par Grice (1975, 1978; repris dans 1989, p. 22-40, 41-57).

Terminologie, terminographie et calibrage de termes

On traitera ici des problèmes posés par le calibrage de termes (techniques); il s'agit d'une problématique extrêmement complexe dans le cas de la linguistique, qui — en tant que conglomérat de pratiques et de réflexions — se caractérise par une histoire très longue, un champ mal défini(ssable) et en partage avec d'autres disciplines, une certaine malléabilité face à des intrusions tous azimuts, et par une «sursaturation» terminologique.

On insistera d'abord sur le fait que le calibrage de termes est un problème incontournable, et cela pour les pratiquants de plusieurs sous-disciplines des sciences du langage:

- pour l'historien/l'historiographe de la linguistique: celui-ci doit effectuer un calibrage transversal afin de confronter des approches et des théories qui, face à des problèmes conceptuels et empiriques identiques ou similaires, ont élaboré des ensembles terminologiques plus ou moins divergents;²⁸
- pour le méthodologue/l'épistémologue de la linguistique: les concepts les plus fondamentaux de la linguistique (*langue/langage/parole; description/ explication; régularité/loi/exception*) et de l'analyse linguistique (*mot, phrase, énoncé, texte ...*) — concepts cruciaux pour une épistémologie (structurale ou axiomatique) des sciences du langage — présentent, d'un côté, un caractère flou (cf. les problèmes de délimitation conceptuelle des notions qu'on vient de mentionner) et, de l'autre, un trait de surdétermination (intra)théorique: il incombe au méthodologue et à l'épistémologue de la linguistique d'examiner les équivalences, divergences, recouvrements et redondances entre les concepts,²⁹ ce qui implique, au préalable, un calibrage des termes et de leurs contenus;³⁰
- pour le linguiste typologue: la nature même du travail typologique, qui doit se fonder nécessairement, du moins en partie, sur des données utilisées «de seconde main», implique l'établissement d'un protocole qui définit

28 Sur ce problème en histoire des sciences, cf. les réflexions de Kuhn (1989).

29 Dans les théories grammaticales modernes, la prolifération «notationnelle» est directement liée à l'absence de tentatives de rapprochement. Si en tant que lecteur on peut établir des passerelles d'une notation à l'autre, on devra reconnaître que la plupart des lecteurs sont des adeptes d'une notation particulière, qui ne se soucient guère de manier d'autres notations et terminologies.

30 C'est ce que nous avons appelé (SWIGGERS, 1991b) le problème de la constitution du «fait comparé» ou «comparat».

de façon univoque la relation entre un terme (descriptif) et un trait/une structure typologisable.³¹

Le calibrage de termes est un problème à paliers: si l'on accepte la distinction fondamentale³² entre une théorie de la grammaire et une théorie du langage (on peut y ajouter encore, comme plan supérieur, une théorie de la linguistique), il s'ensuit que le calibrage de termes doit tenir compte de la distinction entre des termes généraux (comme par ex. «fonction», «cas»), qui constituent le noyau commun d'une théorie du langage, et des termes plus spécifiques (comme par ex. «attribut», «datif»), qui appartiennent à la terminologie d'une théorie de la grammaire. En fait, il nous semble que la distinction entre paliers (d'incidence théorique/empirique) peut encore être raffinée; si l'on prend comme exemples les concepts «objet» et «relation», il faudrait au moins poser quatre paliers: celui des méta-notions (niveau des invariants sémantico-syntaxiques), celui des notions-types (niveau des «catégorisateurs» typologiques), celui des notions orientées (niveau d'une grammaire interlinguistique: grammaire comparée, grammaire contrastive) et celui des concepts d'opération (niveau de l'analyse grammaticale «interne»):

Méta-notions	Notions-types	Notions orientées	Concepts d'opération
«Objet» indirect	complément	complément du prédicat verbal	complément d'objet
«Relation»	relateur	relateur à 2 places	préposition

Du point de vue de la philosophie des sciences, on peut envisager le calibrage de termes comme le problème converse de la *projectibilité* (au sens défini dans Goodman (1955) et Swiggers (1982): projectibilité de prédicats descriptifs à travers des séries d'expériences décalées dans le temps): si le problème de la projectibilité fonctionne comme une contrainte, dans «l'AVANT» de l'élaboration scientifique, le calibrage apparaît, dans «l'APRÈS» de l'examen méthodologico-épistémologique, comme une sorte de «projectibilité à rebours».

31 Les linguistes typologues s'efforcent de résoudre le problème du calibrage terminologique (et empirique); voir Comrie et al. (1993) et Zaefferer (ms.).

32 Voir les distinctions proposées dans Swiggers (1983).

Le calibrage de termes ne peut se faire sans qu'un certain nombre d'opérations préalables aient été réalisées, à savoir:

- une première, qui consiste à cerner le «réseau relationnel» d'un terme/d'une notion (opération qu'il convient de réaliser pour tous les termes étudiés); l'utilité de ce type d'opération apparaît quand on veut saisir le contenu/les contenus de termes et de concepts axiomatiquement premiers dans une théorie (et qui manquent donc d'une argumentation élaborée). Un exemple pertinent est constitué par le concept d'«arbitraire du signe» chez Saussure,³³ concept qui a été interprété, plus ou moins abusivement, de diverses façons et qui gagne à être élucidé par la confrontation avec des concepts comme «immotivé», «naturel», «volontaire», «conventionnel», etc.;
- une seconde opération, d'obédience philologique, qui consiste à pratiquer le calibrage de termes en tenant compte d'éléments de datation (chronologie de la terminologie linguistique) et en respectant les consignes élémentaires de deux branches de la critique historique, à savoir la critique heuristique (mise en rapport de termes/concepts avec un certain nombre de faits extérieurs et justification méthodique de la «procédure de découverte») et la critique herméneutique (interprétation contrôlée par des témoignages textuels);³⁴
- une troisième opération, qui — dans le prolongement de la critique herméneutique (ré-appliquée à travers différents textes, différentes traditions, différentes écoles) — consiste à adopter, en bon comparatiste, une attitude circonspecte face aux similarités/identités de surface que présentent les termes étudiés.

Le travail de calibrage est rendu épineux par un certain nombre de facteurs de complexification. Une liste, provisoire, de ces facteurs doit inclure:

- l'insertion «*epochale*»³⁵ des termes: de par leur lien avec une «époque» (une période dans l'histoire culturelle ou une «coupe» plus précise dans

33 Voir à ce propos Engler (1962, 1964) et Swiggers (1984).

34 Pour un exemple concret, voir notre étude concernant le terme de *complément* dans la grammaire française (DE CLERCQ; SWIGGERS, 1990). Voir aussi les remarques méthodologiques de Koerner (1995).

35 Adjectif construit sur le terme grec *epochê* (cf. son usage dans la terminologie métaphysique).

l'histoire des théories scientifiques), les termes techniques,³⁶ voire tout un réseau de réflexions et de pratiques,³⁷ peuvent présenter des contenus très différents à travers le temps;

- le changement de la direction d'application ou de «l'applicable»³⁸ même: les *stemmata* généalogiques de langues présentent une arborescence renversée par rapport à leur source d'inspiration, les *stemmata codicum*; comme exemple du changement de «l'applicable», on peut citer le cas du renversement sémantique des termes *formalis* (formel) et *materialis* (matériel), du Moyen Âge aux Temps Modernes;³⁹
- le changement du définissant: comme exemple, on peut citer le terme de «fonction»,⁴⁰ qui peut être utilisé pour signifier (a) la corrélation référentielle entre une forme et un sens, (b) l'ensemble des signaux constituant un comportement langagier social et intentionnel, et (c) les indices de cohésion discursive et les aspects non linguistiques d'une situation.
- le changement de la procédure qui sous-tend le sens d'un terme.⁴¹

Conclusion

On conclura, en rappelant:

- (a) l'importance d'une systématisation de la terminologie linguistique, dont pourraient tirer profit les sciences du langage et, comme l'avait bien vu Bloomfield (1939), les sciences en général;⁴²

36 Qu'on pense par exemple au terme *ellipse*, qui a évolué d'un terme rhétorico-stylistique vers un terme à focalisation syntaxique en grammaire générative.

37 L'exemple le plus remarquable est sans aucun doute celui d'*étymologie*, terme qui a connu un certain nombre de «conversions» (pré)théoriques, allant de «recherche du vrai sens originel d'un mot» à «étude, à fondement philologique, de l'histoire formelle et sémantique d'un mot»; cf. Swiggers (1995).

38 Nous utilisons le terme *applicable* ici comme substantif (générique): le domaine (les entités) pouvant constituer l'objet de l'application d'un terme.

39 Un autre cas de renversement de contenu est constitué par les termes *subjectif* (lat. *subiectivus*) et *objectif* (lat. *obiectivus*).

40 Voir à ce propos Silverstein (1987) et Swiggers (1986).

41 Qu'on pense aux procédures divergentes qui sous-tendent la «transformation» chez Z. Harris et la «transformation» chez N. Chomsky.

42 Cf. Bloomfield (1939, p. 55-56): "Linguistics is the chief contributor to semiotic. Among the special branches of science, it intervenes between biology, on the one hand, and ethnology, sociology, and psychology, on the other: it stands between physical and cultural anthropology [...] In connection with

- (b) la complexité de la tâche, aux plans historiographique, méthodologique, épistémologique et, aussi, langagier (traduction de termes; harmonisation de la terminologie et du métalangage);
- (c) l'adage que rien n'est simple dans la vie (scientifique); mais on gagne déjà quelque chose si, d'une part, on respecte la *règle de la voie moyenne* (au bord de la route, on risque d'être écrasé et/ou de passer inaperçu) et si, d'autre part, on réussit à ne pas trop faillir à la *maxime du carrefour* (il est bon d'être attentif à ce qui se passe autour de soi et à ce qui s'annonce). Mais, là aussi, la modération est de mise et il ne faut pas succomber à la tentation du «pan-éclectisme»: pour citer Quine, «*one should keep an open mind, but not so open that (y)our brains fall out*».

SWIGGERS, Pierre. The metalanguage of linguistics: reflections on linguistic terminology and terminography. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 9-29, 2010.

ABSTRACT: *This text proposes a frame of reflection, centred on the problem of linguistic terminology and terminography, in close relation to the issue of the metalanguage of linguistics. After a definition of some basic notions (terminology, vocabulary, metalanguage and metasemiotic), and after having outlined a methodical approach to the issue, the various problematic aspects of the definition of (linguistic) terms are examined. The final part of the paper deals with the problem of calibration of technical terms.*

KEYWORDS: *Metalanguage Of Linguistics. Linguistic Terminology. Linguistic Terminography.*

Références

BASSET, L.; BIVILLE, F.; COLOMBAT, B.; SWIGGERS, P.; WOUTERS, A. (Éds.) **Bilinguisme et terminologie grammaticale gréco-latine**. Leuven – Paris: Peeters, 2007.

BLOOMFIELD, L. **Linguistic Aspects of Science**. Chicago: University of Chicago Press, 1939.

BRAUDEL, F. **Civilisation matérielle, économie et capitalisme**. Paris: A. Colin, 1967-70.

BUNGE, M. Philosophical Problems in Linguistics. **Erkenntnis**, v. 21 , p. 107-173, 1984.

science, language is specialized in the direction of forms which successfully communicate handling responses and lend themselves to elaborate reshaping (calculation). To invent and to employ these forms is to carry on mathematics. The critique and theory of scientific speech is the task of logic. [...] Since mathematics is a verbal activity and logic a study of verbal activities, both of these disciplines presuppose linguistics”.

COLOMBAT, B.; SAVELLI, M. (Éds.). **Métalangage et terminologie linguistiques**. Actes du Colloque international de Grenoble (Université Stendhal – Grenoble III, 14–16 mai 1998). Leuven – Paris: Peeters, 2000.

COMRIE, B.; CROFT, W.; LEHMANN, C.; ZAEFFERER, D. A Framework for Descriptive Grammars. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF LINGUISTS, XVth, 9-14 August 1992, Quebec, Université Laval. **Proceedings...** v. 1 (éd. par A. CROCHETIÈRE *et al.*), Sainte-Foy: Presses de l'Université Laval, 1993. p. 159-170.

DAHMEN, W.; HOLTUS, G.; KRAMER, J.; METZELTIN, M.; SCHWEICKARD, W.; WINKELMANN, O. (Éds.). **Kanonbildung in der Romanistik und in den Nachbardisziplinen**. Tübingen: Narr, 2000.

DE CLERCQ, J.; SWIGGERS, P. Le terme '*complément*' au XVIII^e siècle: Remarques sur un concept grammatical. **Travaux de Linguistique et de Philologie**, Paris, v. 28, p. 55-61, 1990.

ENGLER, R. Théorie et critique d'un principe saussurien: l'arbitraire du signe. **Cahiers Ferdinand de Saussure** 19, Genève 19, p. 5-66, 1962.

_____. Compléments à l'arbitraire. **Cahiers Ferdinand de Saussure**, Genève 21, p. 25-32, 1964.

GALISON, P. **Image and Logic**. A material culture of microphysics. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

GOODMAN, N. **Fact, Fiction, and Forecast**. Cambridge: Harvard University Press, 1955.

GOODENOUGH, W.H. **Description and Comparison in Cultural Anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

GREIMAS, A.J. **Sémantique structurale**. Paris: Larousse, 1966.

GRICE, H.P. Logic and Conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J.L. (Éds.) **Syntax and Semantics**. Vol. 3: Speech Acts. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.

_____. Further Notes on Logic and Conversation. In: COLE, P. (Éd.) **Syntax and Semantics**. Vol. 9: Pragmatics. New York: Academic Press, 1978. p. 113-127.

_____. **Studies in the Way of Words**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1989.

HEADLAND, Th.N.; PIKE, K.L.; HARRIS, M. **Emics and Etics**. The insider/outsider debate. Newbury Park: Sage Publications, 1990.

HJELMSLEV, L. **Omkring Sprogteoriens Grundlaeggelse**. København: Munksgaard, 1943.

JACOBSSON, G. **Aktual'nye problemy po lingvističeskoj terminologii**. Göteborg: Institutionen för slaviska språk, Göteborgs universitet, 1980.

JANSE, M.; SWIGGERS, P. Dictionaries of Linguistic Terminology: A Systematic Bibliography. **Orbis**, Leuven, v. 39, p. 209-219, 1997.

KOERNER, E.F.K. 'Metalanguage' in Linguistic Historiography. In: KOERNER, E.F.K. **Professing Linguistic Historiography**. Amsterdam: Benjamins, 1995. p. 27-46.

KUBCZAK, H. Vorschlag zur Unterscheidung von Langue, Metasprache und Metaebene. **Zeitschrift für Germanistische Linguistik**, Leuven, v. 3, p. 314-321, 1975.

KUHN, T.S. Possible Worlds in History of Science. In: ALLÉN, S. (Éd.) **Possible Worlds in Humanities, Arts and Sciences**, Berlin: de Gruyter, 1989. p. 9-32.

LAZARD, G. La linguistique est-elle une science?. **Bulletin de la Société de Linguistique de Paris**, Paris, v. 94, n. 1, p. 67-112, 1999.

MORRIS, C.W. Foundations of the Theory of Signs. In: **International Encyclopedia of Unified Science**. v. I. n. 2, Chicago: University of Chicago Press, 1960.

OGRIN, M. Linguistic Terminology Nowadays. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF LINGUISTS, XVth, 9-14 August 1992, Quebec, Université Laval. **Proceedings...** v. 1 (éd. par A. CROCHETIÈRE *et al.*), Sainte-Foy: Presses de l'Université Laval, 1993. p. 207-210.

PAWŁOWSKI, T. **Begriffsbildung und Definition**. Berlin: de Gruyter, 1980.

POTTIER, B. Histoire de la terminologie grammaticale. In: HOLTUS, G. et al (Éd.) **Lexikon der romanistischen Linguistik**. Vol. I/2. Tübingen: Niemeyer, 2001. p. 913-920.

REY, A. **La terminologie: mots et notions**. Paris: P.U.F, 1979.

REY-DEBOVE, J. **Étude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains**. La Haye – Paris: Mouton, 1971.

_____. **Le métalangage: Étude linguistique du discours sur le langage**. Paris: Le Robert, 1978.

ROBINSON, R. **Definition**. Oxford: Clarendon, 1954. [1962²]

SAVIGNY, E.Von. **Grundkurs im wissenschaftlichen Definieren**. München: DTV, 1970. [1971²]

- SCHON, D. **Invention and the Evolution of Ideas**. London: Tavistock, 1963.
- SEILER, H. **Possession as an Operational Dimension of Language**. Tübingen: Narr, 1983.
- _____. **Language Universals Research: A Synthesis**. Tübingen: Narr, 2000.
- _____. **Universality in Language beyond Grammar**. Selected Writings 1999-2007. Bochum: Brockmeyer, 2007.
- SILVERSTEIN, M. The Three Faces of 'Function': Preliminaries to a Psychology of Language. In: HICKMANN, M. (Éd.) **Social and Functional Approaches to Language and Thought**. Orlando, Academic Press, 1987. p. 17-38.
- SNEED, J.D. **The Logical Structure of Mathematical Physics**. Dordrecht: Reidel, 1971.
- _____. Philosophical Problems in the Empirical Science of Science: A Formal Approach. *Erkenntnis*, v. 10, p. 115-146, 1976.
- STÉFANINI, J. Avant-propos à une histoire de la psychomécanique. In: **Langage et psychomécanique du langage**. Lille : Presses universitaires, 1980. p. 3-14.
- STEGMÜLLER, W. **The Structure and Dynamics of Theories**. Berlin: Springer, 1976.
- _____. **The Structuralist View of Theories**. Berlin: Springer, 1979.
- STRAWSON, P.F. Truth. In: OLSHEWSKY, T.A. (Éd.) **Problems in the Philosophy of Language**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1969.
- SWIGGERS, P. The Projectibility Constraint in Phonological Description. **Theoretical Linguistics**, Berlin, v. 9, p. 203-209, 1982.
- _____. Qu'est-ce qu'une théorie (en) linguistique?. **Modèles linguistiques**, Lille, Tome 5, fasc. 1, p. 3-15, 1983.
- _____. L'arbitraire du signe linguistique. **Neuphilologische Mitteilungen**, Helsinki, v. 85, p. 401-404, 1984.
- _____. Le Cercle linguistique de Prague et les courants structuralistes. À propos de la notion de 'fonction'. In: STANGÉ-ZHIROVOVA, N.; RUBEŠ, J. (Éds.). **Le Cercle linguistique de Prague**. Son activité, ses prolongements. Bruxelles: Université Libre, 1986. p. 69-103.
- _____. Creuser dans l'histoire des sciences du langage: vers une archéologie du savoir linguistique. In: SAINT-GÉRAND J.-Ph. (Éd.) *La constitution du document en histoire des sciences du langage*. **La Licorne**, Poitiers, v. 19, p. 115-134, 1991a.

_____. Le fait comparé. In: JUCQUOIS, G.; SWIGGERS, P. (Éds.) **Le comparatisme devant le miroir**. Louvain-la-Neuve : Peeters, 1991b. p. 47-52.

_____. Forme et sens dans les études étymologiques: une étude transversale des «conversions» d'une discipline. **Quaderni di semantica**, Bologna, n. 10, p. 211-242, 1995.

_____. Pour une systématique de la terminologie linguistique: considérations historiographiques, méthodologiques et épistémologiques. **Mémoires de la Société de Linguistique de Paris**, N.S. Leuven 6, p. 11-49, 1998. (n° spécial: La terminologie linguistique)

_____. Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. In: CORRALES ZUMBADO, C.; DORTA LUIS, J. et al. (Éds.). **Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística**. Madrid: Arco, 2004. p. 113-146.

_____. Another Brick in the Wall. The dynamics of the history of linguistics. In: NOORDEGRAAF, J. *et al.* (Éds.). **Amicitia in Academia**. Composities voor Els Elffers. Münster: Nodus, 2006. p. 21-28.

SWIGGERS, P.; WOUTERS, A. Transferts, contacts, symbiose: l'élaboration de terminologies grammaticales en contexte bi/plurilingue. In: BASSET, L. et al. (Éds.) **Bilinguisme et terminologie grammaticale gréco-latine**. Leuven – Paris: Peeters, 2007. p. 19-36.

VASCENCO, V. **Probleme de terminologie lingvistică**. București: Editura științifică și enciclopedică, 1975.

ZAEFFERER, D. **Options for a Cross-Linguistic Reference Grammar Database**. (ms.)

O TRATAMENTO DA DECLINAÇÃO NOMINAL EM QUÉCHUA. ESTUDO HISTORIOGRÁFICO A PARTIR DA METALINGUAGEM (SÉCULOS XVI-XVII)

Roberta RAGI¹

RESUMO: O objetivo central deste trabalho é estabelecer uma análise comparativa do tratamento da declinação casual nos nomes substantivos em quéchua, e do estatuto das preposições (posposições), como consequência dessa declinação nominal, nas gramáticas produzidas sobre a língua geral andina nos séculos XVI e XVII. Os gramáticos fixados para esse contexto são: Domingo de Santo Tomás, 1560; Anônimo, 1586; Diego González Holguín, 1607; Alonso de Huerta, 1616; Diego de Torres Rubio, 1619; Juan Roxo Mexia y Ocón, 1648; Juan de Aguilar, 1690; Estebán Sancho de Melgar, 1691. Os parâmetros que organizam as análises aqui efetivadas buscam examinar a metalinguagem específica dos autores, relativamente à problemática linguística proposta, levando em conta a sistematização terminológica própria de cada texto gramatical em particular. Para tanto, serão tomadas como diretrizes gerais as metodologias associadas ao campo da Historiografia Linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Linguística. História da Gramática. Metalinguagem. Quéchua. Declinação Nominal.

Introdução

A tradição gramatical quéchua teve início com o trabalho de Santo Tomás (1499-1570), *Grammatica o arte de la lengua general de los incas de los reynos del Peru*, publicado em Valladolid, no ano de 1560. Trata-se

¹ Doutoranda em Linguística pelo Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP); São Paulo, Brasil. E-mail para contato: robertaragi@gmail.com

da única gramática dominicana feita sobre o quéchuá, no período colonial. Nesse primeiro momento da pós-conquista peruana, empreendida objetivamente entre os anos de 1531 e 1533, dominicanos como Jerónimo de Loaysa, O.P. (1543-1575), arcebispo e coordenador dos dois primeiros concílios provinciais de Lima, e Bartolomé de Las Casas, O.P. (1484-1566), cronista e teólogo de quem Santo Tomás foi amigo e colaborador direto, representaram um papel de liderança nas atividades missionárias impostas à região andina. Foram os dominicanos, portanto, atores importantes na constituição do “clima de opinião” (cf. KOERNER, 1996, p. 114) que organizou as bases do primeiro projeto de colonização para o Peru e as diretrizes das tarefas catequéticas que o determinavam.

Nesse contexto, emergiu a gramática de Santo Tomás (1560), tomando, abertamente, como modelo descritivo, a teoria das partes do discurso. A referência explícita à produção linguística de Antonio de Nebrija (1441-1522), à página 15 do segundo Prólogo da gramática dominicana (SANTO TOMÁS, [1560]1995), oferece boa evidência da filiação da Arte de 1560 ao modelo teórico greco-latino. A citação a seguir configura, igualmente, uma segunda evidência desse mesmo processo: “Y porque, como se ha tocado, este arte se haze para ecclesiásticos que tienen noticia de la lengua latina va conforme a la arte della” (SANTO TOMÁS, [1560] 1995, p. 15).

A segunda gramática quéchuá, de autoria anônima, foi editada por Antonio Ricardo (s.d.), em Lima, no ano de 1586, *Arte y vocabulario en la lengua general del Peru llamada quichua, y en la lengua española*. Contrariamente ao primeiro período da pós-conquista, liderado pelos dominicanos, foram os jesuítas, nesse segundo momento, os responsáveis pela coordenação intelectual do Terceiro Concílio Limenho (1582-1583), na pessoa de José de Acosta, S.J. (1539-1600), e pela adaptação do projeto de colonização peruano às rígidas sanções do Concílio Tridentino (1545-1563).² A Arte quéchuá de 1586, em boa medida, foi capaz de registrar essas alterações da política colonial peruana que geraram mudanças consideráveis na política linguística efetivada para o período.³

2 Como ampliação dessa problemática: Agnolin, 2007a; Agnolin, 2007b; Barnadas, 1998; Lagorio, 2003; Mello e Souza, 1992.

3 Mais sobre o assunto em: Ragi, 2009. *Dominicanos e jesuítas na emergência da tradição gramatical quéchuá – século XVI*; estudo historiográfico do tipo ‘correlativo’, nos termos de Swiggers (2009, p. 71), sobre as relações entre a Política Linguística peruana e os trabalhos gramaticais publicados sobre o Quéchuá em 1560 e 1586.

As seis gramáticas produzidas sobre o quéchua, no século subsequente (século XVII), foram escritas sob a vigência dos decretos do Terceiro Concílio e publicadas todas em Lima, sem exceção: a terceira delas, *Gramatica y arte nueva de la lengua general de todo el Peru, llamada lengua Quichua, o lengua del Inca*, foi escrita pelo jesuíta Diego González Holguín (1560-1620) e publicada no ano de 1607; a quarta, *Arte de la lengua Quechua general de los Yndios de este Reyno del Peru*, foi escrita por Alonso de Huerta (s.d.), catedrático da língua quéchua na Universidade de Lima, e publicada em 1616; a quinta, *Arte de la lengua quichua*, foi escrita por outro jesuíta, Diego de Torres Rubio (1547-1638), e publicada em 1619 (com reedições em 1700 e 1754); a sexta, *Arte de la lengua general de los indios del Peru*, escrita pelo cusquenho Juan Roxo Mexia y Ocón (1602-1648), foi publicada no ano de 1648; a sétima, *Arte de la lengua Quichua general de Indios del Peru*, escrita pelo licenciado Juan de Aguilar (s.d.), em 1690; e, finalmente, a oitava, *Arte de la lengua general del Inga llamada Qquechhua*, foi composta por Estebán Sancho de Melgar (s.d.), catedrático da língua quéchua na Igreja Metropolitana de Lima, e publicada em 1691.⁴

Todos esses trabalhos linguísticos orientaram-se, como aqui já se mencionou, pelo modelo latino das oito partes do discurso: nomes, pronomes, verbos, participípios, advérbios, preposições, conjunções e interjeições. Nesse modelo, tal como observa Auroux (1992), a palavra é a unidade de análise privilegiada e só pode ser delimitada pela oposição entre derivação e flexão. De outro modo: a flexão, no interior do paradigma organizado pela palavra, é a flexão de uma mesma palavra; o sistema derivacional, por oposição, é responsável pela formação de palavras novas. As propriedades flexionais específicas de uma dada palavra definem-na enquanto tal:

[...] há uma correlação muito forte na tradição ocidental entre o papel das classes de palavras e a oposição flexão/derivação: Singh & Ford notam que um morfema é uma flexão (e não um afixo derivacional) se ele é membro de um paradigma de formas que serve para caracterizar uma parte do discurso. Uma parte do discurso corresponde, quanto a ela, a possibilidades flexionais próprias. (AUROUX, 1992, p. 103)

4 As edições das gramáticas utilizadas neste trabalho estão indicadas claramente nas Referências Bibliográficas. As citações aos textos gramaticais originais também explicitam a edição em uso. Registre-se que, salvo a gramática dominicana, foram utilizadas, invariavelmente, as primeiras edições dos textos originais.

Esse fato justifica que, na gramática antiga, o particípio seja concebido como uma parte do discurso distinta do nome e do verbo (cf. AUROUX, 1992, p. 103), por apresentar propriedades flexionais próprias. Esse mesmo fato, da perspectiva dos autores fixados para este trabalho, explica, igualmente, que substantivos e adjetivos pertençam a uma mesma classe de palavras, a classe dos nomes, uma vez que nomes substantivos e nomes adjetivos, segundo o referencial latino, revelam propriedades flexionais semelhantes.

Todavia, o modelo teórico das partes do discurso conjuga, como todo modelo teórico, ou científico (cf. LAKATOS, 1999), certo grau de variabilidade metodológica. Não é diferente no nosso caso: os gramáticos do quéchuá, entre os séculos XVI e XVII, ora penderão para uma metodologia mais afeita às *Introducciones Latinas* (1488), de Nebrija, ora para uma descrição mais aproximada das diretrizes impostas pela *Gramática de la lengua castellana* (NEBRIJA, [1492] 1992).

De toda maneira, essas variações metodológicas implicam estratégias distintas no que diz respeito ao tratamento da declinação de caso nominal em quéchuá e, conseqüentemente, na definição do papel das preposições, ou posposições, nesse contexto, como se verá a seguir. Antes de considerar essas flutuações metodológicas como indício de análises imperfeitas, ou mesmo desqualificadas, busca-se, neste trabalho, compreender-lhes em suas funcionalidades epistemológicas específicas (cf. AUROUX, 1992, p. 108).

Quais são, afinal, os parâmetros de análise que circunscrevem o tratamento da declinação de caso nominal em quéchuá, no período aqui fixado? Os nomes substantivos declinam ou não declinam? De que maneira, no repertório terminográfico de cada autor (cf. SWIGGERS, 2010), definem-se as funções das preposições ou posposições quéchuas, mediante a declinação do nome substantivo? Esses são os questionamentos essenciais que mobilizam este trabalho.

Desenvolvimento

Quando se analisa o tratamento dado à categoria de caso nominal, relativamente aos nomes substantivos, nas gramáticas produzidas sobre o quéchuá, entre os séculos XVI e XVII, chama atenção a recorrência da metodologia empregada, mas, também, as peculiaridades dos recursos descritivos que o exame dos diversos gramáticos do período nos impõe.

Observe-se, inicialmente, que, para descrever o nome substantivo quéchuá como um nome não declinável (fato que a maioria dos autores assume,

ao menos no período aqui definido), houve o necessário reposicionamento de outra parte do discurso, a preposição, que, nesse contexto, passa a ser nomeada como posposição (voltaremos a esse ponto mais à frente). Essa opção descritiva foi também verificada na tradição gramatical tupi (cf. ALTMAN, 2007; ALTMAN, 2009). Todavia, como se sabe, a primeira gramática feita sobre o quéchua (SANTO TOMÁS, 1560) antecede a gramática inaugural elaborada sobre o Tupi (ANCHIETA, [1595]1990) em, pelo menos, três décadas.

Certamente, o modelo teórico das partes do discurso, em sua conformação latina ou vernacular, apresentou desafios consideráveis, aos gramáticos das línguas ameríndias, dadas as distintas tipologias linguísticas em questão. A natureza aglutinante do quéchua, destacada por linguistas contemporâneos (cf. CALVO PÉREZ, 1993, p. 34; CERRÓN-PALOMINO, 2003, p. 261), diferentemente do Espanhol e do Latim, sobrepõe a morfologia derivativa à flexional, estabelecendo, desse modo, para os primeiros gramáticos da língua andina, desafios descritivos importantes.

Cerrón-Palomino (2003) descreve a estrutura do vocábulo quéchua da seguinte maneira: à raiz, agregam-se os morfemas derivativos, a estes, os morfemas flexionais e, por fim, encerrando o vocábulo, são dispostos os morfemas independentes (incluem-se, nesse último grupo, os conhecidos validadores em quéchua). O esquema a seguir ilustra essa formação:

Estrutura do vocábulo quéchua
(cf. CERRÓN-PALOMINO 2003, p. 267)

Raiz	Sufixos derivativos	Sufixos flexionais	Sufixos independentes
------	---------------------	--------------------	-----------------------

A categoria de caso nominal, por sua vez, é tratada, pelo quechuísta, como um dos traços flexionais do vocábulo e apresentada da seguinte maneira:

Ordenamento dos sufixos flexionais no vocábulo nominal quéchua
(cf. CERRÓN-PALOMINO 2003, p. 271)

Sufixos de pessoa	Sufixos de número	Sufixos de caso
-------------------	-------------------	-----------------

Vejam, na sequência, as estratégias descritivas propostas por Santo Tomás à categoria de caso nominal, em seu quadro teórico e epistemológico próprio.

Santo Tomás [1560]1995

Para o primeiro dos gramáticos do quéchua, no século XVI, o nome substantivo, na língua geral andina, não apresenta caso com declinação. Ocupado em descrever as propriedades do nome, no segundo capítulo de sua gramática, Santo Tomás afirma o seguinte:

Acerca de la primera parte de la oración (que es nombre) es de notar que en esta lengua general de los indios, como en las demás lenguas, el nombre tiene su diversa manera de significar, de tal manera que unos son substantivos y otros adjetivos [...] Assí mismo tiene sus propiedades que le convienen (calidad, especie, género, número, figura, declinación) [...] Cerca de la sexta y última propiedad (de los nombres), que es declinación, es de notar que no ay en esta lengua declinación ninguna sino que todos los nombres son indeclinables en sí, como en nuestra lengua española, en la qual ningún nombre se declina [...] Assí, acá en esta lengua general de los indios todos los nombres en sí son invariables, y no ay en ellos variación alguna, sino que por ciertas partículas o artículos que se añaden a los casos se conoscien si es nominativo o genitivo. Y aunque esto sea assí verdad, que el nombre en sí sea indeclinable, pero porque los artículos que se le añaden parece que se hazen un mismo término con él, y éstos entre entre sí son diversos como abaxo se verá, me parece se puede y debe dezir que todos los nombres y demás partes de la oración declinables tengan una declinación, no por parte dellos, sino por razón de la diversidad de los artículos. (SANTO TOMÁS, [1560]1995, p. 21-25)

Acompanhando de perto o quadro universalista de Nebrija ([1488] 1996), Santo Tomás, ao enumerar os acidentes do nome, aqui identificados como propriedades do nome (“calidad, especie, género, número, figura, declinación”), informa-nos que o nome quéchua não apresenta declinação, isto é, caso com declinação. Entretanto, ainda assim, admite que tais nomes sofram declinação, não por serem, em si, declináveis, mas por se ligarem a “artículos” ou “partículas” diversas. Aparentemente, na exposição do autor, esses “artículos” ou “partículas”, responsáveis pela declinação nominal, associam-se aos nomes e fazem, com ele, “un mismo término”.

Segue-se, então, na descrição do gramático, o paradigma da declinação dos nomes substantivos, nos quais as “partículas”, responsáveis pelo caso nominal, compõem um único termo com o nome tomado como exemplo, à exceção do vocativo, determinado pelas interjeições “xé” ou “xay”, e do nominativo, caso não marcado em quéchua (cf. SANTO TOMÁS, [1560]1995, p. 27):

Nominativo → yayánc → el señor
 Genitivo → yayáncpa → del señor
 Dativo → yayáncpac → para el señor
 Accusativo → yayáncnta / yayáncman → al señor
 Vocativo → xé, o xay yayánc → ¡o, señor!
 Ablativo → yayáncpi / yayáncmanta → en el señor / del señor
 Effectivo → yayáncguan / con el señor

A partícula “ta”, de acusativo, liga-se a verbos que expressam quietude, como em “yo veo al señor” – “yayáncnta ricúni”. Por outro lado, a partícula “man”, de acusativo, é empregada com verbos de movimento, como em “voy al señor” – “yayáncman ríni”. Do mesmo modo, o “artículo pi”, de ablativo, denota quietude, como em “en el señor se hizo” – “yayáncpi rurásca”; e o “artículo manta”, de ablativo, caracteriza movimento, como em “vino del señor” – “yayáncmanta xamúrca” (cf. SANTO TOMÁS [1560]1995, p. 26-27). Essa oposição estrutural, envolvendo os conceitos de quietude e movimento, será mantida em vários outros gramáticos coloniais, como se poderá constatar a seguir.

Ao examinar as preposições (quinta parte da oração), no décimo primeiro capítulo de sua gramática, Santo Tomás enuncia:

[...] en esta lengua estas preposiciones se hallan solamente en la primera manera conviene a saber: rigiendo y determinando casos en los nombres, pronombres y participios, pero nunca se hallan juntas con verbos ni con las otras partes de la oración por composición. Las quales [las preposiciones] son todas las partículas dichas en la declinación del nombre; porque todas ellas de tal manera son artículos de aquellos casos, que son juntamente preposiciones dellos [...] Y aunque lo son en la significación / [fol. 51] y officio, pero en el sitio son postposiciones que siempre se postponen a los tales casos. ([1560]1995, p. 106)

O excerto demonstra, claramente, a estratégia descritiva e metalinguística do autor: especificar o papel da preposição, na língua quéchua, como termo definidor de caso. As preposições, por composição com nomes, pronomes e participios, formariam, salvo em nominativo e vocativo, palavras complexas⁵ em quéchua. Pois bem, como essas preposições, na perspectiva do dominicano,

5 *Palavras complexas*, na sistematização terminológica de Santo Tomás, em oposição a *palavras simples*, são aquelas formadas por dois ou mais termos; de maneira análoga, na gramática normativa atual, esse termo (*palavra complexa*) equivaleria, guardados os contextos epistemológicos em questão, à *palavra composta*, isto é, formada por dois ou mais radicais, por oposição à *palavra simples*, formada por um único radical.

eram sempre empregadas na porção final da palavra (conforme assinala também Cerrón-Palomino, tal como apresentado anteriormente), elas deveriam chamar-se posposições, já que, via de regra, encerravam o “término” quéchua:⁶ eis, aqui, um exemplo evidente de calibragem terminológica (cf. SWIGGERS, 2010), no qual o termo clássico preposição investe-se de outro significante para designar as alterações morfossintáticas em questão.

Note-se, ainda, que os termos “posposiciones”, “artículos” e “partículas”, como indicam os fragmentos supracitados, são tomados uns pelos outros, ainda que a especialização da posposição, como termo marcador de caso, quando associada a nomes, pronomes e participios, esteja bem definida. É o que atesta, uma vez mais, o trecho a seguir, em que a expressão preposição casual permuta com artigo casual:

Sácanse desta regla todas las dictiones de dos síllabas quando se les añade alguna partícula, por ornato o por otra qualquier vía; o la preposición o artículo cassual (sic); que entonces, aunque tenga tres síllabas o más, guardan el mismo accentto que quando eran de dos síllabas [...] (SANTO TOMÁS, [1560]1995, p. 160)

Dessa maneira, apesar de seguir de perto as Introducciones latinas de Nebrija ([1488]1996), quanto à estrutura universalista, de um modo geral, e ao estabelecimento das oito partes do discurso, em particular, Santo Tomás parece muito mais inclinado à metodologia da *Gramática de la lengua castellana* (NEBRIJA, [1492] 1992), no que diz respeito à descrição do caso nominal em quéchua. Tal como no espanhol, os nomes substantivos, na língua geral andina, não declinam: são as preposições, melhor chamadas de posposições, as verdadeiras responsáveis por garantir a categoria de caso em quéchua.

Anônimo 1586

A segunda gramática quéchua, escrita no final do século XVI, seguindo a lógica pragmática e fundamentalmente normativa do Terceiro Concílio Limenho, organiza-se em apenas 80 páginas, quase 100 páginas a menos que sua

6 As *partículas de adorno*, entretanto, quando empregadas, colocavam-se depois das posposições, na estrutura sintagmática do vocábulo. Foram descritas como *partículas de adorno*, por exemplo, os validadores típicos do quéchua (morfemas independentes, na metalinguagem utilizada por Cerrón-Palomino), como o “mi” e o “si”, indicando, respectivamente, “informação testemunhada pessoalmente pelo enunciador” e “informação que o enunciador enuncia de segunda mão”.

antecessora. Nesse novo formato, econômico e objetivo, mantêm-se, sem grandes alterações, as estratégias descritivas em relação ao caso nominal dos nomes substantivos. Também no Anônimo, os nomes são indeclináveis, enquanto as posições são as marcadoras de caso, sem declinação:

La declinacion es una sola para todos los nombres pronombres participios, y finalmente para todas las dictiones que se pueden declinar como nombres [...] todas ellas se reduzen a una, no se haze por variacion de casos como en la Latina, sino por adicion de ciertas particulas sobre el Nominativo, las quales siempre se posponen al nombre en la variacion, y oracion. (ANÔNIMO, 1586, p. 2r)

O paradigma dos casos do nome substantivo, mediante as posições, é assim apresentado (cf. ANÔNIMO, 1586, p. 3r):

Nominativo → runa → el hombre

Genitivo → runap → del hombre

Dativo → runapac → para el hombre

Acusativo → runacta / runaman → al hombre

Vocativo → runa → o hombre

Ablativo → runapi / runamanta / runahuan → en el hombre / del hombre / con el hombre (effectivo)

À exceção do caso effectivo, incorporado ao caso ablativo, a descrição da categoria de caso nominal, no Anônimo, é bastante semelhante à descrição proposta por Santo Tomás. Em linhas gerais, restam mantidas as estratégias metodológicas formalizadas na gramática dominicana, para esse tema.

González Holguín 1607

González Holguín é frequentemente apontado por historiógrafos e quechuístas (cf. CALVO PÉREZ, 1994, p. 77) como um autor diferenciado. Sua gramática é a única, sem dúvida, a propor um tratamento realmente alternativo a Santo Tomás no que diz respeito à categoria de caso dos nomes substantivos, no século XVII. Na primeira página da Arte de 1607, o autor discute a declinação dos nomes:

DISCIPULO. Que cosa es declinar nombres? MAESTRO. Es mostrar de quantas maneras puede un nombre acabarse, y quantas terminaciones tiene, que se llaman

casos, los cuales son seys, cada uno conocido por su propia terminacion, que son estas particulas, que no significan nada, sino señalar cada una su caso. (GONZÁLEZ HOLGUÍN, 1607, p. 1r)

Em seguida, apresenta seu paradigma para o nome substantivo, mediante a declinação por partículas e por preposições (cf. GONZÁLEZ HOLGUÍN, 1607, pp. 1v-2r):

Nominativo → ccari → el varon
Genitivo → ccarip → del varon
Dativo → ccaripac → para el varon
Acusativo → ccaricta → al varon
Vocativo → A, ccari ya → o hombre
Ablativo → ccari huan → con el varon

O curioso, no caso do jesuíta, é que apenas as terminações de genitivo, dativo e acusativo são consideradas, verdadeiramente, marcas de declinação nominal, dadas por partículas flexionais (cf. GONZÁLEZ HOLGUÍN, 1607, p. 1v). Para o autor, o que identifica o caso ablativo são as preposições simples e não uma autêntica declinação nominal, como acontece com o genitivo, o dativo e o acusativo:

[...] lo primero que se ofrece disputar de las preposiciones, es, de que caso sean, o que caso rijan, y se emos de seguir la regla que dan los gramaticos en todas las artes para que una preposicion sea de algun caso, o le rija, ha se de poner el caso con su particula propria (p) o (pac) o (cta) y luego la preposicion, como para ser (ad) en Latin preposicion de acusativo, dezimos (ad Deum) y no (ad Deus), y assi para ser de acusativo la preposicion (man) hauia de ponerse sobre a particula de acusativo (cta) como, yglesiactaman, a la yglesia. Mas no es assi, ni tal se puede dezir, sino (yglesiaman) e por esso (man) no es preposicion de acusativo, porque yglesia, no es acusativo, que lo avia de ser para que lo llamase de acusativo, y dezir que es otro acusativo de movimiento, no ay tal acusativo para movimiento en ninguna lengua, ni dos acusativos [...] assi como en Latin (ad) es de acusativo, no porque diga movimiento, sino porque cae sobre la particula de acusativo (Deum) y no (Deo) ni (Deus) assi aca (man) es de ablativo porque cae sobre el caso que no tiene particula, que es el ablativo, ni ay otra preposicion ninguna que sea de acusativo ni de dativo, porque no se puede poner con ninguna preposicion el (pac) de dativo, ni el (cta) de acusativo; mas guardando esta regla yo hallo que las preposiciones se dividen en dos casos no mas; unas que son de genitivo, y otras de ablativo, porque ay muchas, como se vee abaxo, que piden genitivo con su particula [...] sobre el genitivo se pone la preposicion. (GONZÁLEZ HOLGUIN, 1607, p. 133v)

O fragmento evidencia que, para González Holguín, o nome quéchua declina, efetivamente, e preposições e partículas são conceitos muito distintos, na terminografia própria do autor (cf. SWIGGERS, 2010): a partícula marca a declinação (flexão) nominal, o caso com declinação, típico do nome substantivo, tal como descreve Nebrija para o latim (cf. NEBRIJA, [1488] 1996, p. 101) e, excetuando-se o caso nominativo e o caso vocativo, registram-se, em quéchua, segundo Holguín, três casos concretos de declinação nominal – genitivo, dativo e acusativo; por outro lado, a preposição simples marca o caso ablativo, caso este para o qual os nomes substantivos não apresentam partícula de declinação (flexão) específica. Desse modo, o caso ablativo, em quéchua, em relação aos nomes substantivos, é dado como um caso sem declinação, o mesmo tipo de caso que Nebrija descreve para as preposições (cf. NEBRIJA, [1488] 1996, p. 118).

O excerto demonstra, ainda, que a oposição dada pelas ideias de quietude e movimento, para justificar a identificação de duas posposições de acusativo, nas gramáticas anteriores (SANTO TOMÁS, [1560]1995; ANÔNIMO, 1586), é igualmente negada por Holguín, que considera “man” como preposição simples de ablativo.

Observe-se, portanto, nesse contexto, a maior proximidade do autor em relação aos referenciais teórico-metodológicos das *Introducciones Latinas* (1488), de Nebrija. Em oposição às estratégias originais dominicanas, que indiferenciam partículas e preposições (posposições) e assumem a não declinação do nome quéchua, González Holguín afirma a existência do *caso com declinação*, para os nomes substantivos declinados em genitivo, acusativo e dativo, e do *caso sem declinação*, para o ablativo e o genitivo, mediante, respectivamente, as preposições simples e as preposições compostas.⁷

Além da evidente filiação do autor ao modelo latino de referência, a partir das *Introducciones Latinas*, de Nebrija (1488), poder-se-iam destacar, ainda, outras motivações descritivas relacionadas a esses deslizamentos metodológicos e metalinguísticos na gramática de 1607: muito provavelmente, o fenômeno da declinação nominal genitivada, contemporaneamente nomeado como sobredeclinação (cf. CALVO PÉREZ, 1993, p. 335), descrito pela primeira

7 As preposições de genitivo, ditas compostas, associam-se, no mais das vezes, a pronomes possessivos, segundo Holguín. Em contrapartida, as preposições de ablativo, na sistematização do autor, ligam-se diretamente aos nomes, sem composição com outras partículas ou partes da oração, e por isso são chamadas simples.

vez, nesta tradição, justamente por González Holguín, tenha contribuído para efetivar tais alterações. A declinação genitivada é aquela em que um genitivo é tomado como nominativo e declinado uma segunda vez:

Para hazer essa significacion, lo que es de alguno, o lo que es suyo, de aquel nombre que posee, toman el genitivo e declinadlo otra vez, y esto no de una, sino de muchas maneras galanas [...] (GONZÁLEZ HOLGUÍN, 1607, p. 6v)

O paradigma da declinação genitivada apresentado pelo autor ajuda a compreender o fenômeno linguístico em questão (cf. GONZÁLEZ HOLGUÍN, 1607, p. 6v):

Nominativo → runap → lo que es del hombre
Genitivo → runappa → de lo que es del hombre
Dativo → runappac → para lo que es del hombre
Acusativo → runapta → a lo que es del hombre
Ablativo → runaphuan → con el que es del hombre

Com efeito, a declinação nominal genitivada justifica, da perspectiva interna, a motivação de Holguín em considerar dois tipos de caso genitivo em quéchua: o caso genitivo com declinação, dado pela partícula “p” (terminação do nome); e o caso genitivo sem declinação, dado pelas preposições compostas de genitivo, como “ccayllan” (que significa ‘junto a’). O caso genitivo dado por declinação (com “p”) é, justamente, aquele que se presta, nesse contexto, a estabelecer a declinação genitivada, por oposição ao caso genitivo preposicionado, no qual um nome já declinado no genitivo liga-se a uma preposição composta de genitivo, como em “iglesiap ccaylan” (‘próximo à igreja’) (cf. GONZÁLEZ HOLGUÍN, 1607, p. 134r).

Do mesmo modo, em relação às preposições simples de ablativo, o autor mantém, como vimos, para os nomes substantivos, o caso sem declinação. Essa escolha descritiva justifica-se, na sistematização própria de Holguín, pelo fato de serem muitas as preposições (posposições) de ablativo, em quéchua, tal como se observa pelos paradigmas de caso nominal transcritos anteriormente (“pi”, “huan”, “manta”). Perseguindo uma descrição econômica para o caso nominal, o autor assume, então, que o caso ablativo seja sempre estruturado por preposições simples.

As estratégias metalinguísticas de Holguín revelam, sem dúvida, no que diz respeito à declinação do nome quéchua, enorme esforço metodológico adicional para manter a coerência descritiva segundo as diretrizes teóricas do modelo latino de referência. Todavia, se, de um lado, o autor mantém-se cioso quanto às adaptações do modelo latino ao repertório gramatical quéchua, de outro, é inegável seu empenho descritivo em formalizar novo tratamento metodológico para a declinação nominal na língua andina.

Huerta [1616]1993

A gramática de 1616, do clérigo Alonso de Huerta, catedrático da Universidade de Lima, retoma os traços fundamentais da descrição de Santo Tomás e do Anônimo: os nomes substantivos não declinam e a marca de caso é assegurada, aos nomes, pelas posições:

La declinación en esta lengua es una para todo nombre, pronombre o participio declinable. Hácese no por variación de casos, como en la lengua latina, sino por adición de letras o partículas [...] (HUERTA, [1616]1993, p. 21)

O paradigma dos nomes substantivos mediante a marcação de casos dada pelas posições é o seguinte (cf. HUERTA, [1616]1993, p. 23):

Nominativo → *yaya* → *el padre*

Genitivo → *yayap* → *del padre*

Dativo → *yayapac* → *para el padre*

Acusativo → *yayata* / *yayaman* → *al padre*

Vocativo → *a yaya* / *yayaya* → *oh el padre! hola padre*

Ablativo → *yayapi* → *en el padre*

Ablativo → *yayamanta* → *del padre o según el padre*

Ablativo → *yayahuan* → *con el padre*

Ablativo → *yayaraycu* → *por amor del padre*

Ablativo → *yayachau* → *en el padre (na região de Chinchaysuyo)*

Com pequenas alterações relacionadas, principalmente ao vocativo e ao ablativo, com a introdução, neste último, de uma posição típica da região de Chinchaysuyo, “chau”, em substituição ao “pi”, mantêm-se, intactas, as formas descritas anteriormente.

Em relação às posposições, Huerta parece, mais uma vez, repetir a fórmula dominicana, afirmando, ainda, que as posposições (preposições) entram em composição com verbos, e não apenas com nomes, pronomes e participios, o que acentua a complexidade do comportamento dessa parte do discurso, que não se limita, está claro, pela determinação casual:

La proposición (sic) es cierta partícula indeclinable que se puede llamar mejor en esta lengua posposición o interposición que proposición (sic), por posponerse e interponerse y no anteponerse. La cual partícula llegada al nombre o verbo le declara y varía su significación. Son unas proposiciones (sic) de todos los casos, que son con las que se hace la declinación; [...] Las otras [preposiciones] son de composiciones de verbos con que se forman los derivativos. (HUERTA, [1616]1993, pp. 77-78)

Torres Rubio 1619

Em Torres Rubio, verifica-se, igualmente, a manutenção da estratégia dominicana no tratamento da declinação nominal. Os nomes são indeclináveis e as partículas ou “notas” que se pospõem a eles lhes garantem a variação de caso. Os nomes têm, portanto, caso sem declinação:

En esta lengua no ay mas que una declinacion, por la qual se declinan todos los nombres y las demas partes declinables. En ella los casos no se conocen por la terminacion como en la latina, sino por ciertas particulas, o notas que se posponen a cada caso. (TORRES RUBIO, 1619, p. 1r)

Seu paradigma de variação nominal é bastante semelhante ao do Anônimo, repetindo, inclusive, o exemplo selecionado, com o nome “runa” (‘homem’) (cf. TORRES RUBIO, 1619, p. 1v):

Nominativo → runa → el hombre

Genitivo → runap → del hombre

Dativo → runapac → para el hombre

Acusativo → runacta / runaman → al hombre

Vocativo → runay → o hombre

Ablativo → runapi / runamanta → en el hombre / del hombre

Effectivo → runahuan → con el hombre

Pouco interessado em detalhar o comportamento sintático ou morfológico das preposições, em seu econômico formato gramatical, o autor diz, apenas, como vários de seus antecessores, que as preposições, em quéchua, se pospõem aos nomes, invariavelmente:

Lo que ay que notar en la preposicion es que siempre se pospone [...] se varian con las particulas de acusativo e ablativo [...] otras que se varian con estas de acusativo e ablativo, y juntamente con las particulas de possession [...] (TORRES RUBIO, 1619, p. 33r-33v)

Sem dúvida, a polêmica instaurada por González Holguín, sobre a declinação ou não do nome quéchua, envolvendo o estatuto da preposição, não ocupa a reflexão de Torres Rubio, que parece ter por referência, neste caso, muito mais o modelo do Anônimo, em composição com Santo Tomás.

Mexia y Ocón 1648

Os parágrafos introdutórios de Mexia y Ocón sobre o caso dos nomes substantivos deixam dúvida sobre a declinação nominal:

Los casos de los nombres, excepto el nominatiuo (que le constituye el nombre solo) se varian por adición de particulas [...] Y con ellas siempre pospuestas (excepto la A del vocativo) se declinan los dichos nombres [...] (MEXIA Y OCÓN, 1648, p. 2r)

Afinal, seriam essas partículas, pospostas ao nome, preposições, ou não? Dito de outra maneira: o termo partícula, na terminografia do autor, é um termo genérico, como na metodologia dominicana, que permuta com o termo posposição, ou seria um termo específico, como em González Holguín, em oposição à posposição (ou preposição), que marca objetivamente a declinação de caso nominal? Observe-se, de toda maneira, que Mexia y Ocón opta pela distinção visual das partículas indicadoras de caso, como se verifica no paradigma a seguir (cf. MEXIA Y OCÓN, 1648, p. 2r-2v):

Nominativo → ccoya → la princesa
 Genitivo → ccoya-p → de la princesa
 Dativo → ccoya-pacc → para la princesa

Acusativo → ccoya-cta → a la princesa

Acusativo → ccoya-ta → a la princesa

Acusativo → ccoya-man → a la princesa

Vocativo → a-ccoya / ccoya-ya → o princesa

Ablativo → ccoya-pi → en la princesa

Ablativo → ccoya-raycu → por amor o por causa de la princesa

Ablativo → ccoya-huan → con la princesa

Ablativo → ccoya-manta → de, o segun, o conforme la voluntad de la princesa

De fato, também aqui, a intencionalidade didática do enunciador, que organiza e define as coerções do gênero Arte Gramatical, sobrepõe-se às motivações descritivas de natureza teórico-metodológica. O autor, em seções posteriores, rezando em conformidade com o dominicano, parece permutar os termos partícula e posposição, inclinando-se, dessa forma, a admitir, com Santo Tomás, que o nome varia conforme o caso, sim, mas apenas mediante a regência das posposições:

Hallanse en esta lengua las ocho partes de la oracion, nombre, pronombre, verbo, participio, posposicion, adverbio, interjeccion, y conjuncion. Dixe posposicion porque las particulas, que en Latin, y Español se anteponen (de donde se llamaron preposiciones) las que en esta lengua les corresponden siempre se posponen, como se ha visto en la declinacion de los casos de los nombres. (MEXIA Y OCÓN, 1648, p. 25r-25v)

De toda forma, conquanto o rigor terminológico pareça não determinar as estratégias descritivas do autor, é interessante observar que, para Mexia Y Ocón, as preposições (posposições) não se caracterizam, apenas, por determinar o caso nominal em quéchua. A partícula ou posposição “ta”, independente de como se nomeie, pode, às vezes, marcar acusativo e, outras vezes, reproduzir o sentido da preposição “por”; do mesmo modo, a partícula “raycu” pode ocorrer em nomes de caso ablativo ou compor e estrutura de um advérbio:

No ay en esta lengua, como en la Latina, preposiciones que rigen los casos, Ay si, unas particulas, que los denotan [...] Las quales no son siempre constantes, en regir siempre un caso. Pues como allí se podrá ver unas vezes rigen uno, y otras otro. Como Ta que es nota de acusativo, unas vezes significa Por, y Raycu que es nota de ablativo, otras vezes es solo causal, que corresponde al adverbio cuia [...] (MEXIA Y OCÓN, 1648, p. 72r-72v)

Aguilar [1690] 1939

No final do século XVII, Aguilar conserva, mais uma vez, as linhas gerais do tratamento dado ao caso nominal por Santo Tomás. No primeiro parágrafo de sua gramática, enuncia:

Las partes de la oracion en esta lengua de los Indios son ocho, nombre, pronombre, verbo, participio, posposicion, adverbio, interjecion y conjuncion. Digo posposicion, porque las particulas, que en Latin se anteponen (de donde se llamaron preposiciones) las que en esta lengua les corresponden, se llaman posposiciones, porque siempre se posponen, como se vera en la declinacion de los nombres. (AGUILAR, [1690] 1939, p. 3)

O paradigma da variação dos nomes, mediante a posposição de caso, apresenta-se da seguinte forma (cf. Aguilar, [1690] 1939, p. 4-5):

Nominativo → ccoya → la reyna
 Genitivo → ccoyap → de la reyna
 Dativo → ccoyapacc → para la reyna
 Acusativo → ccoyacta → a la reyna
 Acusativo → ccoya cama → hasta la reyna
 Acusativo → ccoyaman → a la reyna
 Vocativo → a ccoya / ccoyaya → o reyna
 Ablativo → ccoyapi → en la reyna
 Ablativo → ccoyamanta → de, o segun, o conforme la reyna
 Ablativo → ccoyhuan → con la reyna
 Ablativo → ccoyaraycu → por amor o por causa de la reyna
 Ablativo → ccoyanacc → sin la reyna

Melgar 1691

Por fim, a última gramática produzida sobre o quéchua, no século XVII, a gramática de Estebán Sancho de Melgar, consagra, uma vez mais, as estratégias descritivas do caso nominal e das posposições, nessa tradição: “Una sola declinacion hay en esta lengua, y por ella se declinan substantivos, y adjetivos, pronombres, y participios. Hazese, no por variacion de casos, sino por adiccion de particulas pospuestas” (MELGAR, 1691, fol. 1r).

O paradigma dos nomes substantivos apresentado por Melgar apresenta exemplos em Latim, como se observa a seguir (cf. MELGAR, 1691, fol. 1r):

Nominativo → churi → filius
Genitivo → churi-p → filij
Dativo → churi-pacc → filio
Acusativo → churi-cta → filium
Acusativo → churi-man → in filium
Acusativo → churi-raycu → propter filium
Vocativo → aa churi / churi-ya → o fili
Ablativo → churi-pi → in filio
Ablativo → churi-uuan → cum filio
Ablativo → churi-manta → vel de filio

Na sequência, em uma seção denominada “Del modo con que se corresponde en esta lengua a las preposiciones latinas”, o autor expõe, de maneira clara, toda a objetividade de seu projeto didático, interessado, antes, na aprendizagem prática do idioma, que no detalhamento teórico e descritivo das partes da gramática, tal como se observa em vários de seus antecessores:

No hago question de si se hande llamar las de esta lengua: preposiciones o posposiciones. Solo digo que todas se posponen. Tampoco aueriguo de que caso son, quando veo tanta distancia en el corresponder. Solo pretendo enseñar aqui lo que en esta lengua corresponde a cada una de las latinas, y el modo de usarlas: pues todas se reducen a los dos breves arancelillos que delas nos hace Antonio Nebrixa. (MELGAR, 1691, fol. 51v)

É bastante provável, pelo que evidencia o excerto anterior, que Melgar tenha lido os gramáticos do quéchua que o antecederam, notadamente González Holguín. Melgar, de maneira deliberada, afasta-se da já clássica distinção terminológica entre preposições e posposições, iniciada por Santo Tomás, mas também das dificuldades descritivas suscitadas por Holguín, quanto ao caso da declinação nominal. Não obstante, mais uma vez, as afirmações de Melgar parecem colocar às claras estas dificuldades: a tarefa de comparar as preposições latinas e espanholas com aquelas descritas para a língua quéchua e compreender as segundas pelo comportamento das primeiras não é empresa fácil. Isso nota o autor, com perfeita clareza.

Considerações finais

O quadro geral exposto, até aqui, atesta as variações metalinguísticas associadas, de um lado, ao tratamento da declinação casual nos nomes substantivos, em quéchua, e, de outro, ao diferente estatuto das preposições (posposições), nas gramáticas produzidas entre os séculos XVI e XVII. Observam-se duas estratégias distintas nesse contexto: uma dominante, na qual o nome substantivo, indeclinável, varia conforme o caso das posposições, seguindo a metodologia original de Santo Tomás; outra periférica, na qual o nome substantivo sofre dois tipos de variação de caso – o caso com declinação, dado por partículas ou terminações nominais específicas, e o caso sem declinação, dado pela composição do nome com as preposições compostas, de genitivo, e simples, de ablativo – segundo González Holguín.

Em ambos os contextos, como já se afirmou, a calibragem terminológica dos autores que instituem a polêmica é dada de modo particular: termos como *partículas* e *posposições* são recortados e descritos de maneira distinta, conforme a sistematização terminológica em questão. Para Santo Tomás, o termo *partícula* permuta com o termo *posposição*, uma vez que, nessa metodologia, indiferenciam-se as funções gramaticais atribuídas a esses dois elementos, no que diz respeito à variação de caso sem declinação, proposta pelo dominicano. Para Holguín, o termo *partícula* distingue-se do termo *posposição*: o primeiro marca o caso nominal com declinação; o segundo, a variação de caso sem declinação, regida pela própria *posposição*.

O tratamento metalinguístico desses termos denota, ainda, distintas nuances epistemológicas que permeiam as escolhas descritivas dos autores: embora as duas estratégias metodológicas filiem-se, ambas, à teoria das oito partes do discurso, verifica-se uma perspectiva organizada pela variação latina do modelo (em Holguín) e outra dada pela conformação vernacular do modelo, a partir da língua espanhola (em Santo Tomás). Aspectos ligados à tipologia aglutinante da língua andina e às peculiaridades estruturais da declinação casual, como na declinação genitivada, de Holguín, parecem justificar, do ponto de vista interno (cf. ALTMAN, 2009, p. 128), as diferenças observadas.

De todo modo, apesar das inconsistências metalinguísticas que, certamente, poderiam ser levantadas aqui e ali, dado o caráter prático que anima as Artes Gramaticais da época, a transposição da metalinguagem de referência greco-latina, ao sistema linguístico quéchua, não se efetiva de maneira mecânica,

como vimos pela descrição da declinação nominal substantiva. Ao contrário, tal transposição exigiu adaptações ao modelo original e deslizamentos conceituais importantes, como aquele observado na remotivação do termo preposição, em posição.

Se é verdade que o trabalho empírico dos gramáticos do século XVI e XVII propiciou, no eixo histórico, a formação de uma cultura linguística nova, experimental, não mais estritamente europeia (cf. ALTMAN, 2009, p. 125), o tratamento da declinação nominal em quéçhua, com suas continuidades e descontinuidades, no período aqui examinado, apresenta-se como mais um capítulo dessa história.

Agradecimentos: ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por financiar esta pesquisa.

RAGI, Roberta. The treatment of nominal declination in Quechua. *Historiography study based on metalanguage (XVI-XVII centuries)*. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 30-52, 2010.

ABSTRACT: *The purpose of this paper is to establish a comparative analysis of the treatment of casual declination of nouns in Quechua, and the statute of prepositions (postpositions) as a result of this nominal declination in language grammars produced for Andean general language in the XVIth and XVIIth centuries. The grammarians nominated for this purpose are: Domingo de Santo Tomás, 1560; Anonymous, 1586; Diego Gonzalez Holguin, 1607; Alonso de Huerta, 1616; Diego de Torres Rubio, 1619; Juan Roxo Mexia y Ocón, 1648; Juan de Aguilar, 1690; Esteban Sancho de Melgar, 1691.*

The parameters which organize the analysis presented here intend to examine the specific metalanguage of the authors, relatively to the proposed linguistic issues, taking into account the terminological systematization of each grammatical text particularly. Therefore, the associated methodologies in the field of Linguistic Historiography ought to be taken as general guidelines.

KEYWORDS: *Linguistic Historiography. History of Grammar. Metalanguage. Quechua. Nominal Inflection.*

Referências

AGNOLIN, Adone. Política linguística na evangelização sob o vice-reinado do Peru. In: _____. **Jesuítas e selvagens:** a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (Séculos XVI-XVII). São Paulo: Humanitas Editorial, 2007a. p. 341-365.

_____. Trento em Lima. In: _____. **Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (Séculos XVI-XVII)**. São Paulo: Humanitas Editorial, 2007b. p. 367-382.

AGUILAR, Juan de. **Arte de la lengua Quichua general de Indios del Peru**. Tucumán: Edição facsimilar de Radamés Altieri - Instituto de Antropologia de Tucumán. [1690] 1939.

ALTMAN, Cristina. Artigos e pronomes na tradição linguística missionária da língua mais falada na costa do Brasil. In: SCHRADER-KNIFFKI, Martina; GARCÍA, Laura Morgenthaler. (Orgs.) **La Romania en interacción: entre historia, contacto y política**. Vervuert Verlag: Iberoamericana, 2007. p. 837-854.

_____. Retrospectivas e perspectivas da historiografia linguística no Brasil. **Revista argentina de historiografía lingüística (RAHL)**, Buenos Aires, v. I, n. 2, p. 115-136, 2009.

ANCHIETA, José de. **Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, [1595] 1990.

ANÔNIMO. **Arte y vocabulario en la lengua general del Peru llamada quichua, y en la lengua española**. Lima: Edição de Antonio Ricardo, 1586. Disponível em http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?application=DIGITOOL3&owner=resourcediscovery&custom_att_2=simple_viewer&pid=185020. Acesso em: 10 jan. 2011.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BARNADAS, Josep M. A Igreja Católica na América Espanhola Colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.). **América Latina Colonial I**. Tradução de Maria Clara Cescato (Vol. I). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. p. 521-551.

CALVO PÉREZ, Julio. **Pragmática y gramática del quechua cuzqueño**. Cuzco, Peru: Centro de Estudios Regionales Andinos ‘Bartolomé de Las Casas’, 1993.

_____. Las gramáticas de Nebrija y las primeras gramáticas del quechua. In: ESCAVY, R.; TERRÉS, J. M.; ROLDÁN, A. (Orgs.) **Actas del congreso internacional de historiografía lingüística – Nebrija – V centenario**. Murcia: Universidad de Murcia, 1994. p. 63-80. (Vol. II – Nebrija y las lenguas amerindias)

CERRÓN-PALOMINO, Rodolfo. **Lingüística quechua**. Cuzco: Centro de Estudios Regionales Andinos ‘Bartolomé de Las Casas’, 2003.

GONZÁLEZ HOLGUÍN, Diego. **Gramática y arte nueva de la lengua general de todo el Peru, llamada lengua Quichua, o lengua del Inca**. Lima: por Francisco Del Canto, 1607. Disponível em <http://www.archive.org/details/gramaticayartenu00gonz>. Acesso em: 10 jan. 2011.

HUERTA, D. Alonso de. **Arte de la lengua Quechua general de los Yndios de este Reyno del Peru**. Estudo introdutório de Ruth Moya. Quito: Corporacion Editora Nacional, [1616] 1993.

KOERNER, Konrad. O problema da metalinguagem em Historiografia Linguística. **Revista DELTA**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 95-124, 1996.

LAGORIO, Consuelo Alfaro. Elementos de política linguística colonial hispânica: o Terceiro Concílio Limense. In: FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota. (Orgs.) **Línguas Gerais**. Política linguística e catequese na América do Sul no período colonial. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2003. p. 43-55.

LAKATOS, Imre. **Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica**. Lisboa: Edições 70, 1999.

MELGAR, Estebán Sancho de. **Arte de la lengua general del Inga llamada Qquechhua**. Lima: por Diego de Lyra, 1691. Disponível em <http://www.archive.org/details/artedelalenguage00melg>. Acesso em: 10 jan. 2011.

MELLO E SOUZA, Laura de. América diabólica: demonologia e imaginário do descobrimento à colonização. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 110, p. 85-100, julho – setembro de 1992.

MEXIA Y OCÓN, Juan Roxo. **Arte de la lengua general de los indios del Peru**. Lima: por Iorge Lopez de Herrera, 1648. Disponível em <http://www.archive.org/details/artedelalenguage00roxo>. Acesso em: 10 jan. 2011.

NEBRIJA, Antonio de. **Gramática de la lengua castellana**. Madrid: Fundación Antonio de Nebrija, [1492] 1992.

_____. **Introducciones latinas contrapuesto el romance al latín** (c. 1488) / Antonio de Nebrija. ESPARZA TORRES, Miguel Ángel; CALVO, Vincente. (Orgs.) Münster: Nodus Publikationen, [1488] 1996.

RAGI, Roberta. Dominicanos e jesuítas na emergência da tradição gramatical quéchua – século XVI. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-17092009-163345/pt-br.php>. Acesso em: 11 jan. 2011.

SANTO TOMÁS, Domingo de. **Grammatica o arte de la lengua general de los incas de los reynos del Peru**. Cuzco: Centro de Estudios Regionales Andinos 'Bartolome de las Casa', 1995 [1560]

SWIGGERS, Pierre. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. **Revista Argentina de Historiografía Lingüística** (RAHL), Buenos Aires, v. I, p. 67-76, 2009.

_____. Le métalangage de la linguistique: réflexions à propos de la terminologie e de la terminographie linguistiques. **Revista do GEL**, 2010, v. 7, n. 2 [prelo].

TORRES RUBIO, Diego de. **Arte de la lengua quíchua**. Lima: por Francisco Lasso, 1619. Disponível em <http://www.archive.org/details/artedelalenguaqu01torr>. Acesso em: 10 jan. 2011.

A ANTINOMIA SINCRONIA/DIACRONIA: FORMULAÇÃO, RECEPÇÃO E ATUALIDADE

Lorenzo VITRAL¹

RESUMO: Este artigo contém duas partes. Na primeira parte, discuto a formulação da antinomia saussuriana sincronia/diacronia e mostro que a supremacia da sincronia foi deduzida coerentemente do sistema de hipóteses do *Cours* (SAUSSURE, 1985), mas não implica exclusão da perspectiva diacrônica. Na segunda parte, apresento as propostas de alguns autores que se pronunciaram pela revisão da antinomia e defendo que as objeções à antinomia são oriundas da visão *realista* desses autores.

PALAVRAS-CHAVE: Sincronia/Diacronia. Historiografia Linguística. Realismo/Instrumentalismo. Linguística Histórica.

O objetivo atual da linguística é retomar os problemas que por muito tempo foram tidos como de domínio da linguística histórica e transportá-los para o plano do funcionamento estático; porque um fato de evolução permanece não explicado enquanto ele não puder ser conduzido a uma relação ou a uma série de relações estáticas de dependência mútua (=lei). (FREI, 1982 [1929], p. 31)²

...Um dos muitos problemas... diz respeito ao estatuto da gramaticalização na área de linguística. Por exemplo, é parte da linguística sincrônica, da linguística diacrônica, ambas, ou nenhuma delas? (HEINE et al., 1991, p. 248)³

1 Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte – MG, Brasil. lvitral@gold.com.br

2 La tache actuelle de la linguistique est de reprendre les problèmes qui ont longtemps paru comme le fief de la linguistique historique, pour les transposer sur le plan du fonctionnement statique; car un fait d'évolution reste inexplicé tant qu'il n'a pu être ramené à un rapport ou à une série de rapports statiques de mutuelle dépendance (=loi).

3 One of the many problems... concerns the status of grammaticalization within linguistics. For example, is it part of synchronic linguistics, of diachronic linguistics, of both, or of neither?

É desnecessário comprovar o vigor das pesquisas em linguística empreendidas a partir da aceitação da antinomia sincronia/diacronia enunciada no *Cours de Linguistique Générale*. Paradigmas teóricos da nossa área no século passado, isto é, os estruturalismos e o gerativismo, privilegiaram, como é notório, a descrição e a análise das estruturas da língua sob o ponto de vista sincrônico. Cabe assim afirmar que o século XX foi sincrônico.

Essa opção teórica foi impulsionada pela convicção de muitos da supremacia da perspectiva sincrônica sobre a perspectiva diacrônica que foi extraída do texto saussuriano. A seguinte passagem de Ullmann (1958 apud KOERNER, 1982, p. 351) ilustra nossa afirmação:

[...] A tendência histórica da filologia do século dezenove resultou numa visão ampla que admitia a existência de duas abordagens sobre a linguagem, uma delas descritiva ou ‘sincrônica’, a outra histórica ou ‘diacrônica’, e ambas proclamavam confiantemente a primazia do método descritivo porque seria mais compatível com a atitude do falante comum.⁴

Sabemos também, no entanto, que essa convicção nunca foi unânime. A partir da publicação do *Cours*, diversos autores manifestaram-se a favor de um programa de investigação que visasse à superação da antinomia saussuriana. Dentre estes, podem-se mencionar os jovens linguistas de Praga, aliás, Jakobson, Karcevskij e Troubetzkoy, das *Thèses* de 1929; Jakobson (1931); numa perspectiva mais tradicional, von Wartburg, (1934); também Benveniste (1966); Vidos (1996 [1959]); Coseriu (1958), Firth (1957); Martinet (1955); Koerner (1982); Weinreich, Labov e Herzog (1968); Hockett (1958), e outros.

Além disso, as edições críticas do texto saussuriano, isto é, Godel (1969), Engler (1970 [1967]), baseadas nas fontes manuscritas do *Cours*, e De Mauro (1985) permitiram abrir a discussão sobre se, de fato, a proposta da supremacia da sincronia corresponderia ao pensamento de Saussure ou, como sugere Koerner (1982), p. 386) se deveria à interpretação, ou ao “exagero”, dos editores do *Cours*.

No contexto da questão que acaba de ser levantada, realizo, nas duas partes deste texto, as seguintes tarefas, distribuídas nas seguintes seções: na

4 The historical bias of nineteenth-century philology gave away to a broader view which admitted the existence of two approaches to language, one descriptive or ‘synchronic’, the other historical or ‘diachronic’, and boldly proclaimed the primacy of the descriptive method because it is more akin to the attitude of the ordinary speaker.

primeira seção, caracterizo o ambiente científico do século XIX, em cujo contexto foram concebidas as ideias do *Cours*; na segunda seção, apresento a formulação da antinomia de acordo com o texto do *Cours* e de acordo com as fontes manuscritas (GODEL, 1969); defendo, na terceira seção, que a supremacia da sincronia foi, na realidade, deduzida do pensamento de Saussure; na quarta seção, resenho os principais pontos referentes à recepção da antinomia de acordo com os autores seguintes que se pronunciaram por sua revisão: Jakobson, Coseriu, Vidos e Weinrech, Labov e Herzog; e, por último, trago na sexta seção, e à guisa de conclusão, alguns comentários sobre a recepção da antinomia pelos autores resenhados tomando por base as noções de *realismo* e *instrumentalismo*.

O Cours e seu contexto histórico

Introdução

Falar de Saussure quase cem anos depois da publicação do *Cours de Linguistique Générale* é uma empreitada temerária: difícil é, senão impossível, captar o impacto de suas teses decorrido todo esse tempo, que permitiu às suas ideias galgarem a condição de domínio público na nossa área e influenciarem fortemente campos afins como a psicanálise e a antropologia.

Como se sabe, no jogo da alternância dos paradigmas científicos, as ideias de Saussure vêm se opor à perspectiva historicista do século XIX que serviu de modelo para a linguística e toda a produção científica dominante nesse período. A gênese da antinomia sincronia/diacronia parece poder ser encontrada no esgotamento da crença de que a busca de objetividade deve ser estabelecida a partir da recuperação das etapas históricas que determinam os fenômenos da linguagem.

De fato, a insatisfação com a prática teórica do seu tempo foi externada explicitamente por Saussure na conhecida carta endereçada a Antoine Meillet, datada, provavelmente, de 1894 (cf. GODEL, 1969, p. 31), na qual se leem as seguintes considerações:

Mas estou bastante desgostoso com tudo isso, e com a dificuldade que em geral ocorre quando se escreve somente dez linhas, tendo o senso comum como matéria dos fatos da linguagem. Preocupado sobretudo, já há muito tempo, com a classificação lógica desses fatos, com a classificação de pontos de vista sob os quais nós os tratamos, eu

vejo cada vez mais a imensidão do trabalho que é preciso para mostrar ao linguista o que ele faz, reduzindo cada operação à sua categoria prevista; e, ao mesmo tempo, a grande variedade de tudo que finalmente se pode fazer em linguística.⁵

Sem < cessar >,⁶ esta inépcia da terminologia corrente, a necessidade de reformá-la, e mostrar para isso que espécie de objeto é a língua em geral, tudo isso vem estragar meu prazer histórico, ainda que eu só tenha como meu mais caro desejo não ter de me ocupar da língua em geral [...]⁷

Isto terminará, apesar de tudo, por um livro onde, sem entusiasmo, eu explicarei por que não há um único termo empregado em linguística em relação ao qual esteja de acordo com o sentido atribuído. E só após isso confesso que poderei retomar meu trabalho no ponto em que o tinha deixado.⁸

É fácil deprender do documento acima as inquietações do espírito de Saussure que o motivaram a empreender a reflexão sobre a linguagem que nos foi legada. Vê-se assim a preocupação com a definição do objeto de estudo cuja ausência, segundo ele, na prática da linguística histórica e comparada, fazia nossa disciplina agir de maneira cega ou inconsciente, o que, além disso, deteriorava seu prazer “historique”, isto é, sua motivação em empreender seus esforços no trabalho filológico. Mas quais eram exatamente os pressupostos da linguística histórica e comparada do século XIX que, segundo Saussure, lançavam dúvidas sobre suas conquistas?

A linguística do século XIX é, como se sabe, um dos produtos do paradigma historicista que vigorou nesse período e as duas ciências que serviram de modelo foram, como é sabido, a biologia evolucionista de Darwin e a física de Newton. Da primeira, como propôs Schleicher (1873), a linguística histórica extraiu a ideia da linguagem como um organismo natural, o que equiparava a linguística

5 Mais je suis bien dégoûté de tout cela, et de la difficulté qu'il y a en general à écrire seulement dix lignes ayant le sens commun en matière de faits de langage. Préoccupé surtout depuis longtemps de la classification logique de ces faits, de la classification des points de vue sous lesquels nous les traitons, je vois de plus en plus à la fois l'immensité du travail qu'il faudrait pour montrer au linguiste *ce qu'il fait*, en réduisant chaque opération à sa catégorie prévue; et en même temps l'assez grande variété de tout ce qu'on peut faire finalement en linguistique..

6 De acordo com Godel (1969), essa palavra está ausente na cópia da carta

7 Sans <cesse>, cette ineptie de la terminologie courante, la nécessité de la réformer, et de montrer pour cela quelle espèce d'objet est la langue en général, vient gêner mon plaisir historique, quoique je n'aie pas de plus cher vœu que de ne pas avoir à m'occuper de la langue en général...

8 Cela finira malgré moi par un livre où, sans enthousiasme, j'expliquerai pourquoi il n'y a pas un seul terme employé en linguistique auquel j'accorde un sens quelconque. Et ce n'est qu'après cela, je l'avoue, que je pourrai reprendre mon travail au point où je l'avais laissé.

a uma ciência natural. Paul (1966 [1870]) acrescenta que a linguagem deve ser encarada como um *psychischer organismus*, isto é, um organismo psíquico, sujeito a um processo de seleção análogo à seleção das espécies proposta por Darwin, o que significa que recursos de linguagem podem se extinguir ou sobreviver. A esta concepção aliou-se a hipótese de que é possível prever, assim como Newton estabeleceu as condições de possibilidade do mundo físico, a evolução da linguagem por meio de *leis*.

Vejamos a seguir, em linhas gerais, como essas duas disciplinas influenciam da elaboração linguística do século XIX.

A Física Clássica, a Biologia Evolutiva e a Noção de “Lei”

É Newton, na terceira versão de *De Motu*, que abdica do termo “hipótese” em favor de outro, isto é, “lex”, para se referir às suas leis do movimento que significam o coroamento da chamada física clássica (cf. WESTFALL, 1995, p. 165). Mas a ideia de leis é anterior a ele e é consequência da “matematização” da natureza inaugurada pelo projeto da física, sem metafísica, proposto por Galileu e Kepler; o que quer dizer que, em lugar de estudar a natureza dos objetos para deduzir daí suas propriedades, passou-se a estabelecer as leis matemáticas que regem os fenômenos observados. A física transforma os fatos físicos em problemas matemáticos evitando, assim, afirmações sobre o que são essencialmente os seres físicos. Essa perspectiva é aprofundada por Newton, embora seja possível reconhecer uma tensão, uma ambiguidade, entre sua prática científica e suas declarações acerca dessa prática. Por um lado, é possível interpretar sua prática científica como um “fenomenismo”, isto é, ela não busca saber o que é a coisa nela mesma, nem as causas que determinam o que ela é, mas se contenta de descrever o que aparece, os dados ou os fenômenos (cf. PUECH, 1990).

A física de Newton, cuja noção de lei é compatível com as crenças dos metafísicos racionais como Descartes, Malebranche ou Leibniz, é vista a partir de um modelo causal e realista que, em última instância, tem de revelar a causa divina subjacente às leis da natureza. Assim, todos os eventos da natureza são estritamente e completamente determinados. Mesmo que não se conheçam todas as leis que regem a natureza, os representantes da física clássica admitiam que essas leis existem e que são, em princípio, acessíveis à ciência. A crença determinista clássica estabelece então que no mundo físico

nada é por acaso, tudo é previsível e todo fenômeno tem uma causa que o precede necessariamente de maneira que, se se conhece sua causa, conhece-se seu efeito. Essa perspectiva se conservou até o século XX, como se pode ver pela afirmação de Planck, em 1923 (apud KOJÈVE, 1990, p. 43):

Pensamento científico não é nada mais do que pensamento causal.⁹

Observe-se, agora que a busca de leis, na sua concepção que resumimos acima, é projetada para a linguística histórico-comparativa do século XIX, permitindo seu estabelecimento como uma disciplina científica e objetiva. O apelo à noção de “lei”, que, no entanto foi vista, no século seguinte, como uma “dangerous metaphor” (BLOOMFIELD, 1933, p. 348), encontrou seu ápice, como é notório, na chamada *hipótese dos neogramáticos*:

Toda mudança sonora, visto que ocorre mecanicamente, tem lugar de acordo com leis que não admitem exceções.¹⁰ (OSTHOFF; BRUGMAN, 1878 apud LEHMANN, 1967, p. 204).

Ou, em outras palavras, a mudança sonora ocorre de maneira regular e determinada. Isso faz com que um som X se torne um som Y num dado ambiente condicionador em todos os morfemas de uma língua e permita estabelecer, para um grupo de línguas aparentadas, correspondências regulares de sons.

Vê-se, nesta análise, toda a força do determinismo causal, isto é, as mudanças sonoras se sucedem segundo uma regra unívoca, o que permite remontar à fonte comum das línguas consideradas.

A perspectiva legalista, isto é, a busca de leis, da linguística histórico-comparativa, estabelece o caráter inerentemente historicista da linguística do século XIX e, para isso, ela se aliou à biologia evolucionista de Darwin já que as leis propostas pelos linguistas eram leis que previam a evolução das línguas.

Ora, a ideia da *evolução* estava, como se diz, “no ar” durante o século XIX, ou mesmo a partir de meados do século anterior, e estava por trás dos trabalhos de naturalistas como Buffon e Lamarck, precursores de Darwin, e geólogos como Hutton e Lyell, que também inspiraram o trabalho de Darwin.

⁹ Pensée scientifique n’est rien d’autre que pensée causale.

¹⁰ Every sound change, inasmuch as it occurs mechanically, takes place according to laws that admit no exception.

Como é sabido, apesar das resistências de universos conservadores, a visão da evolução foi, paulatinamente, ganhando prestígio de forma que todos os sistemas, isto é, a terra, as plantas, os animais e o homem eram vistos num todo em desenvolvimento, o que podia ser descrito por meio de estágios. A teoria darwiniana foi o coroamento dessa perspectiva, pois foi a primeira a fornecer uma hipótese para a evolução, isto é, a “lei da seleção natural” como um modelo que explica a evolução das espécies (cf. DARWIN, 2004, p. 85 [1859]).

A influência do paradigma darwiniano pode ser pinçado de forma explícita das afirmações dos linguistas do século XIX. Veja-se, por exemplo, o que diz Paul 1966 [1870], p. 18):

A história da evolução da natureza orgânica já se aproxima, aliás muito... da história da cultura. Cada organismo mais elevado surge pela associação duma quantidade de células que colaboram segundo o princípio da divisão do trabalho, e que se distinguem na sua configuração de acordo com este princípio.

Assim, já que a língua é, para Paul, um dos produtos da história da cultura, fazer linguística quer dizer, então, fazer história da língua, como este autor afirma no trecho seguinte (cf. PAUL, 1966, p. 28):

Objetaram-me que há outro método científico de estudar a língua, além do histórico. Tenho que negar isso. Aquilo que se considera como um método não histórico, e contudo científico, de estudar a língua, não é no fundo mais do que um método histórico incompleto, incompleto em parte por culpa do observador, em parte por culpa do material de estudo... E assim eu não faço ideia de como se pode reflectir com êxito sobre uma língua, sem averiguarmos um pouco qual foi a sua evolução histórica.

A viabilidade desse projeto de investigação inclui ainda o rompimento com o idealismo alemão que, buscando pensar o sentido da história humana ou da natureza e da vida em geral, admitia a noção de “espírito”, ou “absoluto”, vista como guia e meta da história. Para Hegel, o espírito é a história (cf. HYPOLITE, 1999, p. 47). Essa perspectiva fomentou a adoção de propostas de análise da evolução das línguas que levavam em conta a noção da existência de um “espírito da língua” (*sprachegeist*), além e acima dos falantes particulares (cf. GRIMM, 1848 apud LIGHTFOOT, 2000, p. 84), o que permitiria estabelecer uma psicologia dos povos (cf. PAUL, 1966, p. 19). Esse tipo de noção foi visto por Paul como uma “abstração”, que, nesse caso, permite a seguinte interpretação: um produto da mente que não tem existência real e é contrário à

busca de objetividade que caracterizava a atitude das bem-sucedidas disciplinas científicas de seu tempo. Vejamos suas próprias palavras (cf. PAUL, 1966, p. 21):

Todos os processos psíquicos se produzem em cada espírito e em mais parte alguma. Nem o espírito do povo, nem os elementos deste, como arte, religião, etc., têm existência concreta, e por consequência também não pode acontecer nada neles e entre eles. Por isso “fora com essas abstrações!”

Paul defende então a ideia de que a língua tem sede nos falantes, ou seja, é um fenômeno da psicologia individual, e é disso que ele precisa para compatibilizar o programa de pesquisa da linguística histórico-comparativa com o paradigma darwiniano. Essa visão dos fatos permite-lhe tratar a língua como “organismo psíquico” que é visto como o autêntico portador da evolução histórica (cf. PAUL, 1966, p. 37).

Saussure e a Linguística Histórico-comparativa

Foi nesse ambiente científico que Saussure foi formado e é a partir dele que empreende suas reflexões sobre a linguagem. A antinomia sincronia/diacronia é vista como um rompimento em relação ao historicismo inerente à linguística do século XIX. Mas antes de vermos de que maneira isso se dá, retomemos o percurso do genebrino no intuito de estabelecer como ele reage em relação à herança da linguística histórico-comparativa.

Um dos pressupostos centrais da linguística do século XIX, adotado por Saussure, que, como veremos, é plena de consequências teóricas, é a concepção da palavra como unidade da língua. Valendo-se, na realidade, do termo *signe*, Saussure propõe que os signos são as entidades concretas da *langue*; estudá-los observando as relações que mantêm entre si é o que compete à linguística; e essas entidades só são completamente determinadas quando são delimitadas, isto é, separadas do que está à sua volta na cadeia fônica. O que quer dizer que o caráter discreto dos signos só é detectável por meio do confronto entre eles viabilizado pelo sistema da *langue*. Ou, ainda, é por meio da significação que recortamos os signos na linearidade da cadeia sonora e o papel de cada palavra é dado pelo seu *valor* no sistema da *langue*.

Essa perspectiva é compatível com a busca de leis da evolução das línguas empreendida pela linguística do século XIX, já que são os sons das palavras que se modificam, o que permite atribuímos às línguas uma base

comum. Assim, se o som /t/ do inglês corresponde ao som /ts/ do alemão, é preciso estabelecer um vínculo histórico entre essas línguas, uma vez que a relação entre as duas faces do signo é arbitrária.

É do próprio Saussure, das fontes manuscritas do *Cours*, de acordo com Godel (1969, p. 89), que se lê o seguinte trecho:

Questão de unidades ou entidades: é a primeira da linguística estática, mas não a mais fácil. Admitir-se-á provisoriamente que as unidades são as palavras.¹¹

E as orações, que poderiam ser vistas também como unidades da linguagem? Ora, para ele ainda, as orações pertencem à *parole* e não à *langue*.

Por outro lado, poder-se-ia pensar neste sistema da *langue*, já que é ele que nos permite detectar os itens que compõem uma língua, como uma *entidade superior*, ou seja, como um componente discreto que, em última instância, determina as condições de existência dos itens. Mas não se trata disso, de acordo com o texto do *Cours*: são os signos que existem e devem ser visto como unidades, pois são essencialmente psíquicos e “têm sua sede no cérebro” (“ont leur siege dans le cerveau”) (SAUSSURE, 1985, p. 32), isto é, são da ordem da realidade. Nesse ponto, ele está de acordo com Paul quando este admite que são ‘os grupos de sons’, associados a ideias, manifestações da fala em todos os indivíduos, que são os objetos e fatos reais que devem ser investigados pelo linguista; e esses objetos são psíquicos, pois compõem o organismo psíquico que residem na “alma de cada indivíduo” (cf. PAUL, 1966, p. 35). À primeira vista, poder-se-ia traçar um paralelo entre a noção de organismo psíquico, já que é isso que “amarra” os “grupos de ideias”, e a noção do sistema da *langue*, porém, a entidade de Paul é da órbita do psicológico/biológico. Ao propor a noção de *langue*, Saussure tenta, na realidade, descrever as condições que determinam o papel desempenhado pelas unidades das línguas, contudo sem atribuir estatuto psicológico a isso. Para ele, a *langue* existe no social, isto é, ela é a parte social da linguagem, que é, portanto, exterior a cada falante particular. Como se sabe, essa perspectiva é extraída da concepção de *fato social* de Durkheim, que tem duas características: 1) o *fato social* é exterior ao indivíduo, isto é, independe dos indivíduos; e 2) é obrigatório no sentido de que indivíduos são submetidos a ele de maneira

11 Question des unités ou entités: c’est la première en linguistique statique, mais non la plus facile. On admettra provisoirement que les unités sont des mots.

inevitável. Para Meillet (1958, p. 72-73), e outros como Coseriu (1958), a noção de *langue* corresponde à definição de *fato social*.

Na visão que se depreende do *Cours*, portanto, a noção de *langue* supõe um tipo de contrato social entre os falantes, adquirido de forma gradativa e que não pode ser modificado por um ato de volição de um falante particular. O que existe de fato são então os signos, que têm realidade psicológica para os falantes, e a *langue* é extraída pelo linguista a partir da observação dos fatos da língua. Vale de fato a comparação com as regras do jogo de xadrez que são exteriores a cada jogo particular.

A dificuldade de atribuir existência psicológica/biológica à *langue* reside no conflito com o que é suposto ser abstrato. O Saussure do *Cours* herda de Paul a rejeição de propor estatuto de realidade a entidades julgadas abstratas. Como vimos, a linguística científica que se quis edificar não pode conter abstrações, já que se quer demarcar da filosofia idealista alemã. Essa tomada de posição de Paul, seguida pelo genebrino, é ainda bastante explícita nos trechos seguintes em que o neogramático comenta o conteúdo da teoria da gramática tradicional, chamada de gramática descritiva (cf. PAUL, 1966, p. 33-34):

A gramática descritiva registra as formas e condições gramaticais usadas numa determinada época adentro da mesma entidade linguística; os modos de expressão que cada um pode usar para ser compreendido por todos, sem produzir uma sensação de estranheza. O seu conteúdo não são fatos, mas sim uma abstracção feita a partir dos fatos observados.

Enquanto nos contentarmos com uma gramática descritiva e com abstrações estamos ainda muito longe duma concepção científica da vida da língua.

Saussure comunga com essa tomada de posição quando comenta a validade da noção de categoria gramatical estabelecida, como é notório, no âmbito da gramática tradicional. Assim, ao dizer que a distinção de palavras em substantivos, verbos, adjetivos, etc., não é “uma realidade linguística inegável” (“une réalité linguistique indéniable”), o texto do *Cours* completa (SAUSSURE, 1985, p. 153):

Assim, a linguística trabalha sem cessar com conceitos forjados pelos gramáticos e não se sabe se esses conceitos correspondem realmente a fatores constitutivos

do sistema da língua. Mas como sabê-lo? E se são fantasmas, que realidades lhes contrapor?^{12 13}

O trecho acima, que é claramente compatível com o que diz Paul, permite-nos afirmar que a dificuldade de Saussure com o conteúdo da teoria tradicional se deve ao suposto caráter “irreal”, próximo de “falso”, que caracteriza aquilo que a terminologia tradicional pretende designar, e essa “irrealidade” pode ser debitada à qualidade abstrata desses construtos teóricos.

O século XIX lega a Saussure, portanto, a rejeição ao emprego de noções consideradas abstratas por não designarem entidades reais, isto é, que existem de fato na mente dos falantes.

No entanto, de acordo com De Mauro (em SAUSSURE, 1985, notas 70 e 204), Saussure vivia um conflito em relação à qualidade do que é abstrato, pois, ao mesmo tempo em que considerava abstratos aqueles termos da teoria que não logram designar o que julgava entidades reais da língua, é obrigado a reconhecer que noções, como a de fonema ou as relações paradigmáticas (chamadas, na verdade, de “*rappports associatifs*”), por exemplo, embora formais e não concretas, “existem na língua, mas a título de entidades abstratas” (“*existent dans la langue, mais à titre d’entités abstraits*”), devido ao fato de serem operativas; embora não se possa saber exatamente se a consciência dos falantes as represente (SAUSSURE, 1985, p. 190). Mas, para ele, “o essencial é que as entidades abstratas repousem sempre, em última análise, sobre as entidades concretas” (“*l’essentiel est que les entités abstraites reposent toujours, en dernière analyse, sur les entités concrètes*”) (SAUSSURE, 1985, p. 190).

Vê-se também aí o dedo de Paul, que admitia, igualmente de acordo com o espírito do seu tempo, a plausibilidade de representações mentais inconscientes por parte dos falantes, que podem incluir entidades linguísticas.

12 A necessidade de uma crítica às definições tradicionais das partes do discurso foi constante no pensamento de Saussure, de acordo com De Mauro (em SAUSSURE, 1985, n. 219 e n. 221). Da pena do próprio genebrino, lê-se, segundo Engler (apud De Mauro, p. 460): Não se poderia falar de categoria? Não, porque sempre na linguagem uma matéria fônica é necessária e, sendo linear, sempre precisa ser recortada. É assim que as unidades se estabelecem... (Ne pourrait-on pas parler de catégorie? Non, car il faut toujours dans le langage une matière phonique; celle-ci étant linéaire, il faudra toujours la découper. C’est ainsi que s’affirment les unités...)

13 Ainsi la linguistique travaille sans cesse sur des concepts forgés par les grammairiens, et dont on ne sait s’ils correspondent réellement à des factus constitutifs du système de la langue. Mais comment le savoir? Et si ce sont des fantômes, quelles réalités leur opposer?

Pode-se dizer, enfim, que a *langue* é vista como abstrata, ou seja, não tem existência concreta, embora seja adequada na medida em que permite estabelecer o valor de cada signo e estes, sim, tem plausibilidade real na mente do falante.

A reação do genebrino no que concerne à noção de lei é também pertinente para nós. A leitura do parágrafo 6 da página 129 do *Cours* nos permite inferir a desconfiança em relação à perspectiva de considerar que a *langue* seja composta de leis válidas para todo lugar e independentemente do tempo, ou seja, já que a *langue* é uma instituição social, há de se distinguir entre lei diacrônica e lei sincrônica. Consideremos, por exemplo, as proposições seguintes que tomam o grego como exemplo:

1. Os sons sonoros aspirados do indo-europeu transformaram-se em sons surdos aspirados: *dhumos > thumos “sopro da vida”;
2. O acento nunca ocorre além da antepenúltima sílaba.

A primeira proposição é uma lei diacrônica e a segunda é sincrônica. De acordo com o texto, esta última é geral, mas não é imperativa, isto é, ela se impõe aos falantes pelo uso coletivo, porém, não se prevê que seja necessariamente obrigatória, podendo, assim, ser alterada. Ao passo que no caso da lei diacrônica, falamos de lei uma vez que observamos um conjunto de fatos obedecer à mesma regra; contudo, os acontecimentos diacrônicos têm sempre um caráter acidental e particular. Sua concepção é resumida da seguinte maneira: os fatos sincrônicos apresentam uma certa regularidade, mas não têm nenhum caráter imperativo, enquanto os fatos diacrônicos, ao contrário, se impõem sem, no entanto, dispor de generalidade.

Saussure rejeita, portanto, de acordo com o texto do *Cours*, o que ele chama de visão pancrônica, isto é, a adequação para a linguagem de leis no sentido da física clássica, que se verificariam sempre e em qualquer lugar. Ele está pronto a admitir apenas leis bem gerais, não específicas, como, por exemplo, *mudanças fonéticas sempre ocorrerão*, que, no entanto, são “princípios gerais existentes independentemente dos fatos concretos” (“principes généraux existants indépendamment des faits concrets”) (SAUSSURE, 1985, p. 135).

Apesar de, como se viu, herdar parte das crenças da linguística do século XIX, é, como se sabe, a formulação da antinomia sincronia/diacronia

a resposta mais saliente de Saussure no que tange à sua insatisfação com a prática linguística do século XIX.

A Antinomia Sincronia/Diacronia

As Dicotomias Saussurianas:

A concepção da linguagem do genebrino constitui, como se sabe, um sistema de noções que merece ser qualificado de orgânico. Como disse Benveniste (1966), Saussure é um homem de fundamentos, isto é, empreende sua reflexão na busca de princípios que governam a diversidade dos dados empíricos. Como Benveniste também destacou, o sistema teórico saussuriano é composto de noções que vêm de par, ou seja, é a articulação de dualidades teóricas que dá corpo à sua concepção explicativa dos fenômenos da linguagem. Sincronia e diacronia são uma dessas dualidades, que se definem uma em relação à outra. Mas para explicitá-la é preciso deduzi-la da articulação das demais noções opositivas.

O ponto de partida das reflexões de Saussure é o reconhecimento da singularidade de cada ato expressivo. Assim, em cada uso da língua, o falante visa a expressar o que se passa na sua mente e para isso faz suas escolhas léxicas. Porém, ocorre que a execução sonora de cada palavra varia, não somente em relação a um falante e outro, mas também nos atos expressivos de um mesmo falante. Assim, o que faz com que reconheçamos uma cadeia sonora como uma palavra discreta de uma língua não pode ser sua execução. É preciso buscar então o que faz uma unidade não naquilo que foi expresso, mas naquilo que o falante sabe, ou ainda, no seu conhecimento da língua. É necessário perguntar-se, então, se a execução varia, o que é invariável, isto é, quais são as unidades de uma língua que não variam e que residem na mente do falante?

As unidades para Saussure são, como vimos, as palavras. Mas, já que não se pode defini-las pela execução, deve-se investigar até que ponto essa execução pode variar e permitir dizer ainda que se trata da mesma palavra. Para desenvolver esse ponto, Saussure, em primeiro lugar, chama as unidades de *signes*, compostos de duas faces, isto é, *signifiant* e *signifié*, e, em segundo lugar, propõe que a identificação das unidades não é estabelecida na *parole*, mas na *langue*.

A *langue* é, assim, o conhecimento acerca da linguagem, compartilhado pelos falantes, que nos permite relacionar o conjunto de signos de uma língua.

O fato de identificarmos uma cadeia sonora como um significante, ao qual está associado um significado, se deve ao fato de, de posse do conhecimento citado, sabermos que aquele significante é distinto de todos os outros. Assim, a pronúncia de uma palavra como *sabe* pode variar bastante, mas contanto que o que dizemos não se confunda com *sobe*, *cabe*, *tape*, *rape*, *gabe*, etc. Isso quer dizer que o fato de um signo não ser outro qualquer é o que define sua identidade, ou, em outras palavras, as identidades são definidas na *langue* de maneira relacional.

O que Saussure chama de significado e significante de um signo são, portanto, entidades mentais ou psicológicas, já que a execução concreta das duas faces do signo podem ter, na *parole*, realizações variadas. Deduz-se daí que a relação entre as duas faces do signo é arbitrária, ou seja, uma língua não vincula, de maneira necessária, um conjunto de sons a um conjunto de significados. Pelo contrário, uma língua estabelece, de maneira convencional, um conjunto de sons de sua escolha a um conjunto de significados também de sua escolha. A natureza arbitrária das duas faces do signo é o fundamento de toda a realidade da linguagem e está na origem do caráter opositivo das unidades linguísticas: cada unidade é o que é por ser delimitada pelas outras unidades com as quais coexistem numa língua. Assim, identificar uma unidade implica determinar seu *valor* no sistema da *langue* e, para isso, é preciso delimitá-la em todas as suas possibilidades combinatórias, o que define suas relações sintagmáticas, e em todas as suas possibilidades associativas virtuais, o que estabelece suas relações associativas ou paradigmáticas.

Da arbitrariedade da relação entre significado e significante, decorre a mutabilidade das línguas: ora, já que nada une, inerentemente e indissolúvelmente, uma cadeia sonora e um significado, as duas faces do signo estão sujeitas a se modificarem ao longo do tempo. E uma vez que descrever uma língua implica identificar suas unidades e, para essa identificação, é necessário estabelecermos o valor de cada unidade por meio do sistema da *langue*, o conjunto de hipóteses de Saussure permite-nos distinguir as duas perspectivas do estudo da linguagem, isto é, a perspectiva sincrônica: “um fenômeno de linguagem é dito sincrônico quando todos os elementos e fatores que emprega pertencem a um único e mesmo momento de uma única e mesma língua” (TODOROV; DUCROT, 1977, p. 141); e a perspectiva diacrônica: “quando faz intervir elementos e fatores que pertencem a estados de desenvolvimento diferentes de uma mesma língua” (TODOROV; DUCROT, 1977, p. 141).

Infere-se, por fim, que a identificação das unidades de uma língua, no sentido que vimos acima, pode prescindir da descrição das alterações que as duas faces do signo venham a sofrer pela ação do tempo.¹⁴

Embora a distinção entre descrever a evolução de uma língua e descrever seu estado num dado momento não tenha escapado à pesquisa linguística anterior a Saussure, ele é reputado ser o primeiro a explicitar essa distinção e a reivindicar a autonomia e a primazia para o estudo sincrônico. É bem verdade que essa primazia pode ser vista como um corolário da consideração de que o objeto preferencial da linguística é a *langue* e é essa última que nos permite prever suas unidades. Porém, a discussão historiográfica que se estabelece é, como dissemos no preâmbulo, saber até que ponto a primazia mencionada corresponde de fato ao pensamento saussuriano.

A Antinomia Sincronia/Diacronia de acordo com o *Cours*

Retomaremos o texto do *Cours*, mais exatamente no capítulo III da primeira parte do livro, em que são explicitadas as perspectivas da sincronia e da diacronia no estudo da linguagem.

Após comentários mais genéricos sobre outras disciplinas científicas nas quais nem sempre se leva em conta a separação entre a descrição dos fenômenos com e sem a consideração do efeito do tempo, o texto do *Cours* afirma que, no estudo da linguagem, é-se obrigado a cindir nossa disciplina em duas partes, tendo cada uma seu princípio próprio. É necessário, assim, distinguir dois eixos sobre os quais são situados os fenômenos de que nos ocupamos:

1º o eixo das simultaneidades...referente às relações entre as coisas coexistentes, de onde toda intervenção do tempo é excluída, e 2º o eixo das sucessividades... sobre o qual só se pode sempre considerar uma coisa de cada vez, mas onde estão situadas todas as coisas do primeiro eixo com suas mudanças. (SAUSSURE, 1985, p. 115)¹⁵

14 A questão das unidades diacrônicas é razão para comentários adicionais. Quando se considera que *calidum*, do latim, e *chaud*, do francês, são a mesma unidade em línguas diferentes, o fato a ser observado é que se passou de uma a outra através de uma série de identidades sincrônicas na *parole*, sem que a ligação que as une tenha sido rompida pelas transformações fonéticas sucessivas (cf. SAUSSURE, 1985, p. 250).

15 1º l'axe des simultanités... concernant les rapports entre choses coexistantes, d'où toute intervention du temps est exclue, et 2º l'axe des successivités... sur lequel on ne peut jamais considérer qu'une chose à la fois, mais où sont situées toutes les choses du premier axe avec leur changements.

Assim, para a linguística, essa distinção se impõe “imperiosamente” (“impérieusement”) (p. 116), já que a *langue* é um sistema de valores puros no qual nada é determinado fora do estado momentâneo de seus termos. E a rede de relações entre os signos impede-nos de estudá-los simultaneamente no tempo e no sistema. Segundo De Mauro (em SAUSSURE, 1985, p. 451), essa tomada de posição expõe claramente a relação entre a natureza do signo e o método sincrônico, isto é, a relação entre o significado e o significante é radicalmente arbitrária e, conseqüentemente, a única razão que determina a configuração particular entre um significado e um significante é o fato de os outros significantes e significados coexistirem com ele no mesmo sistema que o delimita e define. Do ponto de vista da pesquisa linguística, isso quer dizer que, para delimitar um signo, é preciso considerá-lo no sistema de signos no qual ele tira seu valor.

Relembremos um dos conhecidos exemplos apresentado no texto do *Cours*: no alemão antigo, o plural de *gast* “convidado” foi, inicialmente, *gasti*, o de *hant* “mão”, *hanti* e assim por diante. Mais tarde, esse *i-* produziu um *umlaut*, isto é, a mudança do *a-* por *e-* na sílaba precedente: *gasti* – *gesti*, *hanti* – *henti*. Depois disso, o *i-* perdeu seu timbre, o que deu *gesti* – *geste*, etc. Hoje, temos *gast* : *gäste*, *hand* : *hände*, e toda uma classe de palavras apresenta a mesma diferença entre o singular e o plural. De acordo com o *Cours*, esses fatos diacrônicos não mudam o sistema da *langue*: o alemão não passou de um sistema de relações a outro, isto é, o que interessa é que, apesar das mudanças sonoras, a diferença entre o plural e o singular continua a ser expresso só que a partir de uma nova distinção. Assim, o fato sincrônico que é relevante não é que *gäste* exprima o plural, mas sim a oposição entre *gast*: *gäste*, enquanto, no que concerne ao fato diacrônico, interessa-nos estabelecer que para que uma nova forma – *gäste* – apareça, é preciso que a antiga – *gasti* – lhe ceda o lugar.

Querer reunir numa mesma disciplina fatos como estes é, portanto, uma “tarefa quimérica” (“entreprise chimérique”), o que nos autoriza reafirmar que “a *langue* é um sistema cujas partes podem e devem ser consideradas de acordo com a solidariedade sincrônica que mantém entre si” (“la *langue* est un système dont toutes les parties peuvent et doivent être considérées dans leur solidarité synchronique”) (SAUSSURE, 1985, p. 122, 124).

É bastante explícito, portanto, que o texto do *Cours* distingue claramente as duas perspectivas, referindo-se a elas como uma *oposição*. Veremos a seguir,

a partir do trabalho de Godel, que, nas fontes manuscritas do *Cours*, ratifica-se a oposição entre as duas perspectivas.

A Antinomia Sincronia/Diacronia de acordo com as Fontes Manuscritas (GODEL, 1969)

Em *Les Sources Manuscrites du Cours de Linguistique Générale de F. de Saussure*, Robert Godel introduz seu trabalho mencionando as dúvidas, surgidas após a publicação do *Cours*, sobre o quão fiéis ao pensamento saussuriano foram os editores Bally e Sechehaye, o que justifica, segundo ele, a confrontação do *Cours* com as fontes manuscritas. O resumo dessas fontes está exposto no capítulo II do seu livro, que tem como título *Analyse des Sources Manuscrites*. Faremos a seguir uma coleta dos principais trechos das notas manuscritas que nos falam sobre as perspectivas da sincronia e da diacronia.

Nas *Notes Inédites*, trecho 12, datado de novembro de 1894, lê-se o seguinte (GODEL, 1969, p. 47):

A. Em linguística, a distinção entre estado e evento é tão capital que se pode perguntar se ela não precisaria de duas ciências. Mas a lingüística não cessa de confundil-as..., e parece inconsciente da dualidade de seu objeto.¹⁶

No mesmo trecho, encontra-se igualmente:

B. DIACRÔNICO. É oposto a sincrônico ou idiosincrônico. Porque equivalente a fonético...

IDIOSSINCRÔNICO. Não é idiosincrônico o que é fonético (=diacrônico). Grammatical = idiosincrônico e só é uma noção clara quando for reconduzida à ideia de idiosincrônico.¹⁷ (GODEL, 1969, p. 69)

Nas notas do curso dado por Saussure na Universidade de Genebra, nos anos de 1908-1909, ao qual Godel se refere como *Cours II*, leem-se as seguintes passagens:

16 A. En linguistique, la distinction de l'état et de l'événement est si capitale qu'on peut se demander si elle ne nécessite pas deux sciences. Mais la linguistique ne cesse de les confondre...,et semble inconsciente de la dualité de son objet.

17 B. DIACHRONIQUE. Est opposé à synchronique ou idiosynchronique. Pourquoi équivalent de phonétique...

IDIOSYNCHRONIQUE. N'est pas idiosynchronique ce qui est phonétique (= diachronique). Grammatical = idiosynchronique et n'est une notion claire que ramené à l'idée d'idiosynchronique.

C. [...] diacrônico, para ser exato, seria necessário contrapor a *idiosincrônico*, porque se trata sempre de uma língua, de um dialeto determinado. Haverá, portanto, dois encaamentos dos fatos, representados por dois eixos; em ambos, ocupar-se-á de unidades. As unidades diacrônicas não são fixas, elas se estabelecem de um momento a outro... A língua, interpretando o que ela recebeu, modifica a repartição das unidades – aqui sem a menor alteração fonética. A ordem diacrônica é o deslocamento dos valores, portanto, das unidades significativas; a ordem idiosincrônica é o equilíbrio dos valores tal qual se estabelece a cada momento: opõe-se como *cinemático* (ou evolutivo) e *estático*.¹⁸

D. Será necessário distinguir o fenômeno diacrônico e o fenômeno sincrônico, por muito tempo confundidos pelos linguístas, mas de natureza radicalmente diferente. Exemplo: má interpretação da relação *capio: percipio*, que mistura os fenômenos sincrônico e diacrônico de uma maneira impressionante. A alternância *a/i*, relação sincrônica, contribui com a significação que é uma oposição fundada sobre uma diferença mais ou menos regular. O fenômeno sincrônico é condicionado (mas não criado pelo diacrônico... No fenômeno diacrônico, os termos são sucessivos e idênticos; na sincronia, simultâneos e diferentes: opostos – portanto, não idênticos).¹⁹ (GODEL, 1969, p. 70) (os itálicos são do autor)

E. ...para se dar conta do que existe num estado de língua, o melhor é fazer abstração do passado. Paradoxo, mas paradoxo verdadeiro: os signos da língua têm o valor fixado pelo que coexiste, não pelo que precede.²⁰ (GODEL, 1969, p. 70)

F. Portanto, haverá necessariamente duas ciências: linguística estática ou sincrônica; linguística cinemática ou diacrônica.²¹ (GODEL, 1969, p. 71)

18 C. [...] diachronique, pour être précis, il faudrait opposer *idiosynchrone*, car il s'agira toujours d'une langue, d'un dialecte déterminé. Il y a aura donc deux enchaînements des faits, représentés par deux axes; dans l'un et l'autre, on aura à s'occuper d'unités. Les unités diachroniques ne sont pas fixes, elles s'établissent d'un moment à l'autre... La langue, interprétant ce qu'elle a reçu, modifie la répartition des unités – ici sans le moindre changement phonétique. L'ordre diachronique, c'est le déplacement des valeurs, donc des unités significatives; l'ordre idiosynchrone, c'est l'équilibre des valeurs tel qu'il s'établit de moment en moment: il s'opposent comme *cinématique* (ou évolutif) et *statique*.

19 D. Il faudra distinguer le phénomène diachroniques et le phénomène synchronique, longtemps confondus par les linguistes, mais de nature radicalement différente. Exemple: mauvaise interprétation du rapport *capio: percipio*, mêlant au phénomène synchronique le phénomène diachronique, plus frappant. L'alternance *a/i*, rapport synchronique, contribue à la signification, qui est une *opposition fondée sur une différence plus ou moins régulière*. Le phénomène synchronique est conditionné (mais non créé par le diachronique... Dans le phénomène diachronique, les termes sont successifs et identiques; dans le synchronique, simultanés et différents; opposés – donc non identiques.

20 E. [...] pour se rendre compte de ce qui existe dans un état de langue, le mieux est de faire abstraction du passé. Paradoxe, mais paradoxe vrai: les signes de la langue ont leur valeur fixée par ce que coexiste, non par ce qui précède...

21 F. Il y aura donc, nécessairement, deux sciences: linguistique statique ou synchronique; linguistique cinématique ou diachronique.

G. Os fatos diacrônicos sendo assim eventos, é possível falar de leis? Não há leis nesse caso porque tudo é particular...Pode-se falar sim de leis fonéticas; mas é preciso distinguir a lei fonética da lei sincrônica. Exemplos de leis sincrônicas (ordem das palavras em francês, limite do acento tônico em grego; no antigo eslavo, toda palavra termina com vogal) e de mudanças fonéticas. O termo da lei implica duas características: 1) regularidade, ordem; 2) necessidade imperativa. A lei sincrônica é a primeira, e a ordem que ela define é precária (as línguas eslavas perderam as vogais finais). A lei fonética é imperativa, no sentido em que ela age com regularidade. Mas sobre quais unidades? Não sobre as palavras, que não são comparáveis aos indivíduos de uma espécie, mas sobre um único som.²² (GODEL, 1969, p. 71)

H. Todos os objetos a ser estudados formam dois domínios: o ou os campos sincrônicos, o campo diacrônico aos quais correspondem perspectivas e métodos diferentes.²³ (GODEL, 1969, p. 72)

I. Se o campo diacrônico coincidir com o fonético, contrastar-se-ia diacrônico (= não gramatical) e sincrônico (=gramatical). Mas tudo o que entra na sincronia, sintagmas, associações, não têm sua história? Aqui a oposição se torna menos evidente. Boa parte das mudanças consideradas gramaticais desembocam em mudanças fonéticas (ex.: compostos do tipo de *Springbrunnen*, *Bethaus*; plur. Do tipo de *men*, *feet*), o que não pode ser confundido com o estado gramatical que resulta disso. Mas a história de um grupo associativo (uma declinação) ou de um sintagma (*prendre ai > prendrai*) é feita de vários fenômenos, em parte fonéticos, mas que deixam um resíduo que parece justificar sua história gramatical. A questão não é absolutamente clara.²⁴ (GODEL, 1969, p. 74) (os itálicos são do autor)

22 G. Les fait diachronique étant ainsi des événements, est-il possible de parler de lois? Il n'y a pas de loi puisque tout est particulier... On parler bien de lois phonétiques; mais il faut opposer la loi phonétique à loi synchronique. Exemples de lois synchroniques (ordre des mots en français; limite de l'accent tonique en grec; en vieux slave, tout mot finit par une voyelle) et de changements phonétiques. Le terme de loi implique deux caracteres: 1) régularité, ordre; 2) necessite impérative. La loi synchronique n'a que le premier, et l'ordre qu'elle définit est précaire (les langues slaves ont perdu des voyelles finales). La loi phonétique est impérative, en ce sens qu'elle agit avec régularité. Mais sur quelles unités? Non pas sur les mots, qui ne sont pas comparables aux individus d'une espèce, mais sur un seul son

23 H. Tous les objets à étudier forment deux domaines: le ou les champs synchroniques, le champ diachronique, à quoi correspondent des perspectives et des méthodes différentes.

24 I. Si le champ diachronique coïncidait avec la phonétique, on opposerait diachronique (= non grammatical) à synchronique (= grammatical). Mais tout ce qui entre dans la synchronie, syntagmes et associations, n'a-t-il pas son histoire? Ici, l'opposition devient moins évidente. Bien des changements tenus pour grammaticaux se résolvent certes en changements phonétiques (ex.: composés du type *Springbrunnen*, *Bethaus*; plur. Du type *men*, *feet*), qu'il ne faut pas confondre avec l'état grammatical qui en résulte. Mais l'histoire d'un groupe associatif (une déclinaison) ou d'un syntagme (*prendre ai > prendrai*) est faite de plusieurs phénomènes, en partie phonétiques, mais laissant un résidu qui semble justifier une histoire grammaticale. La question n'est pas absolument claire.

É claro assim que, de acordo com as fontes manuscritas, a pesquisa linguística não pode se passar de estabelecer a divisão central da sincronia e diacronia. De fato, os trechos acima comprovam que se trata para Saussure de duas linguísticas, com métodos e objetivos próprios. Para fazer isso, levou-se em conta a questão das identidades nos dois domínios, isto é, na sincronia, ocupamo-nos dos termos coexistentes que são definidos por meio da noção de valor; enquanto, na diacronia, trata-se de verificar a relação entre termos sucessivos. Como se lê no trecho G acima, a noção de lei ganha significado diferente quando se consideram os dois domínios: só através da lei de mudança sonora, pode-se dizer que estamos diante de uma identidade diacrônica, o que o fez tentar reduzir a linguística histórica a uma teoria das mudanças sonoras. Esse é o sentido de sua afirmação de que “não há gramática histórica” (“il n’y a pas de grammaire historique”) (GODEL, 1969, p. 74), ou seja, o que é sincrônico é gramatical e o que é diacrônico é não gramatical; cf. trecho I acima; embora a questão, como ele mesmo diz, não seja “claire”.

A originalidade de Saussure consiste na proposta de que é possível fazer linguística sem levar em consideração o passado de uma língua, como se vê no trecho E acima, isto é, podem-se definir os signos uns em relação aos outros, baseando-se no valor que adquirem por meio do sistema da *langue*.

Vê-se também que a alegada supremacia da perspectiva sincrônica sobre a perspectiva diacrônica não é, de acordo com as fontes manuscritas, reivindicada explicitamente pelo genebrino. Fala-se tão somente acerca da possibilidade de se fazer descrição de um estado da *langue*, sem qualquer consideração sobre sua evolução, o que nos permite afirmar que esta supremacia foi, na verdade, deduzida do sistema de pensamento saussuriano pela recepção do *Cours*. Vejamos esse último ponto mais em detalhe na seção seguinte.

A Dedução da Supremacia da Sincronia sobre a Diacronia

A dedução da supremacia da sincronia deve ter sido viabilizada, de início, por meio da afirmação do *Cours* de que o objeto preferencial da linguística é a *langue*. No texto do *Cours*, lê-se o seguinte (SAUSSURE, 1985, p. 25):

é preciso se colocar à primeira vista sobre o terreno da *langue* e tomá-la por norma de todas as outras manifestações da linguagem.²⁵

Essa primazia dada à *langue* é confirmada nas fontes manuscritas. No curso do genebrino dado no ano de 1910-1911, encontra-se a passagem que se segue (GODEL, 1969, p. 95):

É preciso de início separar da faculdade da linguagem a língua, produto social, instituição semiológica: **ai está o objeto da linguística**. Mas esse produto social se manifesta por uma grande diversidade de línguas. É preciso portanto começar pelo que é dado: as línguas; depois tirar daí o que é universal: a *langue*. Somente após isso, ocupar-se-á da linguagem dos indivíduos.²⁶ (itálico do autor; negrito meu)

É preciso levar em conta, porém, que, ao tornar discreta a *langue* como objeto da linguística, Saussure tinha em mente separá-la da *parole*, o que permite, dos fatos diversificados da linguagem, separar o social e o individual bem como o essencial e o acidental. Sua conclusão é que a *langue*, distinta da *parole*, é um objeto que se pode estudar separadamente. Assim, quando no texto do *Cours* se lê que a *langue* deve ocupar o “primeiro lugar” (“première place”) dentre os fatos de linguagem (p. 25), é por oposição ao uso.

Mas o que deve ser entendido por objeto no trecho acima?

Saussure distingue *objet de matière*. A matéria do estudo científico da linguagem são todas as manifestações orais ou escritas da linguagem humana (cf. SAUSSURE, p. 20; GODEL, 1969, p. 95), enquanto seu objeto, como vimos, é a *langue*. De Mauro (1985), que segue de perto Hjelmslev (1971 [1959], p. 163), sublinha a importância da distinção entre matéria e objeto. Saussure toma este último como “finalité” de uma atividade. Assim, para De Mauro, Saussure não considera a *langue* como a coisa da qual, excluindo todas as outras, a linguística deve se ocupar, mas como o *objectum*, no sentido escolástico, da pesquisa linguística, isto é, partindo de tudo que é linguístico, ter como procedimento estabelecer o sistema que é subjacente a esse tudo que é linguístico. Ainda segundo De Mauro, foi tomar objeto no sentido de

25 il faut se placer de prime abord sur le terrain de la langue et la prendre pour norme de toutes les autres manifestations du langage.

26 Il faut d'abord séparer de la faculté du langage la *langue*, produit social, institution sémiologique: **là est l'objet de la linguistique**. Mais ce produit social se manifeste par une grande diversité de langues. Il faut donc commencer par ce qui est donné: les langues; puis, en tirer ce qui est universel: la langue. Alors seulement, on s'occupera du langage chez les individus.

matéria que provocou o equívoco de interpretação de atribuir a Saussure uma visão excludente da linguística, isto é, como se só o interessasse se ocupar da *langue* e não do universo integral dos fatos de linguagem.

A proposta da *langue*, como objeto da linguística, em oposição a *parole*, é estabelecida no capítulo III, da introdução do *Cours* (cf. SAUSSURE, 1985, p. 23-35). Já a distinção entre a sincronia e a diacronia é desenvolvida mais adiante, numa primeira abordagem, no capítulo III da Primeira parte do livro, isto é, nas páginas 114-140. Nesse capítulo, na página 124, encontra-se o trecho seguinte:

A língua é um sistema cujas partes podem e devem ser consideradas em relação à solidariedade sincrônica que mantêm entre si. Já que as alterações não se fazem jamais sobre o bloco do sistema mas sobre um ou outro desses elementos, elas só podem ser estudadas fora dele. Sem dúvida, cada alteração tem seu efeito sobre o sistema...Esta diferença de natureza entre termos sucessivos e termos coexistentes, entre fatos parciais e fatos referentes ao sistema impede de fazer de uns e de outros a matéria de uma única ciência.²⁷ (negritos meus)

Esse trecho, seguramente, deve ter servido de apoio para que se propusesse a supremacia da sincronia. Ora, como se vê, afirmam-se a possibilidade e a necessidade de se estabelecer a *langue* excluindo a evolução de uma língua. No entanto, de acordo com Engler (1970, apud De MAURO, 1985, p. 455; n. 183), a proposição “só podem ser estudados fora dele” (do sistema), contida no trecho acima, é um acréscimo dos editores: as alterações são certamente externas ao sistema, não determinadas por ele nem de maneira causal nem de maneira teleológica, mas tendo “seu efeito sobre o sistema”. Portanto, não se exclui considerar a relação entre as mudanças e o sistema, isto é, as mudanças têm um efeito no sistema ou entram no sistema de forma ordenada. Segundo De Mauro (1985, p. 454), o pensamento de Saussure é bastante claro a esse respeito: as mudanças nascem acidentalmente e sem finalidade; elas atingem um item (ou uma classe de itens) não no intuito de fomentar uma organização diferente do sistema, mas, já que a *langue*, graças à analogia, tende ao sistema, as mudanças vão, enfim, condicioná-lo.

²⁷ **La langue est un système dont toutes les parties peuvent e doivent être considérées dans leur solidarité synchronique.** Les altérations ne se faisant jamais sur le bloc du système mais sur l'un ou l'autre de ces éléments, ne peuvent être étudiées qu'en dehors de celui-ci... Cette différence de nature entre termes successifs et termes coexistants, entre faits partiels et faits touchant le système, interdit de faire des uns et des autres la matière d'une seule science.

A opinião de De Mauro (1985) coincide, por outro lado, com a dos editores do *Cours* (SAUSSURE, 1985), que, na nota 1 da página 197, reivindicam a seguinte interpretação do pensamento do mestre:

Lembramos que um novo uso começa sempre por uma série de fatos individuais... Poder-se-ia admitir que o autor [isto é, Saussure] recusasse a esses fatos o caráter de fatos gramaticais, no sentido em que um ato isolado é forçosamente alheio à langue e a seu sistema, o qual só depende do conjunto de hábitos coletivos. Tanto é verdade que os fatos pertencem à parole que eles são apenas maneiras especiais e inteiramente ocasionais de utilizar o sistema estabelecido. É apenas no momento em que uma inovação, frequentemente repetida, se grava na memória e entra no sistema que se obtém o efeito de deslocar o equilíbrio dos valores e a langue se torna *ipso facto* e espontaneamente modificada. Poder-se-ia aplicar à evolução gramatical o que é dito...acerca da evolução fonética : seu vir a ser é exterior ao sistema, porque este nunca é percebido na sua evolução ; nós o encontramos diferente a cada momento.²⁸

Essa interpretação é proposta para explicar, na mesma nota supramencionada, a razão de Saussure nunca ter abordado, nos seus cursos, a linguística da *parole*, que é também um dos fatos que sustentam a visão da supremacia da sincronia sobre a diacronia. Vejamos este último aspecto mais de perto.

Como já vimos, Saussure atribui à *langue* “o primeiro lugar” (“la première place”) nos estudos da linguagem. Assim, todos os elementos da linguagem, que constituem a *parole*, vêm naturalmente se subordinar a essa “primeira ciência” (“première science”) (SAUSSURE, 1985, p. 36), ainda que dedutível do princípio da arbitrariedade do signo (cf. De MAURO, 1985, p. 420, nota 65). Agora, uma vez que na *parole* se encontra a fonte de todas as mudanças, o texto do *Cours* afirma que “tudo o que é diacrônico na langue só o é por meio da parole” (“tout ce qui est diachronique dans la langue ne l’est que par la parole”) (p. 138)

28 On se souvient qu’un nouvel usage commence toujours par une série de faits individuels...On pourrait admettre que l’auteur [isto é, Saussure] refusait à ceux-ci le caractère de faits grammaticaux, en ce sens qu’un acte isolé est forcément étranger à la langue et à son système lequel ne dépend que de l’ensemble des habitudes collectives. Tant que les faits appartiennent à la parole, ils ne sont que des manières spéciales et tout occasionnelles d’utiliser le système établi. Ce n’est qu’au moment où une innovation, souvent répétée, se grave dans la mémoire et entre dans le système, qu’elle a pour effet de déplacer l’équilibre des valeurs et que la langue se trouve *ipso facto* et spontanément changée. On pourrait appliquer à l’évolution grammaticale ce qui est dit ... de l’évolution phonétique: son devenir est extérieur au système, car celui-ci n’est jamais aperçu dans son évolution; nous le trouvons autre de moment en moment.

Assim, já que a *langue* tem prioridade sobre a *parole*, pode-se estabelecê-la sem se levar em conta a evolução da língua e, ainda, como a evolução de uma língua se dá pelo uso, é fácil inferir que o estudo sincrônico deve ter também sua primazia sobre o estudo diacrônico.

Essa tomada de posição é perfeitamente compatível com o sistema de pensamento de Saussure, embora não haja por ele, de fato, exclusão da diacronia: o genebrino distingue duas ciências ou duas linguísticas, com dois objetos diferentes; e, a favor da não exclusão da diacronia, pode-se considerar ainda o fato de que a linguística diacrônica ocupa toda uma terceira parte do *Cours*.

Como se viu, a primazia da sincronia é na realidade deduzida, de forma coerente, do sistema de pensamento de Saussure, o que não permite, porém, afirmar, como colorário, que a perspectiva diacrônica seja excluída pelo genebrino. Além disso, em lugar de “exageros” dos editores do *Cours*, é preciso salientar, na realidade, de acordo com Godel (1969, p. 11), que o cotejamento das fontes manuscritas com o texto do *Cours* mostra-nos a consciência e a inteligência que Bally e Secheyaye, na imensa maioria das vezes, colocaram a serviço do pensamento do mestre.

A recepção da antinomia Sincronia/Diacronia

Como expusemos no preâmbulo, diversos autores, a partir da publicação do *Cours*, manifestaram-se a favor da superação da antinomia sincronia/diacronia. A recusa da antinomia se ancora na constatação, que, aliás, tem a natureza de um truísmo, de que a linguagem é um fenômeno em constante mutação, o que nos faz crer que a alegada insuficiência da antinomia, a partir desta ótica, é baseada, como comentaremos, na perspectiva *realista* como postura diante da natureza dos construtos teóricos.

Apresentemos a recepção da antinomia pelos autores mencionados.

Jakobson

São os jovens linguistas de Praga que inauguram o debate nas “thèses” de 1929, publicadas nas Atas do Primeiro Congresso Internacional de Linguistas, em Haia. Eles atacam, sobretudo, a concepção antiteleológica do sistema e

sustentam que as modificações por que passa uma língua se devem à reorganização do próprio sistema, isto é, contrariamente ao que pensava Saussure, a mudança tem uma finalidade. Vejamos em detalhe o texto das “thèses” sobre nossa questão. Na tese 1b, lê-se o seguinte (TOLEDO, 1982, p. 82-3):

A concepção da língua como sistema funcional deve ser levada também em consideração no estudo dos estados linguísticos passados, quer se trate de reconstruí-los, quer se trate de constatar a sua evolução. *Não poderíamos erguer barreiras intransponíveis entre os métodos sincrônico e diacrônico*, como o faz a Escola de Genebra. Se, em linguística sincrônica, os elementos do sistema da língua são considerados do ponto de vista das suas funções, também as mudanças sofridas pela língua não podem ser julgadas sem que se tenha em conta o sistema afetado por tais transformações. Seria um erro supor que as mudanças linguísticas constituem apenas ataques destrutivos que se produzem ao acaso, do ponto de vista do sistema, heterogêneos. *As transformações linguísticas visam [sic] muitas vezes o sistema, sua estabilização, sua reconstrução, etc. Assim, o estudo diacrônico não só não exclui as noções de sistema e de função, como torna-se [sic], ao contrário, incompleto, se não as toma em consideração.*

De outra parte, a descrição sincrônica também não pode excluir a noção de evolução; pois, até mesmo num setor considerado do ponto de vista sincrônico existe a consciência da fase em vias de desaparecimento, da fase presente e da fase em formação. Os elementos estilísticos percebidos como arcaísmos e, em segundo lugar, a distinção entre formas produtivas e não produtivas são fatos de diacronia que não poderíamos eliminar da linguística sincrônica. (itálicos meus)²⁹

Nesse trecho, encontram-se os pontos centrais de crítica à antinomia sincronia/diacronia que serão desenvolvidos por Jakobson e também por outros autores que discutiram sua fundamentação.

Como se vê, afirma-se explicitamente a necessidade de um programa de investigação que não erija uma separação tão nítida entre as perspectivas da sincronia e da diacronia. No caso de Jakobson, seu ataque à antinomia é explícita no texto *Remarques sur l'évolution phonologique du russe comparée à celles des autres langues slaves*. Nesse trabalho, o autor desenvolve sua concepção teleológica da mudança linguística, ou seja, considera que as mudanças não são fortuitas, ocorrendo para “equilibrar” o sistema.

Observe-se o trecho seguinte (JAKOBSON et al., 1929, p. 17):

29 De acordo com Carta de 2 de julho de 1969, escrita em Harvard, Jakobson garante que o esboço da tese 1 foi preparada por ele próprio (TOLEDO, 1982, p. 104).

Para ele [Saussure], as mudanças se produzem sem qualquer intenção, elas são fortuitas e involuntárias, certos elementos são alterados sem ter em conta a solidariedade que os une ao todo e, conseqüentemente, só podem ser estudados fora do sistema... Assim, abre-se um fosso profundo entre a linguística diacrônica e a linguística sincrônica, a brilhante comparação de Saussure entre o jogo da langue e uma partida de xadrez perde sua força persuasiva se nos alinharmos à opinião de Saussure que afirma que a langue não premedita nada e que suas peças se deslocam fortuitamente. Esta afirmação nos faz apresentar a história dos sons de uma língua dada como uma seqüência de perturbações e de deteriorações cegas causadas por fatores extrínsecos. Do ponto de vista do sistema fonológico, essas ações desordenadas seriam apenas acidentes incômodos e absolutamente sem objetivo.³⁰

Contra esse estado dos fatos, Jakobson se levanta para propor que “em qualquer ponto onde tenha acontecido um processo destrutivo, ele é necessariamente seguido de uma reação ativa...” (“partout où un procès destructeur a eu lieu, il est nécessairement suivi d’une réaction active”) (JAKOBSON et al., 1929, p. 18). O que faz com que tenhamos necessidade de

toda uma série de inovações visando a restabelecer a estabilidade e o equilíbrio do sistema fonológico...A langue se esforça, em caso de haver deteriorações, de sustentar e de restaurar a nitidez e a flexibilidade, não somente do vocabulário, mas também, diretamente do sistema fonológico...³¹ (JAKOBSON et al., 1929, p. 18)

Vejamos um exemplo hipotético acerca da reação do sistema a uma mudança sonora. O exemplo é, na verdade, de Sapir (1968, p. 143 e seguintes [1921]), que, antes de Jakobson, se ateu à dependência das mudanças sonoras em relação ao sistema: se, no conjunto de sons *p, t, k*, o primeiro *p* se transformou em *b*, o resultado é a série assimétrica *b, t, k*. Para voltar à simetria anterior de três oclusivas do mesmo tipo, sem cancelar a mudança sofrida, a

30 Pour lui [Saussure], les changements se produisent en dehors de toute intention, ils sont fortuits et involontaires, certains éléments sont altérés sans égard à la solidarité qui les lie au tout et, en conséquence, ne peuvent être étudiés qu’en dehors du système...Ainsi se creuse un fossé profond entre la linguistique diachronique et la linguistique synchronique, la brillante comparaison de Saussure entre le jeu de la langue et une partie d’échecs perd sa force persuasive si l’on se range à l’opinion de Saussure affirmant que la langue ne prémédite rien et que ses pièces se déplacent fortuitement. Cette affirmation nous fait présenter l’histoire des sons d’une langue donnée comme une suite de troubles et de détériorations aveugles causées par des facteurs extrinsèques. Du point de vue du système phonologique, ces actions désordonnées ne seraient que des cambriolages fâcheux et absolument privés de but.

31 toute une série d’innovations visant à redonner au système phonologique sa stabilité et son équilibre... La langue s’efforce, en cas de détériorations, de soutenir et de restaurer la netteté et la souplesse, non seulement du vocabulaire, mais aussi, directement du système phonologique...

solução é a transformação das duas oclusivas surdas em sonoras, obtendo-se *b, d, g*, o que restabelece a homogeneidade perdida. Foi assim essa ideia que Jakobson explorou em detalhe tomando como objeto empírico o sistema fonológico do russo.

A outra razão que levou Jakobson a se interrogar acerca da distinção sincronia/ diacronia se deve à constatação de que, num dado momento de uma língua, os falantes têm consciência de sua evolução já que conseguem distinguir que formas são inovadoras e que formas são conservadoras, pretendendo com isso demonstrar que o sistema linguístico não pode se passar de levar em conta as mudanças por que passa uma língua. Considerando que um sistema sincrônico é um sistema existente, num dado momento, na consciência linguística dos falantes como precondição da fala, Jakobson propõe que a forma mais característica de projeção da diacronia na sincronia é a atribuição de uma função diferente aos dois termos de uma mudança. Assim,

[...] uma mutação pode ser um fato de sincronia mesmo sem transposição nas categorias especificamente sincrônicas, uma mutação pode ser concebida, num momento dado, como tal pela coletividade dos falantes. Há estilos de pronúncia, variantes gramaticais, palavras, volteios, que são interpretados, por uma coletividade de falantes como fazendo parte e apropriados a uma geração de pessoas idosas, e outros, ao contrário, que são considerados como o apanágio da juventude ou como o último grito da moda... Não se teria razão em negar a existência, do ponto de vista da linguística sincrônica, da diferença entre as formas produtivas e as formas improdutivoas e em excluir, desta linguística, a noção de arcaísmo.³² (JAKOBSON et al., 1929, p. 19-20)

Vejam os um exemplo de Jakobson (1953, apud HOLENSTEIN, 1975, p. 85), que provém da sua própria experiência:

Trata-se de uma transformação surpreendente, sobrevinda no sistema vocálico do russo corrente. Em posição não acentuada, especialmente pré-tônica, os dois fonemas /e/ e /i/ eram distinguidos pela geração dos nossos filhos, estes dois fonemas fundiram-se num só, /i/. Para a geração intermediária, a dos nossos pais, a distinção era facultativa...

32 [...] une mutation peut être un fait de synchronie même sans transposition dans des catégories spécifiquement synchroniques, une mutation peut être conçue à un moment donné comme telle par la collectivité des sujets parlants. Il y a des styles de prononciation, des variantes grammaticales, des mots, des tournures, qui sont interprétés, par une collectivité de sujets parlants, comme appartenant et convenant à la génération des gens âgés, et d'autres au contraire qui sont considérés comme l'apanage de la jeunesse ou comme le dernier cri de la mode... On n'aurait pas raison de nier l'existence, du point de vue de la linguistique synchronique, de la différence entre les formes productives et les formes improdutivoas, et d'exclure de cette linguistique la notion d'archaïsme.

quando o factor temporal entra em jogo num sistema de valores simbólicos tal como a linguagem, torna-se ele próprio um símbolo e pode ser utilizado como meio estilístico. Por exemplo, quando falamos de um modo mais conservador, empregamos as formas mais arcaicas. No russo de Moscovo, a geração dos nossos pais não empregava, na conversação familiar, a distinção entre /e/ e /i/ não acentuados: seguia sim a nova moda de confundir os dois fonemas para dar a impressão de ser mais jovem do que na verdade era.

A descrição de Jakobson deixa entender que ele tinha consciência de que, caso utilizemos os termos atuais da Teoria da Variação, a distribuição de variantes de acordo com a idade, no russo de seu tempo em Moscou, pode indicar uma mudança em progresso, analisada, como se sabe, no quadro teórico citado, por meio da noção de *tempo aparente*. É possível também que o fenômeno citado não passe de um processo de *gradação por idade* (*age-grading*), isto é, uma variação no comportamento linguístico dos indivíduos que se repete a cada geração. Qualquer que seja a opção de análise, Jakobson é o primeiro a explicitar que o fenômeno da variação linguística, oriundo, é claro, da *parole*, que, como vimos, nunca foi abordada por Saussure em seus cursos (cf. SAUSSURE, p. 197, n. 1), tem o potencial de nos fazer reavaliar a perspectiva antinômica do par sincronia/diacronia. Como veremos adiante, essa visão dos fatos foi desenvolvida por Weinreich, Labov e Herzog. Mas comentemos, antes disso, a reflexão de Coseriu sobre nosso tema.

Coseriu

No livro *Sincronia, Diacronia e História*, Eugenio Coseriu examina o problema da mudança linguística, já que não se trata de estudar os tipos de mudanças em uma ou várias línguas, mas de discutir o que podemos chamar de problema filosófico ou lógico da mudança, isto é, entender a natureza mutável da língua a despeito da expectativa, contrária, de sua imutabilidade.

O autor recusa, assim, a formulação do problema da mudança linguística em termos da pergunta: *Por que as línguas mudam?* Para ele, a mudança não pode ser colocada em termos causais, uma vez que pressupõe certa “estaticidade natural” perturbada pelo devir que seria contrário à essência da língua. Essa visão se deve à concepção, por exemplo, de Malberg (1945, apud COSERIU, 1958, p. 15) de que a língua seria “sincrônica por definição” e que considerá-la instável, isto é, como algo que muda e evolui, é incompatível com a própria

noção de língua, tal qual compreendida por Saussure. Essas afirmações têm origem, portanto, na concepção saussuriana de que “o sistema é imutável”, que, como vimos, decorre da antinomia sincronia/diacronia.

Coseriu visa a combater essas ideias defendendo a radical mutabilidade da língua e “que, precisamente, a antinomia sincronia/diacronia não pertence ao plano do objeto, e sim, ao plano da investigação: não se refere à linguagem, mas à linguística” (COSERIU, 1958, p. 17). Ele é contrário, assim, à ideia de que “a descrição do sistema e a descrição do sistema em movimento se colocam necessariamente em duas perspectivas distintas: não se trata aqui da realidade da língua, mas da atitude do investigador: “o que é independente da diacronia é a descrição sincrônica, não o estado de língua real que é sempre ‘resultado’ de outro estado anterior e, para o próprio Saussure, é produto de fatores históricos” (COSERIU, 1958, p. 20).

O que é inadequado para Coseriu, então, é entender a sincronia como se referindo à língua real de uso dos falantes, que é constantemente mutável e, portanto, resultado dos seus usos anteriores. “A distinção entre sincronia e diacronia não pertence à teoria da linguagem (ou da língua), mas à teoria da linguística. Saussure não fez ontologia, mas *metodologia*” (COSERIU, 1958, p. 27; *itálico do autor*).

Nesse trecho, ficam-nos claras as escolhas de Coseriu que dizem respeito às suas posições epistemológicas. É a partir dessas escolhas que ele faz sua crítica a Saussure. Note-se, de início, que ele distingue o objeto da teoria linguística, que é suposto ser real, isto é, a língua ou as línguas históricas e a teoria acerca desse objeto. Para ele, há uma inadequação entre o que Saussure propõe, isto é, a antinomia sincronia/diacronia, e a “realidade” da língua. Ele está pronto a aceitar alguma “simplificação convencional” ou metodológica, mas apenas para permitir o acesso ou facilitar a análise de fatos da língua, mas não no que concerne à teoria, que deverá se adequar ao objeto investigado. Ou seja, “a teoria não deve olvidar as simplificações operacionais que realizou e não deve confundir as convenções com a realidade” (COSERIU, 1958, p. 219, n.71). Assim, a dicotomia saussuriana é inadequada, ou falsa, pois não corresponde à verdade da língua ou à sua radical historicidade.

Como comentamos na última seção, esta concepção de Coseriu pode ser caracterizada como uma posição realista, ao passo que, quando Saussure propõe suas antinomias e afirma que o ponto de vista cria o objeto, está afinado, neste ponto, com a posição *instrumentalista* no que concerne à natureza dos

construtos teóricos, isto é, trata-se de instrumentos metodológicos com os quais interrogamos e lidamos com o que é suposto existir. A oposição de Coseriu a Saussure é fundamentada, portanto, no interior de sua opção realista. Não há então como haver acordo, já que o mundo de crenças dos dois autores, no que concerne à natureza da relação entre a teoria e os objetos dos quais ela deve se apropriar, é radicalmente distinto.

É sua opção pelo realismo que leva Coseriu a dizer ainda que, mesmo no plano da investigação, ou da metodologia, em que a dicotomia é proposta, ela, segundo ele, “pode ser superada na e pela história” (COSERIU, 1958, p. 18).

Coseriu considera, em primeiro lugar, que a tentativa dos linguistas de Praga, especialmente Jakobson, de superar a dicotomia, por meio do que acabou sendo conhecido por estruturalismo diacrônico, não logrou sucesso. E isso porque conseguiu, no máximo, demonstrar que as mudanças linguísticas são condicionadas pela *langue*, ou seja, elas são sistemáticas, o que corrige o caráter heterogêneo e fortuito da diacronia na visão de Saussure, mas, de acordo com o autor, continua a preservar a antinomia como uma oposição real. Segundo ele ainda, “a antinomia saussuriana não é superada, em seu alcance real, se se continua mantendo de alguma maneira a concepção estática da língua e se se continua considerando a língua histórica [isto é, o português, o inglês...] como um conjunto de ‘estados de língua’ ordenados no tempo” (COSERIU, 1958, p. 188-189).

Além disso, nosso autor trava um combate severo com a concepção teleológica da mudança linguística, oriunda, como vimos, também de Praga, no sentido de que não se pode atribuir intencionalidade, ou ainda uma necessidade interna, ao sistema da língua. A tentativa teleológica se deve a uma visão errônea em relação à ideia de leis que regulam a evolução das línguas. Para ele, as leis refletem, no máximo, *como* se dão as mudanças e não *por que* elas ocorrem. E isso se deve à sua visão de que a evolução linguística não é um objeto da natureza, mas a construção de um objeto cultural/social e que, por conseguinte, só pode ser motivada pelas intenções e necessidades dos falantes e não por condições internas ou externas.

Para ele, a superação da antinomia, que é enunciada em termos de um programa de investigação, já que não é fornecida análise de fenômenos particulares que a sustente, deve levar em conta a contínua construção das línguas históricas, ou ainda, “só a história pode prestar contas cabalmente da realidade dinâmica duma língua, considerando-a como ‘sistema que é feito’

e, a cada instante de seu desenvolvimento, como atualidade duma tradição” (COSERIU, 1958, p. 231). Para isso, é preciso considerar não apenas a mudança acabada, como o fez Saussure, isto é, na concepção desse último, a mudança é substituição de um elemento por outro, mas “o mudar como tal, a mudança em marcha” (COSERIU, 1958, p. 217). Disso decorre a crítica de Coseriu à noção de *état de langue*, que exclui o caráter gradual da mudança e é uma simplificação metodológica que não pode se aplicar à realidade das línguas históricas (cf. nossa conclusão).

Para ele, enfim, a “língua se faz, mas o seu fazimento é um *fazimento histórico*, e não cotidiano: é um fazimento num quadro de permanência e de continuidade” (COSERIU, 1958, p. 237, *itálico do autor*). Dito de outra maneira, o que garante a funcionalidade da língua como objeto histórico é o fato de, concomitantemente, permanecer o que ela é enquanto incorpora novos recursos, ou seja, só percebemos que ocorre mudança porque há permanência. É disso que a teoria linguística deve tratar.

Essas ideias vão inspirar outros autores como veremos adiante, no texto de Weinrich, Labov e Herzog.

Vidos

É no seu *Manual de Linguística Românica* que o romanista elabora, no item III do quarto capítulo intitulado *Língua e Linguagem. Linguística Sincrônica e Diacrônica*, sua posição em relação à antinomia saussuriana.

De acordo com o autor, com base na antinomia, Saussure estabelece as seguintes propostas. “Primeiro: dado que para o falante não existe a sucessão dos fatos linguísticos no tempo e que aquele está colocado frente a uma situação linguística determinada, o aspecto sincrônico deve ser colocado antes do diacrônico. Segundo: o método sincrônico e o diacrônico devem estar nitidamente separados um do outro; sua contraposição é ‘absoluta’, ‘irredutível’, ‘sem compromisso’. Terceiro: a diferença entre os dois métodos é fundamental, porque o método sincrônico se ocupa dos sistemas linguísticos enquanto o diacrônico examina a história dos elementos particulares da linguagem.” (VIDOS, 1996 [1959], p. 108). Segundo Vidos, a terceira proposta deve ser repelida com base nas considerações referente à combinação dos dois métodos exigida pela “realidade linguística” (VIDOS, 1996, p. 115). O dinamismo da “realidade linguística” mostra-nos que, segundo ele, uma mudança não é um fato isolado,

particular, alheio ao sistema, mas que toda mudança, ou movimento, se faz acompanhar de uma série de outras mudanças ou movimentos. Vê-se nesta posição a suspeita, explorada por Jakobson, de que a mudança linguística, embora venha da *parole*, não é arbitrária e invisível para o sistema da *langue*. Já as duas primeiras propostas, isto é, da supremacia da sincronia e da separação dos métodos são refutadas, de acordo com o autor, pelo “método histórico-comparativo e pelo geográfico” (VIDOS, 1996, p. 108). O primeiro método comprovaria que a descrição de uma língua, na linguística românica, não pode ser realizada *de per se*, ou seja, o trabalho comparativo é inerente a essa atividade, o que, necessariamente, nos leva a considerar as dimensões dinâmica e estática. Por exemplo, no início do século XII, a oração “conquistarei cidades” se dizia no antigo francês ...*conquerrai citez*, enquanto, no francês contemporâneo, emprega-se ...*conquerrai des villes*, isto é, no século XII, ainda não se empregava o chamado artigo partitivo. Uma hipótese para o surgimento do partitivo é a queda do morfema *-s*, que diferencia o singular e o plural, que começou a ser mudo a partir do século XIII. O italiano vem em socorro dessa hipótese já que esta língua não emprega o partitivo com as palavras que distinguem o singular do plural, mas apenas com aquelas que fazem tal distinção: com a palavra *città*, que é invariável no plural, o antigo francês *conquerrai citez* é traduzido por *conquisterò delle città*, com o partitivo, como no francês contemporâneo; por outro lado, quando há distinção entre o singular e o plural, como em *villaggio/villaggi*, o partitivo não é usado: *conquisterò villaggi*. Este tipo de exemplo atesta, segundo Vidos, a obrigatoriedade da perspectiva comparativa na romanística, o que inviabiliza adotar as duas hipóteses de Saussure, isto é, a supremacia da sincronia e a separação radical dos métodos.

Uma conclusão similar é extraída da perspectiva da geografia linguística. Baseando-se no trabalho de Gilliéron, que propõe uma metodologia para descrição da distribuição espacial ou geográfica das palavras, Vidos sustenta que também esse tipo de fenômeno inviabiliza as duas hipóteses saussurianas mencionadas. Gilliéron, um dos pioneiros da dialetologia e dos estudos de variação linguística numa perspectiva mais contemporânea, analisou a genealogia das formas que significam *abelha* em francês. Segundo o Atlas Linguístico da França, existem, no território galo-românico, as seguintes denominações para aquele inseto: 1) *é, és, a* (em zonas marginais completamente separadas no norte da França e na Suíça); 2) *mouche à miel* (no norte da França sobre um extenso território triangular);

3) *avette* (a oeste); 4) *mouchette* (a leste) e 5) *abeille* (ao sul do Loire até os Pirineus e o Mediterrâneo e dos Alpes até o Ródano, franço-provençal *aveille*). Ao lado destes tipos, ocorrem as formas *mouche*, *essaim*, *esette*, *ruche*, etc., em pequenas regiões. Segundo Gilliéron, a presença das formas monossilábicas *é*, *és*, *a*, nas ditas zonas marginais, mostra que a palavra originária para o conceito de *abelha* era o latim *apis* e isso em todo o território galo-românico. Prova-o a presença, no francês antigo, das formas *ef*, *és*, isto é, *abelha*, que ocorreram na região norte da França onde hoje se diz *mouche à miel*. Em conclusão: não há como realizar uma descrição apropriada desse tipo de fenômeno adotando as duas hipóteses saussurianas mencionadas.

Para Vidos, não é adequado, portanto, separar a linguística sincrônica da diacrônica. Segundo ele, “os dois métodos devem completar-se mutuamente” e “integrando-se reciprocamente também de fato, fazem-nos ver continuamente como uma situação estática surge, por um lado, da dinâmica, e como, por outro lado, pode lançar luz sobre o futuro histórico” (1996, p. 108).

Também a posição deste autor acerca da natureza dos construtos elaborados por uma teoria científica pode ser caracterizada como realista. A complementaridade alegada dos dois métodos é um sinal muito claro da nossa afirmação, isto é, para a descrição completa, correta ou verdadeira do objeto da teoria linguística não podemos deixar de considerar seus aspectos dinâmicos e estáticos. Demonstram-no ainda os seguintes trechos do autor: “O método estático-histórico e o histórico-estático nos manifestam, portanto, *a realidade linguística*” (1996, p. 110, *itálicos meus*); ou o comentário seguinte sobre a obra de Meillet: “Outro discípulo seu [isto é, de Saussure], Antoine Meillet, em oposição à doutrina abstrata de seu mestre, colocando a língua ininterruptamente em sua realidade humana, isto é, histórica, fez História Linguística e demonstrou os laços existentes entre o método sincrônico e o diacrônico” (1996, p. 111). Destacam-se, nestas passagens, o apelo à realidade humana e da língua e também a qualificação da teoria saussuriana de abstrata, ou seja, é como se a antinomia proposta, por não coincidir com a realidade da língua, fosse irreal e tivesse, no máximo, valor metodológico. Como comentário mais detalhes na última seção, a rejeição à antinomia saussuriana é gerada no interior da posição realista que, no entanto, não é compartilhada pelo linguista genebrino.

Weinreich, Labov e Herzog

É no texto *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*, de 1968, que Weinreich, Labov e Herzog (de agora em diante, WLH) fundamentam, pela primeira vez, de maneira consistente, o programa de pesquisa que se tornou a Teoria de Variação e Mudança, desenvolvida, como se sabe, sob a orientação central de William Labov. Embora essa teoria tenha encontrado sua forma madura em textos posteriores de Labov e de outros autores, no texto de 1968 são explicitadas as escolhas dos autores no que se refere à delimitação do objeto de estudo da Teoria, com todas suas implicações no que concerne à metodologia e à comprovação empírica. Faz parte dessas escolhas dos autores explicitar a insatisfação com a antinomia sincronia/diacronia e buscar criar as bases teóricas que permitam superar o paradoxo saussuriano, ou seja, defende-se que a linguística deve almejar – e é o que muitos, efetivamente, tentaram e continuam tentando – uma disciplina que fosse ao mesmo tempo estrutural e histórica.

Em primeiro lugar, os autores identificam a origem da antinomia saussuriana no trabalho de Paul. Este autor considerou, como vimos, que a língua do falante-ouvinte individual deve ser o objeto legítimo do estudo linguístico já que é só aí que encontraremos a estruturação da língua e os aspectos regulares da mudança linguística. Essa opção coloca o objeto da linguística como inerentemente mental ou psicológico e afasta naturalmente a possibilidade de se destacar a linguagem como uma construção social-histórica. Nessa visão, a mudança é vista como uma mudança no interior de um idioleto seja por razões internas ou espontâneas, como, por exemplo, em razão de uma maior comodidade dos órgãos fonadores, seja devido à interação de idioletos distintos.

Os autores apontam as insuficiências desse modelo mostrando, por exemplo, que a maior comodidade de execução dos sons não pode ser causa de mudanças já que não dá conta de explicar o momento específico em que ocorreu ou não ocorreu uma mudança e também porque certo número de falantes não promove uma mudança, ou seja, por que escolheriam uma realização menos cômoda? Além disso, o modelo de Paul estabelece uma cisão entre o individual e o social, que é irreconciliável na sua teoria, e fomenta algumas suposições também inadequadas: os dialetos são concebidos como conjuntos de idioletos idênticos e os idioletos e dialetos são vistos como homogêneos. Nessas suposições, segundo os autores, Saussure encontra a fonte para propor

a antinomia sincronia/diacronia que necessita da concepção da *langue* como um objeto homogêneo. Nas palavras dos autores (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p. 120-121): “To guarantee the psychological reality of the object of synchronic investigation, Saussure further requires that such an object be homogeneous”.

Este ponto é central, já que é em torno da discussão acerca da homogeneidade *versus* a heterogeneidade do objeto da linguística que WHL fundamentam sua crítica aos paradigmas estruturalistas e gerativista e lançam as bases da Teoria da Variação e Mudança. Segundo os autores, Saussure não rompeu de fato com o psicologismo de Paul. Ora, embora considerasse a *langue* como social e a *parole* como individual, ele não pode dizer nada de consistente acerca da comunidade dialetal como a matriz do desempenho particular dos falantes já que, para ele, a língua deve ser vista como homogênea e, ainda segundo WLH, Saussure considera a heterogeneidade inerente ao uso linguístico de uma comunidade não como um fenômeno ordenado, sujeito, portanto, a uma descrição sistemática, mas como imprecisão de desempenho. Portanto, mesmo propondo que a *langue* é um fato social, ele a toma como completamente homogênea.

O calcanhar de Aquiles da idealização saussuriana é, para WLH, como já havia sido percebido por Jakobson, o fato de que, num dado momento de uma língua, duas variantes podem coexistir. Os autores comentam o exemplo seguinte do inglês: em Londres, no início do século XVI, a pronúncia das palavras *mate* e *meat* encontrava-se fundida e se opunha à de *meet*, mas, no século XVII, surgiu a oposição entre *mate*, de um lado, e *meat* e *meet* de outro, o que permaneceu até os dias atuais. Wyld (1936) e Kökeritz (1953, apud WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p. 147) mostraram que os dois sistemas se alternaram por um longo período e que os londrinos, ou boa parte deles, tinham, muito provavelmente, consciência da classificação das escolhas como conservadora ou inovadora. Nos textos shakespearianos, por exemplo, Kökeritz encontrou evidências de que o sistema conservador era tido como fala refinada e aristocrática.

Assim, Saussure tem razão quando garante, por exemplo, que o antigo alto-alemão *gesti* (“convidados”) não está disponível na consciência dos falantes com seu equivalente moderno, isto é, *gäste*, mas é bem possível que a forma mais arcaica *gasti* tenha coexistido na mente dos usuários da língua com a variante mais inovadora *gesti*. Da mesma maneira, segundo WLH, não

foi levado em consideração pelo genebrino o caso de dialetos vizinhos cujas formas variantes estão presentes na consciência dos falantes.

A concepção da homogeneidade do objeto da nossa disciplina foi radicalizada, segundo WLH, por Chomsky quando este propõe que a teoria deve contar com a noção de falante-ouvinte ideal, que conhece a língua perfeitamente e não é afetado por lapsos, distrações, cansaço, etc.; e que se encontra numa comunidade de fala completamente homogênea (cf. CHOMSKY, 1965). Para WLH (1968, p. 100), esta concepção é “needlessly unrealistic” e é inútil construir, segundo os autores, uma teoria da mudança que tome como fundamento descrições tão desnecessariamente idealizadas e inautênticas das línguas. Pelo contrário, para eles, já que um mesmo falante pode produzir ora uma variante ora outra sob condições previsíveis, é preciso aprender a ver a língua – sincrônica ou diacronicamente – como um objeto constituído de heterogeneidade ordenada. Assim, os desvios em relação ao que o sistema homogêneo prevê não são erros aleatórios do desempenho, mas são ordenados e devem ser incluídos numa “realistic description of the competence of a member of a speech community” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p. 125).

É preciso assim abandonar a equiparação entre “estruturalidade” [structuredness] e homogeneidade e supor que a variação é parte da competência linguística monolíngue. Assim, encontramos formas coexistentes em qualquer comunidade de fala que são identificadas como “jeitos” ou “estilos” diferentes de falar. Na concepção de heterogeneidade ordenada, estas formas dispõem das seguintes propriedades: 1) são meios alternativos de dizer “a mesma coisa”, ou seja, oferecem a mesma informação referencial; e 2) estão disponíveis a todos os membros adultos da comunidade de fala. Para operacionalizar essa concepção, foi desenvolvido, como é notório, o conceito de *variável linguística* que é tratado por meio de uma regra variável. Esse tipo de regra retrata as condições de alternância entre uma gramática, que contém uma das realizações variáveis, e outra gramática que contém a outra realização variável.

Por fim, não levar em conta a existência de regras variáveis é falsear a verdadeira natureza das línguas, ou seja, as descrições baseadas numa concepção homogênea da língua só são possíveis fazendo-se abstração dos dados reais e não oferecem, portanto, nenhuma base racional para o tratamento da mudança linguística.

A concepção dos construtos teóricos para WLH pode ser classificada também como realista em oposição à concepção saussuriana que vê a dicotomia

sincronia/diacronia como um recurso metodológico, o que, como dissemos, classifica a posição do genebrino como instrumentalista.

Conclusão: a Antinomia Sincronia/Diacronia e as perspectivas Realista e Instrumentalista

A questão acerca da natureza ontológica dos construtos produzidos nas disciplinas científicas é uma discussão tão antiga quanto complexa. Tendo em vista que seu marco inicial, já numa perspectiva historiográfica da filosofia (cf. CATTANEI, 2005), é o livro *Metafísica*, de Aristóteles (sobretudo, os livros M e N, 2008), e que ela atravessa os séculos, encontrando como algumas das referências centrais, no último século, os trabalhos dos positivistas de Viena e de Karl Popper (1990) está, evidentemente, fora do alcance deste artigo discuti-la de forma extensa e aprofundada.

Apenas para concluir nossos comentários sobre a recepção da antinomia sincronia/ diacronia por parte dos autores cujas contribuições resenhamos acima, utilizo, com o objetivo de operacionalizar o acesso à questão ontológica dos construtos científicos, a dicotomia *realismo* e *instrumentalismo*, tal qual se encontra definida em Carr (1990).

Segundo Carr (1990, p. 1-2), grosso modo, a posição realista pode ser definida da seguinte maneira:

Uma visão realista sobre os construtos teóricos da ciência deve ser estabelecida da seguinte maneira: tais construtos devem se referir, ou escrever, realidades extrateóricas.³³

Ao passo que a posição instrumentalista pode ser estabelecida como segue:

[...] é um erro tomar construtos teóricos como sendo descritivos de alguma ‘realidade escondida’, além e acima dos dados observáveis. Em vez disso, esses construtos são mais bem analisados como instrumentos para sistematização de dados, impondo ordenação e predizendo nossas impressões de sentido (ou fenômenos observáveis).³⁴ (CARR, 1990, p. 2)

33 A realist view of theoretical constructs in science may be stated thus: such constructs may refer to, or be descriptive of, extra-theoretical realities.

34 [...] it is a mistake to take theoretical constructs as being descriptive of some ‘hidden reality’ over and above the observable data. Rather, they are best seen as instruments for systematising, imposing order on, and predicting our sense impressions (or ‘observable phenomena’).

A célebre fórmula saussuriana de que “é o ponto de vista que cria o objeto” (“c’est le point de vue qui crée l’objet”), exposta nas páginas iniciais do *Cours* (SAUSSURE, 1985, p. 23), nos autoriza a aproximar Saussure da posição instrumentalista, ainda que a caracterização exata da posição do genebrino no texto do *Cours* e no das notas manuscritas demande argumentação mais complexa que, como já pudemos antever, também não deixará de atribuir ao mestre alguma ambiguidade concernente a esse aspecto. De toda maneira, não há como negar que as dicotomias saussurianas, dentre elas, evidentemente, a antinomia sincronia/diacronia, militam a favor da posição instrumentalista. Ora, as dicotomias são instrumentos teóricos que nos dão acesso à inteligibilidade do sistema da língua, permitindo-nos fomentar questões até então não formuladas.

Parece-nos que, ainda que recuse a antinomia devido à radical historicidade das línguas, Coseriu foi, dos autores resenhados acima, o único – e também De Mauro, como se pode constatar a partir de seus comentários sobre a distinção entre *objet* e *matière* que comentamos acima – que compreendeu a antinomia com o “olhar” proposto pelo mestre: sua afirmação de que Saussure fez metodologia e não ontologia comprova-o muito bem. Os demais autores, a começar por Jakobson, o primeiro a perceber que, num dado recorte de tempo, pode-se captar usos inovadores e conservadores, o que aponta para o inerente processo de mudança linguística, acolhem a antinomia saussuriana do alto da posição realista. Dito em outras palavras, a antinomia, segundo eles, deve ser superada porque a realidade da língua é a mudança, o que Saussure, evidentemente, e como vimos, nunca recusou.

A conservação da antinomia, como instrumento teórico ou metodológico, apesar da realidade da mudança linguística, pode ser mais bem justificada e preservada, com os ganhos de inteligibilidade reconhecidos, numa teoria que consiga prever a direção do movimento de cada mudança linguística, evitando, ao mesmo tempo, pressupostos teleológicos. Obtida essa previsão, saber-se-á estabelecer se determinado fenômeno é *inovador*, *conservador* ou, digamos, “*intermediário*”;³⁵ ou, em outras palavras, é por meio de teoria, e

35 Na língua inglesa, é possível prever, por exemplo, que, no percurso de mudança por que passa a expressão da negação, construções em que um item negativo se aloca depois do verbo, como, por exemplo, *I see nobody at the party*, tem estatuto conservador; ao passo que construções em que um item negativo ocorre antes do verbo lexical como em *He didn't meet Mary at the party*, tem o estatuto que chamamos de intermediário enquanto construções, presentes em alguns dialetos orais, como *I didn't see nobody at the party*, são inovadoras (cf. LABOV, 1972; VITRAL, 1999). Ora, as três construções estão

não simplesmente por recorte de tempo, isto é, pelo estabelecimento de períodos datados, que é possível catalogar os dados da língua estabelecendo seu estatuto em relação a um percurso de mudança detectado. Essa visão dos fatos tem ainda a implicação de que a noção “*état de langue*” que aparece no *Cours* (SAUSSURE, 1985, p. 142), extraída da antinomia e definida como “um espaço de tempo mais ou menos longo durante o qual a soma de modificações ocorridas é mínima” (“un espace de temps plus ou moins long pendant lequel la somme des modifications survenues est minime”), é inadequada, levando-se em conta a recepção dos autores acima que constata o devir natural das línguas; mas que pode ser preservada se considerarmos que “*état de langue*” não é um recorte natural da língua no tempo, e sim definida por meio de teoria que é capaz de estabelecer o estatuto ou a posição dos fenômenos no que concerne ao devir das línguas. *Ora, só se pode estabelecer a catalogação dos dados de maneira a prever a direção da mudança estando de posse da antinomia como instrumento teórico.*

Explicitar esta proposta com a qual concluímos nosso texto é uma tarefa que deixo para um trabalho futuro.

VITRAL, Lorenzo. The antinomy synchrony/diachrony: definition, valuation and contemporaneity. *Revista do Gel*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 53-94, 2010.

ABSTRACT: *This paper has two parts. In the first one, I discuss the definition of the Saussurean antinomy — synchrony/diachrony — and show that the supremacy of synchrony was coherently deduced from the system of hypothesis of the ‘Cours’ but this does not imply the exclusion of the diachronic perspective. In the second part, I present the proposals of some authors who pronounced against the antinomy and propose that their critiques have as source their ‘realist’ position.*

KEYWORDS: *Synchrony/Diachrony. Linguistic Historiography. Realism/Instrumentalism. Historical Linguistic.*

presentes, ainda que em registros e com frequências diferentes, no inglês americano contemporâneo, o que coloca, portanto, a questão de definir o “*état de langue*” da gramática inglesa no que se refere à negação.

Referências

- ARISTÓTELES. **Métaphysique**. Paris: Flammarion, 2008.
- BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966.
- BLOOMFIELD, L. **Language**. New York: Henry Holt, 1933.
- CARR, P. **Linguistic Realities**. An Autonomist Metatheory for the Generative Enterprise. Melbourne: Cambridge University Press, 1990.
- CATTANEI, E. **Entes matemáticos e metafísica**. São Paulo: Loyola, 2005.
- CHOMSKY, N. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1965.
- COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e historia**. Montevideo: Revista de la Facultad de Humanidades y Ciencias. Investigaciones y estudios, Serie Filología e Lingüística, 1958.
- DARWIN, C. **A origem das espécies**. São Paulo: Martin Claret, 2004. [1859]
- DE MAURO, T. **Edição Crítica do Cours de Linguistique Générale de F. de Saussure**. Paris: Payot, 1985.
- ENGLER, R. **Compte rendu de F. de Saussure**. Corso di linguistica generale, introdução, tradução e comentário de T. De Mauro. Bari: in V.R. 1970. [1967]
- FIRTH, J. R. **Papers in Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 1957.
- FREI, H. **La Grammaire des Fautes**. Genève-Paris: Slatkine Reprints, 1982. [1929]
- GODEL, R. **Les sources manuscrites du Cours de Linguistique Générale de F de Saussure**. Geneva: Librairie Droz, 1969.
- HEINE, B.; HÜNNEMEYER, B.; CLAUDI, U. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HJELMSLEV, L. **Essais linguistiques**. Paris: Editions de Minuit, 1971. [1959]
- HOCKETT, C. **A course in modern linguistics**. New York: Macmillan, 1958.
- HOLENSTEIN, E. **Jakobson**. O Estruturalismo Fenomenológico. Coimbra: Veja, 1975.
- HYPOLITE, J. **Gênese e estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

JAKOBSON, R. *Principles de Phonologie Historique*. In: **Selected Writing I: Phonological Studies**. The Hague: Mouton, 1962, p. 202-220 [1931]

JAKOBSON, R.; KARCEVSKIJ, S.; TROUBETZKOJ, N. In: PREMIER CONGRES INTERNATIONAL DE LINGUISTES A LA HAYE. **Actes...** Leiden, s.d. p. 33-36, 1929.

KOERNER, E. **Ferdinand de Saussure**. Génesis y evolución de su pensamiento en el marco de la lingüística occidental. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

KOJÈVE, A. **L'Idée du Déterminisme dans la Physique Classique et dans la Physique Moderne**. Paris: Librairie Générale Française: Le Livre de Poche, 1990.

LABOV, W. Negative Attraction and Negative Concord. **Language**, Baltimore, v. 48, p. 773-818, 1972.

LEHMANN, W. **A reader in Nineteenth Century historical Indo-European Linguistics**. Bloomington: Indiana University Press, 1967.

LIGHTFOOT, D. How Long was the nineteenth century. **DELTA**, São Paulo, v. 16, n. spe., p. 81-98, 2000.

MARTINET, A. **Economie des changements phonétiques**. Traité de phonologie diachronique. Berna : A. Francke, 1955.

MEILLET, A. L'Evolution des Formes Grammaticales. **Esquisses Linguistiques**, Munich: Fink, n. 6, p.38-54, 1958.

PAUL, H. **Princípios Fundamentais da História da Língua**. Lisboa: Gulbenkian, 1966. [1870]

POPPER, K. **Post-Scriptum à la Logique de la Découverte Scientifique 1: Le Réalisme et la Science**. Paris: Hermann, 1990.

PUECH, M. **Kant et la Causalité**. Etude sur la Formation du Système Critique. Paris: Vrin, 1990.

SAPIR, E. **Linguistique**. Paris: Gallimard, 1968.

SAUSSURE, F. **Cours de Linguistique Générale**. Edição estabelecida por Tullio De Mauro. Paris: Payot, 1985.

SCHLEICHER, A. **Die darwinsche Theorie und die Sprachwissenschaft**. Weimar: Böhlau, 1873.

TODOROV, T.; DUCROT, O. **Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

TOLEDO, D. (Org.). **O Círculo Linguístico de Praga**: estruturalismo e semiologia. Porto Alegre: Editora Globo, 1982.

VIDOS, B. **Manual de Linguística Românica**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996 [1959].

VITRAL, L. A Negação: teoria da Checagem e mudança linguística. **DELTA**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 57-84, 1999.

Von WARTBURG, W. **Evolution et Structure de la Langue Française**. Paris: Larousse, 1934.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). **Directions for historical linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

WESTFALL, R. **A vida de Isaac Newton**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

A SEMÂNTICA DA DUPLA REALIZAÇÃO ARGUMENTAL DOS VERBOS RECÍPROCOS

Luisa GODOY¹

RESUMO: Este artigo oferece uma análise semântica para a alternância de diátese apresentada por verbos lexicalmente recíprocos em português, argumentando contra uma possível sinonímia entre as formas simples e descontínua desses verbos. A ferramenta da análise semântica são propriedades extraídas de acarretamentos lexicais, que compõem os papéis temáticos, conforme reformulações da noção de papel temático propostas na literatura. A partir da análise da não-sinonímia, propõe-se uma distinção entre as noções de reciprocidade e simetria.

PALAVRAS-CHAVE: Semântica Lexical. Papéis Temáticos. Reciprocidade. Simetria.

Introdução

Conforme Godoy (2009), há, no português, uma classe de verbos que veiculam lexicalmente o sentido da reciprocidade. Comparem-se os verbos *falar* e *conversar* abaixo:

- (1) João e Maria falaram.
- (2) João e Maria se falaram.
- (3) João e Maria conversaram.

A sentença em (1) não expressa reciprocidade entre os participantes do evento. Apenas nos exemplos (2) e (3) há a ideia de reciprocidade entre os

¹ Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte (MG), Brasil. Contato: luisagodoy@gmail.com. Agradeço à Capes e ao CNPq pelo auxílio a esta pesquisa. Agradeço também ao parecerista anônimo, pelas pertinentes sugestões e indagações, e a Márcia Cançado, pela ajuda na discussão destas questões.

participantes João e Maria. Em (2), a reciprocidade é veiculada na composição do verbo *falar* com o clítico *se*.² Em (3), por outro lado, percebe-se que a reciprocidade só pode estar inerente ao sentido do verbo *conversar*. Verbos como *conversar* são, portanto, inerentemente ou lexicalmente recíprocos, chamados aqui, simplesmente, de “verbos recíprocos” (doravante VR). Esses verbos apresentam uma dupla manifestação sintática:

- (4) a. João e Maria/eles conversaram.
 b. João conversou com Maria.

De acordo com Godoy (2009), a sentença em (4a) exemplifica a chamada “forma simples” dos VR, na qual os participantes da relação de reciprocidade são denotados por um só argumento – no caso, o argumento externo. Já a sentença em (4b) exemplifica a chamada “forma descontínua” dos VR, pois a relação de reciprocidade está expressa de forma descontínua na sentença; os dois participantes da reciprocidade são denotados por dois argumentos distintos, um deles encabeçado pela preposição *com*.

Godoy (2009) argumenta que a classe dos VR se estende a verbos transitivos como *juntar*, que também veiculam reciprocidade lexicalmente e têm duas realizações argumentais. Na forma simples, porém, o argumento que denota os participantes da reciprocidade é o argumento interno. Na descontínua, seguindo a sistematicidade da classe, há um argumento a mais, encabeçado por *com*:

- (5) a. João juntou a farinha e o leite/os ingredientes.
 b. João juntou a farinha com o leite.³

No âmbito do antigo modelo padrão da sintaxe gerativa, as formas que chamamos aqui de simples e descontínua (de verbos similares aos VR em outras línguas) foram encaradas como sendo sinônimas, compartilhando uma mesma estrutura profunda (BORILLO, 1971; EMONDS, 1976; FILLMORE,

2 Essa sentença é, na verdade, ambígua entre a interpretação recíproca e uma interpretação reflexiva, devido ao fato de o clítico *se* ser uma anáfora subespecificada quanto ao sentido.

3 Para a conceituação dos VR como classe verbal, com a explicitação de testes que mostram que verbos como *juntar* pertencem à classe, consulte-se o texto original de Godoy (2009).

1968; LAKOFF; PETERS, 1969). Porém, em um levantamento bibliográfico, recolhemos trabalhos que colocam em cheque essa suposta sinonímia (CHAFE, 1971; DIMITRIADIS, 2004, 2008; DOWTY, 1991; ILARI, 1987; LEVIN, 1993), apontando como evidência contrastes entre pares de sentenças como os abaixo:

- (6) a. O carro colidiu com o caminhão.
b. O carro e o caminhão colidiram.
- (7) a. O carro colidiu com o poste.
b. ??O carro e o poste colidiram.

A estranheza da sentença (7b) sugere que ela não tem as mesmas condições de verdade de (7a). Levanta-se, portanto, a hipótese da não-sinonímia entre as formas simples e descontínua de todos os VR, de maneira geral.

O objetivo deste trabalho é justamente o de defender a ideia de que não há relação de sinonímia entre as formas simples e descontínua de um VR. Vamos explicitar essa não-sinonímia por meio de propriedades semânticas – decomposições dos papéis temáticos em unidades semânticas menores (DOWTY, 1989, 1991; CANÇADO, 2005) –, partindo da sugestão de Dowty (1991) para a análise de um conjunto similar de verbos em inglês. A não-sinonímia entre as formas simples e descontínua corrobora a seguinte hipótese de Dowty (2001), que endossamos: as alternâncias de realização argumental trazem sempre alterações de sentido, entendendo que, se há duas formas distintas na realização sintática de um item lexical, há também duas semânticas distintas. Em outras palavras, entendemos que não é gratuita a existência de duas realizações de um mesmo item; deve haver entre elas alguma distinção semântica e/ou pragmática.

Tendo sido demonstrada a não-sinonímia entre as duas formas, vamos propor uma distinção entre as noções de reciprocidade e simetria. Ambas as formas de um VR vão conter reciprocidade, mas alternarão quanto à simetria, noção que relacionamos com papéis num evento e não com a lógica da relação entre participantes. Dessa maneira, buscamos oferecer uma contribuição à explicitação de propriedades do léxico em português e de noções semânticas como reciprocidade, simetria e papel temático.

Começamos, na próxima sessão, tratando da proposta de Dowty (1991) para a questão, de forma a deixar claro, na seção seguinte, em que difere a

abordagem que desenvolvemos. Na quarta seção, vamos mostrar uma análise semântica das formas simples e descontínua e, na quinta seção, oferecemos uma proposta de diferenciação das noções de reciprocidade e simetria. Na sexta seção, tecemos algumas considerações finais.

A proposta de Dowty (1991)

O influente e importante trabalho de Dowty (1991) tem como objetivo central estabelecer um mecanismo de seleção (“mapping” ou “linking”) dos argumentos verbais no léxico para a ocupação das posições sintáticas de sujeito e objeto. Isso é feito por meio de a) uma decomposição dos papéis temáticos em propriedades semânticas menores, que são, em outras palavras, acarretamentos lexicais depreendidos da relação estabelecida entre um predicador verbal e um argumento, e de b) uma listagem das propriedades mais prototípicas dos argumentos que normalmente ocupam as posições de sujeito e objeto. Essa listagem de propriedades prototípicas são os chamados “proto-papéis” de Agente e Paciente (ou Proto-Agente e Proto-Paciente) e estão arroladas no quadro abaixo:

(8) Os acarretamentos/propriedades de Dowty (1991):

Propriedades que contribuem para o Proto-Agente	Propriedades que contribuem para o Proto-Paciente
envolvimento volitivo no evento ou estado	sofre mudança de estado
consciência, ou percepção	tema incremental
causa um evento ou mudança de estado em outro participante	afetado causalmente por outro participante
movimento (relativo à posição de outro participante)	estacionário relativamente ao movimento de outro participante
(existe independentemente do evento nomeado pelo verbo)	(não existe independentemente do evento, ou de maneira alguma)

Um verbo de dois argumentos, por exemplo, sofre o seguinte processo de mapeamento na passagem do léxico para a sintaxe: o argumento que, dentre os inúmeros acarretamentos possíveis estabelecidos na sua relação com o verbo, tiver mais propriedades do Proto-Agente vai ser mapeado para a posição de su-

jeito. Ou talvez de maneira diferente: o argumento que tiver mais propriedades de Proto-Paciente, dentre os acarretamentos possíveis estabelecidos na sua relação com o predicador verbal, vai ocupar a posição de objeto, restando a posição de sujeito para o outro argumento. Esse mecanismo é proposto para dar conta de uma grande variedade de verbos, de forma a mostrar que, apesar da aparente incomensurabilidade da diversidade semântica dos argumentos, há generalizações possíveis para a seleção argumental. A relação entre certa noção semântica e certa posição sintática não é absoluta (como, por exemplo, dizer que todo paciente é um objeto direto, o que pode facilmente ser provado falso), mas relativa (os acarretamentos de um argumento em relação aos de outro) e prototípica (mais ou menos propriedades típicas de agente ou de paciente).

Os “predicados simétricos” são uma das classes verbais analisadas no texto de Dowty (1991). A análise pretende evidenciar que a decomposição dos tradicionais papéis temáticos em unidades semânticas menores serve para diferenciar dois argumentos e que isso se dá conforme o mapeamento proposto. O autor delineaia quatro classes de predicados simétricos em inglês. As duas primeiras classes são compostas de predicados simétricos estativos e agentivos que apresentam sinonímia entre as duas formas em que ocorrem (nos termos empregados neste texto, as formas simples e descontínua). Um exemplo de cada classe é apontado abaixo:

- (9) a. This one and that one rhyme.
b. This rhymes with that.
- (10) a. Kim and Sandy played chess.
b. Kim played chess with Sandy.

As outras duas classes de predicados simétricos não apresentam uma relação de sinonímia entre as sentenças em que ocorrem:

- (11) a. Kim and Sandy hugged.
b. Kim hugged Sandy.
- (12) a. The car and the truck collided.
b. The car collided with the truck.

O autor afirma que em (11b) há uma diferença no “grau de agentividade” entre os participantes Kim e Sandy, diferença que não ocorre em (11a). Assim,

ele propõe que os dois argumentos em (11b) se diferem pela presença da propriedade de “volição” (melhor dizendo, “envolvimento volitivo na ação”), acarretada apenas ao argumento *Kim* e não ao argumento *Sandy*. Na sentença em (12b), o que difere os argumentos *the car* e *the truck* é a propriedade de “movimento” (relativo à posição de outro participante), acarretada apenas a *the car*. Ambas as propriedades de volição e movimento pertencem ao Proto-Agente, o que explica o porquê da ocupação dos argumentos *Kim* e *the car* nas posições de sujeito em (11b) e (12b). A não-sinonímia entre os pares de sentenças de certos predicados simétricos (como *hug* e *collide*) é, em suma, explicada da seguinte forma: “se houver uma diferença, esta consistirá em que a versão com sujeito coletivo [como em (11a) e (12a)] tem algum acarretamento de Proto-Agente para ambas (todas) as denotações do sujeito que falta à denotação do objeto na versão com dois lugares [como em (11b) e (12b)]”⁴ (p. 586). Ou seja, no evento denotado em (11a), tanto Kim quanto Sandy têm volição, mas, no evento em (11b), apenas Kim o tem. E, no evento denotado em (12a), tanto o carro quanto o caminhão se movem, mas em (12b), apenas o carro, necessariamente, se move.

Diferenças em relação à proposta de Dowty (1991)

A primeira diferença deste trabalho em relação ao de Dowty (1991) é empírica. Enquanto o texto de Dowty analisa cerca de 20 “predicados simétricos” do inglês, as generalizações aqui descritas baseiam-se na análise de Godoy (2008) de cerca de 200 verbos lexicalmente recíprocos no português. Essa diferença de amostragem não é apenas quantitativa, mas essencialmente qualitativa. Os VR no português parecem compor uma classe mais coesa que a de verbos similares em inglês. Por exemplo, o inglês tem verbos que ocorrem com e verbos que ocorrem sem preposição na forma descontínua, como *marry* (*John and Lisa married* > *John married Lisa*), *debate* (*John and Lisa debated* > *John debated Lisa*) e *date* (*John and Mary dated* > *John dated Mary*). No português, a forma descontínua ocorre sempre com preposição (quase sempre a preposição selecionada é *com*, apesar de haver alguns casos com *de* e *a* – mais uma vez, consulte-se a listagem de Godoy, 2008). Além disso, vários verbos recíprocos no português não são recíprocos no inglês, como *cochichar*,

4 “[...] if there is a difference it will be that the collective subject version has some Proto-Agent entailment for both (all) the subject denotations that the 2-place version lacks for its object denotation”.

que dicionários bilíngues traduzem como *whisper*. No português, esse verbo é recíproco, apresentando a alternância simples-descontínua (*João e Maria cochicharam* > *João cochichou com Maria*), mas no inglês é um transitivo simples, e a forma #*John whispered with Mary* é estranha. Isso se deve a diferentes relações entre verbos e classes verbais nas diversas línguas. Como explica Grimshaw (2005), ainda que um verbo “signifique a mesma coisa” em duas línguas, ele pode ser mapeado em classes semânticas diferentes em cada língua. Ainda que sejam inter-traduzíveis, apenas *cochichar*, e não *whisper*, é mapeado como um verbo inerentemente recíproco. Essa observação acerca da dificuldade de tradução dos VR do português para o inglês, juntamente com a diferença quantitativa das amostragens de Godoy (2008) e Dowty (1991), sugere ainda outra coisa: a classe dos VR em português parece de fato mais numerosa que em inglês. Em uma busca preliminar em dicionário, verificou-se que muitos dos verbos arrolados por Godoy (2008) não encontram tradução no inglês (como *confraternizar* e *brindar*); outros ainda encontram traduções que, no entanto, não são verbos recíprocos (como *cochichar*, discutido acima). Longe de pretender esgotar as divergências entre português e inglês no que concerne aos VR, visamos apenas a apontar diferenças empíricas em relação ao trabalho de Dowty (1991), que justifiquem a descrição que apresentamos na seção seguinte.

A segunda diferença deste trabalho em relação ao de Dowty (1991) é de cunho teórico-metodológico. Apesar de usar a ideia original de Dowty (1989, 1991) de refinamento dos papéis temáticos em propriedades semânticas menores, adotaremos o encaminhamento de Cançado (2005) para essa questão. A autora sugere lidar apenas com as propriedades, sem associá-las a proto-papéis. Ela arrola quatro propriedades, extraídas de um vasto levantamento empírico de dados do português, que, combinadas, dão conta de descrever e explicar diversos fenômenos de realização argumental nessa língua. Apresentemo-las abaixo, seguidas do acarretamento lexical que as define e de um exemplo:

(13) Os acarretamentos/propriedades de Cançado (2005):

Nome da propriedade		Definição	Exemplo
		<i>Um argumento x recebe essa propriedade se, na sua relação semântica com o verbo que o predica, é necessariamente verdade (é acarretado):</i>	
Desencadeador (D)		<i>que x tem papel do desenrolar da ação denotada pelo verbo</i>	<u>João</u> dirigiu o carro.
Afetado (A)		<i>que x muda de um estado A para um estado B no evento denotado</i>	<u>João</u> caiu.
Estativo (E)		<i>que x não têm nenhum de seus atributos alterados no intervalo de tempo da eventualidade denotada</i>	<u>João</u> tem uma casa.
Controle (C)	Desencadeador com controle (D/C)	<i>que x tem a capacidade de iniciar ou não uma ação</i>	<u>João</u> assassinou o gato.
	Afetado com controle (A/C)	<i>que x tem a capacidade de interromper um processo</i>	<u>João</u> recebeu um presente.
	Estativo com controle (E/C)	<i>que x tem a capacidade de interromper um estado</i>	<u>João</u> mora em BH.

Observe-se que a propriedade do Controle ocorre sempre em combinação com (pelo menos) uma das outras três propriedades, não estando associada apenas à agentividade, mas também a afetações e estados. Ainda, outras combinações são possíveis, como, por exemplo, a combinação de D com A no argumento *João em João correu*.

O objetivo de Cançado (2005) é o mesmo de Dowty (1991), qual seja, o de fornecer um mecanismo de mapeamento dos argumentos verbais do léxico para a sintaxe. A autora o faz por uma hierarquização das três primeiras propriedades e de suas composições com a propriedade do Controle: o Desencadeador com Controle é mais proeminente que o Desencadeador sem Controle, que é mais proeminente que o Afetado com Controle, e assim por diante, conforme a ordenação $DC > D > AC > A > EC > E$. Sem adentrar os detalhes dessa proposta de mapeamento léxico-sintático, podemos dizer que o encaminhamento de Cançado é flexível a ponto de servir a outros fins que não apenas o do mapeamento. Por exemplo, Ciríaco (2007) utiliza as propriedades (apenas, e não os proto-papéis) para explicitar as restrições semântico-lexicais impostas à alternância causativo-incoativa em português brasileiro. Neste trabalho, as propriedades serão utilizadas como uma *ferramenta* de descrição semântica, não como restrições ou hierarquias.

Por sua flexibilidade, o encaminhamento de Cançado (2005) também permite que se incluam outras propriedades mais específicas que venham a ser relevantes na descrição/explicação de certo fenômeno. É o que a própria

autora faz em um trabalho recente (CANÇADO, 2010), usando os acarretamentos/propriedades “possuído” e “possuidor” na análise de duas alternâncias argumentais em PB. De fato, como Dowty mesmo afirma, são inúmeros os acarretamentos possíveis na relação lexical estabelecida entre um verbo e seu argumento. Resta, conforme sugere Cançado, identificar empiricamente quais deles são relevantes gramaticalmente, ou apenas descritivamente. Para a finalidade deste trabalho (diferenciar as formas simples e descontínua), será relevante fazer uso de um outro acarretamento lexical, além dos quatro acima mencionados, como veremos.

Vamos, então, à descrição semântica dos VR, tendo em mãos a ferramenta das propriedades semânticas.

Descrição semântica dos VR em português

Partiremos da hipótese de que não há sinonímia entre as formas simples e descontínua dos VR. Vamos mostrar, conforme sugerido por Dowty (1991), que os dois argumentos na forma descontínua se distinguem por pelo menos uma propriedade semântica acarretada. Começemos por verbos que, à maneira da análise de Dowty, distinguem seus dois argumentos na forma descontínua pela presença/ausência da propriedade da volição, aqui conceituada como Controle:

- (14) a. João e Maria conversaram/brigaram/flertaram.
- b. João conversou/brigou/flertou com Maria.

Na forma simples em (14a), o argumento externo *João e Maria* recebe as propriedades D e C, mas, na forma descontínua em (14b), apenas o argumento *João* recebe D/C, enquanto que *Maria* recebe apenas D. O evento denotado pela forma simples é um no qual os participantes João e Maria estão engajados volitivamente no desencadeamento da ação (de conversar, brigar ou flertar), porém, o evento denotado pela forma descontínua é um no qual ambos os participantes estão engajados no desenrolar do processo, mas apenas um deles teve necessariamente a iniciativa (ou volição, ou controle) de o desencadear. As duas formas, portanto, denotam eventos distintos, em outras palavras, não têm as mesmas condições de verdade ou não são sinônimas.

Já um verbo como *colidir*, nesta análise, não terá seus argumentos

distintos pela propriedade do Controle. Tampouco pela propriedade do movimento, como propôs Dowty (1991) para o exemplo em (12), mas pela presença/ausência do Desencadeador:

- (15) a. O carro e o caminhão colidiram/trombaram.
 b. O carro colidiu/trombou com o caminhão.

O argumento externo *o carro e o caminhão* em (15a) recebe D e A. Na forma descontínua em (15b), *o carro* recebe D/A, enquanto *o caminhão* recebe apenas A. No evento denotado pela forma simples, tanto o carro quanto o caminhão desencadeiam e sofrem a colisão. No evento denotado pela forma descontínua, o carro e o caminhão são afetados pela colisão, mas apenas o carro, necessariamente, desencadeia a colisão. Portanto, aqui também as condições de verdade são diferentes para as formas simples e descontínua.

Um terceiro grupo de VR intransitivos é o dos verbos estativos com argumentos animados, os quais, na forma descontínua, se diferenciam pela ausência/presença do Controle:

- (16) a. João e Maria concordam/convivem.
 b. João concorda/convive com Maria.

Na forma simples em (16a), o argumento *João e Maria* recebe E/C, mas na forma descontínua em (16b), o argumento *João* recebe E/C e o argumento *Maria* recebe apenas E. Ou seja, na eventualidade denotada pela forma simples, os participantes João e Maria têm igualmente a capacidade de interromper o estado em que se encontram (de concordância ou convivência), mas, na eventualidade denotada pela forma descontínua, apenas o participante João tem essa capacidade. Mais uma vez, portanto, as condições de verdade das duas formas se diferem.

Passemos aos VR transitivos. O primeiro tipo de VR transitivo a ser analisado é o grupo de VR causativos, como *juntar* (exemplificado anteriormente em (5)), que têm os argumentos diferenciados na forma descontínua pela propriedade do deslocamento:

- (17) a. João juntou/misturou/agregou/uniu a farinha e o leite.
b. João juntou/misturou/agregou/uniu a farinha com o leite.

Lembramos que os VR transitivos denotam os participantes da reciprocidade no objeto, não no sujeito. Na forma simples dos verbos acima, em (17a), o argumento interno *a farinha e o leite* (que denota os participantes da reciprocidade) recebe a propriedade A e a propriedade “deslocado”. Já na forma descontínua, ambos os argumentos, *a farinha* (objeto) e *o leite* (objeto indireto ou oblíquo), recebem A, mas apenas *a farinha* recebe a propriedade de “deslocado”. Podemos encarar “deslocado” como um refinamento, ou uma especificação da propriedade A; isto é, uma entidade pode ser afetada porque foi deslocada de seu lugar original. É possível também relacioná-la com a propriedade “movimento relativo a outro participante”, de Dowty (1991) (vide quadro em (8)), ou ainda com trabalhos na literatura (JACKENDOFF, 1990; RAPPAPORT HOVAV; LEVIN, 2002) que visam a mostrar a diferença entre ser *afetado* (sofrer mudança de estado) e ser *deslocado* (sofrer mudança de locação) em uma representação semântica dos eventos, argumentando que tal diferença é saliente gramaticalmente. Vamos aqui definir a propriedade da seguinte maneira: se, na relação estabelecida entre o verbo e um argumento afetado *x*, é necessariamente verdade (é acarretado) que *x* sofreu mudança de locação no evento denotado pelo verbo, então *x* recebe a propriedade “deslocado”. A interpretação dos objetos afetados nas duas formas de VR, como *juntar*, é, portanto, diferente. No evento denotado pela forma simples, em (17a), tanto a farinha quanto o leite são deslocados pelo desencadeador, mas, no evento denotado pela forma descontínua, em (17b), a farinha é levada até o leite pela entidade desencadeadora, sendo o único objeto necessariamente deslocado. Mais uma vez, então, propomos que as condições de verdade das formas simples e descontínua não são as mesmas.

O segundo tipo de VR transitivo compartilha com o grupo de *juntar* o fato de serem verbos causativos, contendo um argumento externo desencadeador e um argumento interno afetado. Porém, na forma descontínua, é ainda mais nítida a diferença entre os argumentos nas posições de objeto direto e indireto:

- (18) a. João afastou/aproximou a cadeira e a mesa.
b. João afastou/aproximou a cadeira da mesa.

Na forma simples em (18a), o argumento *a cadeira e a mesa* recebe A. Na descontínua, em (18b), *a cadeira* recebe A, mas *a mesa* recebe E. No evento denotado pela forma simples, a cadeira e a mesa são afetados por João, mas, na denotação da forma descontínua, apenas a cadeira é afetada, permanecendo a mesa sem alteração durante o intervalo de tempo do evento causativo. Por denotarem eventos diferentes, as formas simples e descontínua de *afastar* e *aproximar* não são sinônimas.

Até aqui, vimos grupos de VR que distinguem dois argumentos na forma descontínua por meio de alguma propriedade semanticamente acarretada. Apresentam, portanto, uma não-sinonímia entre as formas simples e descontínua em termos de condições de verdade. Há, no entanto, conforme Dowty (1991) havia notado, VR estativos cujos argumentos na forma descontínua não podem ser diferenciados por uma propriedade acarretada. Trata-se, em português, de intransitivos como:

- (19) a. Essas duas coisas combinam/coincidem/rimam.
 b. Isso combina/coincide/rima com aquilo.
 (20) a. Essas duas coisas destoam/divergem.
 b. Isso destoa/diverge daquilo.⁵

E de transitivos como:

- (21) a. João associa/compara/relaciona amor e dor.
 b. João associa/compara/relaciona amor com dor.

Os VR intransitivos acima, em (19) e (20), denotam uma relação ou comparação entre dois objetos, não um evento. Já os VR transitivos em (21) denotam um evento, de cunho psicológico. A diferença entre os dois grupos reside na presença de um desencadeador psicológico; em outras palavras, do argumento denotando a pessoa que realiza, ou experiencia, a relação/comparação. Enquanto os verbos em (19) e (20) expressam uma relação ou comparação pura, os verbos em (21) expressam uma eventualidade psicológica em que alguém compara ou relaciona. Em ambos os casos, porém, os participantes da reciprocidade na forma descontínua são denotados por dois argumentos

⁵ Observe-se que os VR em (20) pedem a preposição *de*, e não *com*, na forma descontínua, que se relaciona ao sentido de divergência recíproca, e não de convergência recíproca, denotado pelos verbos.

com mesmo papel temático. Em (19b) e (20b), tanto o argumento *isso* quanto o argumento *aquilo* recebem E. Em (21b), o argumento-sujeito *João* recebe a propriedade de “experenciador” e os argumentos internos *amor* e *dor*, nas posições de objeto direto e indireto, recebem E.

Não há uma propriedade acarretada que possa distinguir os argumentos na forma descontínua, em ambos os grupos de verbos (atente-se para a diferença desses VR estativos em relação aos VR estativos exemplificados em (16), que distinguem seus argumentos pela propriedade C). Não há, portanto, diferença de papéis temáticos nas formas simples e descontínua e, no mundo, os participantes da reciprocidade terão a mesma função (estativa). Assim, no que concerne a condições de verdade, as formas simples e descontínua dos verbos acima são sinônimas (como observou um parecerista anônimo), o que se apresenta como um contraexemplo para a hipótese de que ocorre sempre uma não-sinonímia na alternância simples-descontínua de um VR.

Porém (como aponta o mesmo parecerista) parece haver uma diferença pragmática entre os argumentos na forma descontínua. Ao proferir *Preto combina com vermelho*, o falante parece tomar *vermelho* como base para a comparação expressa, diferentemente de quando profere *Preto e vermelho combinam*, quando nenhum dos elementos comparados é tomado como referência. Da mesma forma, ao dizer *João compara a atual namorada com a ex*, o falante parece tomar *ex* como ponto de referência da comparação realizada na mente de João, diferentemente de quando diz *João compara a atual namorada e a ex*, quando nenhuma das namoradas é tomada como base para a comparação.

A ideia de base ou ponto de referência para as comparações ou relações expressas por esses VR pode encontrar sua explicação nos contrastes dado/novo, tema/rema ou tópico/foco, ou em uma análise da estrutura informacional da sentença. Podemos pensar no “ponto de referência” como uma propriedade distintiva de caráter pragmático, que difere um argumento de outro nas formas descontínuas em (19b), (20b) e (21b) e também em construções como as abaixo:

(22) João não é pai de Pedro; Pedro é que é filho de João.⁶

(23) Não é Maria que trabalha com Paulo; é Paulo que trabalha com Maria.

⁶ Exemplo sugerido pelo parecerista anônimo.

Veja que as condições de verdade das sentenças coordenadas em cada exemplo acima são as mesmas, mas sabemos que há uma assimetria pragmática entre as funções de João e Pedro em (22) e de Maria e Paulo em (23).

Em resumo, os argumentos da forma descontínua dos VR, que denotam comparação e relação (como *combinar* e *comparar*), parecem se distinguir por meio de alguma propriedade pragmática inferida, ainda que as propriedades temáticas, lexicalmente acarretadas, sejam as mesmas. Ou seja, a forma simples parece se distinguir da forma descontínua no nível pragmático, ainda que não em termos de valor de verdade. Foge aos objetivos deste artigo adentrar o domínio da pragmática, por isso devemos ficar apenas com essa observação.

Reciprocidade e simetria

Na seção anterior, buscamos mostrar que sempre haverá pelo menos uma propriedade que distingue os dois argumentos denotadores dos participantes da reciprocidade na forma descontínua dos VR. Dessa maneira, visamos a validar a hipótese de que as formas simples e descontínua não são sinônimas, pois descrevem diferentes eventualidades. Na forma simples, apenas um argumento denota os participantes da relação recíproca e apenas um papel temático é atribuído (lembramos que, no modelo adotado, um papel temático é um conjunto de propriedades). No evento denotado por essa forma, dois participantes desempenham a mesma função, além de estarem em relação de reciprocidade. Na forma descontínua, há dois argumentos, cada um denotando um participante da relação recíproca e dois papéis temáticos diferentes (dois conjuntos de propriedades) são atribuídos a esses argumentos. O evento denotado por essa forma é um no qual os dois participantes desempenham funções diferentes, ou funções que se diferem apenas sob algum aspecto (são ou não volitivos, são ou não deslocados etc.), mantendo ainda uma relação de reciprocidade. Vimos, entretanto, que há VR estativos (que descrevem comparações ou relações) cujos argumentos na forma descontínua não se distinguem tematicamente, o que parece ser um contraexemplo à hipótese da não-sinonímia. Porém, aventamos a possibilidade de haver, num nível pragmático, uma propriedade relacionada a apenas um dos argumentos na forma descontínua. Desse modo, em uma concepção mais ampla do significado, que abarque também informações contextuais, é possível manter a ideia da não-sinonímia entre as formas simples e descontínua (obviamente, desvinculando a noção de sinonímia das condições de verdade).

Podemos, então, generalizar as interpretações das duas formas do seguinte modo: na interpretação da forma simples, há simetria na reciprocidade; os dois participantes participam exatamente da mesma maneira no evento (ou comparação) recíproco. Já na interpretação da forma descontínua, não há simetria na reciprocidade; os dois participantes participam de maneiras diferentes na eventualidade ou comparação. A forma simples dos VR tem, portanto, interpretação recíproca simétrica e a descontínua tem interpretação recíproca assimétrica.

Atente-se para o fato de que estamos dizendo que há reciprocidade nos VR mesmo sem haver simetria na sentença. Retomemos a sentença descontínua em (18b). Nesse evento causativo, que denota uma mudança de estado, a cadeira e a mesa nutrirão reciprocidade com relação ao estado final no evento: estarão afastadas (uma em relação à outra). Porém, as suas funções do desenrolar do processo são diferentes, pois apenas a cadeira é afetada pelo desencadeador João. A ideia é que há reciprocidade lógica mesmo nas composições mais assimétricas dos VR com certos argumentos. Retomamos abaixo o contraste em (7), apresentando também outras composições similares:

- (24) a. O carro colidiu com o poste.
b. #O carro e o poste colidiram.
- (25) a. Maria afastou a cadeira da parede.
b. #Maria afastou a cadeira e a parede.
- (26) a. João concorda com a política de Lula.
b. #João e a política de Lula concordam.
- (27) a. Maria convive bem com a bagunça do marido.
b. #Maria e a bagunça do marido convivem bem.

Nas sentenças acima, certa combinação de participantes em um evento recíproco é aceitável apenas nas formas descontínuas, exemplificadas nas sentenças (a). As sentenças (b), que expressam a forma simples dos VR com os mesmos participantes, são anômalas. Essa anomalia se deve a uma incompatibilidade entre os traços intrínsecos de certos objetos (ou o nosso conhecimento de mundo, ou enciclopédico, acerca desses objetos) e a função no evento denotada pelo argumento em que se encontram. Por exemplo, na forma descontínua do VR *colidir* (como em (24a)), sabemos que o argumento *o poste* recebe a propriedade A. No entanto, na forma simples em (24b), *o carro e*

o poste são um só argumento, que recebe D e A. No evento denotado, os objetos carro e poste serão desencadeadores e afetados na colisão, mas nosso conhecimento de mundo permite dizer que apenas um objeto móvel pode desencadear uma colisão. Como observa Dowty (1991), se imaginarmos que o poste estava rolando ladeira abaixo quando se chocou com o carro, a sentença (24b) se torna aceitável. Em (25) ocorre algo semelhante. O argumento *a parede* na sentença descontínua em (25a) recebe E, como já vimos. Mas, na sentença simples em (25b), *a cadeira e a parede* são um só argumento, que recebe A. Sabemos que apenas objetos móveis podem ser afastados (talvez porque a afetação nesse caso seja um deslocamento, como argumentamos anteriormente para verbos do tipo de *juntar*), daí a anomalia na interpretação dessa sentença. Os exemplos anômalos com os VR *concordar* e *conviver*, em (26) e (27), vão ter uma mesma explicação. Ambos os verbos atribuem E ao argumento preposicionado (*a política de Lula* e *a bagunça do marido*) na forma descontínua em (26a) e (27a), mas, na forma simples, em (26b) e (27b), o argumento-sujeito (*ele e a política de Lula* e *Maria e a bagunça do marido*) recebe E/C. Sabemos que apenas seres animados podem ter controle, daí a estranheza na interpretação dessas sentenças, que denotam controle a entidades inanimadas como política e bagunça. O que temos dito acerca dessas sentenças se relaciona, portanto, com conhecimento de mundo e não com estruturação gramatical das sentenças, por isso os exemplos em (b) são tratados como anomalias e não como agramaticalidades.

As sentenças (a) em (24)-(27) são, enfim, exemplos máximos da assimetria de funções que pode ser veiculada pela forma descontínua dos VR. No entanto, propomos que, mesmo nesses exemplos, mantém-se a lógica da reciprocidade que está inerente (lexical) ao verbo. Por exemplo, em (26a), há reciprocidade na relação de concordância, ainda que esta se faça entre uma entidade animada e uma inanimada. Não se pode dizer #*A política de Lula concorda com João*, pois o verbo *concordar* atribui C ao seu argumento-sujeito. Porém, se é verdade que João concorda com a política, então é também verdade que certos (ou todos os) traços da política estão de acordo com o pensamento de João. Parece que as funções no evento, veiculadas pelos papéis temáticos nas sentenças, pertencem a um outro nível de relações semânticas entre os participantes denotados pelos VR. Não importando o tipo de evento (se estativo, causativo, relacional) ou de funções no evento (desencadeadores, afetados etc), haverá nos VR sempre um nível lógico em que os participantes nutrirão uma relação de reciprocidade.

O que estamos propondo é que reciprocidade e simetria são duas noções distintas na semântica dos VR. A reciprocidade é uma relação lógica, como propomos em Godoy (2009), e simetria tem a ver com uma identidade de funções no evento. A reciprocidade é um nível diferente de relação entre os participantes, independente das relações temáticas. Os verbos *falar* e *conversar*, exemplificados anteriormente em (1)-(3), compartilham provavelmente a mesma grade temática, mas apenas *conversar* tem a dimensão lógica da reciprocidade entre participantes. Por outro lado, qualquer verbo pode veicular simetria:

(28) João e Maria comeram o bolo.

Em (28), o argumento *João e Maria* recebe D/C. No evento denotado, os participantes João e Maria têm exatamente a mesma função: são engajados volitivamente na ação de comer. Isso é simetria de funções, mas não reciprocidade.

Uma evidência de que reciprocidade é uma noção lógica e independente das relações temáticas é a existência de operadores autônomos da reciprocidade, como a expressão anafórica *um... o outro* e o clítico *se* em português, que se compõem com os mais diversos verbos não-recíprocos, realizando a operação de reciprocalização:

(29) João e Maria se abraçaram.

(30) João e Maria confiam um no outro.

Abraçar denota um evento agentivo e *confiar*, um estado. Se há, em português, operadores autônomos que se compõem com diferentes tipos temáticos de verbos, como nos exemplos acima, propomos que há também um operador intrínseco ou lexical em verbos dos mais variados tipos temáticos – são os VR. Vamos, portanto, encarar reciprocidade como um operador lógico, conforme propõem Heim, Lasnik e May (1991). Ele pode existir de forma independente em português (o clítico *se* e a anáfora *um... o outro*) ou de forma intrínseca a certos verbos (os VR). É, enfim, uma noção semântica que tem um estatuto gramatical, enquanto que a simetria é apenas um termo descritivo, para os casos em que dois ou mais participantes, por serem expressos pelo mesmo argumento (um só papel temático), têm a mesma função no evento denotado.

Considerações finais

Neste texto, partimos da descrição de Godoy (2009) da classe dos VR em português e das suas formas simples e descontínua para investigar a semântica dessa dupla realização argumental. Perseguimos a hipótese de que as formas simples e descontínua não são sinônimas, a fim de corroborar a hipótese de Dowty (2001) de que as alternâncias de diátese são também alternâncias de sentido. Descrevemos a proposta de Dowty (1991) para um conjunto similar de verbos em inglês, apontando em que difere a nossa proposta. Primeiro, por tratar de uma língua diferente, na qual o fenômeno parece ser mais amplo e sistemático; segundo, por adotar o encaminhamento de Cañado (2005) para a decomposição proposta por Dowty (1989, 1991) dos papéis temáticos em unidades semânticas menores. No encaminhamento de Cañado (2005), lida-se apenas com as propriedades e suas combinações e não com os proto-papéis. As quatro propriedades de Cañado (D, A, E e C) foram usadas na descrição semântica das formas simples e descontínua dos VR e uma outra propriedade foi sugerida em nossa análise (a de “deslocado”). Mostramos que as formas descontínuas têm pelo menos uma propriedade que distingue os dois argumentos denotadores dos participantes da reciprocidade. Assim, a forma descontínua atribui dois papéis temáticos diferentes (dois grupos de propriedades diferentes) aos participantes da reciprocidade (que são denotados por dois argumentos) e a forma simples lhes atribui apenas um (são denotados por um só argumento). Por expressarem dois eventos que se diferem pela simetria de funções dos participantes (mesma função no evento denotado pela forma simples e funções diferentes no evento denotado pela forma descontínua), as duas formas dos VR não são sinônimas. Isso vale para todos os casos arrolados, exceto para VR estativos de comparação e relação (como *combinar* e *comparar*), que atribuem o mesmo papel temático (mesma propriedade) aos argumentos denotadores dos participantes da reciprocidade na forma descontínua. No entanto, é possível que haja uma diferença pragmática entre as duas formas, conforme observado anteriormente. Por fim, associamos a noção de simetria à identidade de funções dos participantes em um evento, o que ocorrerá tanto na forma simples dos VR quanto com qualquer verbo, sempre que um mesmo argumento denotar mais de um participante; e a noção de reciprocidade à presença de um operador de reciprocização, nos termos de Heim, Lasnik e May (1991). Tal operador ocorre em português de duas

maneiras: independentemente ou autonomamente, sob a forma das anáforas *um... o outro* e do clítico *se*, e intrinsecamente ou lexicalmente, como um nível diferente na semântica de certos verbos – um nível lógico, independente das relações temáticas entre o verbo e seus argumentos.

Esperamos ter contribuído para a elucidação das noções semânticas de reciprocidade, simetria e papel temático, e ter apresentado reflexões relevantes para o estudo do léxico em português. Restam, obviamente, questões a serem desenvolvidas. É o caso dos VR estativos de relação ou comparação, que parecem exigir uma descrição em termos pragmáticos, o que não foi feito aqui. É também importante refletir sobre a representação semântico-lexical dos VR, no que diz respeito, principalmente, ao que estamos chamando de “nível lógico” da informação lexical, no qual o operador de reciprocização se faz presente. Ainda seria interessante uma extensão a outras línguas das generalizações aqui tecidas para o português. Há vários trabalhos em tipologia que lidam com a reciprocidade, como Maslova (2007) e Maslova e Nedjalkov (2005), mas trata-se de levantamentos de operadores autônomos, ou “mecanismos de reciprocidade”, nas palavras dos autores, nas diversas línguas. Ou seja, são trabalhos que lidam com verbos não-recíprocos que se compõem com certos mecanismos sintáticos para veicular reciprocidade. Um levantamento tipológico de verbos inerentemente ou lexicalmente recíprocos seria algo novo. Lançamos tais questionamentos, ideias e outros possíveis desenvolvimentos para trabalhos futuros.

GODOY, Luisa. *Semantics of the double argument realization of reciprocal verbs*. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 95-115, 2010.

ABSTRACT: *This article offers a semantic analysis for the diathesis alternation by lexically reciprocal verbs in Portuguese, arguing against a possible synonymy between the simple and discontinuous forms of these verbs.. The semantic analysis tool are the properties extracted from lexical entailments, which make up the thematic roles proposed in the literature. From the analysis of non-synonymy, we propose a distinction between the notions of reciprocity and symmetry.*

KEYWORDS: *Lexical Semantics. Thematic Roles. Reciprocity. Symmetry.*

Referências

- BORILLO, A. Remarques sur les verbes symétriques français. **Langue française**, Paris, n. 11, p. 17-31, 1971.
- CANÇADO, M. Propriedades semânticas e posições argumentais. **DELTA**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 23-56, 2005.
- _____. Verbal alternations in Brazilian Portuguese: a lexical semantic approach. **Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics**, Minneapolis, v. 3, n.1, p. 77-111, 2010.
- CHAFE, W. Directionality and paraphrase. **Language**, Baltimore, v. 47, p. 1-26, 1971.
- CIRÍACO, L. **A alternância causativo-ergativa no PB: restrições e propriedades semânticas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- DIMITRIADIS, A. **Discontinuous reciprocals**. Utrecht: Utrecht Institute of Linguistics, 2004. Não-publicado. Disponível em: < <http://www.let.uu.nl/~alexis.dimitriadis/personal/papers/> > Acesso em: 08 Mai. 2009.
- _____. The event structure of irreducibly symmetric reciprocals. In: DOLLING, J.; HEYDE-ZYBATOW, T. (Eds.) **Event structures in linguistic form and interpretation**. Berlim: De Gruyter, 2008. p. 327-354.
- DOWTY, D. On the semantic content of the notion of thematic role. In: CHIERCHIA, G.; HALL-PARTEE, B.; TURNER, R. (Eds.) **Properties, types and meaning**. v. 2. Dordrecht: Kluwer, 1989. p. 69-129.
- _____. Thematic proto-roles and argument selection. **Language**, Baltimore, v. 63, n. 3, p. 547-617, 1991.
- DOWTY, D. The semantic asymmetry of ‘argument alternations’ (and why it matters). In: VAN DER MEER, G.; TER MEULEN, A. G. B. (Ed.). **Making sense: from lexeme to discourse**. Groningen: Center for Language and Cognition Groningen, 2001. p.1-16. (Groninger Arbeinten zur germanistischen linguistics, n.44).
- EMONDS, J. **A transformation approach to English syntax**. Los Angeles: Academic Press, 1976.
- FILLMORE, C.. The case for case. In: BACH, E.; HARMS, R. (Eds.) **Universals in linguistic theory**. New York: Holt, Rinnehart and Winston, 1968. p. 1-88.

GODOY, L. **Os verbos recíprocos no PB**: interface sintaxe-semântica lexical. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

_____. Os verbos recíprocos no PB e a hipótese da determinação semântico-lexical sobre a sintaxe. **Alfa**, Araraquara, v. 53, n. 2, p. 283-299, 2009.

GRIMSHAW, J. Semantic structure and semantic content in lexical representation. In: GRIMSHAW, J. **Words and structure**. Stanford: CSLI Publications, 2005. p. 75-89.

HEIM, I.; LASNIK, H.; MAY, R. Reciprocity and plurality. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 63-101, 1991.

ILARI, R. Dos problemas de imperfeita simetria. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 13, p. 49-65, 1987.

JACKENDOFF, R. **Semantic structures**. Cambridge: MIT Press, 1990.

LAKOFF, G.; PETERS, S. Phrasal conjunction and symmetric predicates. In: REIBEL, D. A.; SCHANE, S. A. (Eds.). **Modern studies in English**. New Jersey: Prentice-Hall, 1969. p. 113-142.

LEVIN, B. **English verb classes and alternations**: a preliminary investigation. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

MASLOVA, E. Reflexive encoding of reciprocity: cross-linguistics and language internal variation. In: KÖNIG, E.; GAST, V. (Eds.) **Reciprocals and reflexives**: cross-linguistics and theoretical explorations. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007. p. 225-258.

MASLOVA, E.; NEDJALKOV, V. P. Reciprocal constructions. In: HASPELMATH, M. et al. (Eds.) **The world atlas of language structures**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 430-33.

RAPPAPORT HOVAV, M.; LEVIN, B. Change of state verbs: implications for theories of argument projection. In: BERKELEYLINGUISTIC SOCIETY, 28, 2002. **Proceedings...** Berkeley: UCB, 2002. p. 269-280.

SEMELFACTIVOS E OS DADOS DO PB

Andrea KNÖPFLE¹

Giovanna Mazzaro VALENZA²

RESUMO: Levantamos uma discussão a respeito dos verbos ditos semelfactivos. Nosso principal objetivo é comparar o comportamento de tais verbos em inglês com os do português brasileiro (PB). Na literatura em questão, tais eventualidades são geralmente exemplificadas com dados do inglês. Acreditamos, no entanto, que esses exemplos têm alguma diferença na forma como são apresentados em PB. Assim, levantamos a questão dos ditos verbos no que se refere aos dados do PB partindo dos dados do inglês apresentados na literatura. Procuramos, partindo das definições teóricas apresentadas, organizar o grupo dos semelfactivos e dividi-lo de acordo com seu comportamento e estrutura temporal. Isto é, procuramos dividir as eventualidades de acordo com a leitura que apresentam. Nossa preocupação, no entanto, não é dar uma nova nomenclatura de acordo com tal divisão, mesmo porque nosso objetivo é abrir a discussão para a interpretação de tais eventualidades em PB comparadas aos dados do inglês. Após a fundamentação teórica, vamos comparar os exemplos em inglês com eventualidades em português brasileiro, para então checar o comportamento de semelfactivos em PB. Serão discutidos ainda outros exemplos de eventualidades que apresentam leitura semelfactiva em PB.

PALAVRAS-CHAVE: Semelfactivos. Pontuais. Aspecto Verbal.

Introdução

De origem latina, o termo *semelfactivos* (*semel* ‘uma vez’) é frequentemente usado nas línguas eslavas referindo-se a um sufixo que indica um único evento (SMITH, 1997). Comrie (1976) distingue, no entanto, eventos desse tipo que acontecem uma única vez (semelfactivos) e ainda eventos desse

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (Linguística) da UFPR, Curitiba, PR, Brasil; deaknopfle@hotmail.com

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (Linguística) da UFPR/CNPq, Curitiba, PR, Brasil; giovanna_valenza@yahoo.com.br

tipo que ocorrem repetidas vezes em sequência (iterativos). Já Rothstein (2004, 2008a) trata uma eventualidade única como semelfactiva, e, se essa for estendida (repetida ou iterativa), terá leitura de atividade. Dini e Bertinetto (2006) aponta para uma possível divisão desses verbos, sugerindo que os e-pontuais compartilham traços com os predicados de eventos e os s-pontuais, com os predicados de estado.

Resumindo, o que Rothstein (2004, 2008a, 2008b) chama de *comportamento de semelfactivos como atividades*, Comrie (1976) chama de *iterativos*; Dini e Bertinetto (2006), de *pontuais* e Smith (1997), de *atividades de múltiplos eventos*. Parece que há mais consenso em classificar tal tipo de eventualidade quando pontual como semelfactiva. Já quando essa eventualidade pontual ocorre repetidas vezes, não. Essas diferenças de abordagem serão explicadas no decorrer da primeira e segunda partes deste trabalho.

Na primeira parte, começaremos citando as clássicas classes aspectuais vendlerianas até o surgimento da classe ou subclasse dos semelfactivos. Na segunda parte do trabalho, trataremos dos semelfactivos como subclasse aspectual segundo Rothstein (2004, 2008a, 2008b), e os confrontaremos com as eventualidades do tipo atividade e *achievement*. Terminaremos tal parte resumindo o que vem a ser o tipo de eventualidade semelfactiva e as suas diferentes ocorrências e diversidade de leituras. A terceira parte do trabalho é dedicada aos exemplos do PB.

As classes aspectuais

As classes aspectuais são também chamadas de aspecto lexical, classes acionais ou *Aktionsart* do verbo. Essas classes são entendidas em Wachowicz e Foltran (2007, p. 1-2) como “as que dizem respeito a propriedades lexicais que ou são caracterizadas por uma morfologia derivacional ou não são lexicalmente caracterizadas”. É nesse nível aspectual que está a distinção entre télico e atélico; tais noções aspectuais não se limitam ao nível lexical. Vendler (1967) indica essa não limitação ao léxico quando diz que fatores como a presença ou não de objeto também pode fazer parte da interpretação lexical.

Quanto às noções de perfectivo e imperfectivo, estas estariam relacionadas com a noção de aspecto gramatical. Nesse nível aspectual as eventualidades são vistas em termo de sua completude ou não. Wachowicz e Foltran (2007, p. 17) comparam: “as informações lexicais estão para as classes acionais dos

verbos e aos traços [\pm télico] do VP, ou para o aspecto lexical, assim como a morfologia verbal está para as leituras perfectiva vs. imperfectiva, ou para o aspecto gramatical”.

As quatro classes aspectuais vendlerianas

Ao falar sobre o conceito de tempo em verbos, Vendler (1967) chama a atenção para algo além da dependência em termos de passado, presente e futuro. Assim, para desenhar um esquema temporal, ele divide os eventos, ou eventualidades,³ em quatro classes aspectuais: atividades, estados, *accomplishments* e *achievements*, e as distingue em termos de instantes e intervalo de tempo. Essa clássica divisão em quatro classes acionais serviu de ponto de partida para linguistas estudarem as estruturas de evento, e a terminologia permanece em muitos textos.

Para a distinção das quatro classes aspectuais, usaremos as definições em Rothstein (2004), que nos parece a maneira mais didática de distinguir as classes entre si. Os *estados* são caracterizados como eventualidades totalmente homogêneas até o seu menor instante, onde cada subparte de um estado é o próprio estado. Já as *atividades* são eventualidades dinâmicas e homogêneas até intervalos mínimos, onde esses intervalos mínimos têm um determinado tamanho. Ou seja, há eventos mínimos dentro da atividade, mas não podemos dizer que qualquer instante dentro da atividade é a atividade em si. Por exemplo, na atividade *dançar valsa*, existem intervalos mínimos que ainda são *dançar valsa*, mas dar apenas um passo não significa *dançar valsa*, apesar de fazer parte dela. Os *achievements* são mudanças de estado que ocorrem instantaneamente. Ainda segundo a autora, os *accomplishments* são eventualidades complexas com certa duração, e apresentam um ponto de culminação. Os exemplos das quatro classes em (1), respectivamente: estados, atividades, *accomplishments* e *achievements*, são de Wachowicz e Foltran (2007):

- (1) a. Os alunos sabem matemática.
b. As crianças nadam bem.

³ Usaremos aqui o termo eventualidade, seguindo Wachowicz e Foltran (2007), a fim de evitar uma confusão terminológica. Cunhado por Bach (1986), apud Wachowicz e Foltran (2007), o termo *eventualidade* não distingue estados das outras classes aspectuais, ou seja, não faz distinção entre dinâmico e não-dinâmico.

- c. A Teresa comeu duas maçãs.
- d. A Renata perdeu a caneta.

Pontual e durativo

A noção de duratividade é contrastada com imperfectividade em Comrie (1976). A primeira diz respeito à duração e à sequência de fases dentro da estrutura interna do evento, enquanto a segunda se refere à duração da eventualidade por um certo período de tempo. Assim, ele introduz os conceitos de durativo e pontual. Pontual, então, é a situação que não dura no tempo ou então acontece momentaneamente. As situações pontuais, segundo Comrie (1976), podem ser de dois tipos: as que acontecem uma única vez e, portanto, não fazem sentido se expressas no progressivo, e as situações que acontecem repetidas vezes. As primeiras ele chamou de *semelfactivas*, e as segundas, de *iterativas*. O exemplo é com o verbo *cough* ('tossir'). No progressivo em inglês, em *he was coughing*, a interpretação possível é de que a pessoa tossiu várias vezes, e não apenas uma única vez. A diferença entre situações pontuais e *achievements* é que, para as últimas, não importa o quão devagar a situação aconteça, o intervalo de tempo é sempre zero. Como exemplo, o autor cita *John reached the summit of the mountain*. Mesmo em câmera lenta, haverá um momento antes de alcançar o topo e um momento imediatamente após alcançar o topo, mas não há um momento entre esses dois. Já nas situações pontuais, esse "momento do meio" é a situação em si.

Dini e Bertinetto (2006) também tratam da classe dos pontuais, mas como uma quinta classe. Para os autores, a classe dos verbos não-durativos deveria ser dividida em duas, *achievements* e pontuais, e esta última, subdividida em duas, e-pontuais (*event-punctuals*) e s-pontuais (*state-punctuals*). Resumindo sua teoria, os e-pontuais compartilham traços com os predicados de eventos e os s-pontuais, com os predicados de estado. A tabela a seguir mostra a classificação baseada em traços semânticos de Dini e Bertinetto (2006):

	durativo	télico	estativo
estados	+	-	+
processos	+	-	-
<i>accomplishments</i>	+	+	-
<i>achievements</i>	-	+	-
pontuais	-	-	-

Tabela 1

Para os autores, a classe dos pontuais apresenta comportamento restrito. A subclasse dos e-pontuais é aceitável quando há leitura progressiva momentânea. Utilizando exemplos do italiano, ele mostra que a sentença 2a só poderá ser expressa quando Leo estiver pulando naquele momento, e não quando estiver se preparando para o salto. Já a sentença 2b é estranha e será encontrada em contextos muito específicos (DINI; BERTINETTO, 2006, p. 11).

- (2) a. *Leo sta facendo un salto.* (‘Leo está fazendo um salto.’)
 b. *Il proiettile lo sta colpendo.* (A bala o está atingindo.)

Para os autores, tal subclasse pode apresentar também uma segunda leitura como processo. O exemplo utilizado por eles é o verbo *bussare* ‘bater’:

- (3) a. *Leo sta bussando.* (‘Leo está batendo (na porta).’)

Nesse caso, há duas leituras possíveis: ‘bater na porta uma vez’ e ‘bater na porta repetidamente’. Apesar disso, ela seria mais facilmente interpretada com sentido repetitivo, segundo os autores. Assim, podemos entender 2 e 3 como e-pontuais.

Sobre a subclasse dos s-pontuais, os exemplos apontam para o fato de que as sentenças que contêm esses verbos não são gramaticais com os progressivos. Tal ideia pode ser demonstrada pela sentença a, que não é aceita por falantes de italiano (DINI; BERTINETTO, 2006, p. 12):

- (4) a. * *Quando Leo entrò, Lia si stava stupendo/spaventando.* (‘Quando Leo entrou, Lia estava se surpreendendo/apavorando.’)

Os autores também concluem pelos dados do italiano que os verbos pontuais não são compatíveis com os advérbios *in-* e *for-* (em italiano, *in-* e *per-*), ao contrário dos verbos das outras classes aspectuais. Em 5a, há um exemplo com verbo e-pontual e, em 5b, com s-pontual (DINI; BERTINETTO, 2006, p. 14):

- (5) a. * *Leo ha battuto un colpo sul tavolo in/per cinque secondi.* ('Leo bateu violentamente na mesa em/ por cinco segundos.')
- b. * *Leo si è stupito in/per venti secondi.* ('Leo se apavorou em/por vinte segundos.')

Ao estudar esses verbos segundo a homogeneidade e a atômidade, Dini e Bertinetto (2006) concluem: admite-se que os verbos e-pontuais satisfazem a homogeneidade e têm uma parte atômica maior que o instante. Os autores chamam a atenção para o fato de que a dificuldade de alguns falantes em usar os pontuais com aspecto progressivo pode ser explicado pela dificuldade de incluir o referencial 'tempo' dentro do traço temporal maior que o instante. Nos exemplos a seguir, a aceitabilidade parcial de 6a e a completa aceitabilidade de 6b se dá pelo fato de que o traço temporal de uma bala atingindo o alvo é dificilmente maior que o instante, enquanto a explosão de uma bomba pode levar alguns segundos (DINI; BERTINETTO, 2006, p. 27-8).

- (6) a. ? *Quando entrai, il proiettile stava colpendo il bersaglio.* ('Quando entrei, a bala estava atingindo o alvo.')
- b. *Quando guardai a Nord, la casa stava spodendo.* ('Quando olhei ao Norte, a casa estava explodindo.')

Quanto ao s-pontuais (excluídos uma vez que são homogêneos), não têm parte atômica maior que o instante. O exemplo sugerido pelo autor é:

- (7) a. * *Quando entrai, Lia si stava stupendo.* ('Quando entrei, Lia estava se apavorando.')

Dini e Bertinetto (2006, p. 44-5) ainda chamam a atenção para a ambiguidade nessa classe aspectual. Verbos como *saltare* ('pular'), *starnutire* ('espirrar'),

4 *Colpo* (it.): movimento rápido e violento de um corpo contra o outro.

tossire (‘tossir’), *sparare* (‘atirar’), *battere*, *bussare* (‘bater’), *singhiozzare* (‘soluçar’), *urlare*, *gridare* (‘gritar’), *pugnalare* (‘apunhalar’) etc. têm forma homófona, denotando processo ocorrido pela repetição do evento designado pelo predicado e-pontual.

Aspecto de situação e os semelfactivos

A classe dos semelfactivos é tratada por Smith (1997) como uma classe aspectual à parte. Assim, partiremos para a teoria proposta pela autora, analisando como ela distingue os semelfactivos das outras classes aspectuais.

O aspecto de situação⁵ em Smith (1997) equivale ao aspecto lexical, ou classe acional, ou *Aktionsart* do verbo. Para esse nível aspectual, a autora divide as eventualidades em cinco classes. Ou seja, além das quatro já conhecidas classes vendlerianas, a autora coloca uma quinta classe, a dos *semelfactivos*. A distinção entre as cinco classes é feita em termos de oposição de três traços temporais binários: (i) estático x dinâmico, (ii) télico x atélico e (iii) durativo x instantâneo. A distinção estático x dinâmico divide, ou bifurca, as cinco classes, sendo que apenas os estados apresentam o traço [+ estático]. Vale dizer que todas as outras quatro classes são [+ dinâmicas]. As eventualidades com o traço [+ télico] são caracterizadas por terem um ponto final natural, ou um limite intrínseco.

Ainda segundo a autora, a noção de instantâneo é conceptual, idealizada. Isso quer dizer que, mesmo que uma situação *win the race* (‘ganhar a corrida’) possa durar milésimos de segundos, ela ainda será dita [+ instantânea]. Mesmo reconhecendo que nem todas as combinações de traços são possíveis, a autora apresenta uma tabela de traços temporais para os cinco tipos de situação (SMITH, 1997, p. 20):

situation	static	durative	telic
states	[+]	[+]	[-]
activity	[-]	[+]	[-]
accomplishment	[-]	[+]	[+]
semelfactive	[-]	[-]	[-]
achievement	[-]	[-]	[+]

Tabela 2

5 Para a autora, aspecto de ponto de vista seria o que colocamos como aspecto gramatical.

As situações semelfactivas são, então, uma quinta classe caracterizada pelos traços [- estático], [-durativo] e [- télico], ou então [+ dinâmico], [+ pontual] e [+ atélico]. A autora ainda caracteriza essa classe como eventos de um único estágio sem algum resultado ou mudança. São os tipos de eventos mais simples e consistem somente na sua ocorrência. São exemplos de semelfactivos em Smith (1997): *knock the door* e *flap the wings* ('bater na porta' e 'bater as asas'). Também são exemplos: (i) eventos corporais como *blink* ('piscar'), *cough* ('tossir'), (ii) eventos internos como *the light flicker* ('a luz piscar') e (iii) ações como *tap* ('dar tapinhas'), *peek* ('dar uma olhada rápida'), *scratch* ('arranhar', 'riscar', 'coçar'), *kick* ('dar pontapés', 'chutar'), *hammer a nail (once)* ('martelar um prego uma vez'), *pound on the table (once)* ('bater na mesa uma vez'). Vale observar que esses exemplos devem ser interpretados como eventualidades que ocorrem apenas uma vez, tanto que nos últimos dois exemplos coloca o termo *once*. A autora reforça que, apesar de esses eventos durarem frações de segundos, eles ainda são ditos instantâneos por terem um conjunto de traços gramaticais que os distingue das situações durativas.

Quando essas situações ocorrem de maneira repetitiva, ou não como eventos de apenas um estágio, Smith as classifica como *multiple-event activities* (atividades de múltiplos eventos). Tal leitura é acionada por advérbio ou outras informações, como em *Mary knocked for five minutes*, em que *for five minutes* é que daria a leitura de repetição – uma vez que não seria possível bater (à porta, por exemplo) uma vez só e essa única batida durar cinco minutos. A autora coloca, ainda, que tal leitura repetitiva parece ser tão básica quanto o evento único, de um estágio. Tais eventualidades podem ocorrer apenas uma vez, mas a tendência maior é ocorrer em sequência.

A ocorrência de eventualidades semelfactivas, então, tem restrições: não aparece em situações com ponto de vista imperfectivo e advérbios ou expressões que denotam algum tipo de duração. Traços durativos, no entanto, podem ocorrer se a eventualidade for uma atividade de múltiplos eventos.

Quanto à natureza das propriedades temporais do tipo de situação, Smith (1997) afirma que tais propriedades são intencionais e indicam como a situação se desdobra no tempo. Esse desdobramento é representado em tempos sucessivos como t_i e t_j como forma de identificar diferentes estágios na situação. Assim, para os verbos semelfactivos, temos (SMITH, 1997, p. 125):

$$\begin{array}{ccc} t_{i-1} & t_i & t_{i+1} \\ a & b & c \end{array}$$

em que (a) em t_{i-1} a situação S não ocorre; (b) em t_i é o exato momento em que o evento S ocorre e (c) em t_{i+1} a situação S não ocorre.

Semelfactivos como uma subclasse aspectual

Para Rothstein (2004), as eventualidades semelfactivas não constituem uma quinta classe, mas fazem parte da classe das atividades. As quatro classes (atividades, estados, *accomplishments* e *achievements*) são distinguidas em termos de duas propriedades aspectuais – independente ou não de encabeçarem VPs télicos ou ocorrerem naturalmente no progressivo, o que a autora classifica como $[\pm \text{estágios}]$ e $[\pm \text{télico}]$. Eventualidades *achievement* e estados não possuem estágios: os *achievements* porque são instantâneos e, portanto, não há como distinguir estágios nesse momento instantâneo; estados, apesar de suficientemente longos, não são dinâmicos e cada pedacinho de um estado é o mesmo durante toda a eventualidade, impossibilitando assim que estágios sejam reconhecidos. Assim, as atividades são caracterizadas como $[+ \text{estágio}]$ e $[- \text{télico}]$, ou seja: são dinâmicas e o VP encabeçado por elas atélico nos testes *in a time*.

Sobre a característica $[- \text{télico}]$ em atividades, esta se deve ao fato de que atividades são cumulativas, ou seja, a soma de duas atividades continua sendo uma só atividade, isto é, forma um novo evento singular (ROTHSTEIN, 2004, 2008a). Como atividades são homogêneas até eventos mínimos (e não instantes mínimos, como em estados), elas possuem a característica $[+ \text{estágio}]$, em que os estágios são reconhecidos nesses eventos mínimos onde há algum movimento ou mudança de estado.

Rothstein (2008a) faz um tipo de ajuste na definição desses dois traços, e os concebe em termos de $[\pm \text{ocorrem no progressivo}]$ e $[\pm \text{ocorrem com modificadores télicos}]$. Nesse sentido, $[+ \text{ocorrer no progressivo}]$ indica que há a possibilidade da ocorrência de estágios. Ou seja, a propriedade de aparecer no progressivo denota a possibilidade de evento estendido, e a não propriedade de aparecer no progressivo denota eventualidade (quase-) instantânea. Já a propriedade de ocorrer ou não com modificadores télicos denota um evento de mudança. Assim, apresenta a definição: “Uma mudança de β para α é um

evento cuja parte mínima inicial é o último instante i em que β vigora e cuja parte mínima final é o primeiro instante i' em que α vigora” (DOWTY 1979, ROTHSTEIN 2004, ROTHSTEIN 2008a).⁶

Isso quer dizer que as mudanças não estendidas são as instantâneas de $\neg\Phi$ para Φ (*achievements*), e as estendidas são as de β para α , onde β acarreta $\neg\alpha$ (*accomplishments*). Estados e atividades não apresentam nenhum dos dois tipos de mudança. Atividades e *accomplishments* podem ocorrer naturalmente no progressivo por apresentarem estágios em sua estrutura interna, o que não ocorre com estados e *achievements*.

Sobre as eventualidades semelfactivas, Rothstein (2004) analisa que esse tipo de eventualidade é dita pontual por ocorrer com *at a time*, como em *John coughed at 10 p.m.* Ainda segundo a autora (2004, p. 28), tais eventualidades também são ditas atéticas, pois, ao contrário de *achievements*, não parece que há uma mudança de estado explícita.

A autora ainda afirma que tal classe é um problema para o tipo de teoria apresentada até aqui: os traços binários geram quatro classes; a inclusão de mais um traço resultaria em oito classes. Considerar uma quinta classe também causaria conflito conceptual com uma teoria aspectual baseada em traços. Analisar os semelfactivos em termos dos traços [\pm estágios] e [\pm télico] os colocariam nos mesmos termos que estados: [- estágios] e [- télico]. Ou seja, esses traços são interessantes para analisar as quatro classes aspectuais, mas não necessariamente o grupo dos semelfactivos.

Os semelfactivos têm um lugar natural como o tipo de evento mínimo de uma atividade, o que indica que eles não seriam uma classe independente. Esses verbos podem se comportar como eventualidades pontuais ou como atividades. Nos exemplos a seguir (ROTHSTEIN, 2004, p. 29) comportam-se como atividades por ocorrerem *for a time* (em a e b) e no progressivo (c):

- (8) a. *John kicked the door for half an hour.*
b. *Dafna winked (furiously) for several minutes.*
c. *Mary was coughing.*

O acarretamento induzido pelo paradoxo do imperfectivo válido para atividades também é válido para semelfactivos, ou seja: *Mary was coughing*

6 “A change from β to α is an event whose minimal initial part is the last instant i at which β holds and whose minimal final part is the first instant i' at which α holds” (DOWTY 1979, ROTHSTEIN 2004, ROTHSTEIN, 2008a).

acarreta que *Mary coughed*. Assim, uma vez que atividades têm eventos mínimos e subpartes de eventos não homogêneas, a conclusão é que semelfactivos são *activities used in their minimal way* (ROTHSTEIN, 2004, p. 29).

A estrutura interna de verbos semelfactivos é distinta de eventualidades *achievement*, segundo Rothstein (2004) e ao contrário de Smith (1997). A primeira autora explica tal diferença: apesar de semelfactivos (usados em eventos únicos) serem pontuais, eles têm estrutura interna e duram algum tempo, mesmo que esse tempo seja muito curto. Ainda, semelfactivos têm trajetória e consistem em uma série de movimentos que devem ocorrer como parte do evento em si. Ou seja, há necessidade de informação a respeito de, no mínimo, dois instantes entre o ponto de início e o ponto de parada de *e*, para determinar se *e* está em *P*. Já *achievements* são eventualidades realmente (quase-) instantâneas de mudança de estado de $\neg\Phi$ para Φ .

Verbos semelfactivos podem ser transportados para predicados de atividades em uma leitura na qual o evento tem maior extensão, mas nem todos os predicados de atividades podem ter leitura semelfactiva (ROTHSTEIN, 2008a). Tal diferença pode ser intuitivamente percebida, ainda segundo a autora, nos verbos *walk* e *run*, de um lado, e *jump* e *knock*, de outro. Numa leitura de evento estendida de *jump* e *knock* percebem-se mínimas partes que são os menores eventos em *P* e que contam como eventos de *P*, uma vez que tais eventos mínimos somados são o evento estendido. Já para eventos *walk* e *run* não há como fazer tal divisão de forma não arbitrária (DOWTY, 1979, apud ROTHSTEIN, 2004).

A explicação de tal divisão de evento é feita em Rothstein (2004) por meio do mecanismo de função atômica natural. Para entender essa noção atômica ou divisão em elementos mínimos, a autora compara a noção que temos de que xícaras são unidades indivisíveis e cercas, não. Uma entidade atômica natural é aquela cuja unidade estrutural é percebida de forma saliente e dada pelo mundo (ROTHSTEIN, 2008a).

Assim, um predicado de atividade *P* denota uma série de eventos *P* que contêm um grupo de predicados mínimos, ou P_{\min} . Em um predicado semelfactivo, haverá uma função atômica natural que seleciona um grupo P_{\min} e tal P_{\min} é o conjunto atômico. Em predicados não semelfactivos, P_{\min} será um grupo singular e não um grupo atômico, que contêm entidades mínimas singulares, mas que se sobrepõem. Essa noção é reflexo da intuição de que dois eventos mínimos de *walking* podem se sobrepor, enquanto dois eventos mínimos de *jumping*, não. Dessa forma, Rothstein (2004) indica que P_{\min} é lexicalmente

acessível somente quando for caracterizado por uma função atômica natural. Isso significa que, em um predicado P que pode tanto ser atividade quanto semelfactivo, haverá ambiguidade de leitura entre P ou P_{\min} . Já em um predicado P somente com interpretação de atividade, a ambiguidade não ocorre, pois ele necessariamente denotará P (ROTHSTEIN, 2004, p. 186). Resumindo, os eventos mínimos que podem ser acessados lexicalmente são naturalmente atômicos, ou seja, têm um ponto de partida natural e um ponto final definido pela trajetória – ideia essa representada pela figura 1 (ROTHSTEIN, 2008b):

Jump:



Run:



Figura 1

Na figura 1 vemos como um evento semelfactivo estendido *jump* pode ser naturalmente dividido (em unidades atômicas). Já em um evento de atividade *run*, que não tem leitura semelfactiva, tal divisão não é natural, e, se feita, será arbitrária, pois os eventos mínimos de uma atividade não são unidades atômicas com início e final claramente definidos – por isso foi dito que tais eventos mínimos podem se sobrepôr em algum momento da trajetória.

Sobre essa análise em outras línguas, Rothstein (2008a) propõe que, em línguas que possuem predicados de atividades, a distinção entre eventos mínimos e eventos derivados a partir de S-summing, bem como a restrição de que eventos que não são naturalmente atômicos não são lexicalmente acessíveis deveriam ser um traço comum nas línguas. No entanto, não há motivos para outras línguas expressarem o contraste entre eventos mínimos e eventos estendidos da mesma forma que o inglês faz.

A ambiguidade que ocorre nos semelfactivos entre a leitura única e a estendida (atividade) ainda é exemplificada em Rothstein (2004, p. 186) com os modificadores *once* e *twice* e possibilidades contáveis. Em *Dafna jumped/ skipped once/ twice*, temos a leitura de que Dafna praticou um ou dois eventos únicos de *jump*, ou então praticou um ou dois eventos estendidos de *jump*. Tal ambiguidade de leitura não ocorre em atividades que não permitem leitura semelfactiva, como *Dafna run once/ twice*, onde a única interpretação

possível é de que Dafna como agente praticou uma ou duas eventualidades de correr, cujo tamanho é definido pelo contexto. Logo, essa diferença no comportamento de *jump* e *run* é reflexo da diferença lexical entre os dois verbos e a conseqüente estrutura de eventos denotada no uso de tais verbos.

Para as nominalizações, a autora afirma que, em semelfactivos, a leitura possível é de evento único. São exemplos: *He gave a jump/ a kick/ a wink*. Já em atividades, a leitura é de evento estendido, como em *He had a walk/ a run/ a swim* (2004, p. 187). Ou seja, para essas últimas eventualidades temos uma noção de alguma duração, enquanto que, para as primeiras, a noção de tempo é pontual.

O que são semelfactivos, afinal

Os VPs que denotam eventualidades semelfactivas, em Rothstein (2004, 2008a, 2008b), são predicados usados para significar instâncias mínimas de eventualidades consideradas como atividades. São exemplos de verbos semelfactivos: *kick, knock, jump, skip, flap (its wings)*. Eles podem denotar eventos únicos e ocorrer com *at a time*, onde o momento em que o evento (pontual) inicia é por volta do tempo definido (*at a time*), e termina logo após esse tempo definido. Ou seja, o evento ocorre (inicia e termina) rodeando, cercando o tempo dado pelo modificador *at a time*, como os exemplos em Rothstein (2004, p. 184) em 9:

- (9) a. *Mary jumped at twelve o'clock.*
 b. *Mary winked at twelve o'clock to remind me to make the phone call.*
 c. *At daybreak, the bird flapped its wings.⁷*

Em eventos de leitura estendida, são homônimos com atividades em 10 (exemplos em ROTHSTEIN, 2004, p. 184) e ocorrem com *for a time*:

- (10) a. *John jumped for 10 minutes.*
 b. *Mary winked furiously for several minutes, until she caught his attention.*
 c. *He kicked the door angrily for some minutes until someone opened it.*

⁷ Os exemplos em inglês serão retomados no item 3, com as traduções e interpretação das eventualidades em PB.

Segundo Rothstein (2004), semelfactivos ainda podem ter a leitura de intervalo de tempo, uma vez que aparecem no progressivo em 11 (2004, p. 184). Vale notar que tal leitura é dependente de [*when I came in*].

(11) a. *John was just jumping/ kicking the door when I came in.*

Semelfactivos ainda ocorrem em *in a time*, como evidência de telicidade em 12 (2004, p. 185):

(12) a. *John jumped in three seconds.*
b. *The bird flapped its wings in an instant.*

Ainda segundo a autora, esses predicados parecem ser ambíguos entre atelicidade na leitura de atividade em 10 e telicidade nos exemplos 9, 11 e 12.

O modificador *again and again* pode alterar tanto o evento único quanto a leitura estendida (atividade). A leitura semelfactiva em *She jumped again and again* pode ser parafraseada na leitura estendida em *She jumped for several minutes* (ROTHSTEIN, 2008a, p. 187). Assim, estamos falando de uma subclasse de verbos de atividade, que apresentam comportamentos específicos descritos nas definições e exemplos acima.

Semelfactivos e os verbos do PB

Os exemplos até agora foram todos em inglês ou italiano, de forma que as definições e explicações para tais eventualidades cabem para esses exemplos nessas línguas. A proposta, neste item, é analisar os exemplos do inglês em PB, e tentar perceber em que contexto ocorrem. Ou seja, pretendemos analisar a estrutura interna de eventualidades semelfactivas em PB e checar sua similaridade ou não com os equivalentes em inglês. Vale lembrar que partiremos das noções teóricas em Rothstein (2004, 2008a, 2008b) no que se refere aos verbos (ou uso de verbos) semelfactivos. Assim, vamos considerar os mesmos como subclasse de atividades.

Partindo do inglês, os verbos semelfactivos têm leitura pontual (evento único, com *at a time*), leitura estendida (homônimos com atividades, com *for a time*), com intervalo de tempo (no progressivo) e ainda como evidência de telicidade (com *in a time*). Acreditamos ser pertinente subdividir nossos

exemplos em dois grupos: (i) as eventualidades pontuais e (ii) as eventualidades que denotam um conjunto de eventos únicos. Essa classificação entre pontual e não pontual está partindo da análise das eventualidades em inglês; isso não quer dizer que seja assim também em português. Veremos caso a caso.

Dentro das eventualidades pontuais, ou semelfactivos propriamente ditos, temos a possibilidade de ocorrência do modificador *at a time* e *in a time*. No primeiro caso (*at a time*), esse indica o momento exato em que a eventualidade semelfactiva ocorreu. Aqui entram os verbos: *kick* ('chutar'), *knock* ('bater'), *jump* ('saltar'), *skip* ('pular'), *flap its wings* ('bater as asas'), *wink* ('piscar'). Vejamos os exemplos 13, traduzidos de 9 (incluímos o verbo 'saltar' em 13a):

- (13) a. Mary pulou/saltou às doze horas.
 b. Mary acenou para mim às doze horas para lembrar-me...
 c. Ao amanhecer, o pássaro bateu suas asas.

Em 13a temos uma leitura pontual, mas em 13b e c podemos não ter somente tal leitura. Na eventualidade *acenou para mim às 12 horas*, podemos falar de um único aceno, como também de vários acenos consecutivos dentro do tempo *às doze horas*. O mesmo vale para 'bater asas'. Para deixar essas eventualidades com leitura única (somente) podemos tentar quantificá-las, como em 14:

- (14) a. Mary acenou para mim uma vez às doze horas.
 b. Ao amanhecer, o pássaro bateu suas asas uma única vez.

Outras eventualidades que se encaixam como tendo leitura única, em inglês com *at a time*, seriam *kick* ('chutar') e *knock* ('bater'). Vejamos como ficam em português:

- (15) a. Eu bati à sua porta ao meio-dia.
 b. O menino chutou a bola.

Em 15b, a leitura é claramente pontual, mas em 15a, essa pode ter leitura estendida também. Assim como em 14, a quantificação elimina

a ambiguidade: *Eu bati à sua porta ao meio-dia, uma única vez*. Mas o que dizer, em termos de quantificação, dos exemplos 16a e 16b?

- (16) a. Eu bati à sua porta três vezes ao meio dia.
b. Mary acenou duas vezes para mim às doze horas.

Acreditamos que os exemplos em 16 podem ter tanto a leitura de três batidas ou dois acenos, como também três grupos (*sets*) de batidas ou dois grupos (*sets*) de acenos. Assim, não são todos os verbos que em português têm apenas leitura pontual com o modificador *at a time*. Quanto à *blink* ('piscar') e *cough* ('tossir'), esses têm leitura pontual em 17a e 17b:

- (17) a. Ele piscou pra mim ao meio dia.
b. Ele tossiu ao meio dia.

Com o modificador *in a time*, este indica a duração de uma (única) eventualidade semelfactiva. Vale lembrar que tal eventualidade, mesmo dita pontual, tem uma estrutura interna e, portanto, dura algum tempo, mesmo que esse tempo seja "curto". Vejamos os exemplos 12 traduzidos aqui em 18:

- (18) a. John pulou/saltou em três segundos.
b. O pássaro bateu suas asas em um instante.

Em 18a, a leitura é pontual. Mas em 18b, fica a dúvida em ter eventualidade pontual ou um grupo (*set*) de batidas de asas, mesmo que em um instante – basta pensar num beija-flor que bateu suas asas em um instante.

Usando o diagrama em Rothstein (2008b), uma eventualidade semelfactiva propriamente dita, única, seria então a seleção de um evento pontual de uma leitura estendida, aqui destacado pelo círculo pontilhado na figura 2:

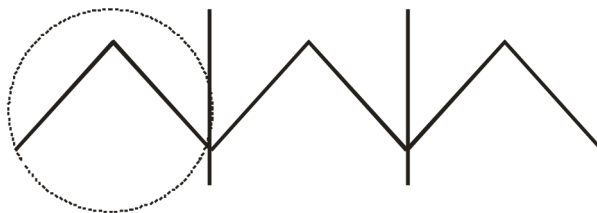


Figura 2

Já as eventualidades não unicamente pontuais são as semelfactivas homônimas com atividades e as estendidas. Estas tanto acontecem no progressivo, quanto com o modificador *for a time*. Vejamos 19 (exemplos em 10 traduzidos para o português):

- (19) a. John pulou/ ?saltou/ saltitou por 10 minutos.
 b. Mary acenou furiosamente por alguns minutos, até conseguir sua atenção.
 c. Ele chutou a porta bravamente por alguns minutos até que alguém a abriu.

Em 19a parece que fica claro que em ‘pulou’ e em ‘saltitou’ estamos falando de eventualidades semelfactivas homônimas com atividades, isto é, vários “pulos” e “saltos” consecutivos formando uma atividade. Parece, ainda, que o verbo ‘saltou’ poderia representar um único evento, por isso a estranheza, já que não condiz com a realidade de mundo um único salto de dez minutos. Nesse caso, ‘saltitar’ parece mais adequado, inclusive porque esse verbo denota uma eventualidade estendida, ou seja, seria estranho dizer que alguém saltitou apenas uma vez.

O progressivo com ideia de intervalo de tempo em 11 ficaria em português como mostra o exemplo 20:

- (20) a. John estava pulando/ batendo à porta quando eu entrei.

O progressivo, também em português, para o exemplo acima, parece dar a ideia de evento estendido. Vejamos mais exemplos em 21:

- (21) a. Maria estava tossindo durante toda a palestra.
 b. Ele ficou piscando para mim até que eu o notasse.

Em 21a temos a leitura de que Maria tossiu continuamente durante toda palestra, ou então que deu vários grupos de tossidas contínuas (em cada grupo). Acreditamos que se a ideia fosse enumerar várias tossidas, enquanto eventos não contínuos, diríamos que *Maria tossiu várias vezes durante a palestra*. Já em 21b, parece estranho pensar em alguém piscando continuamente, numa sequência única de várias piscadas, a não ser que tivesse um cisco no olho ou coisa parecida. A leitura mais natural parece ser vários eventos únicos de piscar, mas não que eles formem um contínuo. O diagrama para a eventualidade 21a,

enquanto grupos de eventualidades contínuas, poderia ser representado na figura 3 (com base em nossa interpretação de Rothstein (2008b):



Figura 3

O exemplo 21b, com a leitura de várias eventualidades de ‘ piscar’, mas que não formam uma eventualidade contínua ou estendida, seria representado pela figura 4:



Figura 4

Lendo o diagrama, percebemos que ele piscou uma vez, depois mais uma vez e, ainda, uma última vez. Essas piscadas estão na mesma eventualidade, mas não são contínuas.

No que se refere ao modificador: *again and again*, este, em inglês, pode modificar tanto o evento único quanto a leitura estendida (atividade). A leitura semelfactiva em *She jumped again and again* pode ser interpretada na leitura estendida: *She jumped for several minutes*. Vejamos em português:

- (22) a. Ela pulou/ saltou de novo e de novo/ mais uma vez e mais uma vez.
 b. Ela pulou/ saltou por vários minutos.

Em português, não nos parece que podemos inferir 22b a partir de 22a, isto é, parece que pular e saltar são eventos únicos que foram repetidos (22a), mas que não implicam dizer que formam a leitura estendida (22b).

Como vimos em 3.1, os exemplos em português não se comportam exatamente da mesma forma que os do inglês. Nesta seção buscaremos definir o que entendemos por eventualidades semelfactivas e apresentar uma breve classificação dos verbos em português dentro dessa definição.

Estamos tratando de eventualidades, e não somente de verbos em si, isto porque, em muitos casos, é todo o VP que dá a leitura semelfactiva.

Consideramos eventualidades semelfactivas como um subgrupo de atividades que ocorrem com duas leituras: (i) eventos únicos (com leitura pontual) e (ii) eventos estendidos. Por evento único entendemos um evento pontual com curta duração (figura 5):⁸



João saltou da ponte.

Figura 5

Por evento estendido entendemos um grupo de eventos pontuais que dão a leitura estendida com uma maior duração (figura 6):



A criança saltitou de alegria.

Figura 6

O evento único de 5 pode ser repetido. Vale notar que “repetido”, no nosso entendimento, é diferente de “estendido”. O evento repetido é constituído de eventos únicos que acontecem mais de uma vez, mas que não formam necessariamente um único grupo, como mostra a figura 7.



João saltou várias vezes da ponte.

Figura 7

Ainda, um evento estendido (de leitura não pontual) pode ser repetido (figura 8):



A criança saltitou várias vezes de alegria.

Figura 8

⁸ Continuaremos utilizando os diagramas baseados em Rothstein (2008b). Acrescentamos aqui exemplos do PB ilustrados pelos diagramas.

Resumindo, um evento único (atividade pontual) pode ser repetido, assim como um evento estendido também pode ser repetido.

Dependendo da eventualidade, a leitura pode ser tanto pontual como estendida. Vamos também considerar modificadores que restringem a leitura para ou pontual ou durativa. Vale lembrar que analisaremos todo o VP.

Com o verbo [bater], este pode ter leitura tanto única como estendida. Em 23a parece que [bater à porta] teria uma leitura estendida, enquanto [bater na porta] teria leitura pontual. Em 23b, mesmo com o quantificador [três vezes], podemos fazer a mesma leitura de 23a, ou seja, [João bateu à porta três vezes] teria leitura de três grupos de batidas; em [João bateu na porta três vezes] seriam três batidas únicas. Para 23c, parece que podemos fazer a mesma leitura de 23a. Já em 23d, devido ao modificador [por cinco minutos], parece que a leitura mais aceitável é a de evento estendido, pois não é possível bater uma única vez na porta por cinco minutos.

- (23)
- a. João bateu à/ na porta.
 - b. João bateu à/ na porta três vezes.
 - c. João bateu à/ na porta ao meio-dia.
 - d. João bateu à/ na porta por cinco minutos.

Esse tipo de leitura pode ser estendida ao verbo [tossir], pois pode haver uma única tossida ou um grupo de tossidas. Esse grupo de tossidas pode ocorrer mais de uma vez. O verbo [piscar] também pode se encaixar nesse grupo, já que é possível dar uma única piscada em [Maria piscou para o João] ou um grupo de piscadas em [Maria piscou por 30 segundos por causa de um cisco]. Outro verbo que permite ambas as leituras é [acenar], pois podemos fazer um único gesto [um aceno] ou vários movimentos em leitura estendida.

Parece que o VP [bater as asas] também se comporta dessa maneira.

- (24)
- a. O pássaro bateu as asas três vezes.
 - b. O pássaro bateu as asas ao meio-dia.
 - c. O pássaro bateu as asas por cinco minutos.
 - d. ? O pássaro bateu as asas uma única vez.

Em 24a, podemos ter tanto a leitura de evento único repetido três vezes quanto de evento estendido, com duração de “três vezes”. Em b e c, a leitura

é somente estendida. Já 24d poderia ter leitura de evento único numa situação em que o pássaro está para morrer e bate suas asas pela última vez.

Em PB, parece que há VPs que permitem apenas leitura única. É o caso de [saltar] e [chutar] nos exemplos 25a, b e c. O exemplo 25d é agramatical na leitura de evento único. Se a leitura for de eventos que se repetem, não se trata então de grupos de saltos ou chutes, mas sim de eventos únicos de [saltar] ou [chutar] consecutivos. No progressivo, em 25e, a leitura pode ser tanto pontual como [João estava prestes a saltar] ou [João estava prestes a chutar a bola].

- (25) a. João saltou/ chutou a bola.
 b. João saltou/ chutou a bola três vezes.
 c. João saltou/ chutou a bola ao meio-dia.
 d. * João saltou/ chutou a bola por cinco minutos.
 e. João estava saltando/ chutando a bola quando o sino tocou.

Por outro lado, há verbos como [saltitar] e [aplaudir] que parecem permitir somente leitura de evento estendido.

- (26) a. A plateia aplaudiu uma única vez.
 b. A criança saltitou uma única vez.

Mesmo com o modificador uma única vez, a leitura possível é de evento estendido. Ficaria estranho imaginar o uso de [aplaudir] ou [saltitar] para evento único.

Assim, os dados do português não se comportam necessariamente da mesma forma que os do inglês, em termos de interpretação pontual (semelfactiva) x estendida (semelfactiva homônima com atividade). Vale, então, analisar caso e caso e ver a leitura que o PB oferece da estrutura interna do evento.

Considerações finais

O estatuto dos verbos semelfactivos, ou pontuais, não é unanimidade entre os linguistas. No que se refere aos dados do PB, parece que nenhum estudo aprofundado ainda foi realizado sobre tais verbos e sua interpretação.

Buscamos, então, primeiro realizar uma breve retrospectiva teórica

sobre o assunto, partindo das quatro classes aspectuais vendlerianas. Passamos então às noções aspectuais em Comrie (1976) e Dini e Bertinetto (2006). Esses últimos apresentam a classe dos verbos pontuais (semelfactivos) é apresentada como uma quinta classe aspectual. Smith (1997) também considera os semelfactivos como uma quinta classe aspectual. Essa classificação, no entanto, não é consenso na literatura. O que se admite é que estamos falando de tipos de eventualidades que parecem não se encaixar perfeitamente, ou pelo menos não diretamente, em uma das quatro tradicionais classes aspectuais.

Apresentamos, então, as noções encontradas em Rothstein (2004, 2008a, 2008b) sobre aspecto e os verbos semelfactivos, ou pontuais, bem como as suas leituras em eventualidades estendidas.

Após verificarmos o comportamento desses verbos em outros idiomas (italiano e sobretudo em inglês), comparamos os exemplos em inglês com PB. Junto com a tradução, procuramos fazer uma interpretação da estrutura temporal das eventualidades em PB para checar seus comportamentos em relação ao inglês.

Após essa verificação, definimos o estatuto de semelfactivos e enquadrámos alguns exemplos do PB dentro dessa definição. Pudemos verificar que a leitura dos VPs em PB é diferente do inglês.

Nossa tentativa foi de iniciar a discussão, observando, com poucos exemplos do PB, que tais verbos apresentam algumas diferenças se comparados aos dados do inglês.

Agradecimentos: A Teresa Wachowicz e Maria José Foltran, pelo incentivo a escrever este artigo, e a Roberlei Alves Bertucci, pela leitura e observações pertinentes.

KNÖPFLE, Andrea; VALENZA, Giovanna Mazzaro. Semelfactives and Brazilian Portuguese data. *Revista do Gel*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 116-138, 2010.

ABSTRACT: *In this work, we raise a discussion about the so called semelfactive verbs. Our main purpose is to compare the behavior of such verbs in English against Brazilian Portuguese (BP). Literature up to this date illustrates these events using data from English. We believe, however, that these English examples once translated to BP are different in the way they are interpreted. We therefore start by analyzing the data in English. Supported by the theoretical approach presented in this paper, we organized the data and divided it in groups, according to their temporal structure. Our concern, however, is not to propose a new classification for the eventualities, since our goal is to open the discussion about*

the interpretation of the BP data compared to the English data. Afterwards we compare the examples in English with eventualities in Brazilian Portuguese, in order to check the semelfactives' behavior in PB. Other examples of eventualities which have semelfactive reading in PB will also be discussed.

KEYWORDS: *Semelfactive. Punctual. Verbal Aspect.*

Referências

COMRIE, B. **Aspect**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

DINI, L.; BERTINETTO, P. M. **Punctual verbs and the linguistic ontology of events**. 2006. Disponível em: <citeseer.ist.psu.edu/135080.html>. Acesso em: 26 fev. 2009.

ROTHSTEIN, S. **Structuring events: a study in the semantics of lexical aspects**. Oxford: Blackwell, 2004.

_____. Two puzzles for a theory of lexical aspect: the case of semelfactives and degree adverbials. In: DÖLLING, J.; HEYDE-ZYBATOWAND, T.; SHAEFER, M. (Eds.) **Event Structures in Linguistic Form and Interpretation**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008a. p. 175-198. Disponível em: <<http://faculty.biu.ac.il/~rothss/rothstein%20-%20leipzig%20events%20paper.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2009.

_____. **Aspect in the nominal and verbal domain: atomicity and homogeneity revisited**. Curso ministrado na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 01-15 nov. 2008b.

SMITH, C. S. **The parameter of aspect**. 2. ed. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997.

VENDLER, Z. **Linguistics in philosophy**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1967.

WACHOWICZ, T. C.; FOLTRAN, M. J. G. D. Sobre a noção de aspecto. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 48, p. 211-232, 2007.

O DOMÍNIO FUNCIONAL TEMPO-ASPECTO-MODALIDADE NA EXPRESSÃO DO PASSADO IMPERFECTIVO NO PORTUGUÊS FALADO NO BRASIL

Raquel Meister Ko. FREITAG¹

RESUMO: Neste texto, são discutidas as noções semântico-discursivas envolvidas no passado imperfeito do português falado, com incursões no domínio funcional complexo tempo-aspecto-modalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Passado Imperfeito. Tempo. Aspecto. Modalidade.

Introdução

Na fala, é recorrente encontrar usos da perífrase de gerúndio – formada pelo verbo *estar* flexionado no pretérito imperfeito do indicativo e o verbo principal no gerúndio, nomeada aqui PPROG –, funcionando em certos contextos como equivalente à forma de pretérito imperfeito do indicativo (IMP). A possibilidade de intercâmbio entre as formas sugere a possibilidade de equivalência semântica, motivando a hipótese de considerar as formas como variantes na expressão do passado imperfeito. Observem-se (1) e (2), ocorrências da fala de Florianópolis.

¹ Departamento de Letras, Campus Prof. Alberto Carvalho, Universidade Federal de Sergipe. Itabaiana/SE – Brasil. Contato: rkofreitag@uol.com.br

- (1) Na época que eu mais precisei dele, que eu mais precisava de um apoio, foi quando a minha mãe morreu. (SC FLP FAP 03)²
- (2) Aí também foi na época que a gente voltou, a gente estava precisando economizar pra começar nossa vida. (SC FLP FAP 01)

As ocorrências têm a mesma base lexical, o verbo *precisar*, e aparentemente, tanto em (1) como em (2), é possível trocar a forma simples pela composta, sem perda ou distanciamento semântico, como em (3) e (4).

- (3) Na época que eu mais precisei dele, que eu mais estava precisando de um apoio, foi quando a minha mãe morreu.
- (4) Aí também foi na época que a gente voltou, a gente precisava economizar pra começar nossa vida.

Para investigar a possibilidade de as formas funcionarem como variantes, é preciso antes determinar a qual variável as variantes pertencem. Ou seja, definir o que significa o passado imperfectivo no português. O passado imperfectivo é um valor semântico-discursivo que se caracteriza por expressar uma situação que apresenta as seguintes propriedades: i) anterior ao momento da enunciação; ii) concomitante a outra situação que se torna seu ponto de referência; e iii) apresenta-se como em andamento em relação ao ponto de referência (FREITAG, 2007).

Para desdobrar e compreender as noções semântico-discursivas envolvidas no passado imperfectivo, incursões no domínio funcional complexo tempo-aspecto-modalidade são necessárias. As seções a seguir discutem as noções de tempo, de aspecto e de modalidade – valores mais salientes no passado imperfectivo – a fim de delimitar a variável linguística. Porém, primeiramente,

2 A sigla refere-se à identificação da entrevista de onde foram coletadas as ocorrências. O *corpus* é constituído por 36 entrevistas de Florianópolis, uma das cidades do Banco de Dados do projeto VARSUL (Variação Linguística Urbana na Região Sul do Brasil), estratificadas quanto ao sexo, três faixas etárias e três faixas de escolarização. As duas primeiras letras referem-se ao estado (Santa Catarina), as três letras seguintes referem-se à cidade (Florianópolis) e o número é o número do informante. A sigla seguinte informa o sexo do falante (F para feminino e M para masculino), a faixa etária (J para 15 a 21 anos, A para 25 a 49 anos e B para mais de 50 anos) e o tempo de escolarização (P para 2 a 4 anos, G para 5 a 8 anos e C para 9 a 11 anos).

a discussão é encaminhada para a busca de um nicho no paradigma verbal do português onde as formas IMP e PPROG se inserem para expressar o passado imperfeito.

O paradigma verbal do português

Os verbos do português do Brasil, conforme aponta a Nomenclatura Gramatical Brasileira, quanto à formação, são classificados em simples e compostos. As gramáticas normativas da língua portuguesa posteriores à NGB consideram como formas compostas as locuções verbais constituídas pelos auxiliares *ter* e *haver*, seguidos pelo verbo principal no particípio (Quadro 1).

No modo indicativo, todos os tempos verbais têm forma composta, exceto o presente e o pretérito imperfeito, tempos que na forma simples entram na formação do pretérito perfeito e do mais-que-perfeito compostos, respectivamente.

O paradigma verbal delineado no quadro 1 está de acordo com o que apresentam as gramáticas normativas da língua. O paradigma verbal do vernáculo é diferente, e duas tendências, aparentemente conflitantes, parecem influenciar a sua constituição: a redução e a emergência de formas.³ As formas verbais compostas constituídas por construções de particípio não têm se mostrado produtivas atualmente. Nem mesmo a forma composta do pretérito mais-que-perfeito, que suplantou a forma simples, e que, por sua vez, vem perdendo forças em relação à forma de pretérito perfeito.

Quadro 1: Conjugações simples e compostas do modo indicativo, voz ativa

Presente		<i>simples</i>	amo
	Imperfeito	<i>simples</i>	amava
		<i>composto</i>	-
Pretérito	Perfeito	<i>simples</i>	amei
		<i>composto</i>	tenho amado
	mais-que-perfeito	<i>simples</i>	amara
		<i>composto</i>	tinha amado
Futuro	do presente	<i>simples</i>	amarei
		<i>composto</i>	terei amado
	do pretérito	<i>simples</i>	amaria
		<i>composto</i>	teria amado

3 Esta comparação toma por base os resultados obtidos nas análises do português falado em Florianópolis. Para mais detalhes, ver Gorski et al. (2002).

Por outro lado, construções de infinitivo e de gerúndio têm emergido.⁴ As construções de infinitivo selecionam o verbo auxiliar *ir* para expressar o futuro do presente do indicativo (*ir*PRES + *Vinfinitivo*), forma que já suplanta a forma simples: *Ele fará* → *Ele vai fazer*. As construções de gerúndio, bastante recorrentes na língua em uso atualmente, embora já constassem de gramáticas do século XVIII, não são contempladas pela classificação verbal da NGB.⁵ Destas, as mais produtivas são as formadas pelo auxiliar *estar*, no presente e no pretérito imperfeito.

As novas formas que surgem não são reconhecidas pelas gramáticas normativas como formas compostas. Alguns gramáticos as denominam de *locuções*, outros, *perífrases*. Locução, forma composta e perifrástica são termos que geram controvérsia, algumas vezes sendo usados como equivalentes. A locução verbal costuma designar construções formadas por dois ou mais verbos para exprimir um único fato verbal. O primeiro verbo é o auxiliar e o último é o principal, em uma das formas nominais (infinitivo, gerúndio ou particípio). Dentre as locuções verbais, as formadas pelos auxiliares *ter* e *haver* e verbo principal no particípio são rotuladas pelas gramáticas normativas como formas (ou conjugações) compostas. E as demais locuções seriam formas (ou conjugações) perifrásticas. Por convenção, denominem-se formas perifrásticas as construções com verbo auxiliar e forma nominal, não importando as prescrições da gramática normativa (*tinha amado* é uma perífrase, assim como *estava amando*).

4 Cardoso e Pereira (2003), Longo e Campos (2003), entre outros, fazem uma análise descritiva apresentando a emergência das construções de particípio e de gerúndio no domínio temporal e aspectual do português falado no Brasil.

5 Historicamente, outras locuções verbais, constituídas pelos auxiliares *ser* e *estar*, eram consideradas formas compostas, como atesta a gramática de Said Ali (1971), ou mais anteriormente, as tábuas de conjugação de Bacelar (1783) (cf. MENON, 2005). Hoje, as gramáticas normativas rotulam essas locuções como conjugações perifrásticas. De acordo com Viaro, a aversão às formas analíticas é resultado das imposições normativas (norma culta) e da escrita: “Sendo o latim clássico uma língua com maior sintetismo do que as românicas, concentrada mais em terminações casuais e desinências verbais do que na sintaxe, parece natural entender que os estudos sintáticos tenham sido vistos como um componente menor nos estudos gramaticais e linguísticos. Esse panorama epistemológico desenvolveu todo tipo de consequências. Por exemplo, as construções analíticas ou perifrásticas dos verbos não têm nome tradicional: construções como *estava fazendo* não dispõem de nome independente do Pretérito Imperfeito do Indicativo fazia. Além disso, novas construções e até mesmo alterações do sistema não são levadas em conta pela Gramática: quando se diz que cantarei está sendo substituído por vou cantar, falta um nome a esse “substituto” do Futuro do Presente do Indicativo.” (VIARO, 2003, p. 167)

Quadro 2: Paradigma verbal do português falado atual

Tempo verbal	Forma simples		Forma perifrástica	
			Canônica	Emergente
<i>Presente</i>		amo		estou amando
	<i>imperfeito</i>	amava		estava amando
<i>Pretérito</i>	<i>perfeito</i>	amei	tenho amado	estive amando
	<i>mais-que-perfeito</i>	amara	tinha amado	
<i>Futuro</i>	<i>do presente</i>	amarei	terei amado	vou amar
	<i>do pretérito</i>	amaria	teria amado	ia amar

O quadro 2 apresenta as formas simples e perifrásticas que constituem o paradigma verbal do português falado (modo indicativo), construído com base nos resultados das investigações de Gorski et al. (2002). As formas perifrásticas canônicas são as previstas nas gramáticas normativas, e que aparecem no quadro 1 com o rótulo de ‘formas compostas’. As formas perifrásticas emergentes são construções com verbo auxiliar e forma nominal que podem ser consideradas gramaticalizadas, no sentido de serem regulares, ou seja, constarem da gramática de usos do falante, do mesmo modo que as formas canônicas.

As formas do quadro 2 que estão taxadas – formas simples de pretérito mais-que-perfeito e de futuro do presente – são pouco produtivas, e podem ser consideradas em desuso no português atual.⁶ Diferentemente do espanhol, língua em cuja gramática tradicionalmente as formas verbais compostas têm valor temporal de anterioridade em relação às simples, no português não existe uma característica de uso que agrupe as formas simples e compostas. Tomem-se os dois tempos do passado que têm uma forma composta canônica, o pretérito perfeito e o mais-que-perfeito. Na oposição *fez/tem feito*, o pretérito perfeito simples tem uso relacionado à expressão de situações passadas vistas como um todo, já o pretérito perfeito composto parece ter uma nuance

6 O futuro do presente é um tempo verbal que está em declínio na fala de Florianópolis, contabilizando apenas 10 das 743 ocorrências de formas verbais que expressam futuridade (presente do indicativo, futuro do presente simples e composto, perífrase *ir + gerúndio*). Destas, três referem-se ao mesmo contexto de futuridade. E outra ocorrência é uma citação, um provérbio popular: *Porque dizem assim “Ah, me dizes com quem andas, que te direi quem és.”* (SC FLP FBG 16) (GIBBON, 2000, p. 72). No mesmo corpus não são encontradas ocorrências da forma simples do pretérito mais-que-perfeito (COAN, 1997).

relacionada à frequência e continuidade de situações passadas, que podem se estender ao momento da enunciação. Já no caso do mais-que-perfeito, o par *fizera/tinha feito*, pelo menos no plano das prescrições gramaticais, parece ter equivalência semântica (COAN, 1997), apesar de os usos da forma simples terem se deslocado para o plano da modalidade.

Com a entrada das construções emergentes, os critérios ficam mais difíceis de serem determinados. Há ainda que se considerar que formas verbais prototípicas de um dado domínio assumem funções prototípicas de outro domínio, como acontece com o presente do indicativo, que assume valores característicos do futuro do presente, e do pretérito perfeito, que assume valores característicos do pretérito mais-que-perfeito (CAMARA Jr., 1967; COAN, 1997). O passado imperfectivo é um domínio funcional que parece estar passando por uma transição entre formas, tal como ilustrado nos pares (1)-(2) e (3)-(4). Nas seções seguintes, são apresentadas e discutidas as noções de tempo, de aspecto e de modalidade envolvidas no domínio funcional do passado imperfectivo no português falado.

O domínio TAM

Domínio funcional é o escopo de atuação de uma dada função desempenhada por uma (ou mais) dada forma em uma dada língua. O termo domínio funcional foi postulado por Givón (1984), e costuma ser evocado frequentemente em estudos funcionalistas da língua. Hopper (1991, p. 22-23) define o termo como alguma área funcional (tempo, aspecto, modalidade, caso, referência) que frequentemente se torna gramaticalizada (no sentido de entrar na gramática da língua).

Tempo, aspecto e modalidade são domínios funcionais direta ou indiretamente ligados a verbos. A complexidade desses domínios funcionais decorre do fato de as categorias verbais serem elementos gramaticais fortemente dependentes do contexto e as fronteiras nem sempre serem claras e precisas, impossibilitando a dissociação de um domínio do outro. Não é o morfema IMP ou a construção PPROG que expressam o valor imperfectivo; o contexto determina a leitura, que considera também a atuação de adjuntos adverbiais, traços do próprio item lexical verbal ao qual o morfema (ou a construção) se associa, a extensão da situação, a configuração sintático-semântica da referência, entre outros fatores. A recorrência do arranjo dos traços pode vir a ser convencionalizada e associada à forma, via gramaticalização.

Na prática, é impossível dissociar os domínios funcionais do tempo, do aspecto e da modalidade. A expressão desses valores frequentemente se sobrepõe, pois uma mesma forma, seja item lexical ou gramatical, pode ser responsável pela codificação de tempo, aspecto ou modalidade, sem ser possível dissociar um domínio do outro. Observe-se o caso do IMP: de acordo com as gramáticas normativas da língua portuguesa, *-va* é a desinência modo-temporal de verbos regulares da 1ª conjugação; não é possível dizer que *-v-* é responsável pelo tempo e *-a* pelo modo. O conjunto é que assume valores de tempo, modo e aspecto, que interagem entre si. Por isso, por opção metodológica, os domínios funcionais costumam ser isolados, e, neste caso, os valores de IMP e PPROG são considerados individualmente no plano do tempo, do aspecto e da modalidade.

Tempo

Tradicionalmente, os estudos de categorias verbais costumam inspirar-se na proposta do lógico Hans Reichenbach (1947) para definir as relações temporais. Aplicações para o português podem ser observadas nos estudos de Corôa (2005), Ilari (1997), Gorski et al. (2002), entre outros. Para Reichenbach (1947), os tempos verbais são determinados pela ordenação do momento da situação em relação ao momento de referência e ao momento do ato de fala de um dado enunciado. Denomine-se momento da fala ao momento da enunciação. A partir da definição desse ponto, é possível estabelecer três relações temporais básicas: antes do momento de fala, simultâneo ao momento da fala e posterior ao momento da fala. A fixação de apenas um momento fornece somente três relações temporais. Na proposta de Reichenbach, a expressão do tempo verbal está relacionada a mais dois parâmetros, cujas posições podem ser determinadas a partir do momento da fala: o momento da situação e o momento da referência. O momento da situação é o momento em que a situação ocorre; o momento da referência é um momento que serve como parâmetro – uma referência temporal – para determinar o momento da situação, estabelecido em relação momento da fala. Quando não há referência temporal contextualmente explícita, o momento da fala torna-se o momento da referência. A teoria de Reichenbach (1947) foi proposta com base na língua inglesa e considera o arranjo de três momentos na linha temporal. O inglês não tem distinção entre o valor temporal de pretérito perfeito e de IMP do português: ambas as formas são equivalentes ao *simple past*. A fórmula temporal para o *simple*

past é $S, R < F$. Porém, Reichenbach estende sua análise ao francês e discute a diferença entre *passé défini* e *imparfait*, oposição que pode ser considerada equivalente ao pretérito perfeito e o IMP no português. Para captar a distinção, Reichenbach incorpora ao seu sistema a noção de tempo estendido, de forma que no *imparfait* (e também no IMP), S não denota um momento, mas um intervalo temporal. A adoção do conceito de intervalo (MATEUS et al., 1983) soluciona o problema dos tempos estendidos de Reichenbach (1947). A inclusão da noção de tempo estendido à teoria de Reichenbach indica, ainda que implicitamente, que o aspecto é um valor significativo na distinção entre o pretérito perfeito e o IMP, uma vez que o contraste entre momento e intervalo tem relação com a percepção da constituição interna da situação. Gorski et al. (2002, p. 226) apresentam outra ordenação para os momentos de Reichenbach, diferenciando no plano temporal o pretérito perfeito ($S < R, F$) do IMP ($S, R < F$). Assim, considerando a noção de intervalo, temporalmente, IMP e PPROG expressam um *intervalo temporal anterior ao momento da fala simultâneo ao momento/ intervalo de referência*, cuja esquematização é $S, R < F$.

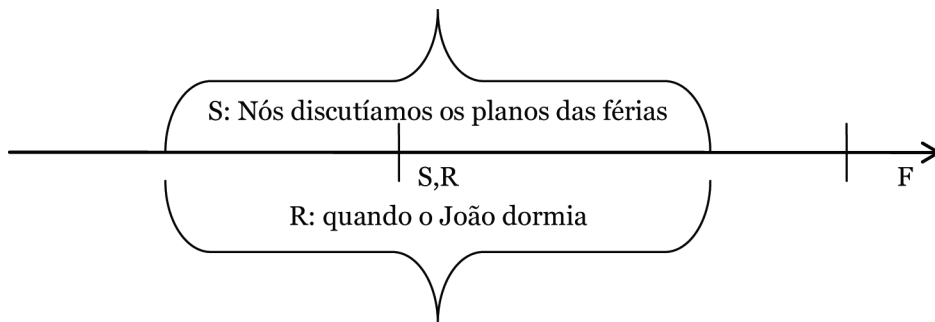
O valor de anterioridade ao momento de fala é facilmente verificável. Porém, a simultaneidade e a referência nem sempre são evidentes como o caráter temporal de anterioridade. Na literatura, o passado progressivo costuma ser associado à expressão temporal de simultaneidade, ou coincidência, com uma referência passada. A noção de simultaneidade/coincidência, no entanto, não é a mais apropriada para expressar a relação temporal entre a situação e a referência. Uma situação é simultânea a outra quando ocorrem ao mesmo tempo. Brucart (2003, p. 8) apresenta uma explicação didática para mostrar que o passado imperfectivo não é simultâneo. Tome-se (5):

- (5) Luis e María coincidieron en el cine. ('Luís e Maria coincidiram no cinema')

O verbo *coincidir* indica que houve algum momento ou intervalo de tempo em que Luis e María estiveram juntos no cinema, e só. Não significa que a estada de Luis no cinema tenha durado exatamente o mesmo que a estada de María, de modo que não podemos inferir se ambos chegaram juntos ao cinema ou o deixaram ao mesmo tempo. A mesma explicação vale para a noção de simultaneidade/coincidência do passado imperfectivo, que é mais adequadamente expressa pelo termo *sobreposição temporal*. Há três tipos de sobreposição,

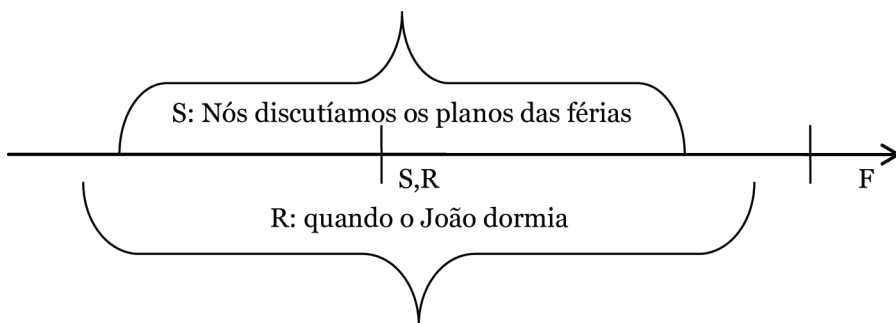
que, em termos de simultaneidade, podem ser definidos do seguinte modo: simultaneidade *absoluta*, simultaneidade na perspectiva da *situação* e simultaneidade na perspectiva da *referência*.

Figura 1: Relação de simultaneidade absoluta



A sobreposição temporal com simultaneidade absoluta, diagramada na figura 1, ocorre quando o intervalo/momento da situação é exatamente da mesma extensão do intervalo/momento da referência. Linguisticamente, a simultaneidade absoluta pode ser marcada pelo conector temporal “enquanto”: *Nós discutíamos os planos de férias enquanto o João dormia*.

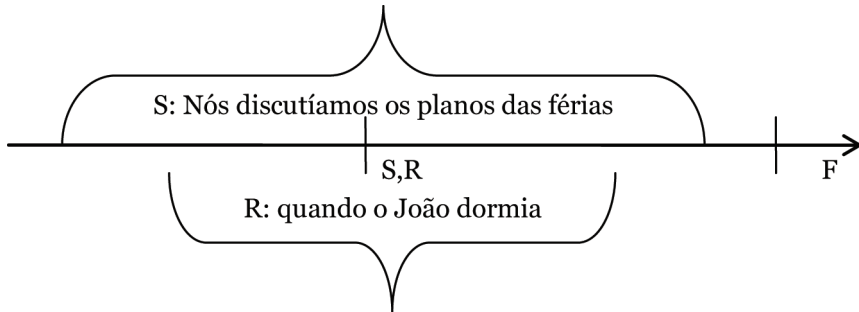
Figura 2: Relação de simultaneidade do ponto de vista da situação



A sobreposição temporal com simultaneidade na perspectiva da situação, diagramada na figura 2, ocorre quando o intervalo/momento da situação é menor do que o intervalo/momento de referência, ou parcialmente recoberto pelo intervalo de referência. A situação é vista como simultânea porque por

toda sua duração há sobreposição com o intervalo/momento de referência; já o mesmo não pode ser dito da perspectiva da referência: a situação tem duração menor do que a referência. E a sobreposição temporal com simultaneidade na perspectiva da referência, diagramada na figura 3, ocorre quando o intervalo/momento da referência é menor do que o intervalo da situação.

Figura 3: Relação de simultaneidade do ponto de vista da referência



Para o passado imperfeito, do ponto de vista *temporal*, qualquer sobreposição entre o intervalo ou momento da situação e o intervalo ou momento da referência são consideradas como *simultaneidade*. Entretanto, o tipo de sobreposição esperado como mais frequente na expressão do passado imperfeito é o de sobreposição temporal na perspectiva da referência, que trava forte relação com a expressão da imperfectividade, como será visto na seção relativa ao aspecto. Porém, enquanto o passado imperfeito é relacionado à expressão de situações durativas, a referência pode ser classificada quanto à sua extensão, se intervalo ou se momento. Quando a referência for considerada intervalo, ou seja, a situação é vista temporalmente como estendida, necessariamente será codificada pelo passado imperfeito no português (a forma de pretérito perfeito apresenta dimensão temporal da situação como fechada, pontual, perfectiva).

A noção de ‘referência’ nas teorias de tempo verbal costuma ser polissêmica, levando à ambiguidade. Para evitar confusões terminológicas, o termo ‘referência/referente temporal’ considera o componente do contexto ativado no ato da enunciação. ‘Referência temporal’ é diferente de ‘ponto de referência’, uma coordenada temporal em função da qual se definem os valores temporal e aspectual de um enunciado. O ponto de referência pode coincidir com o momento da fala, como em (6) ou ser diferente, como em (7) e (8).

- (6) A Maria está em casa.
- (7) A Maria estava em casa quando eu cheguei.
- (8) A Maria já tinha saído quando eu cheguei.

Em (6), o ponto de referência pode ser parafraseado como “no momento em que estou enunciando essa frase” *A Maria está em casa*, ou seja, o ponto de referência coincide com o momento de fala. Já em (7) e (8), o ponto de referência pode ser parafraseado por “ontem”, “na segunda-feira”, “dia 22/02/2002”, ou seja, um ponto de referência anterior ao momento da fala.

Em um enunciado como *Ontem fui ao cinema*, a referência temporal é o dia anterior ao dia em que a frase foi enunciada, e o ponto de referência é o momento de fala, o momento da enunciação. Em *Ontem Maria estava em casa*, a referência temporal é também o dia anterior ao que a frase foi enunciada, porém o ponto de referência é o intervalo de referência recoberto pelo adjunto adverbial *ontem*, ou seja, o ponto de referência também é passado.

O passado imperfeito é um tempo de referência passada que toma como ponto de referência outra situação concomitante, nos termos de Reichenbach (1947). Vejam-se as explorações de alguns autores sobre a questão. Ikeda (1992) salienta que o pretérito imperfeito não se refere a um processo “passado”, mas marca a coincidência entre uma situação e um ponto de referência que é passado, ou seja, anterior ao momento de fala, o que faz com que o pretérito imperfeito presentifique a situação em relação a uma referência passada, ao mesmo tempo em que o especifica, processo que é denominado de *ancoragem do IMP em um ponto de referência*. O ponto de referência pode ser comum a vários pretéritos imperfeitos se eles se referirem a situações presentificáveis em relação a um só ponto de referência.

Campos et al. (1993), baseados em Comrie (1985, p. 58), interpretam o passado imperfeito como um tempo relativo, “porque indica que o ponto de referência para a localização da situação/evento por ele expresso é um ponto dado pelo contexto, não necessariamente o momento presente” (CAMPOS et al., 1993, p. 49). Ao tratar do *imparfait* francês e do *past progressive* inglês, Molendijk (2005) conclui que ambas as formas expressam simultaneidade em relação a uma referência anterior ao momento de fala. O mesmo diz Bonomi (1998) acerca do *imperfetto* e da *perifrasi progressiva* no italiano. A análise

dos autores acima converge nos seguintes pontos: i) o passado imperfeito precisa de um ponto de referência; e ii) nem sempre o ponto de referência está explícito, muitas vezes sendo dado pelo contexto.

A necessidade de contexto para o estabelecimento do ponto de referência do passado imperfeito é ressaltada por Matos (1996), para quem o pretérito imperfeito estabelece uma associação com um ponto de referência que precisa ser identificado a partir do contexto situacional ou linguístico. Considerando a necessidade intrínseca de um ponto de referência ao passado imperfeito, cabe um questionamento essencial para a definição da variável: o ponto de referência é uma categoria propriamente ou é um sub-componente das categorias de tempo, aspecto e modalidade?

Em termos de economia descritiva, é pertinente considerar a referência como uma categoria, possivelmente não no mesmo nível hierárquico do que as categorias de tempo, aspecto e modalidade, já que nem sempre se manifesta por meio de uma forma específica. Porém, há que se considerar que o conceito de *ponto de referência* já vem embutido no pacote teórico de Reichenbach (1947), ou seja, ao optar por esse modelo para discutir a categoria tempo verbal, a noção de ponto de referência como componente do tempo verbal é assumida. Como apresentado na seção a seguir, o ponto de referência também é adotado para a definição dos valores aspectuais do passado imperfeito (GODOI, 1992).

Resumindo, temporalmente, o passado imperfeito é caracterizado pela relação de anterioridade do intervalo da situação ao momento de fala, com a concomitância a um ponto de referência. O modelo de estruturação dos tempos verbais de Reichenbach (1947), requisitado para explicar a relação temporal estabelecida pelo passado imperfeito, também pode ser usado para explicar as relações aspectuais da função: i) na categoria tempo a relação estabelecida entre o momento/intervalo da situação e momento de fala é de *ordenação* (ou seja, o passado imperfeito é caracterizado pela anterioridade do intervalo da situação ao momento de fala) e de *sobreposição* (ou seja, o passado imperfeito expressa uma situação que se sobrepõe ao ponto de referência); ii) na categoria aspecto, discutida na seção a seguir, a relação é de *inclusão*, ou seja, o passado imperfeito é caracterizado pela inclusão do ponto de referência no intervalo da situação, com a consequente sobreposição entre situação e ponto de referência. Em suma, temporalmente, o passado imperfeito é um tempo relativo (ou relativo-absoluto, na definição de

Comrie (1985)) cujo ponto de referência trava relação de sobreposição com a situação e é anterior ao momento de fala.

Aspecto

Enquanto a categoria gramatical tempo é responsável pela constituição temporal externa, uma vez que estabelece relações com o momento de fala e pontos de referência, a categoria gramatical *aspecto* costuma designar os diferentes modos de perceber a constituição temporal *interna* de uma situação (COMRIE, 1976). A marcação de aspecto pode ser considerada como uma escolha estilística, uma vez que o falante opta por marcar ou não o seu enunciado aspectualmente de acordo com a importância que ele atribui à chamada de atenção do ouvinte para a temporalidade interna (BORBA COSTA, 1990).

Quanto à expressão, o aspecto não é marcado exclusivamente por um elemento gramatical. Existem diferentes tipos de manifestação do aspecto. Há o aspecto inerente ao verbo; há o aspecto codificado pela morfologia verbal e, ainda, o aspecto codificado pelos modificadores adverbiais, todos interagindo entre si e resultando no aspecto da situação. Uma consideração a ser feita é que não há consenso também da existência de aspecto como uma categoria em todas as línguas. As línguas eslavas têm uma categoria aspectual, já que possuem oposição binária aspecto marcado/não-marcado no próprio paradigma verbal. Já as línguas românicas não teriam a categoria aspecto porque não há oposição binária no paradigma verbal. Ilari (1997, p. 38), entretanto, reconhece no português uma categoria aspectual, relacionada à expressão da duração, que se manifesta na oposição pretérito perfeito/preterito imperfeito.

O aspecto perfectivo é caracterizado pela perspectiva global da situação, que é expressa fechada, formando uma unidade ou conjunto, cuja constituição interna não interessa referir ou especificar. Já o aspecto imperfeito expressa diferentes nuances da temporalidade interna: que se desenrola (cursivo), ou selecionando fases do tempo interno (inicial, medial, final), ou expressando estados resultativos, dentre outras possibilidades. O aspecto imperfeito não identifica os pontos inicial ou final da situação, mas focaliza o seu desenvolvimento, em contraponto ao perfectivo, que enfatiza os pontos inicial ou final. E a escolha por uma marcação aspectual é influenciada pelo relevo à situação dado pelo falante.

- (9) Eu lembro, eu, durante o período que *estudava*, hoje no local onde é a Imprensa Oficial do Estado, não na Imprensa Oficial, mas onde tem doze salas de aula do Colégio, foram construídas na época do Governador Esperidião Amin, um prédio de dois pavimentos, ali nós tínhamos a nossa horta da Escola. (SC FLP MBC 21)

Independentemente do morfema verbal, o verbo *estudar* codifica uma situação que tem extensão temporal; é o aspecto inerente ao verbo. Em (9), uma pista contextual indica que a situação de *estudar* é acabada em relação ao momento de fala: o verbo *lembrar* (só é possível lembrar de algo que está concluído, acabado). No caso, o falante optou reforçar o relevo ao caráter durativo da situação de *estudar*, já desencadeado pelo adverbial *durante*. Mas o falante também poderia ter escolhido o pretérito perfeito, enfatizando o caráter terminativo da situação, como em (10).

- (10) Eu lembro, eu, durante o período que *estudei*, hoje no local onde é a Imprensa Oficial do Estado, não na Imprensa Oficial, mas onde tem doze salas de aula do Colégio, foram construídas na época do Governador Esperidião Amin, um prédio de dois pavimentos, ali nós tínhamos a nossa horta da Escola.

A escolha da perspectiva sob a qual a situação é apresentada é uma questão estilística do falante, negociada na situação comunicativa. Há casos em que o falante não tem clareza sobre qual a melhor perspectiva para apresentar uma situação, como em (11), em que a falante demonstra dúvida sobre qual propriedade aspectual deveria ser atribuída a *ser pobre*.

- (11) Bom, da minha mãe eu não tenho que dizer nada, né? porque ela toda vida assim me tratou muito bem, me deu muito carinho, tudo o que ela pôde me dar, apesar que a gente *era* toda vida *foi* pobre. (SC FLP FAP 03)

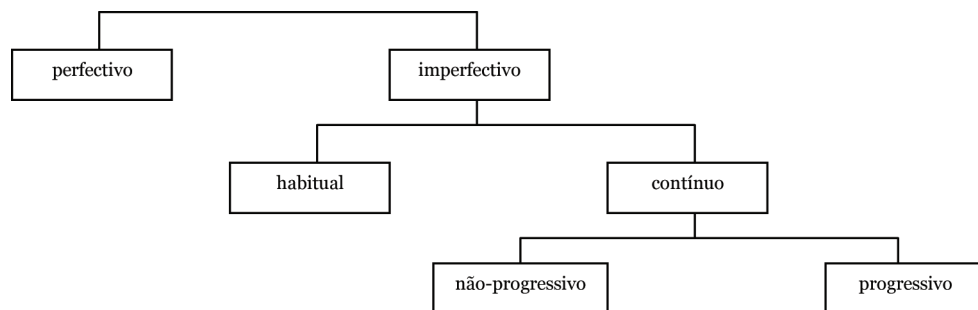
A escolha por *foi*, forma de pretérito perfeito, expressando aspecto perfectivo, enfatiza a delimitação temporal da propriedade; já o uso de *era*, forma de pretérito imperfeito, expressando aspecto imperfectivo, ressalta a extensão da propriedade na estrutura temporal. A propriedade *ser pobre* necessita de uma delimitação temporal (que não pode ser inferida somente a

partir do excerto) para determinar se a situação é acabada ou inacabada. O uso do perfectivo ou do imperfeito não interfere no aspecto acabado/inacabado da situação: *a gente foi pobre (e continua sendo)*; *a gente era pobre (e continua sendo)* ou *a gente foi pobre (e agora não é mais)*; *a gente era pobre (e agora não é mais)*. A associação entre imperfeição e aspecto inacabado e perfectividade e aspecto acabado nem sempre é verdadeira.

Assim, pretérito perfeito e imperfeito são formas verbais que podem codificar passado perfectivo e imperfeito, respectivamente. Assim como a conceituação da categoria aspecto é controversa, também o é a classificação da dimensão imperfeita. Considerando os contextos de uso do passado imperfeito, são analisadas três propostas de classificação aspectual, para ao final chegar-se a uma proposta de classificação que dê conta dos dados sob análise. A primeira proposta é a classificação hierárquica de Comrie (1976), que trata do sentido aspectual mais específico do imperfeito, o progressivo, ao sentido mais amplo, o imperfeito genérico. A segunda proposta é a sistematização de Wachowicz (2003), que adapta a classificação de Castilho (2003) para recobrir as nuances aspectuais das construções com *estar + Vndo*. E a terceira é a proposta de Bertinetto, Ebert e De Groot (2000), que lidam com a noção de perspectivização.

Para Comrie (1976), o aspecto imperfeito contrasta com o perfectivo. Uma situação imperfeita é aquela em andamento em relação a um ponto de referência específico, seja presente ou passado. O imperfeito também é uma característica de um período de tempo que inclui o ponto de referência, como uma situação habitual. É usado em situações de fundo, ao contrário do perfectivo, que codifica situações de figura (sequências de eventos). O imperfeito é o sentido mais geral e mais abstrato da aspectualidade.

Figura 4: Classificação da oposição aspectual (COMRIE, 1976, p. 24-25)



O aspecto habitual recobre uma situação sistematicamente repetida em diferentes ocasiões, presente, passado, ou ambos. A habitualidade pode, ainda, se desdobrar em aspecto iterativo e frequentativo. O aspecto iterativo codifica uma situação que é repetida em uma ocasião específica. Este tipo de aspecto tem restrições lexicais. Já o aspecto frequentativo abarca o sentido habitual, mas especifica a frequência da ação durante o período de tempo.

Uma situação que manifesta aspecto contínuo, seja dinâmica ou estática, caracteriza-se por estar em andamento em relação ao ponto de referência. Já o progressivo codifica uma situação em andamento em relação ao ponto de referência em predicados dinâmicos. A própria posição ocupada na classificação aspectual de Comrie (1976), na figura 4, evidencia que o progressivo é o sentido aspectual mais específico.

O rótulo ‘imperfectivo genérico’, utilizado por Torres Cacoullós (2001), é determinado pelas relações de dominância estabelecidas na proposta de classificação aspectual de Comrie (1976), e pode recobrir qualquer um dos valores aspectuais do imperfectivo. Em caso de ambiguidade entre os valores habitual e contínuo, o único consenso é que se trata de um valor aspectual imperfectivo, daí o rótulo ‘imperfectivo genérico’.

Com base em Castilho (2003) e Verkuyl (1993), a classificação aspectual de Wachowicz (2003) pode ser considerada composicional, em que o aspecto de uma situação é o resultado final decorrente da interação entre o aspecto inerente do verbo, o objeto do verbo, o tipo de complemento adverbial e, por fim, o contexto. A classificação de Wachowicz foi proposta para construções do português formadas por *estar + Vndo*.

Fundamentada ainda nas constatações de Godoi (1992), a autora afirma que a forma do PPROG e a do IMP estão co-ocorrendo com a mesma função semântica no português (WACHOWICZ, 2003, p. 214), portanto, a sua proposta de classificação aspectual também deve dar conta dos dados de passado imperfectivo. Wachowicz toma como ponto de partida a classificação de Castilho (2003) e propõe a classificação do quadro 3.

Quadro 3: Classificação aspectual (WACHOWICZ, 2003, p. 5)

Valores aspectuais/exemplos				
Estados de coisas	<i>Permansivo</i>	<i>A árvore está vivendo</i>		
	<i>Operativo</i>	Critério quantitativo	Episódico	<i>João está plantando uma árvore</i>
			Iterativo	<i>João está plantando três árvores</i>
		Critério qualitativo	Habitual	<i>João está plantando árvores</i>
			Perfectivo	<i>João plantou uma árvore</i>
	Imperfectivo	<i>João está plantando uma árvore</i>		
<i>Resultativo</i>	<i>João pôs-se a plantar árvores</i>			

Na classificação proposta por Wachovicz, os valores aspectuais estão pautados em três estados de coisas: *permansivo*, *operativo* e *resultativo*: o estado permansivo não muda no tempo, sendo incontável; o operativo é um estado de coisas que muda no tempo, podendo ser contado; e o resultativo é um estado de coisas que foca o resultado da ação, e não nela própria. O estado de coisas permansivo é homogêneo e contínuo dentro da estrutura temporal, é um estado de coisas que ‘permanece’ no tempo. O estado de coisas operativo é subcategorizado em dois critérios: o da qualidade (*imperfectivo* e *perfectivo*) e o da quantidade (*episódico*, *habitual* e *iterativo*). Esses critérios não são excludentes, pois *João plantou uma árvore* pode ter leitura episódica e perfectiva.

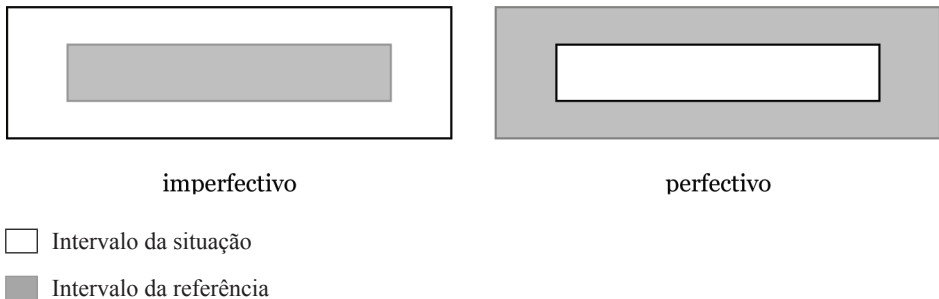
O subcritério qualitativo do estado operativo pode ser visto como a relação entre a situação e os pontos extremos da estrutura temporal. O perfectivo é o aspecto que tem os pontos extremos da estrutura temporal envolvidos na leitura aspectual; já o imperfectivo, não, ou seja, não se interpretam os pontos inicial e final da estrutura temporal. Porém, o fato de os pontos extremos da estrutura temporal não serem delimitados não significa que o imperfectivo não tenha determinação. A linguagem formal da teoria dos conjuntos permite melhor compreender a relação entre a situação e o intervalo da estrutura temporal (ponto de referência) que culminam na interpretação imperfectiva.⁷

Para que um conjunto, ou ponto de referência, não tenha seus pontos extremos interpretados é preciso estar contido totalmente em outro, que tem os pontos extremos interpretados. Ou seja, um intervalo de tempo deve estar

7 Não se trata de uma discussão formal acerca do aspecto imperfectivo. Os pressupostos da semântica formal são utilizados para compor a relação estabelecida entre situação e referência que determina a leitura aspectual qualitativa (GODOI, 1992; JOHNSON, 1981; LONGO; CAMPOS, 2003; WACHOWICZ, 2003).

totalmente contido em outro. Se denominarmos o primeiro intervalo de *momento da situação* (S) e ao segundo, de *ponto de referência* (R), podemos operar com os conceitos de Reichenbach (1947), já requisitados na categoria tempo, de acordo com as propostas de Johnson (1981) e de Godoi (1992). Segundo Godoi, se existe um ponto de referência e um momento da situação, a relação entre eles determina a leitura aspectual. Assim, o perfectivo é uma relação de inclusão do momento da situação no ponto de referência, cuja formulação é $S \dot{\subset} R$, em que a situação, contraposta à referência, tem extremidades, é vista como fechada. Já o imperfectivo é uma relação de inclusão do ponto de referência no momento da situação, cuja formulação é $R \dot{\subset} S$, em que a situação, contraposta à referência, não tem extremidades, é vista como aberta. As relações entre situação e referência para a perspectiva qualitativa do aspecto estão esquematizadas na figura 5.

Figura 5: Esquema básico das relações aspectuais na perspectiva qualitativa (GODOI, 1992)



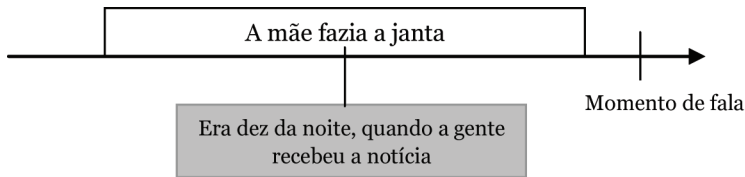
Para entender melhor as relações entre referência e situação, observe-se a esquematização de (12): a situação, expressando passado imperfectivo, é *a mãe fazia a janta*, e há duas informações textuais que determinam a referência temporal: *era dez da noite* e *quando a gente recebeu a notícia que ele se acidentou*.

(12) Era dez da noite, a mãe *fazia* a janta, quando a gente recebeu a notícia que ele se acidentou. (SC FLP MBC 23)

O esquema da relação entre a situação e a referência de (12) (figura 6) deve ser entendido da seguinte maneira: i) o eixo de orientação temporal é a seta horizontal; ii) a situação é apresentada como em andamento, estendida

(o retângulo branco); iii) a referência é apresentada de modo pontual (o traço perpendicular ao eixo de orientação temporal, que marca o ponto de intersecção entre a situação e a referência).

Figura 6: Esquema da relação situação-referência de (12)



A situação de *fazer a janta* tem, obviamente, um início e um fim. Porém, contraposta à referência, a situação é vista como em andamento, sem comprometimento com a indicação de início ou fim. É preciso ficar claro que a noção de situação em andamento não é marcada exclusivamente pela forma verbal de passado imperfeito. A noção de aspecto adotada é composicional, portanto fatores de outra natureza interagem na determinação do aspecto de uma situação. Retomando, o subcritério qualitativo do aspecto é determinado pela relação entre a situação e a referência. Enquanto na categoria tempo, a relação é de ordenação e sobreposição – o passado imperfeito caracteriza-se pela anterioridade ao momento de fala e sobreposição entre o momento da situação e o ponto de referência –, na categoria aspecto a relação é de inclusão – o passado imperfeito é caracterizado pela inclusão do ponto de referência no momento da situação.

Ainda de acordo com a proposta de Wachowicz (2003), o subcritério quantitativo do estado de coisas operativo refere-se à quantidade de vezes que uma situação ocorre no intervalo da estrutura temporal. A ocorrência de uma situação uma única vez no intervalo da estrutura temporal caracteriza a leitura *episódica*. Já a ocorrência de uma situação mais de uma vez dentro da estrutura temporal pode ser *iterativa*, se a estrutura temporal for determinada, ou *habitual*, se a estrutura temporal for indeterminada.

Quadro 4: Esquema básico das relações aspectuais na perspectiva quantitativa

Recorrência da situação	Intervalo da estrutura temporal	
	Determinado	Indeterminado
Uma vez	<i>Episódica</i>	
Mais de uma vez	<i>Iterativa</i>	<i>Habitual</i>

Castilho (2003) chama de *semelfactivo* e *iterativo* os aspectos operativos qualitativos (ver quadro 3); a distinção entre iterativo e habitual é feita por Wachowicz (2003), embora o autor faça distinção entre iterativo determinado e indeterminado. Quanto ao critério qualitativo, Castilho (2003) subespecifica o imperfectivo em *inceptivo* (duração em que se destacam os momentos iniciais), *cursivo* (situação em pleno curso, sem referência às fases final ou inicial) e *terminativo* (assinala os momentos finais da duração). Se, na perspectiva qualitativa, o imperfectivo é caracterizado pela relação de inclusão do ponto de referência no momento da situação, parece incompatível pensar em recorrência da situação (perspectiva qualitativa do aspecto, quadro 3) em situações imperfectivas cursivas. Ou seja, se uma situação é imperfectiva cursiva, só pode ocorrer uma única vez, logo, tem que ser *episódica/semelfactiva*.

- (13) Setenta e três. Foi campeão pelo Figueirense. E era Figueirense fanático e do Flamengo. Quando o Flamengo perdia, ele *quebrava* o rádio. (SC FLP MAC 19)
- (14) Antigamente, o ônibus que passa por aqui, o caminho pra ir para os Ingleses é um caminho que vem, era mais pra dentro assim, né? é antes do asfalto. Isso é depois que abriu aquele asfalto ali, porque, né? E é, e era morro. Mas aí depois começaram, né? fizeram aquele asfalto tudo ali tiraram o morro completo ali. Mas era um morro assim bem alto mesmo que no dia de chuva o ônibus *quebrava*, né? que era muita lama, que ainda não era calçado. Então a gente perdia tempo à beça esperando que viesse outro ônibus. O ônibus *quebrava* toda hora, toda hora. Mas era a maior dificuldade, sabe? pra gente se locomover de ônibus. (SC FLP MAC 18)

Retomando (12), a situação de *fazer a janta* tem leitura episódica/semelfactiva, pois o intervalo da estrutura temporal é determinado e a situação ocorreu uma única vez. Em (14), a leitura aspectual da situação de *quebrar o ônibus* é habitual, pois ocorre mais de uma vez, em um intervalo de tempo indeterminado. Já a situação de (13) é aspectualmente ambígua. Pode-se imaginar um contexto tal que o Flamengo perdesse recorrentemente durante o Campeonato Brasileiro de 2006 e o sujeito quebrasse o rádio na mesma frequência, teríamos aspecto imperfectivo *iterativo*. Mas, em um contexto tal que se a

crise do Flamengo fosse permanente (ou seja, o Flamengo é um time ruim mesmo), o aspecto da situação poderia ser considerado imperfeito *habitual*.

O aspecto semelfactivo/episódico, dentro da dimensão imperfeita, pode ser visto como progressivo. Bertinetto (2000) esclarece que o termo ‘progressivo’ é polissêmico, na medida em que recobre uma noção semântica (aspectual) e uma manifestação formal (morfossintática). Enquanto em línguas como o inglês existe uma forma específica e uma relação regular entre forma e função para expressar esse valor aspectual, nas línguas românicas o progressivo não necessariamente converge em um padrão morfossintático especializado, gerando polissemias e superposição de formas para a expressão de um mesmo valor semântico. De acordo com a classificação hierárquica de Comrie (1976), o progressivo é o sentido aspectual mais específico, que alimenta as generalizações para os demais valores do domínio aspectual imperfeito, até ao sentido mais genérico, o *imperfeito genérico* (TORRES CACOULOS, 2001).

Bertinetto, Ebert e De Groot (2000) consideram que há distinção entre dois tipos de progressividade: o *progressivo focalizado* e o *progressivo durativo*, ou multifocal. No primeiro, a situação é vista em seu desenvolvimento a partir de um único ponto temporal (ponto de referência momentâneo), denominado “ponto de focalização”, enquanto no segundo, a situação é avaliada em relação a um ponto de referência do tipo intervalo (sucessão de “pontos de focalização”) ou ainda uma focalização pontual que denota a ideia de duração, como uma situação incidente. O progressivo focalizado é o progressivo “puro”, o sentido aspectual mais estrito.

O português parece ser um campo fértil para a análise de um problema – a variação entre IMP e PPROG para expressar passado imperfeito – que tem sido alvo de estudos, especialmente no plano translinguístico. Bertinetto (2000) toma os dados do projeto EUROTYP⁸ para comparar o progressivo nas línguas românicas, em oposição ao progressivo no inglês. Nas línguas românicas, PPROG pode ser empregado, salvo poucas exceções, somente em casos de focalização estrita, em que o falante está concentrado na situação que está em andamento em relação a um ponto temporal específico (*progressivo focalizado*):

8 O projeto EUROTYP (Typology of Languages of Europe) se propõe ao estudo de regularidades, padrões e limites de variação em nove áreas temáticas, por meio de coleta de dados com questionários aplicados a falantes de cada grupo linguístico da Europa. O grupo 6 trata das relações de tempo e aspecto (DÄHL, 2000).

- (15) PRQ:3: /Last night at 8 o'clock/ When John came, Ann still WORK. (BERTINETTO, 2000)

Catalão: quan en Joan va venir [PRET], l'Anna encara *estava treballant*. [P PROG]
 Francês: quand Jean est arrivé [COMP. PAST], Anne *travaillait*. [IMP] encore
 Italiano: quando Gianni è arrivato [COMP. PAST], Anna *stava ancora lavorando*. [P PROG]
 Português: quando o João chegou [PRET], a Ana ainda *estava a trabalhar*. [P PROG]
 Romeno: când a venit [COMP. PAST] Jon, Ana încă *lucra*. [IMP]
 Espanhol: cuando Juan llegó [PRET], Ana todavía *estaba trabajando*. [P PROG]
 Inglês: when John came, Ann *was still working*. [P PROG]

- (16) PRQ:32: /The pardon arrived/ just when the captain GIVE the sign/to the firing squad/. (BERTINETTO, 2000)

Catalão: justament mentre el capità *estava fent* [P PROG] el senyal ...
 Francês: justement au moment où le capitain *donnait* [IMP] le signal ...
 Italiano: proprio mentre il capitano *stava dando* [P PROG] il segnale ...
 Português: exactamente enquanto o capitão *estava a dar* [P PROG] o sinal ...
 Romeno: exact în timp ce *ca%pitanul da%dea* [IMP] semnalul ...
 Espanhol: justo cuando el capitán *estaba dando* [P PROG] la orden ...
 Inglês: just while the captain *was giving* [P PROG] the sign ...

De acordo com os dados do EUROTYP, em (16) e (17), PPROG é a forma predominante na realização de aspecto progressivo focalizado, com exceção do romeno e do francês, que aceitam IMP. Quanto ao português, Bertinnetto salienta que a amostra do EUROTYP recobre a variedade de Portugal, onde é mais frequente a construção de verbo auxiliar estático e a forma de infinitivo, ao contrário do Brasil, em que a forma de gerúndio é predominante. Entretanto, o uso de IMP para a PRQ:32, “exatamente enquanto o capitão *dava* o sinal...” parece ser verificável na amostra do VARSUL, como em (12), e também em (17).

- (17) E tu já viste algum acidente em outro lugar?
 F Já. Não faz nem um mês que eu fui lá no Shopping Itaguaçu, fui eu, meu namorado e a mãe dele. Daí a gente não ficou nem cinco minutos no shopping. Aí na porta a gente viu um monte de gente assim, polícia parada, o corpo de bombeiros, ambulância. Daí a gente parou o carro e atravessou pra ver o que era, né? Tava pegando a Via Expressa, perto do Angeloni. Daí quando a gente viu era um Tempra Turbo capotado,

e a moça tinha ido para o hospital, era uma moça e um moço, né? Daí a moça tinha ido para o hospital e o cara morreu. Daí a gente, a hora que a gente *estava olhando*, eles *tiravam* o cara morto ainda. (SC FLP FGJ 06)

Em (17) – uma narrativa de experiencição de acidente –, a informação temporal “a hora que a gente estava olhando” obviamente não se refere a uma hora, composta por sessenta minutos. Trata-se de uma fração mínima de tempo, o tempo de um olhar (*estava olhando*), um instante. O excerto apresenta o uso das duas formas – IMP e PPROG – para expressar o mesmo valor aspectual, o de progressivo focalizado. Mas, como argumentam Bertinetto, Ebert e De Groot (2000), o uso de PPROG não é restrito apenas aos contextos de interpretação puramente focada. Na amostra EUROTYP são observadas – embora predominantemente na presença de adjuntos adverbiais durativos – situações que são concebidas como em desenvolvimento sobre uma extensão temporal, ainda que o intervalo seja específico, configurando o uso de PPROG durativo, como em (18).

(18) PRQ:51: /Moment by moment/ the policeman TAKE NOTES of what the speaker said. (BERTINETTO, 2000)

Catalão:	el policia <i>estava prenent nota</i> [PPROG] del que deia l’orador.
Francês:	le policier <i>notait</i> [IMP] ce que l’orateur disait.
Italiano:	il poliziotto <i>prendeva nota</i> [IMP] di ciò che diceva l’oratore.
Português:	o policia <i>estava a tomar notas</i> [PPROG] do que o falante disse.
Romeno:	<i>polit\$istul nota</i> [IMP] ce spunea vorbitorul.
Espanhol:	el policia <i>anotaba</i> [IMP] lo que decía el que hablaba.
Inglês:	the policeman <i>was taking notes</i> [PPROG] of what the speaker said.

Nesse uso “menos específico”, nos termos de Squartini (1998), a expressão de progressividade durativa se alterna entre as formas IMP e PPROG, com mais versatilidade: além do romeno e do francês, italiano e espanhol preferem a forma IMP para expressar o valor aspectual progressivo durativo. Quanto ao português, pelo menos na variedade contemplada pela amostra do VARSUL, também é possível intercambiar com IMP para expressar o valor de progressivo durativo:

- (19) Então, hoje, assim, também não escuto sempre mas, de repente eu liguei a televisão, ele *estava falando*. (SC FLP FAC 11)

De acordo com Bertinetto (2000), o progressivo nas línguas românicas ibéricas preserva possibilidades de realização dos valores aspectuais que são barradas no seu cognato italiano, como (20).

- (20) a. Nero was fiddling/when Rome burned.
 b. Nerone **stava suonando/suonava* la cetra, mentre Roma bruciava. (Nero *estava tocando/tocava*-3SG-IMP violino enquanto Roma queimava-3SG-IMP)
 c. Nerone *stava suonando* la cetra, quando Roma bruciò. (Nero *estava tocando* violino quando Roma queimou-3SG-PRET)

Em (20) *a.*, a oração principal pode ter duas interpretações: uma leitura simultânea, em que o tocar de violino e o queimar têm (aproximadamente) a mesma duração, e uma leitura inceptiva, de que o início da queima de Roma deu-se em um ponto de tempo em que Nero estava engajado em sua atividade musical. No italiano, Bertinetto (2000) afirma que as duas leituras são claramente distintas, como mostram *b.* e *c.*, e PPROG é barrado em *b.* e requisitado em *c.* Mas, no português, em *b.*, a alternância entre as formas não parece alterar a leitura simultânea, e em *c.*, IMP pode alternar com PPROG sem alterar a leitura inceptiva. O que determina se a leitura é simultânea ou inceptiva, em português, não é a forma de expressão do valor aspectual (IMP ou PPROG), mas a configuração semântico-discursiva da frase: o tipo de verbo e os adjuntos temporais compõem a leitura aspectual, ressaltando a não-convergência entre forma e função para o progressivo que Bertinetto aponta como característica das línguas românicas.

As constatações de Bertinetto (2000) e de Bertinetto, Ebert e De Groot (2000) evidenciam a importância de considerar o aspecto progressivo em uma classificação aspectual para lidar com as formas IMP e PPROG. Para contemplar o aspecto progressivo focalizado e durativo, a classificação aspectual do quadro 4 precisa ser revista. O critério “intervalo da estrutura temporal” precisa prever a possibilidade de um ponto de focalização, para caracterizar o *progressivo focalizado*, e um intervalo propriamente, para caracterizar o *progressivo durativo*. A relação entre intervalo determinado pontual e iteratividade

é barrada, pois a recorrência de uma situação pressupõe extensão temporal. Para simplificar a nomenclatura, lembrando mais uma vez que não há consenso na literatura sobre os rótulos para as categorias aspectuais do imperfeito, fica convencionado que o progressivo focalizado será denominado *progressivo*, e o progressivo durativo, denominado *durativo*.⁹

Quadro 5: Esquema básico das relações aspectuais imperfectivas considerando o progressivo

Recorrência da situação	<i>Intervalo da estrutura temporal</i>		
	Determinado		Indeterminado
	pontual	estendido	*
Uma vez	<i>Progressivo</i>	<i>Durativo</i>	
Mais de uma vez	*	<i>Iterativa</i>	<i>Habitual</i>

De acordo com esta classificação, a situação de (12), reescrita em (21), é classificada como *progressiva*. A situação é vista em função de um ponto focal, marcado textualmente pela oração adverbial temporal *era dez da noite*, que marca um instante no intervalo da estrutura temporal.

(21) Era dez da noite, a mãe *fazia* a janta, quando a gente recebeu a notícia que ele se acidentou. (SC FLP MBC 23)

Já (22) denota uma situação classificada como *durativa*, em que a situação é concebida em função de um ponto estendido (multifocal), do intervalo da estrutura temporal.

(22) Aí também foi na época que a gente voltou, a gente *estava precisando* economizar pra começar nossa vida. (SC FLP FAP 01)

9 Cabe ressaltar novamente que a categoria aspecto é repleta de terminologias não consensuais. Para Comrie (1976), aspecto progressivo é um aspecto contínuo que expressa apenas processos; o durativo/contínuo é caracterizado por expressar uma situação em andamento de um estado ou de um evento. Mendes (2005), apoiado em Castilho (2000), adota uma noção de progressivo relacionada com a duração de uma situação até o momento da enunciação, enquanto o durativo/contínuo refere-se apenas à duração concomitante ao momento da referência.

A alternância entre as formas para expressar os valores aspectuais é possível, como atestam (23) e (24), reforçando a ideia de que as formas podem ser tratadas como variantes na expressão de passado imperfeito.

- (23) Era dez da noite, a mãe *estava fazendo* a janta, quando a gente recebeu a notícia que ele se acidentou.
- (24) Aí também foi na época que a gente voltou, a gente *precisava* economizar pra começar nossa vida.

Modalidade

A modalidade não parece, à primeira vista, um valor saliente nos contextos de *passado imperfeito*. Entretanto, Godoi (1993) e Corôa (2005) sugerem uma proposta que atribui a diferença do uso entre a forma simples e a forma composta do passado imperfeito ao plano da modalidade.

Godoi (1993) propõe que a diferença entre a forma progressiva e a não-progressiva não está no plano temporal nem no plano aspectual, mas sim na oposição *evidência/conhecimento*, no domínio da modalidade (PALMER, 1986). Ambas as autoras se inspiram em Woisetschlaeger (1976), que propõe uma distinção entre *descrição fenomenal/evidência* e *descrição estrutural/conhecimento*, correlacionada a progressivo e não-progressivo. O não-progressivo caracteriza o sujeito, em (25) *a.*, enquanto o progressivo denota o seu comportamento, em (25) *b.*

- (25) *a.* Sam drives a truck for the ABC Company/ ‘*Sam dirige um caminhão para a Companhia ABC*’
b. Sam is driving a truck for the ABC Company/ ‘*Sam está dirigindo um caminhão para a Companhia ABC*’

De acordo com Godoi (1993, p. 170), *b.* fornece uma constatação da evidência dos acontecimentos, enquanto *a.* apresenta uma caracterização generalizada (conhecimento) dos fatos: “parece justificado afirmar que a diferença entre as formas *progressivas/simples* está na distinção *evidência/conhecimento*, que permite a inclusão ‘firme’, ‘segura’, relativamente permanente do indivíduo da sentença não-progressiva num determinado conjunto, tendo

essa inclusão o caráter transitório no caso de sentenças progressivas”. Corôa (2005, p. 80) correlaciona a oposição estrutural (*conhecimento/não-progressivo*) e não-estrutural (*evidência/progressivo*) aos verbos *ser* e *estar*, respectivamente.

- (26) a. Pedro *é* doente.
b. Pedro *está* doente

Em (26), *a.* faz uma caracterização sobre o estado de saúde de Pedro; *b.* não caracteriza Pedro, apenas informa sobre suas condições de saúde no momento, e que esta não é sua condição normal, é transitória ou temporária. Considerando IMP e PPROG, Corôa (2005, p. 78) ilustra:

- (27) a. Carlinhos *trabalhava* no IBC quando casou.
b. Carlinhos *estava trabalhando* no IBC quando casou

Considerando *a.* e *b.* em um contexto mais amplo, no qual se descreve Carlinhos, ou em que se dão notícias sobre Carlinhos, que há tempo não é visto, *a.* transmite uma ideia de que o emprego de Carlinhos era estável, duradouro, enquanto *b.* transmite uma ideia de que o emprego de Carlinhos é transitório, temporário, não-estável. Em *a.*, *trabalhar no IBC* caracteriza Carlinhos, está no plano *estrutural/conhecimento*, logo, requisita a forma simples; em *b.*, *trabalhar no IBC* é uma informação sobre a função de Carlinhos no momento, está no plano *não-estrutural/evidência*, requisitando a forma progressiva.

Em termos de aplicação empírica, a oposição *conhecimento/evidência* necessita de uma invasão à mente do falante para buscar pistas sobre a situação (se transitória, se permanente). Como o ponto de vista do analista, por mais focalizado que seja, pode ao máximo se aproximar do ponto de vista do ouvinte, a hipótese não pode ser averiguada com os dados disponíveis nas entrevistas dos informantes.

- (28) E Aí tu já *trabalhavas*, né?
F Aí eu já *estava trabalhando*. Porque quando a Dona Ana me conheceu, a Dona Ana se lembra que eu tinha a casinha arrumadinha de tudo, não era, Dona Ana? tudo arrumadinho, direitinho. (SC FLP FAP 3)

Em (28), a entrevistadora indaga à entrevistada sobre o fato de já trabalhar, resposta confirmada por meio de repetição verbal. De acordo com

a hipótese de Godoi (1993) e de Corôa (2005), a entrevistadora marcaria a informação com traço de conhecimento, e a entrevistada, com traço de evidência. Para confirmar se a informação de conhecimento/evidência tem seu correspondente no mundo (ou seja, se o fato de trabalhar é transitório para a entrevistada), seria necessária uma inserção no mundo da falante. O valor aspectual de andamento/continuidade também se verifica no excerto, e este não necessita de inserção no mundo do falante para ser asseverado.

Considerando a oposição *realis/irrealis* de Givón (1991) e a proposta de classificação de Heine (1995), o traço factuality da situação apresenta três possibilidades: i) situação é fato; ii) situação não é fato, mas tem grande probabilidade de sê-lo; e iii) situação não é fato, e nunca vai sê-lo. Quando IMP e PPROG expressam passado imperfeito assumem o valor de modalidade *realis*, *factual*. Entretanto, IMP pode assumir outros valores de modalidade *factual*, em certos contextos varia com outras formas verbais em que a expressão da modalidade é mais saliente, como o futuro do pretérito e pretérito imperfeito do subjuntivo.

Passado imperfeito

A análise exposta nas seções anteriores aponta que existe no paradigma verbal do português um espaço para a forma analítica de IMP – PPROG –, e que ambas as formas compartilham traços temporais e aspectuais que podem ser agrupados no rótulo ‘passado imperfeito’.

Temporalmente, o passado imperfeito é caracterizado pela anterioridade ao momento de fala e pela sobreposição/concomitância a um ponto de referência passado; Aspectualmente, o passado imperfeito é caracterizado pela inclusão do ponto de referência no intervalo da situação, com a consequente sobreposição entre situação e referência. A relação entre o número de vezes em que a situação ocorre dentro do intervalo da referência e a delimitação/não-delimitação do intervalo da referência resulta nos diferentes valores aspectuais do imperfeito: episódico, iterativo e habitual. O valor aspectual imperfeito episódico pode ser desdobrado quanto ao ponto de referência: se a situação é vista em seu desenvolvimento a partir de um único ponto temporal (ponto de referência momentâneo) é progressiva; se a situação é avaliada em relação a um ponto de referência do tipo intervalo (sucessão de “pontos de focalização”), ou denota a ideia de duração, é continuativa.

Em suma, o rótulo ‘passado imperfeito’ recobre os valores aspectuais progressivo, durativo e iterativo, além de casos ambíguos, aqueles em que não é possível determinar exatamente o valor aspectual em questão. Considerando que a expressão do passado imperfeito seja uma variável linguística do domínio funcional complexo tempo-aspecto-modalidade, IMP e PPROG podem funcionar como variantes.

FREITAG, Raquel Meister Ko. The functional domain tense-aspect-modality of the imperfective past in Spoken Brazilian Portuguese. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 139-170, 2010.

ABSTRACT: *In this text, tense-aspect-modality features of imperfective past are discussed based on Portuguese speech.*

KEYWORDS: *Imperfective Past. Tense. Aspect. Modality.*

Referências

BERTINETTO, P. M.; EBERT, K.; DE GROOT, C. The progressive in Europe. In: DAHL, O. (Ed.). **Tense and aspect in the languages of Europe**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2000. p.517-558.

BERTINETTO, P. M. The progressive in Romance, as compared with English. In: DAHL, O. (Ed.). **Tense and aspect in the languages of Europe**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2000. p.559-664.

BONOMI, A. Semantical remarks on the progressive reading of the imperfective. Trabalho apresentado no **Tubingen Workshop on Tense and Aspect**, 1998.

BORBA COSTA, S. B. **O aspecto em português**. São Paulo: Contexto, 1990.

BRUCART, J. El valor del imperfecto de indicativo en español. **Estudios Hispánicos**, Barcelona, n.6, p. 193-233, 2003.

CAMARA Jr., J. M. **A forma verbal portuguesa em -ria**. Georgetown: Georgetown University Press, 1967.

CAMPOS, O. et al. A flexão modo-temporal no português culto do Brasil: formas de pretérito perfeito e imperfeito do indicativo. In: CASTILHO, A.; BASÍLIO, M. (Orgs.). **Gramática do Português Falado: as abordagens**. Vol. IV. Campinas: Ed. da Unicamp/Fapesp, 1993. p.35-78.

CARDOSO, A.; PEREIRA, S. Contributos para o estudo da emergência do tempo composto em português. **Revista da ABRALIN**, Curitiba, v. 2, n. 2, 2003. p. 159-181.

CASTILHO, A. Aspecto verbal no português falado. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. (Orgs.). **Gramática do português falado: novos rumos**. Vol. VIII. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 83-121.

COAN, M. **Anterioridade a um ponto de referência passado**: pretérito (mais que) perfeito. 1997. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

COMRIE, B. **Aspect**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

_____. **Tense**. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

CORÔA, M. L. **O tempo dos verbos do português**: uma introdução à sua interpretação semântica. São Paulo: Parábola, 2005.

DAHL, Ö. **Tense and aspect in the languages of Europe**. Berlin/New York, York: Mouton de Gruyter, 2000.

FREITAG, R. Traços aspectuais do pretérito imperfeito do indicativo e do passado progressivo no português em contextos de variação. **Revista Letras**, Curitiba, v. 72, p. 251-271, 2007.

GIBBON, A. **A expressão do futuro na língua falada em Florianópolis**: variação e gramaticalização. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

GIVÓN, T. **English grammar**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1991.

_____. **Syntax**: a functional-typological introduction. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

GODOI, E. **Aspectos do aspecto**. 1992. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

_____. Progressivo: além do aspecto. **Revista Letras**, Curitiba, v. 41-42, p. 165-170, 1993.

GORSKI, E. et al. Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis. In: VANDRESEN, P. (Org.). **Variação e mudança no português falado da região sul**. Pelotas: Educat, 2002. p. 217-268.

HEINE, B. Agent-oriented and epistemic modality. In BYBEE, J.; FLEISHMAN, S. (Eds.). **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1995. p.17-54.

HOPPER, P. On some principles in the grammaticalization. In: TRAUGOTT, E; HEINE, B. (Eds.). **Approaches to grammaticalization**. Philadelphia: John Benjamins Company, 1991. v. 1. p. 17-35.

IKEDA, S. O pretérito imperfeito: a importância da superestrutura na sua compreensão. **DELTA**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 43-70, 1992.

ILARI, R. **A expressão do tempo em português**. São Paulo: Contexto, 1997.

JOHNSON, M. A unified temporal theory of tense and aspect. In: TEDESCHI, P; ZAENEN, A. (Eds.). **Tense and aspect**. New York: Academic Press. 1981. p. 145-175.

LONGO, B.; CAMPOS, O. A auxiliaridade: perífrases de tempo e aspecto no português falado. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. (Orgs.). **Gramática do Português falado: novos estudos**. Vol. VIII. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 455-475.

MATEUS, M. H. M. et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Almedina, 1983.

MATOS, S. Aspectos da semântica e pragmática do imperfeito do indicativo. **Revista da Faculdade de Letras ‘Língua e Literaturas’**, Porto, n. 8, p. 435-473, 1996.

MENDES, R. B. **Estar + gerúndio e ter + participípio**: aspecto verbal e variação no português. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em estudos da linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

MENON, O. P. Gerundismo? **Revista Lingua(gem)**, Macapá, v. 1, n. 2, p. 191-236, 2005.

MOLENDIJK, Arie. The imparfait in French and the past progressive in English. In: HOLLEBRANDSE, B.; HOUT, A.; VET, C. (Eds.) **Crosslinguistic views on tense, aspect and modality**. Amsterdam: Rodopi, 2005. p. 119-130.

PALMER, F. **Mood and modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

REICHENBACH, H. **Elements of symbolic logic**. New York: The MacMillan Company, 1947.

SQUARTINI, M. **Verbal periphrases in Romance**: aspect, actionality, and grammaticalization. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998.

TORRES CACOULOS, R. From lexical to grammatical to social meaning. **Language in Society**, Cambridge, n. 30, p. 443-478, 2001.

VERKUYL, H. **A theory of aspectuality** – the interpretation between temporal and atemporal structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

VIARO, M. E. Para uma abordagem sintático-semântica da projeção adverbial nos verbos portugueses do tipo jogar fora. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, Humanitas, v. 5, p. 143-176, 2003.

WACHOWICZ, T. C. **As leituras aspectuais da forma do progressivo do português brasileiro**. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

AS INTERROGATIVAS DE CONTEÚDO NAS VARIEDADES DO PORTUGUÊS FALADO¹

Erotilde Goreti PEZATTI²
Michel Gustavo FONTES³

RESUMO: Este estudo trata dos Atos Interrogativos de conteúdo, comumente denominados interrogativas-Q. Adotando a perspectiva funcional da linguagem e os pressupostos teórico-metodológicos da Gramática Discursivo-Funcional, procura-se explicar as diferentes formas assumidas pelas interrogativas-Q com base no alinhamento entre a codificação dessa estrutura nos níveis Morfossintático e Fonológico e as formulações ocorridas nos níveis Interpessoal e Representacional, centrando-se na questão da ordenação de elementos-Q. Como universo de pesquisa, tomam-se ocorrências reais de uso extraídas do *corpus* oral organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha, que dispõe de amostragens das variedades do português falado em Portugal, no Brasil, nos países africanos de língua oficial portuguesa, no Timor Leste e em Macau.

PALAVRAS-CHAVE: Funcionalismo. Interrogativas-Q. Ordenação de Constituintes. Clivagem.

1 Este artigo é resultado do desenvolvimento de dois projetos de pesquisa: um, concluído em 2009, com auxílio da FAPESP (Proc. 2007/07566-9), intitulado “Uma descrição discursivo-funcional dos atos comunicativos nas variedades lusófonas”, e o outro, ainda em desenvolvimento, intitulado “As interrogativas de conteúdo na história do português brasileiro: uma abordagem discursivo-funcional”, também financiado pela FAPESP (Proc. 2009/11676-0), ambos sob a orientação de Erotilde Goreti Pezatti.

2 Professora Doutora do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários do Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), UNESP de São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil, e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPQ (Proc. 301210/2009-8). E-mail: pezatti@ibilce.unesp.br

3 Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), UNESP de São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil, e Bolsista da FAPESP (Proc. 2009/11676-0). E-mail: michelfontes2002@yahoo.com.br

Introdução

Este estudo objetiva traçar uma análise dos Atos Interrogativos de conteúdo, comumente denominados interrogativas-Q, que se caracterizam por conterem uma solicitação do falante para o destinatário preencher uma lacuna de informação existente em sua (do falante) informação pragmática, como se observa de (01) a (06).

- (01) qual é a sua pergunta? (Bras80: CriarFilhos)
- (02) onde é que aprendeu a coser? (To-Pr96: Costureira)
- (03) você trabalha com o padre Horácio desde quando? (Ang97: Meninos de Rua)
- (04) como foi esse acidente? (Bras80: Acidente)
- (05) quantas horas treina por dia um jogador? (PT95: Futebol)
- (06) porque será isso? (PT95:SaberVender)

As interrogativas de conteúdo têm despertado a atenção de alguns estudiosos principalmente no que se refere à ordenação de constituintes, nomeadamente a inversão sujeito-verbo (SV ou VS). No Brasil, destacam-se os trabalhos de orientação formalista de Duarte (1992), Miotto (1989, 1994), Sikansi (1994), Miotto e Figueiredo Silva (1995), Lopes-Rossi (1996), Kato et al. (2002) e Miotto e Kato (2005), que se concentram na ordem dos constituintes nas sentenças interrogativas, baseando-se no *Critério-Q* de Rizzi (1996 apud MIOTTO; KATO, 2005), segundo o qual a ordem VS é decorrente de uma relação necessária entre Spec e o núcleo de CP (cf. MIOTTO, 1994). Lopes-Rossi (1996), por outro lado, ao tratar diacronicamente da sintaxe das interrogativas-Q, verifica as mudanças que essa estrutura sofreu ao longo dos anos e procura dar evidências para o surgimento das interrogativas-Q clivadas, no século XIX, a partir de sentenças clivadas, com extração-WH.

Diferentemente desses estudos, este trabalho adota a perspectiva funcional da linguagem e os pressupostos teórico-metodológicos da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), e procura explicar as diferentes formas assumidas pelas interrogativas-Q com base no alinhamento entre sua codificação no nível Morfossintático e as formulações ocorridas nos níveis Interpessoal e Representacional.

É fundamental para a descrição gramatical proposta pela GDF a noção de atos discursivos que, nos termos de Kroon (1995 apud HENGELVELD;

MACKENZIE, 2008, p. 60), são “as menores unidades identificáveis do comportamento comunicativo”.⁴ Além disso, tais atos podem ser constituídos de no máximo quatro componentes - uma Ilocução (ILL), um Falante ((P₁)_S), um Destinatário ((P₂)_A) e um Conteúdo Comunicado (C₁) - a partir dos quais se podem distinguir três *frames* diferentes de atos:

- (a) (A₁: [F₁: ♦ (F₁)] (P₁)_S] (A₁)), para Atos Expressivos;
- (b) (A₁: [(F₁: ♦ (F₁) (P₁)_S (P₂)_A] (A₁)), para Atos Interativos;
- (c) (A₁: [(F₁: ♦/ILL (F₁))(P₁)_S (P₂)_A (C₁)] (A₁)), para Atos de Conteúdo.

As interrogativas de conteúdo constituem Atos Comunicativos, cuja Ilocução Interrogativa incide sobre uma parte do conteúdo do Ato Discursivo, precisamente sobre um Subato Referencial, sendo, então, denominadas de interrogativas de conteúdo ou interrogativas-Q.

Considerando que as interrogativas-Q recorrem a duas principais estratégias de expressão – (i) ordem e (ii) padrões suprasegmentais –, objetiva-se aqui verificar o que desencadeia a posição inicial do elemento-Q, em (07), a construção *in situ*, em (08), e a clivagem, em (09).

- (07) para qual cidade você foi? (Bras80: SupresasFotografia)
- (08) vou ganhar o quê? (Bras80: JogoBicho)
- (09) quanto é que uma empregada de casa de família quer ganhar hoje em dia? (Bras80: CriarFilhos)

Para tanto, tomam-se como universo de pesquisa ocorrências reais de uso extraídas do *corpus* oral organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha. Tal amostragem recebe o nome de “Português oral” e desenvolveu-se no âmbito do Projeto “Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais”, do qual resultou um *corpus* de amostragens

⁴ No original: “the smallest identifiable units of communicative behaviour”.

de variedades do português falado em Portugal, no Brasil, nos países africanos de língua oficial portuguesa e em Macau. Os materiais publicados contêm ainda amostragens do português falado em Goa e em Timor-Leste, recolhidas posteriormente. Para este estudo, selecionaram-se as amostragens referentes às variedades que constituem língua oficial do país, ou seja, a brasileira, a portuguesa, as africanas (de São Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique) e a timorense.⁵

O texto está dividido em cinco partes: (i) na primeira, apresentam-se os pressupostos teóricos; (ii) na segunda, traçam-se considerações gerais a respeito da ordem dos constituintes em Atos Declarativos do português; (iii) a seção três é reservada especialmente para a questão da ordenação dos constituintes interrogados; (iv) já na quarta seção, são tratadas as interrogativas *in situ* e, por fim, (v) à última parte, reservam-se as discussões a respeito da ocorrência de clivagem nessas estruturas interrogativas.

Pressupostos teóricos

A GDF foi particularmente apresentada em Hengeveld (2004) e em Hengeveld e Mackenzie (2008). Trata-se do componente gramatical de uma teoria mais abrangente da interação verbal, que interage com componentes não-linguísticos do processo de comunicação. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a GDF é uma abordagem funcional-tipológica da linguagem, cujo objetivo geral é descrever e explicar as línguas naturais de uma forma pragmática e psicologicamente adequada, ou melhor, a GDF pretende estudar o grau em que uma descrição linguística é relevante para explicar o uso da língua com objetivos comunicativos na interação verbal e o grau em que uma descrição linguística é compatível com o conhecimento sobre o processamento mental envolvido na interpretação e na produção das expressões linguísticas.

A GDF provoca, desta forma, sem desconsiderar a Gramática Funcional proposta por Dik (1997a; 1997b), mudanças significativas na determinação das unidades de análises linguísticas, já que propõe a expansão de uma gramática da sentença para uma gramática do discurso. Para tanto, tal modelo gramatical apresenta as seguintes propriedades:

⁵ Os materiais foram obtidos no endereço http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php

- (a) opera de cima para baixo (organização *top-down*): as intenções comunicativas de um falante são processadas em direção descendente até chegar à articulação da expressão linguística;
- (b) tem como unidade básica de análise os atos discursivos;
- (c) liga-se a um componente conceitual, contextual e um de produção;
- (d) introduz quatro níveis de análise independentes e organizados hierarquicamente: Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico. Tais níveis, nessa ordem hierárquica, são interatuantes na organização do modelo da GDF, conforme se observa na Figura 1 abaixo.

No Nível Interpessoal, todas as unidades relevantes de comportamento comunicativo são formalizadas em termos de sua função comunicativa. Com base na formalização em (10), observa-se que a unidade de análise hierarquicamente mais alta nesse nível é o *Move* (M). Um *Move* pode conter um ou mais atos discursivos (A). Um ato discursivo consiste em uma Ilocução (F), um ou mais Participantes do ato de fala (P) e o Conteúdo Comunicado (C) apresentado pelo falante. O Conteúdo Comunicado, por sua vez, pode conter um número variável de Subatos Atributivos (T) e Subatos Referenciais (R).

$$(10) \quad (M_1: [(A_1: [(F_1) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1)_{\{\Phi\}} \dots (T_{1+N})_{\{\Phi\}} (R_1)_{\{\Phi\}}] (C_1)_{\{\Phi\}}]) (A_1) \dots (A_{1+N})_{\{\Phi\}}] (M_1))$$

No Nível Representacional, descrevem-se as unidades linguísticas em termos de sua categoria semântica. Enquanto o Nível Interpessoal trata da evocação, o Representacional lida com a denotação. As camadas desse nível, disponíveis numa representação formalizada e hierarquicamente organizada em (11), são definidas em termos das categorias semânticas que elas designam: Conteúdos Proposicionais (p), as unidades mais altas do Nível Representacional, são construtos mentais, que podem conter um ou mais Episódios (Ep), que são conjuntos de estados-de-coisas tematicamente coerentes, no sentido de que apresentam unidade ou continuidade de Tempo (t), Locação (l) e Indivíduos (x); já Estados-de-coisas (e) incluem eventos e estados que são caracterizados pela possibilidade de serem localizados no tempo e avaliados em termos de seu estatuto factual. Um estado-de-coisas se caracteriza por uma Propriedade Configuracional (f), que tem natureza composicional e contém uma combinação

de unidades semânticas que não estão em relação hierárquica entre si, como Indivíduo (x), Locação (l), Tempo (t), Modo (m), Razão (r) e Qualidade (q).

$$(11) \quad (p_1 : [(ep_1 : [(e_1 : [(f_1) : [(f_2)^n(x_1)_{\Phi} \dots (x_{1+n})_{\Phi}] (f_1)) \dots (f_{1+n}) (e_1)_{\Phi}] \dots (e_{1+n})_{\{\Phi_1\}}] (ep_1)) \dots (ep_{1+n})_{\{\Phi_1\}}] (p_1))$$

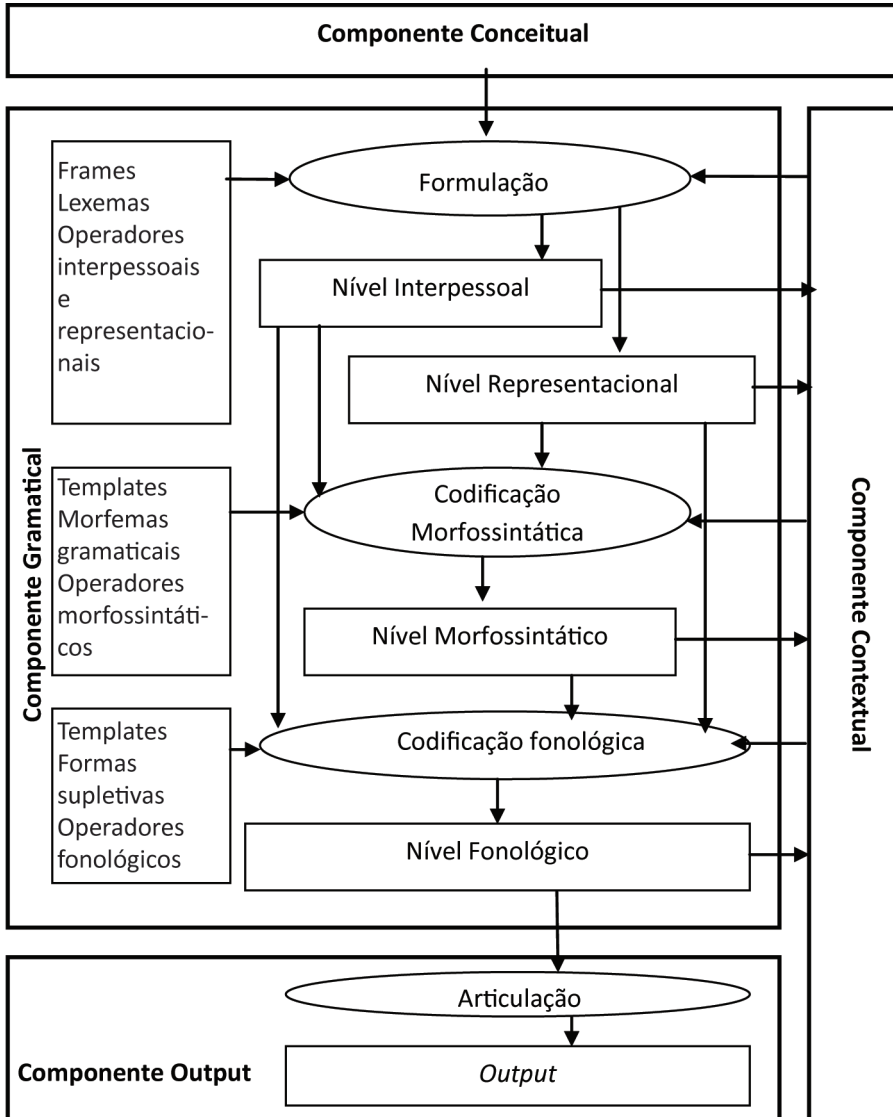


Figura 1. Layout geral da GDF (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13)

O Nível Morfossintático trata dos aspectos estruturais de uma unidade linguística. Juntamente com o Nível Fonológico, cuida da codificação das distinções interpessoais e representacionais. Em vista dessa função, muito do que ocorre no Nível Morfossintático é funcionalmente motivado: princípios de ordenação são motivados por iconicidade, integridade de domínio e pela preservação de relações de escopo. Entretanto, deve-se levar em conta que esse nível tem seus próprios princípios de organização, que podem não ser funcionalmente motivados. Conforme a representação em (12), a camada mais alta do Nível Morfossintático é a Expressão Linguística (EL), ou seja, qualquer conjunto de pelo menos uma unidade morfossintática; se houver mais de uma unidade dentro da EL, elas terão as mesmas propriedades morfossintáticas. As unidades que se combinam para formar a EL são: Orações (Cl), Sintagmas (Xp) ou Palavras (Xw).

(12) $(El_1: [Cl_1: [(Xw) (Xp_1: [(Xw) (Xp_2) (Cl_2)] (Xp_1))] (Cl_3)] (Cl_1)) (El_1))$

O Nível Fonológico, por sua vez, é responsável pelos aspectos de codificação que não ocorrem no Nível Morfossintático. Ele recebe o *input* – alguns já na forma fonêmica – dos outros três níveis e provê o *input* para o Componente de Saída. Enquanto este último lida com questões relacionadas a frequência, intensidade, duração, o Nível Fonológico – sendo gramatical – é ‘digital’, e contém representações de fonemas que são baseadas em oposições fonológicas binárias. Em outras palavras, o Nível Fonológico não mostra a “melodia” do Sintagma Entonacional, mas fornece um número de indicações de cada camada que o Componente de Saída converte em um uniforme e fluente resultado.

Sob a luz da GDF, a ordenação de constituintes está relacionada ao Nível Morfossintático, cuja tarefa é tomar o *input* duplo vindo dos níveis Interpessoal e Representacional e fazê-lo emergir numa única representação estrutural, que, por sua vez, se converterá, no Nível Fonológico, num construto fonológico, que será, finalmente, o *input* para o articulador, o Componente de Saída de todo o modelo.⁶

Dada sua sistemática organização *top-down*, a ordenação de elementos começa com a expressão morfossintática das partes hierarquicamente organizadas

⁶ Vale, aqui, ressaltar que cada nível da GDF, a grosso modo, corresponde aos níveis de análise linguística: o Nível Interpessoal corresponde à pragmática; o Representacional, à semântica; o Morfossintático, à morfossintaxe e, por fim, o Fonológico, à fonologia.

nos níveis Interpessoal e Representacional, iniciando pelas camadas mais altas, passando pelas mais baixas até chegar ao conteúdo e *frames* (esquemas) de predicação. O Nível Morfossintático contém os *templates* de *frames* hierárquicos e não-hierárquicos. Posições obrigatórias nos *templates* para as quais não há material disponível serão preenchidas com elementos vazios (*dummies*).

Ordenação de constituintes em português

Seguindo Dik (1981), Camacho e Pezatti (1997) defendem a hipótese de que o português brasileiro (doravante PB) é uma língua de ordem Sujeito-Verbo-Objeto (SVO), derivada diacronicamente do padrão P1 VSO, com colocação de sujeito em P1, de acordo com os princípios de ordenação PE4 e PE5, apresentados em Dik (1997a), o que explica o caráter posposicional de construções apresentativas/existenciais.

PE4 prevê uma posição inicial P1 universalmente relevante, usada para propósitos especiais, incluindo a colocação de constituintes com função de Tópico ou Foco. De acordo com PE5, o sujeito frequentemente ocupa a posição P1, uma vez que é o candidato primário a Tópico-Dado. Isso leva à reinterpretação de P1 como posição não-marcada para o sujeito. Esse processo de reinterpretação produz um novo padrão SVO e desencadeia a criação de uma nova posição P1, já que essa posição é universalmente relevante, resultando então o padrão P1 SVO,⁷ conforme demonstra (10).

(13) você pega a carne (Bras80: Macarronada)
 P1/S V O

Já, de acordo com a GDF (2008), a ordem linear dos elementos dentro da oração é considerada sob duas diferentes perspectivas: a organização hierárquica (ordenação de constituintes não-configuracionais, ou seja, opcionais) e a organização não-hierárquica (ordenação de constituintes configuracionais, ou seja, argumentais) de elementos.

⁷ Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 336) preferem usar o termo ‘predicado’ e não ‘verbo’, justificando que há línguas sem uma classe específica de verbos e línguas que, mesmo com uma classe de verbos, usam outras classes (nomes, adjetivos) para funcionar como predicados. Por isso preferem classificar as línguas como predicado-inicial, predicado-medial e predicado-final e não VSO, SVO e SOV, como manda a tradição.

A GDF considera a existência de quatro posições absolutas (P^I , P^2 , P^M e P^F), que não são obrigatórias para todas as línguas, e várias posições relativas derivadas dessas quatro. Assim, as línguas podem fazer uso da posição inicial (P^I) e suas expansões para a direita, da segunda posição (P^2) e suas expansões para a direita, da posição final (P^F) e suas expansões para a esquerda e da posição medial (P^M) e suas expansões para a direita, para a esquerda ou para ambas as direções.

A colocação de constituintes na oração começa pelo Nível Interpessoal, com o posicionamento das funções, modificadores e operadores⁸ de Moves em lugares apropriados e termina com o posicionamento de operadores e modificadores de Propriedades Configuracionais de estados-de-coisas. Dentro de cada grupo, as funções são expressas antes de operadores e modificadores, uma vez que são externas às unidades às quais se aplicam, obedecendo assim ao princípio de iconicidade das unidades hierarquicamente relacionadas.

No processo de colocação de elementos em posições apropriadas, há três posições já disponíveis, P^I , P^M e P^F . As duas posições periféricas (P^I e P^F) são psicologicamente salientes, enquanto a posição medial é menos saliente e depende do número de constituintes que uma oração pode conter. As posições relativas (P^{I+n} , $P^{M+/-n}$ e P^{F-n}) só podem ser preenchidas quando a posição absoluta já estiver preenchida.

Vários fatores podem interferir na determinação da ordenação de constituintes: fatores relativos às funções pragmáticas e à referenciação associam-se ao Nível Interpessoal; os relacionados às funções semânticas e à designação, ao Representacional; e os relacionados às funções sintáticas e à complexidade estrutural do item linguístico, ao Morfossintático. Interessa-nos para o momento as funções pragmáticas e semânticas:

- a) *funções pragmáticas* expressam as expectativas que o próprio falante tem do estado mental do ouvinte; são aplicadas a partes de uma unidade linguística que são apresentadas ou como salientes, ou como o ponto de partida do falante ou consideradas compartilhadas pelo falante e pelo ouvinte. A GDF considera três tipos de funções pragmáticas: (i) Tópico (atribuída a um Subato não-focal, cuja função é assinalar como

⁸ Modificadores são estratégias lexicais de atualização de um Núcleo das camadas dos níveis Interpessoal e Representacional. Já funções e operadores são estratégias gramaticais, sendo as funções relacionais, e os operadores aplicáveis a uma única unidade.

o Conteúdo Comunicado se relaciona ao comentário construído gradualmente no Componente Contextual. Essa definição pressupõe a atribuição de Tópico à informação dada, havendo assim uma correlação *default* entre Tópico e informação dada), (ii) Foco (marca a estratégia do falante de selecionar uma nova informação para preencher uma lacuna na informação pragmática do próprio Falante ou do Ouvinte) e (iii) Contraste (assinala o desejo do falante em contrastar as diferenças entre Conteúdos Comunicados ou entre um Conteúdo Comunicado e informações disponíveis contextualmente);

- b) *as funções semânticas* são reflexos gramaticais de consciência cognitiva de que os participantes de um estado-de-coisas desempenham (i) diferentes papéis, (ii) o mesmo papel, ou (iii) nenhum papel no estado-de-coisas. A GDF considera três macro-funções: (i) Ativo (*Actor*),⁹ quando a entidade designa um participante que apresenta um papel ativo, (ii) Inativo (*Undergoer*), quando a entidade designa um participante com papel passivo dentro do estado-de-coisas, e (iii) Locativo (*Locative*), quando um constituinte argumental tem a função de localizar o estado--de-coisas.

Se, em uma língua, a ordenação de constituintes é direcionada por funções pragmáticas, a colocação desses constituintes deve preceder a de outros constituintes, e tem preferência pelas posições marginais da oração, como em (14).

- (14) o macarrão eu faço com bastante carne
 P^I P^{M-1} P^M P^F

Em (14), o argumento Inativo *o macarrão* do predicado *fazer* está em P^I , pois carrega a função pragmática de Tópico, ou seja, o falante, desejando salientar um determinado Conteúdo Comunicado, no caso, o Subato Referencial *o macarrão*, dispõe tal elemento em P^I , uma posição reservada para elementos pragmaticamente marcados.

⁹ Na GDF, as principais funções semânticas são *Actor*, *Undergoer* e *Locative*. Traduzimos *Undergoer* por *Inativo*, já que representa a entidade não-volitivamente afetada pelo estado-de-coisas, e *Locative*, a função semântica tipicamente atribuída a um participante com a categoria semântica *Locação* por *Locativo*. Assim, para manter o paralelismo, preferimos traduzir *Actor* por *Ativo*, embora possa ser perfeitamente traduzido por *Ator*.

Por outro lado, a colocação dos constituintes pode respeitar, também, as funções semânticas, desconsiderando as funções sintáticas, em línguas que admitem a função sujeito e não a função objeto, como o turco e o português. Assim, em turco, o Locativo precede o predicado e é precedido pelo Inativo; na ausência de um Locativo, o Inativo ocupa a posição anterior ao predicado.

No Nível Representacional, as funções semânticas e a designação da categoria semântica desempenham um papel importante na colocação dos constituintes argumentais e menos importante na colocação de predicados, que, por serem núcleos, não apresentam função semântica. No entanto, devemos começar pela colocação do predicado, por duas razões: em primeiro lugar, em muitas línguas a Oração pode consistir apenas no predicado, já que a presença de marcadores referenciais torna supérflua a expressão lexical de argumentos, como na expressão exortativa *Vamos!*. Em segundo lugar, a colocação de certos tipos de argumentos é frequentemente relativa à posição do predicado, conforme veremos adiante.

Mackenzie (2008b), em um estudo a respeito da ordenação de pronomes clíticos no português europeu, defende a hipótese de que é essa língua uma língua de predicado-inicial, com base na ocorrência de pronomes enclíticos, como nos exemplos abaixo:

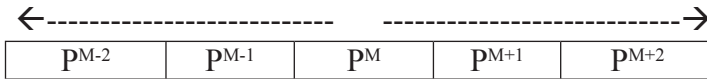
- (15) Convidei-o para almoçar.
- (16) Queremos vê-la.
- (17) Vou-os conhecendo melhor.

Seguindo a GF, o autor considera que a posição P1 deve ser obrigatoriamente preenchida. Desse modo, o português europeu moderno preenche essa posição com o verbo, conforme exemplificam as sentenças de (15) a (17). Já em estruturas de próclise, essa posição é preenchida com os elementos que geram a posição proclítica, ou seja, subordinadores, constituintes-Q, pronomes relativos e coordenadores. Para ele, tais elementos proclisadores ocupam a posição P1 por serem constituintes com a função pragmática de Foco, como (18) e (19), ou Tópico, como (20).

- (18) Sempre te adoro.
- (19) Também se fala Russo.
- (20) Isso te dissemos todos.

Diferentemente de Mackenzie (2008b), postulamos ser o português, principalmente o brasileiro, em que os clíticos praticamente desapareceram, uma língua de predicado-medial, com três posições absolutas (P^I , P^M e P^F), necessárias para abrigarem os constituintes das várias camadas e níveis na linearização da oração.

Assim como em Leti (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 343), em português,¹⁰ a ordenação dos *constituintes configuracionais* toma a posição absoluta P^M e suas posições relativas e apresenta uma orientação centrífuga, começando pelo predicado, posicionado em P^M , e dirigindo-se, na colocação dos argumentos, à direita e à esquerda, conforme representado graficamente no *Esquema 01*:



Esquema 01: Ordenação centrífuga de constituintes configuracionais

A colocação desses constituintes, em sentenças Declarativas, está intimamente relacionada ao Nível Representacional, uma vez que é a função semântica que determina a posição no *template*: Ativo (*Actor*) sempre assume a posição à esquerda, enquanto Inativo (*Undergoer*) e Locativo (*Locative*), a posição à direita. Assim, com propriedades dinâmicas de um, dois e três-lugares, Ativo se coloca antes do predicado, o Inativo, depois, seguido (quando for o caso) do Locativo, como se vê nos exemplos de (21) a (24) e no *Esquema 02*.

- (21) os fluxos migratórios teriam provocado graves consequências ao ambiente (Ang97: Guerra e Ambiente)
- (22) nós, eh, começávamos o trabalho, praticamente entre... dezanove (Ang97:Meninos de Rua)
- (23) ele gesticula muito (Bras80: Bichinho)
- (24) aí começam os desequilíbrios (Ang97: Guerra e Ambiente)

10 Cf. PEZATTI, E. G. *A ordenação de constituintes na lusofonia* (em preparação).

	P^{M-2}	P^{M-1}	P^M	P^{M+1}	P^{M+2}
(21a)	fluxos migratórios _A	teriam	provocado	consequências _I	ao ambiente _L
(22a)		nós _A	começávamos	o trabalho _I	
(23a)		ele _A	gesticula	muito	
(24a)		aí	começam	os desequilíbrios _I	

Esquema 02: Ordenação e constituintes configuracionais e funções semânticas

(21) a (24) designam estados-de-coisas dinâmicos, já que envolvem algum tipo de movimento, que se constituem a partir de propriedades configuracionais (i) de um-lugar, no caso de (23), em que a variável (f: [gesticular]) seleciona apenas um argumento (x: [ele]) na função semântica de Ativo, e de (24), em que a variável (f: [começar]) seleciona um único argumento (x_1 : [os desequilíbrios]) na função de Inativo; (ii) de dois-lugares, no caso de (22) em que a variável (f: [começar]) seleciona dois argumentos, (x_1 : [nós]) na função de Ativo e (x_2 : [o trabalho]) na função de Inativo; e, por fim, (iii) de três-lugares, como (21), em que a variável (f: [provocar]) seleciona três argumentos, (x_1 : [fluxos migratórios]) na função de Ativo, (x_2 : [consequências]) na função de Inativo e (x_3 : [ao ambiente]) na função de Locativo. Podemos perceber que o elemento com a função Ativo mantém-se à esquerda do predicado, ocupando, assim, a posição P^{M-2} , no caso de (21), ou P^{M-1} no caso de (22) e (23). Já o constituinte com a função de Inativo, em (21), (22) e (24), permanece à direita do predicado, ocupando a posição P^{M+1} . Por fim, o constituinte com a função de Locativo coloca-se à direita do predicado na posição P^{M+2} , depois do Inativo, como se observa nos *templates* acima.

No entanto, com propriedades não-dinâmicas de um lugar (cf. (25)), propriedades relacionais (cf. (26)) e construções de classificação (cf. (27)), que obviamente não dispõem de elemento com função semântica de Ativo, o Inativo ocupa a posição P^{M-2} , e a cópula é inserida imediatamente antes do predicado:

- (25) o terreno da fazenda era muito grande (Bras80: Fazenda)
 (26) e a mesa era de quatro pessoas (Bras80: Bichinho)
 (27) isso é um cataclismo mesmo (Ang97: Guerra e Ambiente)

	P^{M-2}	P^{M-1}	P^M
(25a)	o terreno da fazenda ₁	era	muito grande
(26a)	a mesa ₁	era	de quatro pessoas
(27a)	isso ₁	é	um cataclismo

Esquema 03: Ordenação de constituintes em estados-de-coisas não-dinâmicos

Já em construções de identificação, como as duas unidades semânticas representam modos alternativos de visão da mesma entidade, não há relação de atribuição de propriedade, por isso nenhuma unidade semântica contrai função semântica,¹¹ conforme exemplificado em (28). Nesses casos, é a palavra verbal (a cópula) que ocupa a posição medial obrigatória, e a unidade semântica a segue, em P^{M+1} , conforme se observa no *template*, disposto no *Esquema 04*.

(28) direito é o instrumento do estado (Bras87: EconomiaSociedade)

	P^{M-1}	P^M	P^{M+1}
(28a)	o direito	é	o instrumento do estado

Esquema 04: Ordenação de constituintes em construções de identificação

Do mesmo modo, construções existenciais são caracterizadas por conterem somente uma unidade semântica sem função semântica, uma vez que não é o argumento de nenhum predicado,¹² conforme exemplifica (29), em que *outro calor humano* não tem função semântica (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 206). Nesses casos, também é a palavra verbal que ocupa a posição medial, e a unidade semântica a segue, em P^{M+1} .

(29) há outro calor humano (PT95: GrandesCidades)

	P^M	P^{M+1}
(29a)	há	outro calor humano

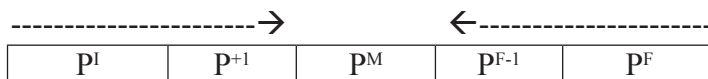
Esquema 05: Ordenação de constituintes em construções existenciais

11 No Nível Interpessoal há dois Subatos de Referência, relacionados à mesma entidade.

12 No NI caracteriza-se por um Conteúdo Comunicado contendo um único Subato de Referência.

Resumindo, a ordenação de constituintes configuracionais é governada por fatores de ordem semântica a depender do tipo de construção que tais constituintes integram (propriedade de um, dois, três-lugares, relacional, existencial, de identificação ou de classificação) e da função semântica que exercem dentro dessa construção (Ativo, Inativo ou Locativo).

Os constituintes *hierarquicamente ordenados*, por outro lado, geralmente assumem posições periféricas (P^I e P^F), com orientação centrípeta, a depender de determinações dos níveis Interpessoal e Representacional, que alinham a posição no Nível Morfossintático, conforme representado graficamente no *Esquema 06*:



Esquema 06: Ordenação centrípeta de constituintes hierárquicos

Conforme demonstra Pezatti (2007; 2009), a linearização dos modificadores em português é determinada pelas relações de escopo das camadas nos níveis Representacional e Interpessoal. Esses tipos de relações semânticas desencadeiam o *template* apropriado de posições no Nível Morfossintático, observando-se que constituintes mais altos na hierarquia ocupam posições periféricas (P^I e P^F). A posição absoluta P^I e suas posições relativas são reservadas para constituintes das camadas do Nível Interpessoal e da camada mais alta do Nível Representacional, a do conteúdo proposicional, conforme exemplificam (30) e (31); já a posição absoluta P^F e suas posições relativas são reservadas para constituintes hierárquicos das camadas mais baixas do Nível Representacional, como demonstram (32) e (33) respectivamente.

- (30) a mulher **evidentemente** está sempre com medo de perder o seu homem, não é (PT96: BomSensoRosto)
- (31) (gente) que **evidentemente** nunca chegou a ser padre (Ang97: EnsinoAngola)
- (32) isso acontece **muito poucas vezes comigo** (To-Pr96: Costureira)
- (33) os bebês vinham **lentamente** (CV95: ColherPanela)

	P^I	P^{I+1}	P^{M-2}	P^{M-1}	P^M
(30a)	a mulher	evidentemente	está	sempre	com medo de perder o seu homem

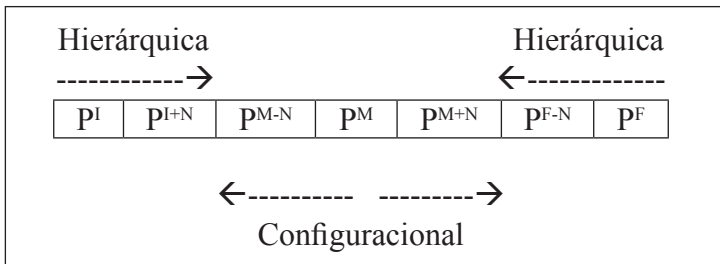
	P^I	P^{I+1}	P^{M-1}	P^M	P^{M+1}
(31a)	que	evidentemente	Nunca	chegou	a ser padre

	P^{M-1}	P^M	P^{F-1}	P^F
(32a)	isso	acontece	muito poucas vezes	comigo

	P^{M-1}	P^M	P^F
(33a)	os bebês	vinham	lentamente

Esquema 07: Ordenação de constituintes hierárquicos em português

Há assim, em português, uma nítida separação entre a ordenação hierárquica e a configuracional: a hierárquica é centrípeta, começando pelas margens da Oração, já a ordenação configuracional é centrífuga, iniciando pelo predicado. Isto pode ser representado graficamente como segue:



Esquema 08: Ordenação de constituintes em português

Interrogação e posição de constituintes

No Nível Interpessoal, Ilocuções Interrogativas indicam que o Falante requer uma resposta do Ouvinte para o Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado; em outras palavras, ele solicita uma resposta do Ouvinte para preencher uma lacuna de informação existente em sua (do falante) informação pragmática (cf. DIK, 1997a). Essa resposta pode se referir a todo o

Conteúdo Comunicado (Interrogativa Polar), conforme (34), ou a um Subato (Interrogativa de Conteúdo), como (35).

(34) - e você não acha pior isso? (Bras80: MuitoIguaisDiferentes)

(35) qual é o país que mais produz esse tipo de candeeiros?
(PT95:SaberVender)

A Interrogativa de Conteúdo (ou Interrogativa-Q) está relacionada à identificabilidade do referente, conforme veiculada pelo Falante. Identificabilidade envolve dois aspectos: o primeiro relaciona-se à concepção do Falante sobre a identificabilidade do referente pelo Ouvinte. Isso se refletirá nos operadores {+id, -id} para identificável e não-identificável respectivamente. O segundo, por sua vez, relaciona-se à indicação pelo Falante da identificabilidade do referente para si próprio. Isso se refletirá nos operadores {+s, -s} para específico e não-específico.

Em interrogativas-Q, o item interrogado é sempre marcado como {+id, -s}, ou seja, identificado pelo Ouvinte, mas não especificado para o Falante. Assim, no Nível Interpessoal, o Subato Referencial (R), marcado {+id, -s}, será expresso por meio de palavra-Q e entonação apropriada, sob a influência da Ilocução INTER, como representado em (36).

(36) (+id -s R)

Para Mackenzie (2008a), as interrogativas de conteúdo codificam categorias semânticas distintas, que se enquadram numa escala que vai do mais concreto ao mais abstrato: indivíduo(x) > locação(l) > tempo(t) > modo(m) > quantidade(q) > razão(r). Dessa forma, ao ser selecionada, no Nível Representacional, uma determinada categoria semântica, será selecionado, no Nível Morfossintático, uma palavra gramatical (pronome ou pró-advérbio interrogativo) que corresponda a tal categoria. Em português, há a seguinte correspondência, exemplificadas respectivamente de (37) a (43).

Categoria semântica	Expressão Morfossintática
Indivíduo (x)	que, o que, qual, quem
Locação (l)	onde
Tempo (t)	quando
Modo (m)	como
Quantidade (q)	quanto
Razão (r)	por que

Esquema 09: Categorias semânticas codificadas pelas interrogativas-Q

- (37) *quem* cozinha, você ou seu marido? (Bra80:A Macarronada)
 (38) *quando* isso vai se dar? (Bras80:EconomiaSociedade)
 (39) *quantos* anos tinha? (Ang97: JovemGaspar)
 (40) *por que* o samba não podia? (Bras80:MundoDireito)
 (41) *onde* é que aprendeu a coser? (To-Pr96: Costureira)
 (42) *como* vão fazer para recomeçar? (CV95: IlhaFogo)
 (43) *para quê* queres aquilo? (GB95: JuventudeGuineense)

Em (37) o constituinte interrogado (*quem*) é um indivíduo (x), na posição de núcleo, com função semântica Ativo, de um estado-de-coisas dinâmico, que designa uma propriedade de um lugar; em (38), a categoria tempo (t = *quando*) ocupa a posição de modificador de um estado-de-coisas dinâmico de um lugar, e *por que* (r = razão), em (43), ocupa a posição de modificador de um estado-de-coisas não dinâmico de um lugar; em (39), por outro lado, a categoria semântica quantidade (q = *quantos*) funciona como um operador de tempo (t), num estado-de-coisas não-dinâmico de um lugar. Já em (41), (42) e (43), *onde*, *como* e *para que* são respectivamente modificadores Locação, Modo e Propósito de estados-de-coisas dinâmicos.

Os exemplos mostram que o elemento interrogado, independentemente da categoria semântica (x, l, t, m, q ou r) e do estatuto (núcleo, modificador ou operador), em estados-de-coisas que designam propriedades dinâmicas e não-dinâmicas, posiciona-se no início da oração, ou seja, assume a posição P^I, reservada para constituintes das camadas mais altas. Elementos interrogados constituem naturalmente um Subato, Atributivo (T) ou Referencial (R), que é comunicativamente saliente e sinaliza a seleção estratégica do falante de informação nova; em outras palavras, veiculam a função pragmática Foco, o

que lhes permite assumir a posição reservada para constituintes mais altos na hierarquia. Isso demonstra que o peso da função pragmática sobrepuja o das categorias do Nível Representacional. Assim, para cada sentença em (37) – (43), temos respectivamente os seguintes *templates*.

(37a)	P ^I	P ^M	P ^F		
	quem	cozinha	você ou seu marido?		
(38a)	P ^I	P ^{M-3}	P ^{M-2}	P ^{M-1}	P ^M
	quando	isso	vai	se	dar?
(39a)	P ^I	P ^{I+1}	P ^M		
	quantos	anos	tinha?		
(40a)	P ^I	P ^{M-2}	P ^{M-1}	P ^M	
	por que	o samba	não	podia?	
(41a)	P ^I	P ^{I+1}	P ^M	P ^{M+1}	
	onde	é que	aprendeu	a cozer?	
(42a)	P ^I	P ^{M-1}	P ^M	P ^F	
	como	Vão	fazer	para recomeçar?	
(43a)	P ^I	P ^M	P ^{M+1}		
	para que	queres	aquilo?		

Esquema 10: Ordenação de elementos-Q

No entanto, quando o elemento interrogado constitui um Subato Atributivo no Nível Interpessoal, correspondente a uma unidade semântica do Nível Representacional com função semântica e a uma propriedade em *frames* relacionais,¹³ ocorre inversão na posição dos constituintes configuracionais, indo o elemento interrogado para P^I e o único argumento, com função

13 Em Propriedades relacionais o Subato Atributivo no Nível Interpessoal corresponde a uma unidade semântica que em si carrega uma função semântica. Designam estados-de-coisas não-dinâmicos e o único argumento é um Inativo.

Inativo, posicionando-se em P^{M+1} , já que a palavra verbal ocupa a posição obrigatória P^M . (44) e (45) exemplificam esses casos: *como* designa a categoria semântica modo (m) e *onde*, a categoria semântica lugar (l) de propriedade relacional, como mostram os exemplos. Os *templates* estão representados em (44a) e (45a), respectivamente.

(44) como foi esse acidente? (Bras80: Acidente)

(45) onde é o banco? (Bras80: SurpresasFotografia)

	P^l	P^M	P^{M+1}
(44a)	como	foi	esse acidente?
(45a)	onde	é	o banco?

Esquema 11: Ordem VS em Interrogativas-Q

(44b) e (45b), por outro lado, demonstram que a ordem canônica nesse tipo de estrutura fica no mínimo estranha; o que não se pode dizer de (46), que constitui uma propriedade dinâmica (cf. 46a). Isso indica que a ordenação dos constituintes configuracionais nas interrogativas-Q está relacionada ao tipo de *frame* da predicação.

(44b) ?como esse acidente foi?

(45b) ?onde o banco é?

(46) quanto é que ganha uma empregada? (Bras80: CriarFilhos)

(46a) quanto é que uma empregada ganha?

Interrogação *in situ*

Há, entretanto, ocorrências como (47), cujo constituinte interrogado permanece na posição canônica de orações Declarativas, o que, em princípio, parece contrariar a regra de colocação de elementos focais em P^l , já que o argumento ou modificador permanece na posição pós-predicado, ou *in situ*, própria de Declarativas, conforme (47a-b).

- (47) a. vou ganhar **o quê?** vou perder! (Bras80: JogoBicho)
 b. perde a virilidade **porquê?** acho que isso não faz r[...], sentido.
 (PT96:BomSensoRosto)

Esse tipo de estrutura comumente constitui perguntas retóricas, quer dizer, não se trata de uma busca de informação nova para preencher uma lacuna existente na informação pragmática do Falante, mas sim uma estratégia discursiva do Falante com o objetivo de conseguir uma atenção especial do Ouvinte para um determinado Subato Referencial. Além disso, tais estruturas são comuns em monólogos, como aulas, palestras, em que o falante toma o ato enunciativo sem abrir a possibilidade de troca de turnos; a ocorrência das interrogativas-Q, nesse caso, subordina-se, portanto, a uma estratégia interativa e discursiva de busca da atenção do Ouvinte para a informação que segue.

Nesse caso, no Nível Interpessoal, o Subato Referencial dessas interrogativas deve ser marcado pelo operador $\{-id, +s\}$, ou seja, não identificável para o Ouvinte, mas específico para o Falante, como representado em (48).

- (48) $(-id +s R)$

Trata-se, na verdade, da atribuição de Ênfase a um Subato Referencial, que deve, então, ser representado como em (49). O uso do operador de Ênfase vai refletir no Nível Morfosintático na preservação da posição *in situ*.¹⁴ Dessa forma, tem-se o *template* em (48a-b). O que queremos afirmar com isso é que as Interrogativas *in situ* com operador $(-id+s R)$ constituem, na verdade, construções enfáticas.

- (49) $(emph -id +s R)$

	P ^{M-1}	P ^M	P ^{M+1}	P ^F
(47a)	vou	ganhar	o quê?	
(47b)		perde	a virilidade	porquê?

Esquema 12: Ordenação *in situ* das Interrogativas-Q

O uso de Q-*in-situ*, entretanto, não se restringe somente a monólogos, podendo ocorrer, também, com menor frequência em pares dialógicos de

¹⁴ O operador de Ênfase é atribuído ao Subato para o qual o Falante deseja conseguir atenção especial.

pergunta-resposta. Nessas construções interrogativas, o Subato Referencial, que é identificado pelo Ouvinte, mas não-específico para o Falante, portanto (+id –s R), permanece *in situ*, tal como exemplifica (50), cujo *template* encontra-se em (48):

- (50) - e escuta, os pais da senhora, *eles faziam o quê?*
 -> meu pai é funcionário público (Bra80:Viver com os outros)

(50)	P ^{M-1}	P ^M	P ^{M+1}
	eles	faziam	o quê?

Esquema 13: Qu-*in-situ* em contextos dialógicos

Produzida em um contexto diferente das interrogativas *in situ*, ou seja, num par dialógico de pergunta-resposta, e não em monólogos, essa interrogativa *in situ*, além da busca de uma informação, constitui, nos termos de Dik (1997a), uma estratégia de introdução de Tópico Novo, já que o Falante apresenta pela primeira vez a entidade sobre a qual se desenvolverá o discurso.

Interrogação e Clivagem

Há um número muito grande de ocorrências, como (51), em que o falante procura enfatizar um constituinte já focalizado. Há, assim, no Nível Interpessoal, uma estratégia de atribuição da função pragmática Foco, já que há um Subato Referencial identificado pelo Ouvinte, mas não especificado para o Falante, portanto marcado como {+id, –s}, bem como de Ênfase, já que há o desejo do Falante de conseguir especial atenção para este constituinte Focal. Essas duas estratégias manifestar-se-ão duplamente no Nível Morfossintático: por meio de palavra-Q colocada em P¹, seguida da expressão *é que*.

Assumimos, então, que o expletivo *é que*, nesses casos, constitui um operador de Ênfase na camada do Subato. Esse expletivo (*é que*) pode acompanhar qualquer tipo de categoria semântica do Nível Representacional (indivíduo, modo, lugar, tempo, quantidade, razão), conforme (50) respectivamente, bem como funções semânticas, como propósito em (52). É interessante observar que a grande maioria desse tipo de estrutura ocorre com as categorias de Modo (44,5%) e Indivíduo (38,6%). Deve-se notar

ainda que o expletivo pode se manifestar por meio apenas de *que*, conforme revela (53).

- (51) a. *de quem é que* era o aniversário? (Bras93: FestaEstudante)
 b. *como é que* conheceu o seu marido? (PT97:NamoroOutrosTempos)
 c. *onde é que* está minha querida? (PT94: AmassarCozer)
 d. *quando é que* eles vão viver a sua vida...? (PT95:VidaEstudante)
 e. *quanto é que* ganha uma empregada? (Bras80: CriarFilhos)
 f. *por que é que* gostou mais deste do que dos outros?
 (PT97:NamoroOutrosTempos)

- (52) *para que é que* eu quero mais gente? (PT97:SerPastor)

- (53) *como que* é o relacionamento de vocês duas com a sua irmã mais nova? (Bras80: MuitoIguaisDiferentes)

O *template* desse tipo de estrutura encontra-se em (53), com exceção de (50) e (51), que, por serem diferentes, têm seus *templates* representados respectivamente em (54) e (55).

(51a)	P ^I	P ^{I+1}	P ^M	P ^{M+1}
a	de quem	é que	era	o aniversário?
b	como	é que	conheceu	seu marido?
c	onde	é que	está	minha querida?
d	quanto	é que	ganha	uma empregada?
e	por que	é que	gostou	mais deste do que dos outros?

(51b)	P ^I	P ^{I+1}	P ^{M-2}	P ^{M-1}	P ^M	P ^{M+1}
	quando	é que	eles	vão	viver	a sua vida?

(52)	P ^I	P ^{I+1}	P ^{M-2}	P ^M	P ^{M+1}
	para que	é que	eu	quero	mais gente?

É claro que, se houver algum constituinte mais alto na hierarquia, como, por exemplo, operador ou modificador de Move e de Ato, ele assumirá

a posição P^I e empurrará o constituinte-Q para a posição P^{I+1}, e o expletivo, para a posição P^{I+2}, como mostra (54):

	P ^I	P ^{I+1}	P ^{I+2}	P ^M	P ^M
(54)	mas	por que	é que	gostou	mais deste do que do outro?

Esquema 14: *Template* de Interrogativas Clivadas

Outro caso de interrogação que merece atenção especial refere-se às interrogativas-Q exemplificadas em (55) e (56):

(55) *qual* é a garota **que** não recebe uma cantada? (Bra80: CriarFilhos)

(56) *qual* é a... parcela da sociedade **que** tem di[...], realmente direito na nossa sociedade? (Bra87: EconomiaSociedade)

Essas ocorrências podem ser interpretadas de duas maneiras: (i) no primeiro caso, a expressão ‘é que’ é entendida como marca de clivagem e, então, configura-se como um caso de Interrogativa-Q enfática, com função pragmática Foco, marcada pela posição do elemento-Q em P^I, e a ênfase, pelo expletivo *é...que*; (ii) outra interpretação possível é considerar essa estrutura uma construção de identificação, em que as duas unidades semânticas representam modos alternativos de visão da mesma entidade. Não há relação de atribuição de propriedade, por isso nenhuma unidade semântica contrai função semântica. Nesse caso, a segunda unidade semântica (*garota* em (55) e *parcela* em (56)), é especificada por uma oração relativa, sendo ‘que’ um pronome relativo e não mais um expletivo. Cada uma dessas interpretações terá, no arcabouço da GDF, representação morfossintática distinta.

Considerações finais

A partir dessas considerações, podemos afirmar que cada construção de interrogativa de conteúdo revela estratégias diferentes por parte do falante, uma vez que:

(i) a colocação em P^I do elemento Q manifesta a função pragmática Foco;

- (ii) a construção *in situ* configura uma estratégia discursiva do falante para chamar atenção sobre um constituinte específico para ele mas não identificado pelo Destinatário; constitui, portanto, uma construção enfática; e
- (iii) um constituinte Foco pode ainda ser enfatizado por meio de clivagem.

Como se vê, fenômenos linguísticos podem ser explicados de uma forma psicológica e pragmaticamente adequada dentro de um quadro teórico e metodológico mais amplo, em que expressões linguísticas são vistas como manifestações da intenção do falante e, assim, como fatos da língua em uso. Em outras palavras, um fenômeno tipicamente morfossintático, como a ordenação de constituintes e a ocorrência de clivagem em estruturas de interrogativas-Q, é motivado por fatores de ordem semântica, e principalmente de ordem pragmática, que se refletem na morfossintaxe. Há assim, o que a GDF denomina alinhamento entre o nível Morfossintático e os níveis Representacional e Interpessoal.

PEZATTI, Erotilde Goreti; FONTES, Michel Gustavo. The content interrogatives in the varieties of spoken Portuguese. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 171-197, 2010.

ABSTRACT: *This paper refers to content interrogative acts, usually called Wh-questions. Following a functional perspective of language and the Functional Discourse Grammar's theoretical and methodological principles, we want to explain the different structures assumed by the Wh-questions taking as basis the alignment between the encoding of this structure in the Morphosyntactic and Phonological levels and the formulations happened in the Interpersonal and Representational levels, focusing on the Wh-element ordering. To do so, we have a material composed by representative texts of spoken Portuguese in Portugal, Brazil, African countries (those that have the Portuguese language as the official one) and East Timor.*

KEYWORDS: *Functionalism. Wh-questions. Word Order. Clifting.*

Referências

CAMACHO, R. G.; PEZATTI, E. G. Aspectos funcionais da ordem de constituintes. **DELTA**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 191-214, 1997.

DIK, S. C. **The theory of functional grammar**. Part I: The structure of the clause. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 1997a.

_____. **The theory of functional grammar**. Part II: Complex and derived constructions. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

_____. The interaction of subject and topic in Portuguese. In: BOLKSTEIN, A. M. et al. (Orgs.). **Predication and Expression in Functional Grammar**. New York: Academic Press, 1981.

DUARTE, M. E. L. A perda da ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas-Qu no português do Brasil. **DELTA**, São Paulo, vol. 08, n. Especial, p. 37-52, 1992.

HENGEVELD, K. The architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, N. de los A. (Eds.). **A new architecture for Functional Grammar**. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 2004. p. 01-21.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KATO, M. et al. As construções-Q no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas. In: KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do Português Falado: Desenvolvimentos**. Vol. VI. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. p. 309-374.

LOPES-ROSSI, M. A. G. **A sintaxe diacrônica das interrogativas-Q do português**. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MACKENZIE, J. L. Content interrogatives in a sample of 50 languages. **Lingua**, v. 119, p. 1131-1163, 2008a.

_____. The contrast between pronoun position in European Portuguese and Castilian Spanish: an application of Functional Grammar. In: GÓMEZ GONZÁLEZ, J. L.; MACKENZIE, J. L.; GONZÁLEZ-ÁVAREZ, E. M. (Orgs.) **Currents Trends in Contrastive Linguistics: Functional and Cognitive Perspectives**. Amsterdam/ Philadelphia: Benjamins, 2008b. p. 51-75.

MIOTO, C. Construções interrogativas: elementos para uma análise do português do Brasil. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 17, p. 39-64, 1989.

_____. As interrogativas no português brasileiro e o critério WH. **Letras de hoje**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 19-33, 1994.

_____; FIGUEIREDO SILVA, M. C. WH QUE = WH É QUE? **DELTA**, São Paulo, v. 2, n. 11, p. 301-311, 1995.

_____; KATO, M. As interrogativas Q do português europeu e do português brasileiro atuais. **Revista da ABRALIN**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1 e 2, p. 171-196, 2005.

PEZATTI, E. G. Ordering of representational level adverbial modifiers in spoken brazilian portuguese. **Alfa**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 293-315, 2007.

_____. A Ordenação dos modificadores adverbiais do nível representacional no português falado europeu. **Lingüística**, Madrid, v. 21, p. 1-18, 2009.

SIKANSI, N. S. **A estrutura das sentenças com pronome interrogativo no português brasileiro atual**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

DISCURSO DA AUTOAJUDA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA¹

Wagner Rodrigues SILVA²

Lívia Chaves de MELO³

RESUMO: Este trabalho investiga a interferência do discurso de autoajuda nas representações de professor, construídas por alunos-mestres no contexto de formação de professores de língua. O embasamento teórico ancora-se no conceito de transdisciplinaridade como um fator central para a prática científica pós-moderna em Linguística Aplicada. Os resultados mostram que os discursos da autoajuda responsabilizam os professores tanto pelo sucesso quanto pelo fracasso de seus aprendizes. Conseqüentemente, o uso desse tipo de linguagem, durante os cursos de treinamento de professores, pode camuflar o empoderamento do professor, o que, por sua vez, pode comprometer a sua formação.

PALAVRAS-CHAVE: Formação do Professor. Leitura. Letramento. Linguística Aplicada.

Talvez por instinto de conservação ou por preguiça, a maioria dos leitores não gosta de ser incomodada: eles têm preferência pelos livros que os distraem ou os reconfortam sem risco – e bem sabe Deus que esse gênero de obra jamais esteve em falta!

(PICARD, 2008, p. 112)

Introdução

Nas conversas cotidianas sobre preferência de livros para leitura, é comum caracterizar a denominada literatura de autoajuda como gênero escolhido

1 Este trabalho contribui com as investigações produzidas no grupo de pesquisa “Práticas de linguagens em estágios supervisionados – PLES” (UFT/CNPq).

2 Curso de Licenciatura em Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Mestrado em Ensino de Língua e Literatura – MELL, UFT, Araguaína, TO, Brasil. Contato: wagnerrodriguesilva@hotmail.com

3 Mestrado em Ensino de Língua e Literatura, UFT, Araguaína, TO, Brasil; liviachavesmelo@hotmail.com

para distração e reconforto, desprovido de riscos para o leitor, assim como destacado na epígrafe deste texto. Picard (2008) contrapõe o desafio apresentado ao leitor pela literatura de autoajuda e pelo romance ou ensaio, caracterizando esses últimos como gêneros que desafiam ou provocam o leitor, requisitando, ainda conforme o autor, um leitor à altura do desafio ou da provocação estabelecida. Na realidade, a denominação autoajuda não é utilizada por Picard (2008) em momento algum da obra, mas pela caracterização atribuída, identificamo-la como tal.

A autoajuda se tornou um fenômeno editorial já há alguns anos, alcançando a casa dos milhões em número de exemplares vendidos de uma única obra. Conforme afirma Brunelli (2004, p. 136), “os livros de autoajuda são um sucesso de vendas mundial, com direito a seções especiais em livrarias e divulgação de listas dos mais vendidos”. Prova disso são algumas matérias divulgadas em revistas brasileiras de circulação semanal, como a *Revista Veja*. No ano de 2002, essa revista já trazia a seguinte manchete como reportagem de capa: “Autoajuda que funciona/O que dizem os mais respeitados autores que ensinam você a ter sucesso e viver melhor”. Mais recentemente, em 2009, novamente como matéria de capa, a mesma revista apresenta a seguinte manchete: “O poder da autoajuda/Não adianta torcer o nariz. Entenda por que milhões de brasileiros encontram nesses livros inspiração, amparo e soluções reais para seus problemas”.⁴ O fenômeno também alcança revistas especializadas de circulação mensal, como a revista *Discutindo Língua Portuguesa*, em que a reportagem de capa, numa edição de 2008, intitulava-se “Autoajuda/Os segredos de linguagem de um gênero que vende milhões de títulos no Brasil e no mundo”.⁵

As razões para esse fenômeno editorial seriam, necessariamente, o “instinto de conservação” e a “preguiça”? A observação atenta das relações interpessoais na sociedade atual evidencia uma precipitação no diagnóstico realizado. Provavelmente, o estilo linguístico mais acessível da literatura focalizada justifique parcialmente o encantamento do leitor ao experimentar e, conseqüentemente, cultivar a leitura desse gênero. A literatura de autoajuda é produzida com propósito de instruir, orientar ou aconselhar os leitores, daí a

4 A Revista *Veja* é um veículo da imprensa brasileira que noticia assuntos diversos, publicada pela Editora Abril. As edições a que fazemos referência são, respectivamente: edição 1777, ano 35, nº 45; e edição 2141, ano 42, nº 48.

5 Direcionada principalmente a profissionais que trabalham diretamente com a língua portuguesa, como professores, tradutores e jornalistas, a revista *Discutindo Língua Portuguesa* é um veículo da imprensa brasileira publicado pela Editora Escala Educacional. A edição a que fizemos referência é a nº 13, ano 3.

tematização de experiências em que são vivenciadas questões emotivas ou afetivas. O leitor desses textos é captado pela promessa do alento ou da esperança no esclarecimento de incertezas e problemas enfrentados na vida diária. Por tais atributos, lançamos mão da denominação literatura açucarada para denominar esses textos, os quais podem aliviar momentaneamente as angústias, camuflando os reais estopins dos problemas vivenciados, como se a solução para tais problemas fosse encontrada exclusivamente na mente do indivíduo.

Ao nos deslocarmos para o campo da filosofia, verificamos o quanto podem ser reducionistas as razões atribuídas por Picard (2008) para a preferência pela leitura das obras de autoajuda. Na passagem para a era da “pós-modernidade”, marcada pelo consumismo desenfreado e pela supervalorização da vontade e liberdade humana, a autoajuda se torna um refrigerio para as inquietações do espírito, conforme ressalta Japiassu (2006, p. 120). De acordo com o filósofo, nem mesmo a espiritualidade escapa ao princípio contagiante do *self-service*. Deixando para trás as leis, certezas e valores, que orientaram a modernidade, responsável por conflitos mundiais e desastres conjugados com progressos científicos, “os indivíduos possuem cada vez menos convicções religiosas e cada vez mais opiniões flutuantes” (JAPIASSU, 2006, p. 131). Partilhando da análise apresentada por Japiassu (2006, p. 131), destacamos que vivemos em uma época em que:

a religião se torna objeto de consumo, as exigências de ascetismo, contrição e recolhimento sendo substituídas por vivências de emoções, por celebrações festivo-musicais mais aptas para exorcizar a solidão e o tédio e trazer certa paz interior ou conforto espiritual aos caçadores de autoconhecimento e aos famintos de autoajuda.

Assim como inúmeros outros profissionais, o professor não está imune à sensação de incerteza característica da sociedade pós-moderna. Nos setores de educação pública ou privada, a intensidade do trabalho do professor, compreendida como “o grau de esforço físico, intelectual e emocional despendido no trabalho” (DAL ROSSO, 2008, p. 95), contribui para o ceticismo que ronda o profissional da educação no tocante à geração de resultados significativos, obtendo inclusive reconhecimento da sociedade. Ao relatar os resultados de pesquisa sobre intensidade do trabalho docente desenvolvida com professores do setor privado no Distrito Federal, Dal Rosso (2008, p. 176-177) esclarece que

as competências mais exigidas do trabalho na educação privada correspondem às tecnologias modernas de gestão do trabalho. Polivalência, versatilidade e flexibilidade

recebem 66,7% de respostas afirmativas dos entrevistados. Outra característica considerada moderna é a gestão por resultados, indicada por 53,3% dos funcionários.⁶

Ao focalizarmos o trabalho dos professores de língua, no contexto brasileiro, identificamos bastante instabilidade no campo de atuação desse profissional. A democratização da escola a partir da década de 50, com inclusão dos filhos dos trabalhadores na escola, resulta num maior e menos seletivo recrutamento de professores, o que demandou mudanças diversas, inclusive da ordem do conteúdo a ser trabalhado em aula, conforme relata Soares (2002). De acordo com a autora,

é nessa época que se intensifica o processo de depreciação da função docente: a necessidade de recrutamento mais amplo e menos seletivo de professores, já anteriormente mencionado, resultado da multiplicação de alunos, vai conduzindo a rebaixamento salarial e, conseqüentemente, a precárias condições de trabalho, o que obriga os professores a buscar estratégias de facilitação de sua atividade docente – uma delas é transferir ao livro didático a tarefa de preparar aulas e exercícios. (SOARES, 2002, p. 167)

As instabilidades da atuação do professor são causadas inclusive por transformações numa sociedade marcada pela revolução tecnológica, pelo progresso das ciências, inclusive no campo dos estudos da linguagem. Os conteúdos disciplinares outrora inquestionáveis por responder aos anseios da burguesia privilegiada, como o ensino de gramática normativa e das composições escolares – descrição, narração e dissertação –, por exemplo, recebem fortes questionamentos, fundamentados nos estudos linguísticos teóricos e aplicados produzidos mais recentemente (SILVA, 2011; 2009). As propostas ou referenciais curriculares de abrangência nacional, estadual ou municipal, informados por décadas de investigações científicas nos estudos da linguagem, também são atores que informam as transformações/inoações almeçadas no ensino da língua, incidindo como um dos agentes de pressão sobre o professor de língua materna (SILVA; MELO, 2009).

6 O autor esclarece ainda que “a rede de ensino privado é um dos poucos ramos de trabalho do Distrito Federal em que se verifica um alongamento das horas de trabalho. (...) O ensino privado apresenta frequentes casos de jornadas de trabalho inauditas, cuja duração só conhecemos menção no auge da Revolução Industrial. Casos como esses são as pontas mais visíveis dos icebergs e indicam que o número de horas no campo do ensino tende a se manter longo ou mesmo a aumentar, porque os professores são pagos em sua quase totalidade por produção, a saber, à base de horas lecionadas. Como tal especificidade do pagamento do docente por horas-aula não é própria do Distrito Federal, a questão das longas jornadas é um problema para o docentes do Brasil inteiro” (DAL ROSSO, 2008, p. 177-178).

Esse breve balanço do momento profissional, vivenciado pelo professor brasileiro, principalmente o de língua, evidencia uma sobrecarga de trabalho, estendendo-se, até mesmo, ao próprio espaço doméstico. A demanda por um profissional polivalente, impulsionado a seguir as inovações teóricas e práticas do ensino, mesmo que não lhe sejam dadas condições para tal propósito, torna o professor um profissional “desbussolado”, “à deriva”, conforme expressões utilizadas por Japiassu (2006, p. 125). Em nossas interações informais ou formais com professores, em curso de formação em serviço, tornou-se comum encontrar professores sem saber o que trabalhar em aulas de Língua Portuguesa, simplesmente se sentem desautorizados a lecionarem os conteúdos disciplinares que lhes são familiares e sobre os quais têm segurança. Ainda de acordo com o Japiassu (2006), a pós-modernidade que estamos vivenciando é um momento de crise:

Encontramo-nos numa situação semelhante à dos renascentistas (e à crise grega, socrática): tendo destruído a física, a metafísica e a ontologia aristotélicas (a grande síntese racionalizadora), ficam sem possibilidades de decidir se alguma coisa é ou não possível. E passaram a acreditar no ‘tudo é possível’. (JAPIASSU, 2006, p. 125)

Em meio a incertezas e aos inúmeros desafios vivenciados no exercício do magistério, alguns dos quais aqui tematizados, os professores se tornam alvo fácil para o mercado editorial da autoajuda. Não é mais surpresa se deparar com inúmeros livros desse gênero em bibliotecas de instituições de ensino básico ou superior; mesmo quando recebem benefícios para aquisição de livros, os professores investem significativo valor de suas compras em obras de autoajuda (MELO, 2008). Há um segmento dessa literatura açucarada direcionado aos profissionais da educação. Obras como *Pedagogia do amor*, de Gabriel Chalita, e *Pais brilhantes, professores fascinantes*, de Augusto Cury, ilustram tal segmento.

Conforme estudos realizados por Kleiman e Martins (2007) e por Melo (2008), há uma tendência de uso de textos caracterizados como autoajuda na formação do professor. Numa situação de formação de professores em serviço, é destacado no primeiro estudo o desserviço prestado pelo uso desse texto na formação de professores autônomos, críticos da sua própria prática profissional. A ideologia expressa no texto apenas é aceita e reproduzida entre os professores, sem instaurar questionamentos ou críticas. Numa situação de formação inicial, é descrita no segundo estudo uma atividade de leitura e escrita malsucedida, vivenciada pela própria autora, ao utilizar dois contos

moralizantes como instrumentos de mediação para levar os alunos a refletirem sobre a prática profissional do professor. Os contos tinham um fundo moralizante, passível de associação com o trabalho docente. Em linhas gerais, essa atividade também resultou na reprodução do discurso autoritário sobre representação de professores ideais, presente nos contos, impedindo a reflexão crítica dos professores em formação inicial, conforme planejado para a atividade de leitura.

Este trabalho é um recorte dessa última pesquisa (MELO, 2008). Aqui, objetivamos (i) compreender as representações de professores na literatura de autoajuda, e (ii) descrever o papel desempenhado por essa literatura numa aula de leitura para professores em formação inicial. Com este trabalho, pretendemos contribuir com inúmeros estudos desenvolvidos sobre a formação do professor no campo da Linguística Aplicada, preocupados com o desvio do foco da responsabilização do professor pelas “ações que, em parte, são o resultado dos processos de formação, enquanto práticas de letramento, aos quais é submetido” (KLEIMAN; MARTINS, 2007, p. 275).

Este artigo está organizado em quatro principais seções. Na primeira seção, *Contextualização da pesquisa*, apresentamos os principais referenciais teóricos que orientaram a investigação realizada, bem como a caracterização dos dados analisados. Na segunda seção, *Clássicos emergentes*, analisamos as representações de professores reproduzidas no discurso propagado em dois livros de autoajuda cujo público alvo são os professores. Na terceira seção, *Caracterização da literatura açucarada*, realizamos procedimento semelhante ao da seção anterior com dois contos moralizantes também responsáveis pela propagação do discurso de autoajuda em contextos de formação de professores. Na quarta seção, *Discurso reproduzido nas respostas-opinativa*, analisamos as representações de professores em produções escritas redigidas por professores em formação inicial, destacando a reprodução do discurso de autoajuda nesses textos, uma vez que os contos moralizantes foram utilizados como leitura auxiliar para a atividade de escrita proposta.

Contextualização da pesquisa

Por focalizarmos aqui a formação inicial de professores de língua, tentando capturar a complexidade do espaço social em que esses atores estão inseridos, situamos este trabalho no campo dos estudos linguísticos aplicados. Conforme

destaca Celani (2008, p. 21), a Linguística Aplicada tem a preocupação com “o papel da linguagem nos mais variados contextos, escolares, institucionais, sociais e econômicos, privilegiando, talvez, o contexto escolar”. O enfoque transdisciplinar da investigação apresentada também fortalece tal caracterização da pesquisa, sendo a transdisciplinaridade justificada não apenas pela mobilização de perspectivas teórico-metodológicas originárias de diferentes disciplinas, mas também pela possibilidade de transformação desses referenciais no processo investigativo (KLEIMAN, 2001a, p. 18; SIGNORINI, 1998, p. 101).

Para Santos, B. (1995, p. 46), “a excessiva parcelização e disciplinarização do saber científico faz do cientista um ignorante especializado e que isso acarreta efeitos negativos. Esses efeitos são sobretudo visíveis no domínio das ciências aplicadas”. Em oposição a esse paradigma disciplinar, a abordagem transdisciplinar aqui assumida auxilia no tratamento do objeto de investigação em sua complexidade. As perspectivas teórico-metodológicas emprestadas configuram diferentes lentes, capazes de focalizar o objeto por diferentes perspectivas, minimizando o risco de simplificá-lo.

A título de exemplificação de nossa tentativa de distanciamento da especialização disciplinar, retomamos o esforço despendido na seção anterior deste trabalho. Para expor a conjuntura que acreditamos motivar o grande consumo da literatura de autoajuda, inclusive, por professores, recorreremos aos estudos filosóficos de Japiassu (2006), sociológicos de Dal Rosso (2008) e educacionais de Soares (2002).

Recorreremos às diferentes disciplinas para evitar conclusões precipitadas sobre o hábito de leitura dos professores brasileiros. Conforme mostraram alguns estudos realizados sobre a história de leitura dos professores (GUEDES-PINTO, 2001; BATISTA, 1998), tornou-se comum afirmar que os professores são “não-leitores”. Porém o que esses estudos revelam de forma unânime é que os professores são leitores, assim como inúmeros cidadãos inseridos na sociedade brasileira letrada. As leituras realizadas por tais profissionais apenas não possuem o prestígio dos textos compartilhados por uma elite que possui maior autonomia na escolha da leitura.

Na realidade, os professores brasileiros desenvolveram a prática da leitura escolarizada. Foi nos bancos escolares que os professores adquiriram o hábito de ler apenas a literatura que possa auxiliá-los nas práticas escolares, portanto possuem um repertório bastante específico. Esse fato se justifica pela própria origem humilde desse profissional, os quais normalmente são os

primeiros membros da família a terem acesso à universidade, sendo baixo o nível de escolarização dos pais (BATISTA, 1998). Ao defender uma agenda informada pelo projeto político com compromisso ético para a formação de professores, Kleiman (2001b, p. 64) afirma que

o fato de a professora ter chegado tarde às instituições letradas pode ter reflexos na formação de seu gosto pessoal de leitura, mas isso só deveria nos preocupar se interferir na prática didática; qualquer outra referência a qualificações pseudo-objetivas para o ensino seja baseada na classe social e cultural é preconceituosa.

O perfil dos professores em formação inicial focalizados neste trabalho não é diferente da caracterização realizada sobre o hábito de leitura do professor brasileiro. Trabalhamos com duas turmas da Licenciatura em Letras (Dupla Habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa), pertencentes ao turno noturno: 1º e 8º Períodos, no *Campus Universitário de Araguaína, Universidade Federal do Tocantins – UFT*. A escolha dessas turmas se justificou pelo nosso interesse em confrontar as representações de professores ideais construídas por alunos ingressantes e concluintes da licenciatura. A maioria dos alunos trabalhava durante o dia em atividades diversas, sem qualquer ligação direta com a área de educação. Muitos desses alunos trabalhavam no setor do comércio, justificando, muitas vezes, o cansaço perceptível durante as aulas.

Uma das turmas, formada por alunos do primeiro período, era composta por 40 acadêmicos bastante disciplinados e participativos. Tiveram bom desempenho durante o curso ministrado. Esses estudantes demonstraram estar satisfeitos com o curso, mostravam-se sempre dedicados e interessados em exercer a carreira do magistério. A escolha pela Licenciatura em Letras não se justifica apenas por falta de opção por outros cursos, como revelaram muitos estudantes das licenciaturas com as quais trabalhamos.

A segunda turma, formada por alunos do oitavo período, era composta por aproximadamente 40 acadêmicos, os quais, apesar de estarem em processo de conclusão de curso, mostravam-se duvidosos quanto ao efetivo exercício da prática do magistério, devido à desvalorização dos profissionais da educação. Tanto o interesse ou o desinteresse em exercer a profissão de professor foram despertados ao final da licenciatura com as disciplinas de Estágio Supervisionado, quando tiveram acesso mais direto à prática docente. Para muitos, o estágio foi a única experiência vivenciada como professores em sala de aula.

Além de dois contos moralizantes (ver anexos) – “Nós somos águias!” e “O menininho” –, trabalhados numa atividade de leitura nas turmas dos iniciantes e dos concluintes da Licenciatura em Letras, são dados de pesquisa, na investigação apresentada, as produções escritas – *respostas-opinativa* – elaboradas pelos professores em formação inicial para a referida atividade de leitura. Juntamente com a atividade de leitura, propomos uma atividade de produção escrita em que os alunos mostrassem “as semelhanças entre os textos e as possíveis contribuições contidas em tais textos para a formação de professor”. Não determinamos um gênero textual específico, apenas solicitamos que produzissem um pequeno texto em função da leitura realizada e do enunciado da atividade proposta. Com tal atividade, acreditávamos que poderíamos provocar os professores em formação inicial no sentido de refletirem sobre o papel do professor, no exercício de sua profissão.

A partir da nossa reflexão crítica sobre a atividade de leitura e escrita proposta, acreditamos ter persuadido os participantes da pesquisa a concordarem com o discurso presente nos contos selecionados. Conforme mostraremos adiante, as atividades com as quais almejávamos contribuir para a formação do professor crítico e reflexivo, autônomo em seu pensamento, configuraram-se como atividades de repetição do conteúdo tematizado, resultando no ensino de valores. Nossa experiência como professores da educação básica e como formadores de professores nos permite afirmar que esse tipo de atividade também ocorre em diversos cursos de formação continuada de professores, as denominadas capacitações de professores, ofertadas para profissionais da educação em todo o território brasileiro.

Nas aulas de leitura, o uso dos contos moralizantes se mostrou capaz de desencadear a reprodução de práticas pedagógicas ideais e, conseqüentemente, de perfis idealizados de professores, resultando na construção das representações desses profissionais, as quais são tomadas como objeto de investigação neste trabalho. De acordo com Kleiman (2006, p. 78), compreendemos representações

como conjuntos de conhecimentos a propósito dos objetos, pessoas, ideias, que, sendo partilhados pelos indivíduos ou grupos que se representam a si mesmos através deles, determinam seus comportamentos e as relações que estabelecem com outros objetos, fenômenos, práticas, pessoas e ideias; guiando-os nos modos de nomear e definir os diferentes aspectos da realidade diária; nas tomadas de decisões e nos posicionamentos.

Considerando a exposição realizada, reiteramos que a formação docente ocorre em um espaço social complexo, caracterizado pela interação de atores

de natureza diversa, compreendendo humanos e não-humanos, os quais desencadeiam ações e retroações orientadas por uma lógica histórica (SILVA, 2006). Conforme Santos, M. (2004), enfatizamos aqui a natureza humana do espaço em detrimento da natureza física. A título de exemplo dos atores humanos, destacamos professores em formação inicial e formadores, os quais trazem para o espaço de formação práticas escolares arraigadas da tradição do ensino, como a cópia ou reprodução de informações textuais. Quanto aos não-humanos, destacamos crenças, como a do professor “não-leitor”, materiais de didáticos, como os contos moralizantes, os quais determinam ações, comportamentos e atitudes. Desprovida de controle, a interação entre tais atores é responsável pela construção de um espaço sem limites físicos e sem tempos delimitados.

Clássicos emergentes - “Pedagogia do amor”

Em *Pedagogia do amor*, encontramos poucos momentos em que o professor é interpelado ou mencionado de forma mais direta. O título da obra investigada, *Pedagogia do Amor*, justifica seu público alvo prioritário que é o professor, mediador do processo de construção da aprendizagem. Ao final da obra, é afirmado que o objetivo da literatura é conscientizar o leitor do poder por ele possuído para transformar coisas negativas em grandes lições de vida. Para isso, ao longo de todo o livro, o autor utiliza como intertextos diversos contos clássicos de fundo moralizante com funções edificantes, tais como *Sherazade*, *Dom Quixote*, *Cinderela*, *O patinho feio*, dentre vários outros. A partir do intertexto são extraídas lições de vida, como por exemplo: “o valor do amor”, que aprisiona ódio e multiplica a alegria; “o valor do idealismo”, que concretiza grandes sonhos; “o valor da humildade” em meio “experiências penosas”, que podem transformar plebeias em grandes princesas; “o valor do respeito” em que, por meio das lutas, obstáculos e sofrimentos, belíssimos cisnes são gerados para viver “a doçura da vida”.

Reproduzimos adiante uma passagem da obra para exemplificar a extração da moral da história:⁷

7 Utilizamos o sublinhado para destacar os elementos linguísticos focalizados nos textos analisados neste trabalho.

(1) *Pedagogia do amor*

Pedimos a devida licença ao autor de *Dom Casmurro*, neste *Pedagogia do amor* nossa intenção foi justamente expor a crença de que é possível viver de forma mais harmônica e feliz desde que saibamos mudar os aspectos negativos e dissonantes não apenas sobrevivendo a eles, mas transformando-os em aprendizados melodicamente positivos. Devemos apreender essas lições com competência suficiente para que elas sejam transmitidas às novas gerações de forma sincera, serena e verdadeiramente eficaz. (CHALITA, 2003, p. 201 – itálico do autor)

No exemplo (01), observamos orientações ou mesmo conselhos oferecidos pelo sujeito-enunciador⁸ ao seu leitor por meio do uso de verbos na forma nominal do infinitivo (*viver; mudar; apreender*), o que faz com que se alinhem ao mobilizar o verbo “factivo epistêmico” *saibamos*, responsável por anunciar um fato verdadeiro (NEVES, 2000, p. 32). O uso da forma verbal *devemos*, ligado a *apreender*, é denominado por Neves (2000, p. 2) de *verbo modalizador* para indicar modalidade de necessidade epistêmica, ligada ao conhecimento. Tais formas verbais (*devemos, saibamos*) convidam o leitor a se alinhar com o autor da obra como companheiro ou cúmplice a encontrar em si forças para fazer dos problemas lições agradáveis. Conforme destacado por Sobral (2006) e Brunelli (2004), a orientação para que o leitor encontre auxílio, força ou solução para os problemas no interior da própria pessoa é característica das obras de autoajuda. As estruturas sintagmáticas com função adverbial de modo (*de forma sincera, serena e verdadeiramente eficaz; de forma mais harmônica*) predicam como a prática do professor deve ser orientada.

A obra coloca o professor na posição de um líder, ou seja, um profissional responsável, entusiasmado, gentil e sempre disposto a servir quando solicitado; aquele que transmite saberes, compartilha conhecimentos e agrega forças em torno de objetivos comuns; incentiva a mudança; molda e contribui para a formação de caráter. Parafraseando o texto analisado, o professor é o responsável por compor um majestoso espetáculo do qual os melhores sons e os melhores acordes são extraídos.

8 De acordo com Brunelli (2004, p. 64), o sujeito-enunciador do discurso de autoajuda é “aquele que se apresenta como responsável pela enunciação [e] se identifica com o autor da obra, cujo nome aparece na capa. Embora o sujeito-enunciador, enquanto dimensão discursiva, seja, na verdade, um lugar de enunciação, para sua análise não há nada que nos leve a desconsiderar como esse lugar se materializa textualmente, isto é, *como se apresenta aos olhos dos destinatários*” (itálico da autora).

Os contos selecionados que servem de intertexto para a obra *Pedagogia do amor* dirigem-se diretamente às crianças, uma classe minoritária, silenciada, conforme esclarecem Palo e Oliveira (2006, p. 5). As crianças leitoras não têm voz, não ditam seus valores sociais, são submissas aos valores autoritários dos adultos. Seus comportamentos, crenças desejadas na vida prática e conceitos são transmitidos para atingir uma finalidade educativa. Personagens como reis, rainhas, príncipes e princesas são os prototípicos idealizados. A cada narrativa selecionada, sempre uma lição de moral é pregada. Com isso, o leitor adulto, na literatura de autoajuda, aqui caracterizada como açucarada, é posicionado no papel de criança, sempre disposto a obedecer às instruções sugeridas.

(2) *Pedagogia do amor*

Muitas vezes, o que parece impossível pode se transformar em algo real, palpável, concreto. Afinal, quem prova que Dulcinéia não era uma princesa? Quem imaginava, em meados do século XVIII, um mundo sem escravidão? Quem pensava, na Idade Média, que o conhecimento deixaria de ser privilégio do clero e de alguns poucos nobres da corte? Em outras palavras: o mundo precisa de idealistas que olhem pela janela, vejam as rosas murchas e, ainda assim, fiquem felizes... Felizes porque conseguem enxergar as sementes. (CHALITA, 2003, p. 6)

No exemplo (2), são apresentados alguns questionamentos e desafios (*quem prova; quem*) que conduzem o leitor a refletir sobre acontecimentos históricos, aparentemente impossíveis de se concretizarem, mas que se tornaram reais. “Graças” a luta e idealização de muitos, houve o fim da escravidão, a expansão do conhecimento dentre diversas outras grandes conquistas histórico-mundiais. Para solucionar as demandas do trabalho docente, bem sabemos que não basta sermos idealistas, esperançosos, humildes, respeitadores, gentis, entusiasmados e amorosos, pois tais condições e características não resolvem os reais problemas complexos do ensino, apenas “adocica”, suaviza e alivia as angústias dos profissionais do ensino. Portanto, as demandas e necessidades reais não são solucionadas. “Compor majestoso espetáculo”, “enxergar sementes”, mesmo diante de plantas e flores murchas, são apenas sonhos. As condições para tais sonhos tornarem-se reais não são ofertadas ao docente. A autoajuda parece conduzir os profissionais do ensino ou o leitor a viver de idealizações.

Clássicos emergentes – “Pais brilhantes, professores fascinantes”

Em *Pais brilhantes, professores fascinantes*, o professor é apresentado como o profissional conhecedor do funcionamento da mente de seus alunos. Seria um educador de emoção, estimulador da autoestima, incitador da inteligência e da reflexão, sendo assim, “um artesão da sabedoria”, ou seja, aquele que resolve os problemas psicológicos de seus alunos. O professor fascinante possui sensibilidade para falar ao coração de seus alunos, constrói pensadores autores da sua história e tornam-se inesquecíveis. Nas palavras do autor, educar é “criar ideias, é encantar” (CURY, 2003, p. 34).

O caminho proposto para formar alunos críticos é “educar por meio do afeto” (CURY, 2003, p. 97). Paciência e confiança são características necessárias ao profissional idealizado, mesmo diante de grandes desafios, problemas ou decepções. Construir esperanças e sonhos; trabalhar perdas, tensão e frustrações; desenvolver a solidariedade, tolerância e o raciocínio esquemático são as missões do professor. No entanto, mais uma vez, considerando os reais problemas do ensino, não são explicitadas orientações para o professor responder às demandas do analfabetismo funcional, inclusão social, etc.

Com o objetivo de contribuir para a qualidade da educação e construir uma escola ideal, algumas dicas e técnicas são apresentadas na obra focalizada. A primeira delas é usar música ambiente em sala de aula. Essa prática alivia a ansiedade, melhora a concentração e desenvolve o prazer de aprender. Sentar em círculo ou em U é outra dica, ou técnica, para desenvolver a segurança e a participação dos alunos, e para diminuir os conflitos e conversas paralelas. Muitas outras dicas são reveladas ao professor, algumas cobranças e apelos também, conforme passagens reproduzidas adiante:

- (3) *Pais brilhantes, professores fascinantes*
Estimados educadores, temos de ter em mente que os fracos condenam, os fortes compreendem, os fracos julgam, os fortes perdoam. Mas não é possível ser forte sem perceber nossas limitações. (CURY, 2003, p. 92)
- (4) *Pais brilhantes, professores fascinantes*
Um pedido aos professores fascinantes: por favor, tenham paciência com seus alunos. Eles não têm culpa dessa agressividade, alienação e

agitação em sala de aula. Eles são vítimas. Detrás dos piores alunos há um mundo a ser descoberto e explorado. (CURY, 2003, p. 63)

Na passagem transcrita no exemplo (3), a presença do vocativo (*estimados educadores*) é uma estratégia utilizada para chamar a atenção dos leitores, professores, a ficarem atentos à exposição de dicas oferecidas para serem usadas no cotidiano de sua profissão. Como mostraremos na próxima seção, essa mesma estratégia é utilizada no conto moralizante *Nós somos águias*. O uso do verbo *perceber* na forma nominal do infinitivo instrui a maneira como o professor poderá desenvolver as sugestões fornecidas. A expressão “factivo epistêmico” *ter em mente*, conforme denominado por Neves (2000, p. 32), mostra que as sugestões reveladas são verdadeiras e funcionam na prática do docente. É característica da literatura focalizada a descrição de acontecimentos em que tais sugestões foram usadas com sucesso.

No exemplo (4), a expressão *por favor* e a expressão nominal *um pedido aos professores fascinantes* convidam os leitores a recuperarem a tradição da oralidade, revelando uma súplica, uma maneira humilde e intensa de mobilizar a emoção do docente para usar uma das características necessárias e qualificadoras nessa profissão – a paciência –, mesmo diante de alunos agressivos, alienados e agitados. O uso do verbo flexionado denominado “somente se” (*tenham paciência*), conforme Neves (2000, p. 46), indica uma condição necessária, mas não uma condição suficiente para ser professor “fascinante”. Ao final da passagem, uma esperança é fornecida ao professor: “de trás dos piores alunos há um mundo a ser descoberto e explorado”. Os verbos na forma infinitiva do participípio, em uma perspectiva de futuro (*descoberto; explorado*), indicam, orientam e instruem como o professor deve agir para atingir o alvo de sua profissão, atribuído pelas literaturas de autoajuda.

Caracterização da literatura açucarada

Atribuímos a denominação *literatura açucarada* aos contos moralizantes por serem textos de fácil leitura, apresentarem forte apelo emocional, possuírem função edificante, e, ainda, fazerem referência à esfera religiosa. Conforme exemplificado adiante, desses contos ecoam vozes da espera religiosa, resultando num discurso moralizante, inquestionável e autoritário. De acordo com Brunelli (2004, p. 116), os fragmentos bíblicos “aparecem como uma maneira de reforçar as

fórmulas propostas. Aliás, muitos textos vão além, ao se apresentarem como ‘traduções’ ou ‘elucidações’ da Bíblia destinadas ao homem ordinário, para que ele possa realizar seus projetos”. O leitor dificilmente se posicionará criticamente diante desse gênero. Nos termos empregados por Kleiman e Martins (2007, p. 294), esses contos são “fábulas contemporâneas”.

Conto moralizante 01 – “Nós somos águias!”

No conto “Nós somos águias!” (ver anexos), percebemos que a ideia de libertação do ser humano perpassa todo o enredo, e é um dos principais argumentos apresentados no conto com fundo moralizante. No início do conto, é apresentado o contexto africano encontrado sob domínio dos colonizadores ingleses. A população, que tanto sonhava com a independência do país, estava sendo persuadida com o oferecimento de um país moderno e civilizado. Aggrey, o sábio, ao ter o conhecimento de tal situação, lembra ao povo as diversas consequências sofridas pela colonização e, assim, conta a lamentosa história de libertação da águia. Reproduzimos adiante uma passagem do final do conto:

(5) Conto moralizante: “Nós somos águias!”

— Irmãos e irmãs, meus compatriotas! Nós fomos criados à imagem e semelhança de Deus! Mas houve pessoas que nos fizeram pensar como galinhas. E muitos de nós ainda acham que somos efetivamente galinhas. Mas nós somos águias. Por isso, companheiros e companheiras, abramos as asas e voemos. Voemos como as águias. Jamais nos contentemos com os grãos que nos jogarem aos pés para ciscar.

No exemplo (5), observa-se a presença de vocativos com carga semântica de fundo religioso e político, respectivamente (*irmãos e irmãs*; *companheiros e companheiras*). Fazem referência aos personagens do conto e aos leitores, talvez, cristãos. O vocativo é uma estratégia utilizada para conclamar ou, até mesmo, chamar a atenção dos leitores para perceberem o fundo moralizante do conto. O uso desse recurso linguístico também foi mencionado como característica dos livros de autoajuda, analisados na seção anterior.

Os pronomes pessoais da primeira pessoa do plural (*nós*; *nos*), utilizados na passagem textual, ao incluir o próprio narrador e, talvez, até mesmo, o autor, aproximam o leitor dos personagens do conto, motivando o leitor a se en-

volver mais diretamente no texto. O uso dessa forma pronominal é denominado de “nós inclusivo” por Sobral (2006, p. 174), ao investigar a autoajuda como um gênero discursivo. Segundo o autor, “esse recurso busca criar um efeito de proximidade entre o autor e o leitor, assim como inseri-lo em, ou convidá-lo a fazer parte de uma coletividade”.

Ainda na passagem textual reproduzida acima, o ser humano é caracterizado à imagem e semelhança de Deus, retomando o texto bíblico como intertexto, conforme a terminologia utilizada por Koch, Bentes e Cavalcante (2007, p. 17). Parafraseando as autoras, o intertexto ocorre quando em um texto está inserido um outro texto anteriormente produzido, que faz parte da memória social de uma coletividade ou da memória discursivo dos interlocutores. Reproduzimos adiante a passagem bíblica apontada como intertexto:

(6) *Texto bíblico*

É disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, conforme a nossa semelhança (...). E criou Deus o homem à sua imagem e semelhança; à imagem e semelhança o criou; macho e fêmea os criou. (Gênesis 1:26 e 27, BÍBLIA DE ESTUDO).

De acordo com o texto bíblico, o homem, criado à “imagem e semelhança de Deus” “pode todas as coisas em Deus”, pois “Deus o fortalecerá”, como confirmado num outro livro bíblico (Filipenses, 4:13, BÍBLIA DE ESTUDO). Dessa forma, se o homem pode todas as coisas em Deus, o leitor tem a possibilidade de voar como águia, por mais que algumas “pedras estejam em seu caminho” assim como nos lembra Drummond, também bastante evidente em nossa memória discursiva. No discurso cristão, basta o homem ser persistente, buscar a ajuda de Deus e não haverá pedras no meio de seu caminho que o impedirão de conquistar seus objetivos e sonhos, conforme ainda mais explícito no livro bíblico de Salmos, quando a figura da águia é mencionada explicitamente:

(7) *Texto bíblico*

É ele que perdoa todas as tuas iniquidades e sara todas as tuas enfermidades. Quem redime a tua vida da perdição e te coroa de benignidade e de misericórdia. Quem enche a tua boca de bens, de sorte que a tua mocidade se renova como a águia. (Salmos, 103, 3 a 5, BÍBLIA DE ESTUDO)

A respeito da sobreposição do discurso bíblico ao discurso da autoajuda, Brunelli (2004, p. 119) esclarece o seguinte:

como se sabe, as frases bíblicas fazem parte de uma cultura comum ao mundo ocidental; portanto sua citação pode ser considerada uma evocação do já-sabido. Nesse sentido, o discurso de autoajuda se coloca em segundo plano, como se fosse apenas um divulgador da palavra divina. Em última análise, podemos enxergar aí mais uma estratégia do discurso de autoajuda para garantir a sua aceitação.

Uma lenda existente sobre a águia diz que essa espécie vive cerca de 70 anos, porém aos 40, suas unhas já estão bastante compridas e frágeis para agarrar as presas para a sua alimentação. O bico encontra-se envergado e as asas tornam-se pesadas e envelhecidas dificultando o voo. Assim, a águia tem duas alternativas, morrer ou enfrentar o processo de renovação por cerca de 150 dias. Caso escolha a segunda opção, que é o processo de renovação, a águia se refugia no alto de uma montanha e bate seu bico nas rochas até arrancá-lo para o surgimento de outro. Com o novo bico, a mesma retira suas unhas e suas velhas penas. Só então, a águia reaparece com seu belíssimo voo de renovo. Dessa forma, retomando o discurso da esfera religiosa, por sua essência pecaminosa, o ser humano pode ser comparado à velha águia, podendo receber de Deus a dádiva do perdão e ser restaurado e renovado como a águia.

Ao situarmos a leitura do conto no contexto de formação de professores, o professor pode ser representado inicialmente pela galinha. Se não receber um tratamento adequado no seu espaço de trabalho, jamais conseguirá ser livre, poderoso como uma águia. Ao retomar a retórica da autoajuda, o curso de formação passa a ser esse espaço de tratamento, assim como no discurso religioso que compara o espaço da igreja ao território hospitalar, em que as pessoas são cuidadas, tratadas dos seus males físicos. No caso da igreja, as pessoas são cuidadas e tratadas dos males espirituais.

Utilizar um conto moralizante, como “Nós somos Águias!”, o qual traz em sua materialidade textual ecos de inúmeros discursos ou vozes, para o contexto de formação de professores, pode significar para o leitor que atitudes como perseverança, esperança ou, até mesmo, fé sejam suficientes para responder às demandas da profissão. Seriam tais atitudes suficientes para resolver problemas gerados pelos baixos salários, más condições de trabalho, despreparo dos alunos, etc.?

Conto moralizante 02 – “O menino”

No conto “O menino” (ver anexos), a ideia de alienação do ser humano perpassa toda a narrativa. Relata-se o comportamento de uma criança que sempre aceitava as exigências e cobranças que lhe eram feitas, sem realizar questionamento algum. Porém, numa outra situação interativa, momento em que lhe é concedida a liberdade, o aluno não sabe usá-la, pois não lhe fora dada uma formação que o tornasse um sujeito independente e livre, assim como é defendido na moral da história, ao final do conto moralizante “Nós somos águias!”.

No início do texto focalizado, a presença do verbo *contrastar*, usado na forma verbal flexionada do pretérito imperfeito, revela que o ambiente escolar era algo incomum para o protagonista da história. Antes de ter sido inserido nesse espaço, as representações ou imagens (*frames*) que o menino possuía dessa esfera eram algo superior a ele, possivelmente como uma casa do saber, ou mesmo catedral do conhecimento. Até que, ao ser incluído nesse espaço, o estudante descobre que a escola não era o que ele imaginava, ou seja, *tão grande*, utilizando-nos das próprias palavras do texto.

O advérbio de intensidade *tão*, empregado na linha 3 do texto, caracteriza o adjetivo *grande*, revelando que provavelmente o garoto começa a se envolver com o novo contexto, mas ainda não se sente à vontade e familiarizado, como explícito nas entrelinhas do conto. Assim, percebemos no menino o sentimento de estranheza durante a adaptação a circunstâncias não-familiares. O protagonista apresenta desconforto ao se deparar com as regras de funcionamento do novo espaço: a escola.

Nesse conto, a moral do texto não aparece tão claramente como no primeiro conto analisado e, muito menos, o discurso religioso, mas é um texto de fácil leitura, possui forte apelo emocional e ainda uma função edificante. Observamos a resistência do garoto em aceitar as metodologias utilizadas pelas professoras, no início de sua vida escolar. Inicialmente, resiste ao poder de alienação da professora, que se utiliza de uma prática autoritária para impor suas vontades ao estudante, desconsiderando a criatividade ou a formação de um indivíduo autônomo. De acordo com Franchi (2006, p. 35), a criatividade é “fruto de um comportamento original e assistemático, realimentado a cada momento em cada circunstância da ação humana”. O comportamento original do garoto do texto não é realimentado, mas desconsiderado.

Mesmo em um novo espaço escolar, quando o garoto encontra outra professora, cuidadosa, mais próxima de seus alunos e usuária de uma metodologia inovadora, a criatividade do garoto não consegue ser despertada. O aluno já se encontrava alienado, acostumado com as práticas limitadas, desenvolvidas por meio da didática utilizada na primeira escola. Sabemos bem, conforme já destacado por Freire (1999, p. 105), que “o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdade, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia”. A moral do conto deixada para o leitor é que, se o professor não oferecer uma educação para a autonomia, de qualidade, será responsável pela formação deficitária do aluno.

Assim como observado no uso do primeiro conto moralizante, em situação de formação, a professora é posta no centro das problemáticas educacionais como a única responsável pela formação oferecida ao aluno. O próprio conto apresenta um contraste entre duas práticas pedagógicas, desenvolvidas por diferentes professoras, sendo a segunda profissional apresentada como mais eficiente, uma vez que se preocupa em desenvolver a autonomia discente. Conforme já destacado por Kleiman e Martins (2007, p. 275), provavelmente, culpabilizar o professor seja uma das alternativas mais fáceis para a mídia, a própria academia e o governo se livrarem da responsabilidade pela educação. Não podemos negar que situações fictícias como as aqui focalizadas podem ocorrer ou servir de experiência profissional na vida real, mas precisamos lembrar que práticas pedagógicas indigestas são frutos de ações do processo de formação oferecido ao professor.

Discurso reproduzido nas respostas-opinativas

A análise dos dados revela que os professores em formação inicial, participantes desta pesquisa, tendem a reproduzir a representação de professores progressistas, assim como orientações discutidas e apresentadas nos contos moralizantes. Críticas às concepções de professores tradicionais, compreendidos como profissionais autoritários, que pouco instigam a participação e a criatividade dos alunos, conforme discurso também propagado nos contos analisados, tendem a ser assumidas pelos professores em formação. Os participantes desta pesquisa apenas reproduzem a moral dos contos por diferentes perspectivas.

Para ilustrar o discurso assimilado pelos professores em formação, via conto moralizante, reproduzimos adiante a resposta-opinativa, elaborada por um informante do 8º Período, no Curso de Licenciatura em Letras. O exemplo é representativo das produções escritas produzidas pelas duas turmas focalizadas.

(8) Resposta-opinativa

Tomando como base os modelos de educação e educadores presentes nos textos (“Nós somos águias” e “O menininho”), veremos a contraposição de dois modelos de ensino:

O primeiro representado pelo camponês e o segundo pela professora do menininho, remetem a um modelo limitador e imbecilizante capaz de tornar águias em meras galinhas, por meio da repetição alienada de formulas e saberes. Tal método também é relativamente fácil tanto de se aprender como de se ensinar, já que não pressupõe investigação ou questionamento.

O segundo modelo de educação representa a libertação do indivíduo, o professor como o naturalista busca, através do esforço, fortalecer o que o aluno já tem, para, então, partir para um conhecimento maior construído e não meramente reproduzido. Assim o aluno é capaz de compreender as estruturas do saber e possivelmente melhorá-lo. Esse é, pois, o modelo de educação e de educador que devem ou não ao menos deveriam nortear os educadores e futuros educadores. (Informante 02 8º P)

No exemplo (8), o informante organiza sua resposta em três parágrafos: o primeiro parágrafo anuncia o contraste entre dois “modelos de ensino”, e o segundo e terceiro parágrafos expõem separadamente os dois “modelos de ensino” previamente anunciados. As expressões nominais anafóricas *o primeiro* e *o segundo*, introdutórias dos últimos parágrafos, retomam as duas concepções de ensino contrapostas nos contos moralizantes lidos. Tais modelos correspondem às representações de professor limitador e libertador tematizadas nos contos utilizados na atividade de leitura.

O professor limitador é comparado pelo professor em formação ao camponês de “Nós somos águias!” e à professora tradicional de “O menininho”. Para o informante, esses personagens transformaram *águias em meras galinhas*. Esse modelo de ensino, também identificado pela forma adjetiva *imbecilizante*, é caracterizado pela metodologia de *repetição alienada de fórmulas e saberes*.

Nessa perspectiva, o informante reproduz o discurso de que o professor que deseja abandonar tal prática rechaçada pode consegui-la facilmente.

Ainda nos termos utilizados pelo informante do exemplo (8), o segundo protótipo de professor busca *através do esforço fortalecer o que o aluno já tem*. Ou seja, considera os conhecimentos e saberes adquiridos por seus alunos assimilados no meio social de que fazem parte, com o compromisso de ampliar esses saberes, conforme discurso da inovação propagado no campo dos estudos da educação. Para o informante, por meio da mediação docente, o que nos lembra a teoria vygotskyana da aprendizagem, professor e alunos constroem cooperativamente novos conhecimentos. A escolha do termo *esforço* caracteriza a dedicação e compromisso do professor. O uso das formas verbais *deve* e *deveria*, como modalizadores epistêmicos de necessidade, nos termos propostos por Neves (2000, p. 62), mostra que, para ser professor, é necessário assumir a postura de libertador.

Em contradição com a responsabilização exclusiva do professor pelas transformações necessárias nos contextos de instrução formal, assim como reproduzido na literatura de autoajuda aqui analisada, o exemplo adiante descreve uma realidade que escapa à vontade ou ao desejo particular do professor em desencadear uma aprendizagem significativa do discente.

(9) Resposta-opinativa

Na graduação, o professor toma conhecimento de teorias, de novos métodos que parecem difíceis de aplicabilidade ou aceitação, porém, não utópicos. É levado a crer em uma educação transformadora, capaz de fazer um diferencial no estado em que se encontra determinada situação social no âmbito escolar, por conseguinte, sai da academia pronto para inovar e fazer valer a Educação.

No entanto, quando chegam à realidade escolar; quando encontram um sistema quantitativo e estatístico (longe de ser qualitativo e humanista que se espera que exista), onde são levados a aprovar alunos com notas superiores à média sete, com o intuito de apenas e tão somente alavancar os índices de erradicação do analfabetismo, evasão escolar, média geral per capita entre discentes, entre outras máculas da educação, esses mesmos professores – cheios de ideias novas e com criatividade – são fadados a “desenhar o mesmo desenho da professorinha”, ou seja, são levados a seguirem um padrão ora estabelecidos por interesse que não os da educação. (Informante 02 8º P)

No exemplo (9), o informante contrasta a formação inicial oferecida ainda no curso de licenciatura com a dinâmica própria do espaço escolar, caracterizada pelo *sistema quantitativo e estatístico*, conforme denominação atribuída pelo informante. Tal contraste é textualmente marcado pelo uso da locução conectiva adversativa *No entanto*. Ainda que as orientações teórico-metodológicas na formação inicial não sejam *utópicas*, conforme afirmado no exemplo focalizado, as denominadas máculas da educação parecem mais resistentes aos antídotos utilizados. As demandas criadas no espaço escolar são bastante complexas, exemplo disso são os significativos e antigos esforços realizados por pesquisadores em diferentes campos do conhecimento em que a sala de aula ou questões relacionadas diretamente a tal espaço são tomadas como objeto de investigação. Esse último exemplo deixa evidente a existência de atores humanos e não-humanos resistentes às forças interiores que possam desencadear motivação e aliviar angústias, conforme solução facilmente proposta na literatura de autoajuda.

Considerações finais

Nas obras de autoajuda em que o interlocutor imediato é o professor, é atribuída ao profissional a função de motivar os alunos a encontrarem a solução para os problemas pessoais no próprio interior. Quando o uso dessa literatura está situado em contextos de formação profissional, corre-se o risco de se transmitir a ideia de que a solução para as demandas da prática pedagógica pode ser respondida a partir do esforço particular ou individual do professor, o que acreditamos ser um completo disparate. Nesse sentido, o professor seria o medidor para as ações desencadeadoras não só da própria cura interior, mas também de seus alunos, diferentemente da literatura de autoajuda com público leitor mais amplo, em que o próprio interlocutor se configura como agente da cura pessoal.

As representações de professor construídas pelos professores em formação inicial, participantes desta pesquisa, não avançam em relação ao que é propagado nos contos moralizantes, o que é justificado pela reprodução do discurso inquestionável e autoritário da autoajuda. As demandas para o ensino produtivo são depositadas sob a responsabilidade do professor, como se não houvesse outros atores responsáveis pela interação no espaço complexo de instrução formal. Nessa perspectiva, o professor seria o único responsável pelo sucesso

ou fracasso do ensino. Eis aí o risco presente no uso da literatura de autoajuda como instrumento de mediação para fortalecer o letramento do professor em formação inicial ou em serviço.

Em contexto de formação profissional, permitir que a literatura de autoajuda seja compreendida como orientação para as respostas às demandas do ensino significa desembocar no estreito caminho da especialização ou disciplinarização, pois inúmeras contribuições de diferentes campos do conhecimento são desconsideradas. A construção ou aplicação do conhecimento científico numa perspectiva contrária à interdisciplinaridade ou, até mesmo, à transdisciplinaridade, pode resultar na produção de respostas simplificadas.

SILVA, Wagner Rodrigues; MELO, Livia Chaves de. Self-improvement discourse in the language teacher education. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 198-226, 2010.

ABSTRACT: *This work investigates the interference of self-improvement discourse in the teachers representations created by student-teachers within the context of language teacher formation courses. The theoretical grounding is anchored in the notion of transdisciplinarity as central factor for postmodern scientific practice in Applied Linguistics. The results show that the discourses of self-improvement hold teachers responsible for both the success and the failure of their students. Consequently, the use of this type of language during teacher training courses may camouflage teacher empowerment, which may compromise teacher formation.*

KEYWORDS: *Teacher Education. Reading. Literacy. Applied Linguistics.*

Referências

BÍBLIA DE ESTUDO PENTECOSTAL: antigo e novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2006.

CELANI, M. A. A. A relevância da Linguística Aplicada na formação de uma política educacional brasileira. In: FORTKAMP, B. M.; TOMITCH, L. M. B. (Orgs.). **Aspectos da Linguística Aplicada**: estudos em homenagem ao Professor Hilário Inácio Bohn. Florianópolis: Editora Insular, 2008. p. 17-32.

CHALITA, G. **Pedagogia do amor**: a contribuição das histórias universais para a formação de valores das novas gerações. 29. ed. São Paulo: Editora Gente, 2003.

CURY, A. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. 18. ed. Rio de Janeiro: Sextante.

BATISTA, A. A. G. Os professores são “não-leitores”? In: MARINHO, M.; SILVA, C. S. R. (Orgs.). **Leituras do professor**. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 1998. p. 23-60.

BRUNELLI, A. F. **“O sucesso está em suas mãos”**: análise do discurso de autoajuda. Campinas, 2004. 149p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

FRANCHI, C. Criatividade e gramática. In: POSSENTI, S. (Org.). **Mas o que é mesmo “gramática”?**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 34-101.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GUEDES-PINTO, A. L. Narrativas de práticas de leitura: trajetórias da professora alfabetizadora. In: KLEIMAN, A. B. (Org.). **A formação do professor**: perspectivas da Linguística Aplicada. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 69-94.

JAPIASSU, H. **O sonho transdisciplinar e as razões da filosofia**. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

KLEIMAN, A. B. Processos identitários na formação profissional – o professor como agente de letramento. In: CORRÊA, M. L. G.; BOCH, F. (Orgs.). **Ensino de língua**: representação e letramento. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 75-91.

_____. Formação do professor: retrospectiva e perspectiva na pesquisa. In: KLEIMAN, A. B. (Org.). **A formação do professor**: perspectivas da Linguística Aplicada. Campinas: Mercado de Letras, 2001a. p. 13-35.

_____. Letramento e formação do professor: quais as práticas e exigências no local de trabalho? In: KLEIMAN, A. B. (Org.). **A formação do professor**: perspectivas da Linguística Aplicada. Campinas: Mercado de Letras, 2001b. p. 39-68.

KLEIMAN, A. B.; MARTINS, M. S. C. Formação de professoras; a contribuição das instâncias administrativas na conservação e na transformação de práticas docentes. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). **Linguística aplicada**: suas faces e interfaces. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 273-298.

KOCH, I. G. V. BENTES, A. C. CAVALCANTE, M. M. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. São Paulo: Cortez, 2007.

MELO, L. C. de. **Representação de professor e aluno em aula de leitura**. 2008. 87 f. Monografia (Especialização em Leitura e Produção Escrita) - Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2008.

PALO, M. J.; OLIVEIRA, M. R. D. **Literatura infantil**: voz de criança. São Paulo: Ática, 2006.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PICARD, G. **Todo mundo deveria escrever**: a escrita como disciplina de pensamento. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SIGNORINI, I. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto de pesquisa em Linguística Aplicada. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 99-110.

SILVA, W. R. **Estudo da gramática no texto**: demandas para o ensino e a formação do professor de língua materna. Maringá: EDUEM, 2011.

_____. Algumas contribuições da linguística aplicada para o ensino de escrita em aulas de língua materna no Brasil. In: **Investigações**: linguística e teoria literária. Programa de Pós-Graduação em Letras/Recife: Bagaço, 2009. v. 22, n. 2, p. 135-160.

_____. **Construção de aprendizes de leitura e escrita através de exercícios didáticos**: um estudo de caso. 2006. 185 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino/Aprendizagem em Língua Materna) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVA, W. R.; MELO, L. C. Teoria acadêmica e prática docente em referencial curricular. In: SILVA, W. R.; MELO, L. C. (Orgs.). **Pesquisa & ensino de língua materna e literatura**: diálogos entre formador e professor. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 37-62.

SOARES, M. História de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (Org.) **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SOBRAL, A. U. **Elementos sobre a formação de gêneros discursivos**: a fase “parasitária” de uma vertente do gênero de auto-ajuda. São Paulo, 2006. 305p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

Anexos

Conto moralizante 01 – “Nós somos águias!”

Vamos, finalmente, contar a história narrada por James Aggrey.

O contexto é o seguinte: em meados de 1925, James havia participado de uma reunião de lideranças populares na qual se discutiam os caminhos da libertação do domínio colonial inglês. As opiniões se dividiam.

Alguns queriam o caminho armado. Outros, o caminho da organização política do povo, caminho que efetivamente triunfou sob a liderança de Kwame N’Krumah. Outros se conformavam com a colonização à qual toda a África estava submetida. E havia também aqueles que se deixavam seduzir pela retórica dos ingleses. Eram favoráveis à presença inglesa como forma de modernização e de inserção no grande mundo tido como civilizado e moderno.

James Aggrey, como fino educador, acompanhava atentamente cada intervenção. Num dado momento, porém, viu que líderes importantes apoiavam a causa inglesa. Faziam letra morta de toda a história passada e renunciavam aos sonhos de libertação. Ergueu então a mão e pediu a palavra. Com grande calma, própria de um sábio, e com certa solenidade, contou a seguinte história:

Era uma vez um camponês que foi a floresta vizinha apanhar um pássaro para mantê-lo em sua casa. Conseguiu pegar um filhote de águia. Coloco-o no galinheiro junto com as galinhas. Comia milho e ração própria para galinhas. Embora a águia fosse o rei/rainha de todos os pássaros. Depois de cinco anos, este homem recebeu em sua casa a visita de um naturalista. Enquanto passeavam pelo jardim, disse o naturalista:

– Esse pássaro aí não é galinha. É uma águia. – De fato – disse o camponês. É águia. Mas eu criei como galinha. Ela não é, mas uma águia. Transformou-se em galinha como as outras, apesar das asas de quase três metros de extensão.

– Não – retrucou o naturalista. Ela é e será sempre uma águia. Pois tem um coração de águia. Este coração a fará um dia voar às alturas. – Não, não – insistiu o camponês. Ela virou galinha e jamais voará como águia. Então decidiram fazer uma prova. O naturalista tomou a águia, ergueu-a bem alto e desafiando-a disse: – Já que você de fato é uma águia, já que você pertence ao céu e não a terra, então abra suas asas e voe! A águia pousou sobre o braço estendido do naturalista. Olhava distraidamente ao redor. Viu as galinhas lá

embaixo, ciscando grãos. E pulou para junto delas. O camponês comentou:

– Eu lhe disse, ela virou uma simples galinha! – Não – tornou a insistir o naturalista. Ela é uma águia. E uma águia será sempre uma águia. Vamos experimentar novamente amanhã. No dia seguinte, o naturalista subiu com a águia no teto da casa. Sussurrou-lhe:

– Águia, já que você é uma águia, abra as suas asas e voe! Mas quando a águia viu lá embaixo as galinhas, ciscando o chão, pulou e foi para junto delas. O camponês sorriu e voltou à carga: – Eu lhe havia dito, ela virou galinha! – Não – respondeu firmemente o naturalista. Ela é águia, possuirá sempre um coração de águia. Vamos experimentar ainda uma ultima vez. Amanhã a farei voar. No dia seguinte, o naturalista e o camponês levantaram bem cedo. Pegaram a águia, levaram para fora da cidade, longe das casas dos homens, no alto de uma montanha. O sol nascente dourava os picos das montanhas. O naturalista ergueu a águia para o alto e ordenou-lhe:

– Águia, já que você é uma águia, já que você pertence ao céu e não a terra abra suas asas e voe!

A águia olhou ao redor. Tremia como se experimentasse nova vida. Mas não voou. Então o naturalista segurou-a firmemente, bem na direção do sol, para que seus olhos pudessem encher-se da claridade solar e da vastidão do horizonte. Nesse momento, ela abriu suas potentes asas, grasnou com o típico *kau-kau* das águias e ergue-se, soberana, sobre se mesma. E começou a voar, a voar para o alto, a voar cada vez mais para o alto. Voou... voou... até confundir-se com o azul do firmamento...

E Aggrey terminou conclamando:

Irmãos e irmãs, meus compatriotas! Nós fomos criados à imagem e semelhança de Deus! Mas houve pessoas que nos fizeram pensar como galinhas. E muitos de nós ainda achamos que somos efetivamente galinhas. Mas nós somos águias. Por isso, companheiros e companheiras, aramos as asas e voemos. Voemos como as águias. Jamais nos contentemos com os grãos que nos jogarem aos pés para ciscar.

Autor: BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha*: uma metáfora da condição humana.

Disponível em: <<http://www.activeboard.com/forum.spark?aBID=61756&p=3&topicID=3346418>> Acesso em 3 abr. 2010.

Conto moralizante 02 – “O menininho”

Era uma vez um menininho bastante pequeno que contrastava com a escola bastante grande. Quando o menininho descobriu que podia ir à sua sala caminhando pela porta da rua, ficou feliz. A escola não parecia tão grande quanto antes.

Uma manhã a professora disse:

“Hoje nós iremos fazer um desenho.”

“Que bom!” pensou o menininho. Ele gostava de desenhar. Leões, tigres, galinhas, vacas, trens e barcos... pegou a sua caixa de lápis de cor e começou a desenhar. A professora então disse:

“Esperem, ainda não é hora de começar!” Ela esperou até que todos estivessem prontos.

“Agora”, disse a professora, nós iremos desenhar flores. Começou a desenhar bonitas flores com seu lápis rosa, laranja e azul. A professora disse:

“Esperem! Vou mostrar como fazer:” E a flor era vermelha com caule verde.

“Assim”, disse a professora, “agora vocês podem começar”.

O menininho olhou para a flor da professora, então olhou para a sua flor. Gostou mais da sua flor, mas não podia dizer isso... virou o papel e desenhou uma flor igual a da professora. Era vermelha com caule verde.

Num outro dia, quando o menininho estava em aula ao ar livre, a professora disse:

“Hoje nós iremos fazer uma coisa com barro”.

“Que bom” pensou o menininho. Ele gostava de trabalhar com barro. Podia fazer com ele todos os tipos de coisas: elefantes, camundongos, carros e caminhões. Começou a juntar e amassar a sua bola de barro. Então a professora disse:

“Esperem! Não é hora de começar!” ela esperou até que todos estivessem prontos.

“Agora”, disse a professora, nós iremos fazer um prato”.

“Que bom” pensou o menininho. Ele gostava de fazer pratos de todas as formas e tamanhos. A professora disse:

“Esperem! Vou mostrar como se faz. Assim, agora vocês podem começar”. E o prato era fundo.

O menininho olhou para o prato da professora, olhou para o próprio

prato e gostou mais do seu, mas ele não podia dizer isso. Amassou seu barro numa grande bola novamente e fez um prato fundo, igual ao da professora.

E muito cedo o menininho aprendeu a esperar e a olhar e a fazer as coisas exatamente como a professora. E muito cedo ele não fazia mais coisas por si próprio.

Então, aconteceu que o menininho teve que mudar de escola. Esta escola era ainda maior que a primeira. Ele tinha que subir grandes escadas até a sua sala.

Um dia a professora disse:

“Hoje nós vamos fazer um desenho”.

“Que bom!” pensou o menininho e esperou que a professora dissesse o que fazer. Ela não disse. Apenas andava pela sala. Quando veio até o menininho disse:

“Você não quer desenhar?”

“Sim, o que é que nós vamos fazer?”

“Eu não sei, até que você o faça”.

“Como eu posso fazê-lo?”

“Da maneira que você gostar”.

“E de que cor?”

“Se todo mundo fizer o mesmo desenho e usar as mesmas cores, como eu posso saber qual o desenho de cada um?”

“Eu não sei”.

E começou a desenhar uma flor vermelha com caule verde.

(Autor não identificado)

Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/o-menininho-958289.html>> Acesso em 3 abr. 2010.

UM NOVO OLHAR SOBRE A FISSURA PALATINA

Rita TONOCCHI¹
Gustavo NISHIDA²
Adelaide H.P. SILVA³

RESUMO: Analisando acusticamente dados de fala de um sujeito portador de fissura palatina e de um sujeito sem fissura, observa-se que, contrariamente ao que a literatura médica usualmente descreve para esses casos, o sujeito fissurado não posterioriza invariavelmente os sons, em particular as consoantes plosivas, mas as realiza como o sujeito não fissurado. A diferença entre a fala de um sujeito e outro está na organização temporal da cadeia da fala, já que as durações relativas de vogal tônica e de consoante plosiva se distribuem de modo diferente para os dois sujeitos. Os dados sugerem, portanto, que a característica patológica da fala do sujeito fissurado não está na “troca” de um som por outro, mas no detalhe fonético. Por isso, este estudo argumenta que, para explicar os dados, é necessário adotar um modelo dinâmico de produção de fala que incorpore a variável tempo. Do contrário, é impossível proceder a uma análise adequada dos fatos verificados.

PALAVRAS-CHAVE: Patologia de Fala. Fissura Palatina. Análise Acústica. Duração Relativa.

Introdução

As fissuras decorrem de uma alteração na fusão dos processos faciais embrionários e são caracterizadas por uma má-formação crânio-facial congênita devido a uma interrupção, total ou parcial, na continuidade dos tecidos do lábio e/ou palato. Segundo Capellozza Filho e Silva Filho, “[...] dentro da

1 Aluna do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil. Contato: ritacato@hotmail.com

2 Aluno do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: gustavo_linguista@yahoo.com.br

3 Professora do Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas (DELIN), da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: adelaidehpsilva@gmail.com

denominação ‘fissuras labiopalatais’ encontram-se manifestações clínicas muito diversificadas e que recebem sinonímias coloquiais diferentes, como ‘lábio leporino’ para a fissura de lábio, e ‘goela de lobo’ para a fissura de palato” (2002, p. 60).

As fissuras de lábio e/ou palato assumem importância por dois aspectos: a sua acentuada incidência,⁴ representando uma das mais frequentes anomalias faciais e responsável por 25% de todos os defeitos congênitos (POERNER, 2000); a complexidade de comprometimentos que acarreta no indivíduo, dentre os quais se destacam as inadequações articulatórias e peculiaridades na voz.

Na fisiologia normal, quanto às produções de fala e voz, constatamos que o

[...] palato, no que se refere à comunicação oral, compõe o complexo ressonador-articulatório. Contribui para a separação ou a comunicação das cavidades oral e nasal, o que determina a oposição entre fonemas⁵ orais e nasais; permite a criação da pressão aérea intra-oral necessária à produção adequada dos fonemas plosivos e estabelece relação com a língua, referenciando pontos articulatórios para a produção de alguns fonemas. (RAMOS, 1996, p. 219).

Podemos apreender que as estruturas da velofaringe, que constituem o palato mole, desempenham um papel fundamental na produção da fala na medida em que são responsáveis pela distribuição do fluxo aéreo expiratório e das vibrações acústicas para a cavidade oral na produção dos sons orais e para a cavidade nasal na produção dos sons nasais (TRINDADE; TRINDADE JUNIOR, 1996). A separação entre as cavidades oral e nasal durante a fala é assegurada pelo esfíncter velofaringeano.

Entretanto, segundo Altmann (1997), na fissura palatina as fibras musculares que compõem tal esfíncter não formam as cintas musculares necessárias e efetivas, ocorrendo um desequilíbrio de sua função. O funcionamento inadequado desse esfíncter é fator determinante da maioria dos problemas de articulação, que pode estar afetada de diferentes formas, caracterizando-se por inadequações quanto aos pontos e modos de articular os sons da fala.

4 As fissuras lábio-palatinas, no Brasil, acometem cerca de um indivíduo em cada 650 nascidos vivos. (CAPELOZZA FILHO; SILVA FILHO, 2002).

5 Importante observar que, obviamente, se mantiveram na citação os termos empregados pela fonte citada, muito embora haja aí uma inadequação do ponto de vista teórico, já que não se produzem fonemas – os quais são unidades abstratas, representacionais – mas sons da fala. Infelizmente, esta inadequação terminológica é ainda frequente na literatura médica brasileira.

Nesse sentido, verificamos que o principal fator que provoca alterações articulatórias características da fissura é a deformidade no palato, pois a sua estrutura e sua função estão comprometidas. Desse modo,

O não fechamento adequado do esfíncter velofaríngeo permitirá que parte da corrente aérea sonorizada escape para a cavidade nasal, alterando a qualidade de fala. [...] A falta de separação entre as cavidades oral e nasal determina o aumento da caixa de ressonância, resultando na produção verbal de voz com ressonância nasal aumentada, denominada de hipernasalidade, rinofonia, rinolalia. Associa-se também nesta situação, o escape de ar nasal pelo nariz durante as emissões, o que contribuiu para a diminuição da pressão intra-oral e do tempo de emissão, podendo tornar-se audível e levar ao aparecimento de movimentos associados do fechamento das asas nasais durante a fala com o objetivo de diminuir o escape nasal. (MILLAN, 1993, p.38-39)

As inadequações articulatórias na fala do fissurado podem ser consideradas como estratégias para compensar os desvios nos processos de ressonância e articulação. Nessa medida, são chamadas de produções compensatórias, pois são realizadas na tentativa de aproximar a produção dos sons da fala “normal”⁶. O ajuste compensatório que envolve uso de pontos articulatórios “atípicos” passa, então, a fazer parte do padrão de fala do indivíduo com fissura de palato.

Já para Trindade e Trindade Junior, para compensar a incapacidade de impor pressão na cavidade oral, os indivíduos portadores de fissura palatina:

[...] frequentemente substituem os sons articulados oralmente por sons articulados em pontos aquém do local da deficiência, na tentativa, por vezes inconsciente, de aproximar o resultado acústico o mais possível daquilo que consideram o som normal. É o que acontece, por exemplo, no distúrbio articulatório conhecido como “golpe de glote”⁷. Como descrito por Morris, 1979, o som plosivo é produzido pela interrupção súbita da corrente aérea na glote causada pelo movimento valvular abrupto das pregas vocais, resultando em um som semelhante ao da tosse. (1996, p. 225)

Quanto às regularidades nas produções compensatórias, de acordo com Tabith Júnior:

6 É necessário atentar para o fato de que há já aqui um equívoco: ao se assumir um padrão, assume-se que haja uma “produção correta”, sem se considerar que há uma grande variabilidade articulatória na produção dos sons da fala, ainda que tal variabilidade não implique em variabilidade acústica, i.e., um som pode ser produzido pela ação de diferentes manobras articulatórias e ainda assim pode ser percebido como o mesmo som por diferentes falantes.

7 Esta manobra chamada pelos fonoaudiólogos de “golpe de glote” resulta no som que os foneticistas denominam “consoante oclusiva glotal”.

[...] ocorre uma manobra articulatória atípica, envolvendo a glote e a faringe, para compensar a falta de pressão intra-oral na emissão de plosivas e fricativas, na presença de uma disfunção velofaríngea. Nessas produções há uma substituição do ponto articulatório dos fonemas orais e de pressão por pontos articulatórios mais posteriores no trato vocal. (2002, p.27)⁸.

Ressaltamos que as produções compensatórias, embora apresentem uma regularidade devido às condições anatômicas e funcionais do palato nas fissuras, são desencadeadas de forma particular por cada sujeito em conformidade tanto com aspectos linguísticos quanto com aspectos subjetivos que participam de seu desenvolvimento.

Questionamos, neste trabalho, a classificação das alterações no padrão articulatório de sujeitos portadores de fissura palatina, que resulta de uma situação recorrente na fala desses sujeitos, ou seja, uma tendência em posteriorizar os sons para região faríngea ou glotal, decorrente de suas alterações anátomo-funcionais. Nessa direção, nosso objetivo é entender como os indivíduos fissurados produzem os sons do Português Brasileiro (doravante PB).

Para isso, realizamos uma análise acústica preliminar sobre a produção da fala de um sujeito fissurado, para que em trabalhos futuros tenhamos subsídios mais apurados para o tratamento de sujeitos com fissura palatina na clínica fonoaudiológica.

Metodologia

O presente trabalho abordou as produções de dois informantes do sexo masculino, ambos com 15 anos: um sujeito que não apresenta fissura palatina, denominado L, e um sujeito portador de Fissura Pós-Forame,⁹ denominado A, o qual faz tratamento interdisciplinar no CAIF/AFISSUR.¹⁰

8 Também aqui o termo “fonema” é usado, de forma inadequada, como sinônimo de “som de fala”.

9 A Fissura Pós-Forame refere-se à fissura apenas de palato. Cabe comentar que a classificação das fissuras descrita por Spina, apresentada neste trabalho, está baseada no trabalho de Capelozza Filho e Silva Filho (2002).

10 O Centro de Atendimento Integral ao Fissurado Lábio-Palatal - CAIF, localizado em Curitiba, é um centro voltado para o tratamento das deformidades crânio-faciais, entre as quais se incluem as fissuras lábio-palatinas. Criado em abril de 1992, é um órgão da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA) conveniado com a Associação de Reabilitação e Promoção Social do Fissurado Lábio-Palatal – AFISSUR, razão pela qual usamos a denominação CAIF/AFISSUR. Devido à complexidade de problemas que podem acometer os sujeitos portadores de má-formação crânio-facial, o CAIF/AFISSUR possui

Para tanto, foi conduzido um estudo acústico, que consistiu da leitura de cinco repetições de um *corpus* composto por seis logotomas, os quais eram inseridos na sentença-veículo “*Digo ___ baixinho*”. As sentenças eram apresentadas em ordem aleatória aos sujeitos do experimento e os dados foram gravados em uma cabine com tratamento acústico no LEFON/UFPR,¹¹ a uma taxa de amostragem de 44.100 Hz.

Os logotomas do *corpus* eram dissílabos oxítonos. Na sílaba tônica, as consoantes se alternavam entre as seis consoantes plosivas do PB ([p, b, t, d, k, g]) com a vogal [a] fixa. Por sua vez, a sílaba pretônica era sempre a mesma: [ka].

	Labial	Alveolar	Velar
Surdas	[ka'pa]	[ka'ta]	[ka'ka]
Sonoras	[ka'ba]	[ka'da]	[ka'ga]

Quadro 1 – Logotomas utilizados no experimento.

Nesta primeira etapa, por estarmos fazendo uma inspeção inicial dos dados, decidimos analisar a duração relativa da vogal tônica e da oclusão das plosivas das produções dos dois informantes selecionados. Esperamos que a comparação dessas produções mostre-nos em que medida a fala do fissurado “desvia” da fala normal, uma vez que pode revelar mais objetivamente¹² (não somente por análise de outiva) as produções dos sons desses informantes. Fique claro que não se está buscando observar, neste momento, se o indivíduo com fissura posterioriza todas as suas produções ou não, até porque os parâmetros acústicos tomados não nos permitiriam averiguar esse fato. O que se busca, como já mencionado, é uma comparação entre os dados de um sujeito fissurado e um não-fissurado com o intuito de verificar se há diferença nas produções e, em havendo, em que consistiria tal diferença.

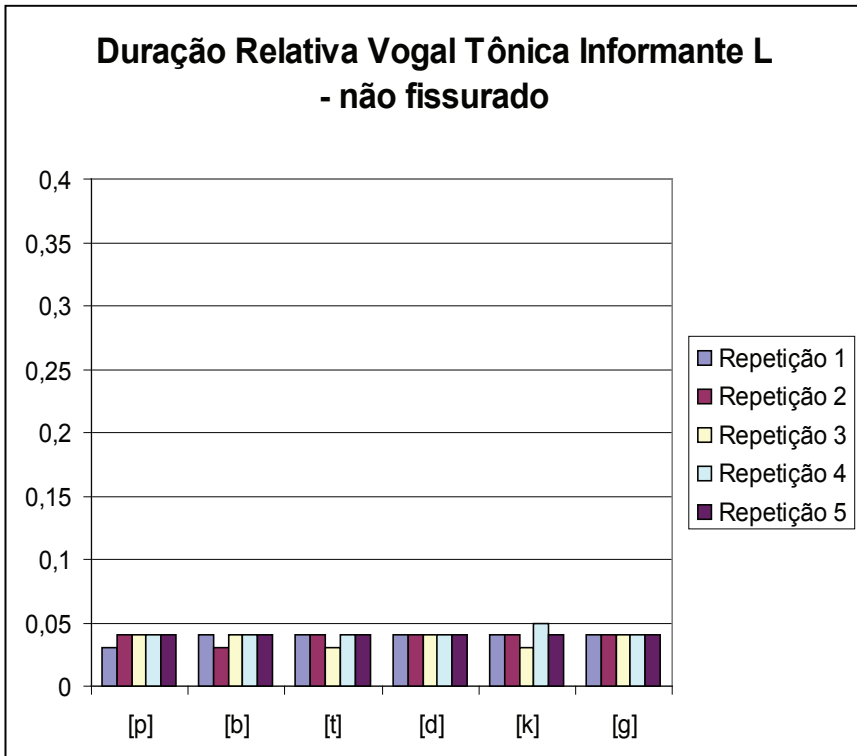
uma equipe multi e interdisciplinar, composta por profissionais nas áreas de: Cirurgia Plástica, Cirurgia Crânio-Maxilo-Facial, Neurocirurgia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Anestesiologia, Enfermagem, Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, Genética, Odontologia e Fonoaudiologia.

11 Laboratório de Estudos Fônicos da Universidade Federal do Paraná.

12 Frise-se, aliás, que tal afirmação só é possível em decorrência do desenvolvimento tecnológico que permitiu a criação de sistemas robustos de análise de fala, os quais possibilitam enxergar um detalhe fonético que até há alguns anos não se podia verificar.

Resultados

Tendo realizado as medidas das durações relativas¹³ das vogais tônicas e das consoantes plosivas contidas nos logatomas (vide Quadro 1, supra) que cada um dos dois informantes produziu, plotamos os resultados em gráficos, como os das figuras 1 e 2, abaixo, em que cada coluna corresponde a uma duração relativa, sendo todas elas agrupadas pelas consoantes que ocupam o *onset* da sílaba tônica.



13 A duração relativa consiste no cálculo do percentual que cada evento acústico ocupa dentro de um enunciado. No caso específico deste estudo, trata-se de calcular o percentual que a vogal tônica e que a oclusiva ocupam nas sentenças-veículo em que se inserem. Como essa medida normaliza os resultados, ela evita possíveis vieses idiossincráticos, como a velocidade de fala, por exemplo, e permite comparações mais precisas entre os dados.

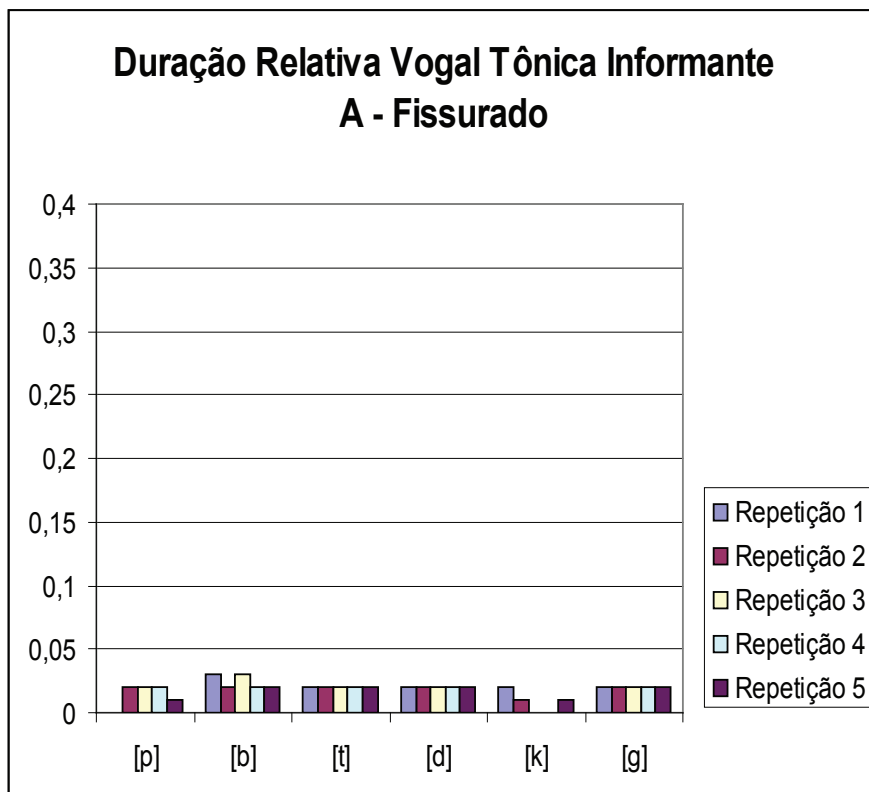
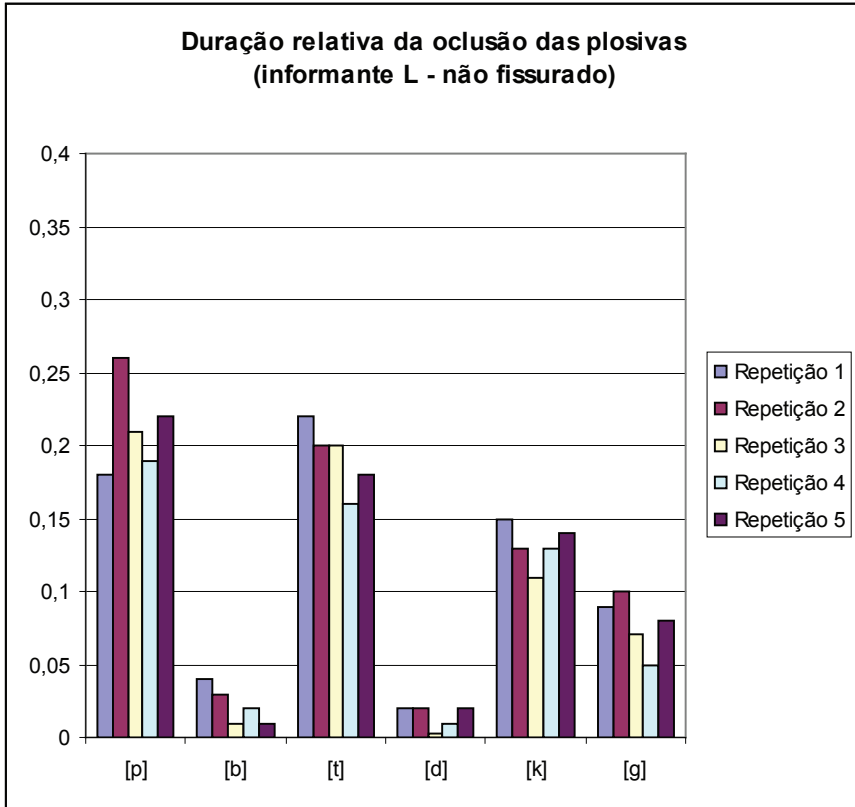


Figura 1 – Duração relativa da vogal tônica dos informantes L e A.

Na Figura 1, acima, encontram-se as durações relativas das vogais tônicas. Notamos que a produção do informante fissurado parece seguir o padrão da produção do sujeito “normal”, ou seja, mantém-se um valor duracional uniforme, conforme esperado, porém as vogais produzidas pelo sujeito A, fissurado, são sistematicamente mais breves do que as produzidas pelo sujeito L, não fissurado.



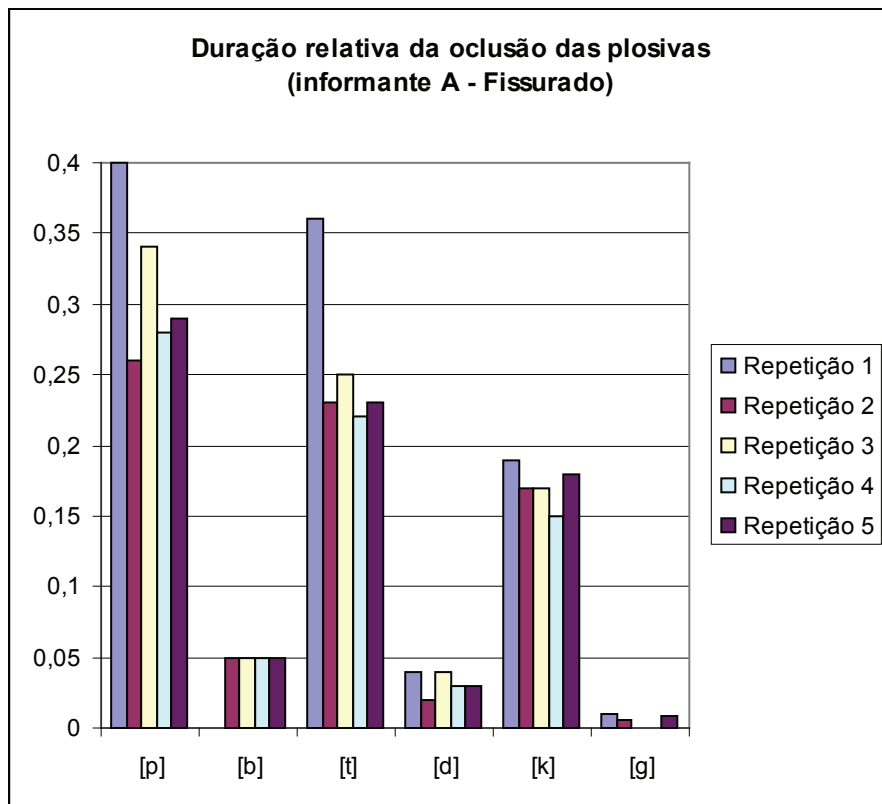


Figura 2 – Duração relativa da oclusão das plosivas realizadas pelos informantes L e A.

A exemplo do que se observava para as vogais tônicas, também para a duração relativa da oclusão do sujeito fissurado mantém-se um padrão semelhante às durações das oclusões das plosivas realizadas pelo do sujeito não fissurado, de modo que, como esperado, as plosivas surdas exibem oclusão com maior duração relativa que as sonoras e, dentre elas, as velares exibem oclusão mais breve que as plosivas realizadas nos outros dois pontos. A diferença entre as produções dos dois sujeitos está no fato de que o fissurado realiza oclusões das plosivas sistematicamente mais longas do que o não fissurado.

Dessa forma, pode-se dizer que o sujeito fissurado encurta a vogal tônica e alonga a oclusão da consoante plosiva que precede tal vogal, diferentemente da manobra utilizada pelo sujeito não fissurado, que realiza a vogal tônica um pouco mais longa e as oclusões um pouco mais breves.

Discussão

Há poucos estudos para o PB que relacionam aspectos linguísticos – especificamente fonéticos e fonológicos – à produção dos sons de indivíduos portadores de fissura palatina: um deles, baseado na Fonologia Autossegmental, procura, segundo os próprios autores, contribuir com a descrição das alterações relativas à fala do fissurado quanto à produção de compensações articulatórias (SAKAMOTO; WIEDEMER, 2007). Nesse sentido, tal trabalho reforça o que é senso comum nas literaturas médica e fonoaudiológica, ou seja, a patologia requer que o sujeito encontre meios de contorná-la, ainda que seja compensando os movimentos que, supostamente, por alguma razão não consegue realizar, o que acarretaria na “troca” de um som por outro, que pode até nem existir no inventário de sons da língua portuguesa, mas que teria uma articulação aproximada à daquele que o sujeito não conseguiria realizar.

A análise exposta na seção anterior, contudo, aponta para o fato de que a produção do indivíduo fissurado não apresenta substituição de um som por outro; ao contrário, parece haver a manutenção dos padrões “normais” de fala, tanto no que concerne à duração da vogal tônica – conforme se vê nos gráficos da Figura 1 – quanto no que concerne à duração da oclusão das plosivas – conforme se vê nos gráficos da Figura 2. A diferença, então, entre a produção do fissurado e do não fissurado residiria na maneira como são organizados esses padrões temporais. Tendo em vista que os trabalhos baseados numa linguística que leva em conta a representação de fonemas ou de traços distintivos para explicar a fala patológica não conseguiriam dar conta dos resultados apresentados aqui,¹⁴ porque consideram o tempo uma variável extrínseca à representação, surge a pergunta: como explicar a produção dos portadores de fissura palatina? E ainda: se o padrão de organização dos eventos da cadeia da fala de ambos os sujeitos é tão próximo, o que caracterizaria a produção de A como patológica?

Ao que parece, a única saída está em considerar um modelo dinâmico de produção de fala, que incorpora a variável tempo à representação, ao primitivo de análise. A proposta da Fonologia Gestual (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992) aponta algumas vantagens para a análise das alterações de fala decorrentes de uma patologia como a fissura palatina, uma vez que se distingue das outras

14 Uma análise que mostra em que medida as fonologias que tomam ou o fonema ou o traço distintivo como primitivos de análise se encontra em Silva, 2002.

fonologias por postular que a representação fonológica é feita em termos de organização articulatória em oposição aos traços ou outras unidades fonológicas comumente descritas. Em resumo, a Fonologia Gestual inova por propor o gesto articulatório como unidade mínima de análise alternativa ao segmento e ao traço distintivo. De acordo com Barzaghi-Ficker, na Fonologia Gestual,

[...] a unidade básica de contraste fonológico é o gesto, definido como uma caracterização abstrata do evento articulatório, cada um com um tempo (ou duração) intrínseco. Tal abordagem dinâmica da fala introduz a possibilidade de dar conta tanto do aspecto gradiente como do aspecto categórico da fala. Os enunciados são modelados como padrões organizados de gestos (ou constelações de gestos) nos quais as unidades gestuais podem sobrepor-se no tempo. As estruturas fonológicas definidas dessa maneira resultam num conjunto “natural” de classes articulatórias (KENT, 1997a). (2003, p.12).

Os gestos articulatórios teriam seus movimentos definidos através da Dinâmica de Tarefa (SALTZMAN, 1986; SALTZMAN; KELSO, 1987; SALTZMAN; MUNHALL, 1989 apud BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992), pois se trata de um modelo de base psicológica que consegue representar diferentes tipos de ações que envolvem a coordenação de vários articuladores cujo objetivo é realizar uma tarefa. No caso da fala, são as tarefas envolvidas na formação das constrictões relevantes para cada língua que interessam para a teoria. Com isso, o gesto articulatório é modelado a partir de uma equação dinâmica¹⁵ que define o movimento oscilatório de um sistema dinâmico simples, como um sistema massa-mola o qual, tendo uma massa presa a uma extremidade da mola e a outra a uma superfície, descreve um movimento oscilatório ao se puxar e, em seguida, soltar a mola. As diferentes trajetórias produzidas pelo sistema são passíveis de modelamento com a alteração nos valores relativos à massa do objeto, à rigidez da mola, ao comprimento da mola na posição de repouso e ao amortecimento do sistema.

É a partir da definição da equação dinâmica que os autores acabam reconhecendo o movimento de variáveis do trato e não o movimento de articuladores individuais. Assim, “a variável do trato caracteriza a dimensão da constrictão do trato vocal; os articuladores que contribuem para a formação

15 A equação dinâmica é: $m\ddot{x} + b\dot{x} + k(x - x_0) = 0$. Sendo: m = massa do objeto; b = amortecimento do sistema; k = rigidez da mola; x_0 = comprimento da mola na posição de repouso; x = deslocamento instantâneo do objeto; \dot{x} = velocidade instantânea do objeto; \ddot{x} = aceleração instantânea do objeto.

e soltura dessas constrictões são organizados em estruturas coordenadas” (BROWMAN; GOLDSTEIN, 1992, p. 156). Dessa forma, a variável do trato “abertura labial”, por exemplo, é afetada pela ação de três articuladores: lábio superior; lábio inferior; e mandíbula. Assim, os autores acabam estipulando as variáveis do trato e os articuladores responsáveis por implementá-las na produção da fala.

O gesto articulatório também ganha em sua formalização descritores gestuais que lhe seriam atribuídos, de modo que é possível estabelecer contrastes entre os gestos. Dessa forma, são estabelecidos os descritores gestuais [fechado], [crítico], [estreito], [médio] e [largo] para grau de constrictão e [protruso], [labial] e [dental] para os lábios; [labial], [dental], [alveolar], [pós-alveolar] e palatal para ponta de língua; e [palatal], [velar], [uvular] e [faringeo] para corpo de língua.

Assim, para Browman e Goldstein, tendo definido o gesto articulatório a partir das tarefas a serem realizadas nas variáveis do trato, se torna possível concebê-lo como unidade contrastiva de itens lexicais, de modo que dois itens diferem: a) pela presença ou ausência de um gesto; b) pelos diferentes valores das variáveis da equação dinâmica; e c) pelas diferentes organizações possíveis entre os gestos — o faseamento.¹⁶ Vale salientar que tais parâmetros de diferenciação entre os itens lexicais somente são possíveis devido à incorporação do tempo intrínseco ao primitivo de análise. Steriade (1990) argumenta que essa é a principal diferença (e ganho) da Fonologia Gestual em relação às demais teorias, pois os outros modelos (que adotam o traço como primitivo) acabam precisando de uma camada temporal extrínseca aos seus primitivos para dar conta de fatos como consoantes geminadas, por exemplo.

Tomar a Fonologia Gestual como referencial teórico para análise da fala de sujeitos fissurados permitirá observar satisfatoriamente as produções que os sujeitos realizam durante as chamadas “produções compensatórias” decorrentes da fissura, que afinal não parecem ser exatamente isso, como observado na seção anterior.

Ao se adotar a Fonologia Gestual, pode-se propor a seguinte interpretação dos fatos apresentados: a produção do sujeito fissurado apresenta sincronização diferente da fala normal, i.e., não haveria a troca de sons nas produções compensatórias, há em realidade um problema de organização gestual, ou da

16 O faseamento de gestos resulta em estruturas chamadas de pautas gestuais, que, segundo Browman e Goldstein (1992), são definidas como combinações de gestos que se sobrepõem.

organização das unidades gestuais no tempo. Em outras palavras, o informante estaria “exagerando” na produção das consoantes surdas e “diminuindo” a produção das vogais tônicas. Isso é que caracterizaria a fala desse sujeito como patológica. Com isso, essa diferença é que poderia estar caracterizando a fala do indivíduo fissurado. É interessante salientar que também se encontra o trabalho desenvolvido por Di Ninno (2008), segundo o qual falantes com hipernasalidade¹⁷ apresentam a mesma tendência que falantes normais para diferenciar na fala sons orais e nasais, no entanto, o fazem em uma magnitude menor, o que pode não ser suficiente para ser percebido pelos ouvintes. Assim, de acordo com a autora, esses falantes possuem, no que diz respeito à nasalidade, uma representação fonológica igual à de falantes normais.

Considerações finais

Como se procurou mostrar através da análise acústica da fala de um sujeito fissurado, comparada à análise acústica da fala de um sujeito não fissurado, o “desvio” da fala do fissurado não se encontra na “troca” de um som ou outro, como comumente preconizado pela literatura médica, i.e., não se trata de posteriorizar invariavelmente os sons oclusivos, como se menciona correntemente, conforme apresentado na Introdução deste trabalho. Trata-se, antes, de ajustar, no tempo, a produção das unidades da fala de maneira diferente daquela como o sujeito não portador de fissura palatina faz.

Desta forma, este trabalho aponta para os seguintes fatos: a) a viabilidade de se utilizar a análise acústica como ferramenta auxiliar na prática clínica, uma vez que pode revelar características do sinal acústico que escapam a uma análise de outiva; b) a relativização do que seja “patológico” na descrição da fala de sujeitos fissurados como o abordado aqui; c) a necessidade de se incorporar a variável “tempo” aos modelos de análise fonológica, como maneira de se aumentar o poder explicativo desses modelos e, assim, fornecer uma explicação mais acurada e parcimoniosa dos fatos verificados.

Quanto à viabilidade do emprego da análise acústica na prática clínica, ela deve ter ficado clara a partir da exposição da análise dos dados: a

17 De acordo com Di Ninno: “A hipernasalidade, popularmente conhecida como “fala fanhosa”, é um distúrbio da ressonância oronasal da fala, caracterizado por uma nasalidade excessiva que apresenta uma propriedade suprasegmental, por não estar vinculada apenas a determinados fonemas ou vocábulos” (2008, p. 24).

caracterização da fala dos indivíduos portadores de fissura palatina, realizada pelas literaturas médica e fonoaudiológica, focaliza, majoritariamente, uma posteriorização dos sons, como decorrência da fissura e, até, uma hipernasalidade, resultante do mau funcionamento do esfíncter velofaríngeo. Essa caracterização, claramente pautada num exame de outiva dos dados dos pacientes, não consegue captar outros fatos envolvidos na fala dos fissurados, como os que se apresentaram aqui. Mais ainda: uma análise auditiva, que pode ser enviesada pela percepção do experimentador (o que caracterizaria o “paradoxo do observador”), pode levar à falsa consideração de que o sujeito trocaria um som pelo outro, o que também não é o caso. A vantagem de se utilizar a análise acústica é que ela revela fatos muitas vezes imperceptíveis ao ouvido humano, outras vezes esclarece fatos duvidosos. Não que a análise acústica aponte para uma “produção correta” dos sons da fala em oposição a uma “produção errada”, como observa Silva (2002): ela aponta para o detalhe fonético e para a variabilidade de produção.

E, ao apontar para o detalhe fonético, revelando que os dados do sujeito fissurado seguem um padrão próximo aos dados do sujeito não fissurado, a análise acústica acaba por relativizar a noção do que seja patológico na fala desse sujeito: afinal, em princípio se esperaria uma grande diferença, um grande desvio na fala do sujeito fissurado, relativamente à fala do sujeito não fissurado, esperar-se-iam trocas de um som por outro. Mas não é o que ocorre. Onde estaria a patologia, então? É nesse sentido que se afirmava, acima, que este estudo permite também relativizar a noção de patológico, embora este não seja o objeto principal do trabalho e que, por essa razão, não será abordado detidamente aqui.

Neste caso específico, o patológico, o desvio, estaria, conforme exposto na seção 3, na organização temporal das unidades da fala do sujeito fissurado, relativamente à fala do sujeito não fissurado. Cabe lembrar que, para aquele, a vogal tônica tinha duração relativa menor do que para este, enquanto a oclusão das consoantes plosivas era maior.

Para explicar esses dados é preciso recorrer a modelos de análise fonológica que incorporem a variável tempo ao seu primitivo de análise, como é o caso dos chamados “modelos dinâmicos de produção da fala”, em especial, e da Fonologia Gestual, em particular. Isso porque os modelos fonológicos que não incorporam a variável tempo à estrutura de seu primitivo de análise, como é o caso de todos os modelos inspirados na Fonologia Gerativa (CHOMSKY; HALLE, 1968), tratam das unidades da cadeia da fala como categorias estan-

ques. Ou seja, tratam das unidades da cadeia da fala como se elas existissem ou não nessa cadeia ou, no máximo, como se elas “emprestassem” alguma característica de uma unidade vizinha – o que a literatura fonológica tradicionalmente denomina “espraiamento de traços”. Mas não assumem que as unidades se organizam no tempo e que essa organização pode ser variável, como é o caso da Fonologia Gestual.

Daí o argumento deste estudo de que apenas a Fonologia Gestual pode dar conta de explicar, satisfatória e parcimoniosamente, os fatos tratados aqui: se a diferença entre a fala do fissurado e a do não fissurado está na organização temporal das unidades da cadeia da fala, é óbvio que modelos inspirados na fonologia gerativa não conseguem dar conta dessa diferença. O tratamento dinâmico para os dados do sujeito fissurado deverá constituir matéria de estudos futuros. Por ora, a constatação do detalhe fonético envolvido na diferenciação da fala dos dois sujeitos aqui observado já é um grande avanço.

TONOCCHI, Rita; NISHIDA, Gustavo; SILVA, Adelaide H.P. A new approach to cleft palate speech data. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 227-243, 2010.

ABSTRACT: *The acoustic analysis of the speech of an individual with cleft palate, in comparison with the speech of an individual with no speech pathology, suggests that the “pathology” lies in the temporal organization of the speech chain, so that both individuals produce the same sounds – particularly plosive consonants and stressed vowel – but with different relative duration patterns. Thus, the pathology does not consist in exchanging one sound by another one, as the medical literature usually claims, but instead in the phonetic detail. It follows, then, that a new approach has to be adopted in order to explain those data. We argue here that this approach must be a dynamical one, in the sense that the phonological model has to take into account the variable “time”. Otherwise, the facts observed here cannot be adequately explained.*

KEYWORDS: *Speech Pathology. Cleft Palate. Acoustic Analysis. Relative Duration.*

Referências

ALTMANN, E. B. C. Anatomia e fisiologia do esfíncter velofaríngeo. In: ALTMANN, E. B. C. **Fissuras labiopalatinas**. 4. ed. São Paulo: Pró-Fono, 1997. cap. 10. p.133-156.

BARZAGHI-FICKER, L. **Produção e percepção das plosivas do português brasileiro: estudo fonético-acústico da fala de um sujeito com deficiência auditiva**. 2003. 199 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – PUC-SP, São Paulo, 2003.

BROWMAN, C.; GOLDSTEIN, L. Articulatory Phonology: an overview. **Phonetica**, [S.l.], v. 49, p.155-180, 1992.

CAPELOZZA FILHO, L.; SILVA FILHO, O. G. Abordagem interdisciplinar no tratamento das fissuras labiopalatais. In: MÉLEGA, J. C. (Org.) **Cirurgia plástica fundamentos e arte: cirurgia reparadora de cabeça e pescoço**. Rio de Janeiro: MEDSI, 2002. cap. 7, p. 59-88.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. **The sound pattern of English**. New York: Harper & Row, 1968.

DI NINNO, C. Q. M. S. **O contraste de nasalidade em falantes normais e com fissura palatina: aspectos da produção**. 2008. 293 f. Tese (Doutorado em Linguística) – UFMG, Belo Horizonte, 2008.

MILLAN, B. **A clínica fonoaudiológica: análise de um universo clínico**. São Paulo: EDUC, 1993. (Coleção Hipótese).

POERNER, F. **Levantamento epidemiológico das fissuras lábio-palatais FL(P) e estudo de associação entre antígenos HLA E FL(P) sem recorrência familiar**. 2000. 126 f. Dissertação (Mestrado em Genética) – Setor de Ciências Biológicas, UFPR, Curitiba, 2000.

RAMOS, R. M. A fala no paciente com fissura palatina: uma visão fisiopatológica. In: CARREIRÃO, S.; LESSA, S.; ZANINI, S. A. (Orgs.) **Tratamento das fissuras labio-palatinas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1996. cap. 25, p. 219-221.

SAKAMOTO, C. T.; WIEDEMER, M. L. Análise de fala de indivíduos portadores com fissura lábio-palatal operada: um estudo de caso. **Revista Virtual de Linguagem – ReVEL**. Edição Especial n.1, 2007. Disponível em: http://www.revel.inf.br/site2007/_pdf/10/artigos/revel_esp_1_analise_de_fala_de_individuos.pdf. Acesso em: jan. 2008.

SALTZMAN, E. Task Dynamic Coordination of the Speech Articulators: A Preliminary Model. **Experimental Brain Research Series**, [S.l.], v. 15, p. 129-144, 1986.

_____; KELSO, J. A. S. Skilled Actions: A Task-Dynamic Approach. **Psychological Review**, [S.l.], v. 94, n. 1, p. 84-106, 1987.

_____; MUNHALL, K. G. A Dynamical Approach to Gestural Patterning in Speech Production. **Ecological Psychology**, [S.l.], v. 1, n. 4, p. 333-382, 1989.

SILVA, A. H. P. **As fronteiras entre fonética e fonologia e a alofonia dos róticos iniciais em PB: dados de dois informantes do sul do país**. 2002. 205 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas/SP, 2002.

_____. **O estatuto da análise acústica nos estudos fônicos**. 2009. (submetido a publicação)

STERIADE, D. Gestures and autosegments: comments on Browman and Goldstein's paper. In: KINGSTON, J.; BECKMAN, M. (Eds). **Papers in Laboratory Phonology I: Between the Grammar and Physics of Speech**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p.382-397.

TABITH JÚNIOR, A. Distúrbios da comunicação em portadores de fissuras labiopalatais: aspectos foniátricos. In: MÉLEGA, J. C. (Org.) **Cirurgia plástica fundamentos e arte: cirurgia reparadora de cabeça e pescoço**. Rio de Janeiro: MEDSI, 2002. cap. 4, p. 23-38.

TRINDADE, I. E. K.; TRINDADE JUNIOR, A. S. Avaliação funcional da inadequação velofaríngea. In: CARREIRÃO, S.; LESSA, S.; ZANINI, S. A. (Orgs.) **Tratamento das fissuras labiopalatinas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1996. cap. 26, p. 223-235.

Missionary Linguistics IV/ Lingüística Misionera IV. Lexicography. Edited by Otto Zwartjes, Ramón Arzápalo Marín and Thomas C. Smith-Stark. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2009.

Cristina ALTMAN¹

Missionary Linguistics IV/ Lingüística Misionera IV puts together 12 selected papers about the lexicographical activity of the Catholic missionaries in Asia and in the Americas, up to the 19th century, the theme of the Fifth International Conference on Missionary Linguistics, co-organized by Otto Zwartjes and Ramon Arzápalo Marín in Merida, Yucatan, on March 2007. Zwartjes and Even Hovdhaugen, the organizers of the first conference of the kind (Oslo 2003), and also of the volume that resulted from it (HOVDHAUGEN; ZWARTJES, 2004), certainly did not imagine, at that moment, that such an ‘exotic’ subject would raise so much interest among scholars and, even less, I presume, that they were launching a series. Indeed, after Oslo, the conferences continued in São Paulo (2004), Hong Kong/ Macau (2005), Valladolid (2006), Mérida (2007), and the next one is already scheduled to be held in 2010, in Tokyo. The volumes that resulted from the various conferences, as well, were published in a row: number II, dedicated to orthography and phonology (ZWARTJES; ALTMAN, 2005); number III, to morphology and syntax (ZWARTJES; JAMES; RIDRUEJO, 2007); and now, number IV, (ZWARTJES; ARZÁPALO; SMITH-STARK, 2009), to lexicography.

The present volume, although trying, as the previous ones, to bring together studies from various regions, puts 16th century New Spain (Mexico today) in relief. It could hardly be different. Not so much because the institution that sponsored the Fifth Conference was in Merida, what usually motivates local scholars to revisit their traditions, but mainly because it is more than acknowledged by the specialized literature that the New Spain missionaries were much more productive than their peers in the Portuguese colonies. The data presented by Wonderly and Nida (1963, p. 117) illustrates their

¹ Universidade de São Paulo. Contato: altman@usp.br

productivity. Only for the 16th century, the authors claim to have registered 212 works done by missionaries: 30 about South American languages; 27 about languages in Central America, and 155 about Mexico. Classical Nahuatl, the language spoken by the Aztecs in Central Mexico and used as a lingua franca by the peoples of Mesoamerica, was the more studied language: the authors registered 92 works about it. Complementarily, McQuown (1976, p. 105) and Pottier (1983, p. 21) observe that, only between 1524 and 1572, Franciscans produced more than 80 works about Náhuatl — grammars, dictionaries, catechisms, breviaries — and Dominicans and Augustinians other 30, still only about Náhuatl. It is much more than was produced about the European national varieties within the same period. No wonder why scholars have been so attracted by this long standing documentation (cf. also ROCA, 1992).

Smith-Stark's study, which opens the book, does justice to this impressive production. The article provides a thorough analysis of the dictionaries produced in New Spain within the period 1492–1611, i.e., between the years in which Elio Antonio de Nebrija (1441/44–1522) published his *Lexicon*² and in which Sebastián de Covarrubias (1539–1613) published his *Tesoro*.³ According to the author, within this period, at least 6 dictionaries of four different languages appeared — náhuatl, purépecha, zapoteco, mixteco — besides 17 other vocabularies that subsisted in manuscript form, or in glosses of dictionaries about other languages. In total, Smith-Stark analyzed 23 multilingual vocabularies treating 13 different languages spoken in New Spain territories: Náhuatl (5), Otomi (4), Yucatec Maya (4), Tarascan (3), Kaqchikel (2), Matlatzinca (1), Mixtec (1), Zapotec (1), Tzeltal (1), Tzotzil (1), K'ichee' (1), Tzutujil (1), and Poqomchi' (1). The study is preceded by a short, but very informative review of the Medieval European Lexicography that contextualizes it. One learns, for example, that nearly all the Mexican-based missionaries of the period were friars — 10 Franciscans and 5 Dominicans— and that their preferred strategy to mold new vocabularies was to take existing dictionaries as a start and then to add the corresponding expression in the language(s) they were describing. This does not mean that they did not count on native speakers' collaboration. On the contrary, Smith-Stark presents textual evidence that the friars used the

2 NEBRISSENSI, Aelio Antonio. *Lexicon ex sermone latino in hispaniensem*. Salamanca 1492.

3 COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián de. *Tesoro de la lengua castellana o española*. Madrid: Luis Sanchez, 1611.

native speakers as informants, aides, scribes, authors or evaluators. This sort of dialogic approach that presupposes that it is possible to catch the cultural and linguistic negotiation between the old and the new world that underlies the colonial texts, opens interesting possibilities of analysis, as demonstrated by various other authors of the present volume.

The manuscript known as the Calepino of Motul, whose authorship is attributed to Friar Antonio Ciudad Real (1551–1617), an impressive volume of nearly a thousand pages with 15 975 entries, is the object of Arzápalo's contribution. Focusing mainly the intercultural and the ideological specificities between Mayas and Spaniards, Arzápalo described the various tasks involved in his digitalized reedition of the manuscript. Applying computational technology to ancient texts may be a task that involves lots of technical difficulties, as pointed by Arzapalo. The various procedures employed by his team included the previous systematization and modernization of orthography and punctuation, trying to keep, at the same time, the characteristics of the colonial lexicon and syntax of the languages involved. The result was a 3 volume Maya-Spanish dictionary in which, besides the original compilation of Ciudad Real, the grammatical category of each entry can be read, as well as its sociolinguistic or pragmatic status; and a new section of Mayan flora and fauna, aiming at a larger audience. The appendix offers a sample of Arzápalo's edition of the Calepino.

Flores Farfán revisits the most remarkable work in 16th century Nahuatl lexicography, Friar Alonso de Molina's (c.1514–1585) *Vocabulario en lengua Castellana y Mexicana y Mexicana y Castellana* (Mexico: Juan Pablos, 1555; Mexico: Antonio de Spinosa, 1571.) from the viewpoint of the dialectal and sociolectal varieties incorporated by the dictionary — or neutralized by it — along the process of its constitution. Flores, who has mastered the language, shows that Molina, although following Nebrija's lexicographical model, succeeds in respecting the structure of Nahuatl. In parallel, Flores fosters a recurrent and polemic issue regarding the representativeness of the linguistic variety described in missionary literature: did it represent what was really spoken at the time, or was it 'created' by the missionaries for the purposes of evangelization? To Flores, in Molina's case, the answers to both questions seem to be positive.

Not only Nebrija, but also Molina seems to have exerted a significant influence on the missionaries who worked with other languages, as Hernandez'

article about the Spanish-Mayan vocabularies tries to show. Unlike the vocabularies about Nahuatl, or about the Tarascan language, which benefited from the printing press established in Mexico since 1539, the dictionaries about Mayan languages (tzeltal, maya yucateco, quiche, cakchiquel, tzutuhil, tzotzil) remained in manuscript form in the convents, which contributed for their dispersion or loss. According to the author, from the 15 dictionaries mentioned in ancient documents, only half survive today. Hernández' compilation does a great service organizing the dispersed information about these dictionaries and indicating their location.

Vocabularies and dictionaries are not the only source for the investigation of the lexicon. Máñez explores Bernardino de Sahagún's (c. 1500–1590) *Historia general de las cosas de Nueva España* in her study about the strategies employed by the Franciscan in interaction with Mexican culture. Perspectivism and analogical hermeneutics is her theoretical backdrop. Examining the various manuscripts, the author evaluates Sahagún's progressive knowledge of a different universe, especially in what refers to Mexican Gods. The author appends some beautiful reproductions.

Cristina Monzón, *habitué* of the Missionary Conferences, closes the New Spain section by analyzing three dictionaries of the Tarascan language produced in the second half of the 16th century: the *Vocabulario en lengua de Michuacan* (1559), of the Franciscan Friar Maturini Gilberti (c. 1498–1585), the *Dictionarito breve y compendioso en la lengua de Michuacan* (1574), of another Franciscan Friar, Juan Baptista de Lagunas (c. 1530–1604), and the Anonymous' 1991[16th century] *Diccionario Grande de la lengua de Michuacán*. Monzón advances two hypotheses concerning the conditions of production of these dictionaries: first, regarding their authorship, and second, regarding their form of organizing the entries by roots.

Her deep knowledge of Mexican languages, culture and colonial literature allows her to demonstrate successfully that the native speakers did play a role in the elaboration of Tarascan dictionaries, even when not explicitly acknowledged by their authors. Her arguments include the translation of specific words, the use of some graphemes, and what seems to have been a mechanical copy of Molina's addendum. According to Monzón, Friar Alonso de Molina was the one who first understood the morphological process in Mexican languages (root + 'servile syllable') and employed it in a small section of his 1555/ 1571 Nahuatl dictionary, contrasting with European tradition that

used the whole word as the unit of analysis. Monzón demonstrates the impact that this criterion for establishing morphological entries, i.e., by roots that expands the correspondent derived verbs or nouns, had in the development of Tarascan lexicography.

North and South America are represented by three studies. Lonsdale's study about a certain Father Chirouse's (1821–1892) manuscript vocabulary in Lushootseed, an endangered Salish language spoken in the region of Northwest USA and Southwest of Canada, explores the contrast between the graphemes used by Chirouse and his modern transcription with the help of computer technology. No doubt that lexicography can benefit a lot from modern computer resources, one may conjecture, however, up to which point they may add something to documents of this kind that an experienced researcher like Lonsdale did not know beforehand.

Alexander-Bakkerus analyses the Egerton manuscript (=Lengua de Maynas manuscript) of the beginning of 19th century. It contains a description of Quechua spoken in Maynas, province of Quito, Ecuador. This manuscript is contemporary to two vocabularies made by the Ecuadorian Jesuit historian, Father Juan de Velasco's (1727–1792), of which just one survives today. Comparing the texts meticulously, like a true detective of the past, Alexander-Bakkerus reconstructs the origins of both texts. Gonçalves and Murakawa examine a non-conventional lexicographic source, the travel narrative *Treaties of the Land and People of Brazil*, by the Jesuit Father Fernão Cardim (1540/1548?– 1625). As a matter of fact, the missionaries' linguistic sources go farther than the traditional tripod dictionary-grammar-catechism. Linguistic information and language descriptions can be found in their voluminous epistles, notes, travel reports, and in their flora and fauna descriptions, as in Cardim's case. Using contemporary lexical theories as counterpoint, the authors pull off Cardim's descriptive strategies and manage to give coherence to dispersed data. Due to the scarce works about Brazilian Portuguese missionaries outside the restricted circles of Portuguese Philology, Gonçalves and Murakawa render a good service to missionary historiography, but it is a pity that the examples, which remained in Portuguese, remain inaccessible to English readers.

The last section of the book is dedicated to dictionaries about Asian languages: Ilocano, a Filipino language; Tamil, spoken in the region of southern India; and Hokkien, “the first Chinese variety to have split off from Old Chinese” (KLÖTER, p. 306).

Fernández' didactic presentation of the Ilocano works made by the Augustinian friars from the 16th up to the 19th century — not only vocabularies, but also grammars — fills some gaps in the literature of Spanish-Philippine historiography. The article, following the general theme of the volume, focuses on the *Calepino Ilocano o vocabulario de romance en iloco* (1797) of Friar Pedro de Vivar (1731–1771). It is interesting to observe, following Fernández' remarks, that various Spanish-Philippine dictionaries also use roots as headings, as in Tarascan lexicographic tradition, as showed by Monzón in this volume, partially inspired, by their turn, in the pioneer work of Alonso de Molina and Nebrija. Klöter (below, in this volume p. 325) reminds us that most of Spanish missionaries came to Asia from Mexico. This suggests that the missionaries-linguists *doublés* formed indeed a significant network that shared the methods of the craft.

James' study about the Tamil-Portuguese *Vocabulario Tamvlico* (1679) by Jesuit Antão de Proença (1625–c.1666) is presented in the context of an erudite, thorough and very informative research about primary and secondary sources of Tamil writings, much of it running parallel to the text, in the footnotes. James' discussion of the entries of the first page of the *Vocabulario* is a good illustration of the first missionaries' creativity in accommodating their — many times very sharp — observations of the forms and functions of the described language to the conventions of the time. As James states, the *Vocabulario* is much more than a Tamil lexicon, but a true treatise on Hinduism and Tamil culture.

Focused on the Chinese regional vernacular known as Hokkien, Klöter closes the volume by examining four 17th century manuscripts on the language. Klöter contrasts this documentation, produced by missionaries from various orders, with that one produced by China-based Jesuits. In fact, while these Jesuits focused on the literary and the court language, the others, based in Southeast Asia, were interested in describing the varieties spoken in overseas Chinese communities, mainly in Philippines. Observing the arrangement and the content of the entries of the dictionaries produced by these late ones, Klöter deduces their conceptualization of language.

In sum, the present volume offers us, above all, a good itinerary for colonial lexicographic analysis. It puts together precious information about authors (biodates, place of origin, religious order); locations; languages involved; the methodology employed; the number and style of the entries;

the criteria of organization (if by alphabetical order, parts of speech, word terminations, roots, meaning, communicative situations); the size of the nomenclature employed; the formal problems tackled —resolved, or still unsolved — by the missionaries; their accomplishments and their limitations.

Some may complain about an excess of footnotes, although most of them do add important details to the arguments developed in the texts. Focusing on single theme, the volume must be appreciated within the series to which it pertains. All together, the four volumes constitute an extensive and representative sample of the missionaries' descriptive work, from the 16th to the 19th century, in five continents.

References

HOVDHAUGEN, Even; ZWARTJES, Otto (Eds.) **Missionary Linguistics [I]/ Lingüística Misionera [I]**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2004.

McQUOWN, Norman A. American Indian linguistics in New Spain. **American Indian Languages and American Linguistics**. Papers of the Second Golden Anniversary Symposium of the Linguistic Society of America, held at the University of California, Berkeley, on November 8-9, 1974 ed. by Wallace L. Chafe, 105-133. Lisse: The Peter de Ridder Press, 1976.

POTTIER, Bernard. **America Latina en sus Lenguas Indígenas**. Unesco: Monte Avila Editores, 1983.

ROCA, Jose Luis Suarez. **Lingüística misionera española**. Oviedo: Pentalfa, 1992.

WONDERLY, William L.; NIDA, Eugene A. Linguistics and Christian Missions. **Anthropological Linguistics**, Bloomington, v. 5, n. 1, p. 104-144, 1963.

ZWARTJES, Otto; ALTMAN, Cristina (Eds.) **Missionary Linguistics II/ Lingüística Misionera II**. Orthography and Phonology. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2005.

ZWARTJES, Otto; JAMES, Gregory; RIDRUEJO, Emilio (Eds.) **Missionary Linguistics III/ Lingüística Misionera III**. Morphology and Syntax. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2007.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Análise acústica, p. 227
- Aspecto, p. 139
- Aspecto verbal, p. 116
- Clivagem, p. 171
- Declinação nominal, p. 30
- Duração relativa, p. 227
- Fissura palatina, p. 227
- Formação do professor, p. 198
- Funcionalismo, p. 171
- História da gramática, p. 30
- Historiografia linguística, p. 30, 53
- Interrogativas-Q, p. 171
- Leitura, p. 198
- Letramento, p. 198
- Linguística aplicada, p. 198
- Linguística histórica, p. 53
- Métalangage linguistique, p. 9
- Metalinguagem, p. 30
- Modalidade, p. 139
- Ordenação de constituintes, p. 171
- Papéis temáticos, p. 95
- Passado imperfeito, p. 139
- Patologia de fala, p. 227
- Pontuais, p. 116
- Quéchua, p. 30
- Realismo/instrumentalismo, p. 53
- Reciprocidade, p. 95
- Semântica lexical, p. 95
- Semelfactivos, p. 116
- Simetria, p. 95
- Sincronia/diacronia, p. 53
- Tempo, p. 139
- Terminographie linguistique, p. 9
- Terminologie linguistique, p. 9

SUBJECT INDEX

- Acoustic analysis*, p. 241
- Applied Linguistics*, p. 220
- Aspect*, p. 167
- Cleft palate*, p. 241
- Clefting*, p. 195
- Functionalism*, p. 195
- Historical Linguistic*, p. 91
- History of Grammar*, p. 49
- Imperfective past*, p. 167
- Lexical semantics*, p. 113
- Linguistic Historiography*, p. 49, 91
- Linguistic Terminography*, p. 25
- Linguistic Terminology*, p. 25
- Literacy*, p. 220
- Metalanguage of Linguistics*, p. 25
- Metalanguage*, p. 49
- Modality*, p. 167
- Nominal Inflection*, p. 49
- Punctual*, p. 138
- Quechua*, p. 49
- Reading*, p. 220
- Realism/instrumentalism*, p. 91
- Reciprocity*, p. 113
- Relative duration*, p. 241
- Semelfactive*, p. 138
- Speech pathology*, p. 241
- Symmetry*, p. 113
- Synchrony/diachrony*, p. 91
- Teacher Education*, p. 220
- Tense*, p. 167
- Thematic roles*, p. 113
- Verbal aspect*, p. 138
- Wh-questions*, p. 195
- Word order*, p. 195

ÍNDICE DE AUTORES/ AUTHORS INDEX

- ALTMAN, Cristina, p. 244
FONTES, Michel Gustavo, p. 171
FREITAG, Raquel Meister Ko., p. 139
GODOY, Luisa, p. 95
KNÖPFLE, Andrea, p. 116
MELO, Livia Chaves de, p. 198
NISHIDA, Gustavo, p. 227
PEZATTI, Erotilde Goreti, p. 171
RAGI, Roberta, p. 30
SILVA, Adelaide H. P. , p. 227
SILVA, Wagner Rodrigues, p. 198
SWIGGERS, Pierre, p. 9
TONOCCHI, Rita, p. 227
VALENZA, Giovanna Mazzaro, p. 116
VITRAL, Lorenzo, p. 53